

CIBER
CULTURA

@ INTERNET E # RUA

Ciberativismo
e mobilização nas
redes sociais

Fábio Malini e Henrique Antoun



Editora Sulina

@internet e #rua

Conselho editorial da Coleção Cibercultura

Adriana Amaral
André Lemos
Alex Primo
Clóvis Barros Filho
Denize Araújo
Erick Felinto
Fernanda Bruno
Francisco Menezes
Juremir Machado da Silva
Luis Gomes
Paula Sibilía
Raquel Recuero
Simone Pereira de Sá
Vinicius Andrade Pereira

Apoio:



CIBER
CULTURA

@internet e #rua

ciberativismo e mobilização
nas redes sociais

Fábio Malini
e
Henrique Antoun



Editora Sulina

© Autores, 2013

Capa: Humberto Nunes
Projeto gráfico: Fosforográfico/Clo Sbardelotto
Editoração: Clo Sbardelotto
Revisão: Gabriela Koza
Revisão gráfica: Miriam Gress

Editor: Luis Gomes

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Bibliotecária responsável: Denise Mari de Andrade Souza CRB 10/960

M251i Malini, Fábio
A internet e a rua: ciberativismo e mobilização nas redes sociais/
Fábio Malini e Henrique Antoun. – Porto Alegre: Sulina, 2013.
278 p.; (Coleção Cibercultura)

ISBN: 978-85-205-0684-4

1. Redes Sociais. 2. Comunicação Digital. 3. Cibercultura.
4. Comunicação de Massa – Aspectos políticos. 5. Internet – Aspectos
Políticos. 6. Redes Sociais – Política. I. Antoun, Henrique. II. Título.

CDU: 004.738
007

316.77

CDD: 301.14
301.243

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORA MERIDIONAL LTDA.

Av. Osvaldo Aranha, 440 – conj. 101
CEP: 90035-190 – Porto Alegre – RS
Tel.: (51) 3311 4082 Fax: (51) 3264 4194
sulina@editorasulina.com.br
www.editorasulina.com.br

Agosto / 2013
Impresso no Brasil / Printed in Brazil

Agradecimentos

À Francis Sodré.
À Jacqueline Adêo Humel Antoun.

Sumário

Prefácio	9
1. A INVENÇÃO DO CIBERESPAÇO	17
A invenção do midialivrisimo, ou o <i>hacker</i> de narrativas ..	21
Cultura informática e as lutas antidisciplinares	25
A Internet aberta das BBSs e da Usenet	32
<i>Hackers, crackers</i> e a cultura livre	41
O nascimento do <i>copyleft</i>	43
A contracultura da cultura <i>hacker</i>	45
A superestrada capitalista da informação em rede	47
2. A LEI DOS PARES NA CIBERCULTURA	55
À Sombra da <i>Jihad</i> e do <i>McMundo</i>	60
Comunidades de araque	63
O império e as redes	65
O advento da guerra em rede	67
O império se investiga	70
As redes de guerra em rede e a multidão	75
O ciberespaço entre parênteses?	78
Micropolítica da multidão	80
A multidão armada	83
A parceria e a gestão do comum	86
O Napster e as mediações do P2P	90
O Gnutella e a distribuição descentralizada	94
A arquitetura semicentralizada da parceria	99
O Emule e a interação das redes P2P	104
O processo não linear integrado do Torrent	105
Sistemas de gestão do comum e a fúria do capital	109
A parceria e a publicação colaborativa em rede	111
Jornalismo participativo nos portais	113
Jornalismo participativo na nova mídia	115
Genealogia da blogosfera e a luta por autonomia	117
O advento dos diários	120
<i>Blogs</i> furam os portais da Internet	123
A potência da comunicação e da parceria	129
O nascimento da mídia livre	134

Ativismo, ação direta e mídia livre	137
Escolha, liberdade e resistência	140
Militância e ativismo	143
Intempestividade, movimento e comunidade	144
O legal e a mídia livre	145
3. CIBERATIVISTAS NAS REDES E RUAS	152
Monitoramento e disputa pela primazia das narrativas	158
A liberdade “negativa”, ou o biopoder na Internet	160
A guerra do código e os limites da rede colaborativa	165
O monitoramento e seu debacle no 4chan	168
Anonimato, audiência e mídia livre	170
A liberdade positiva, ou a biopolítica na rede	175
A guerra das narrativas entre <i>blogs</i> e mídia: a luta social na democracia	178
Multimídias: dos meios de informação aos meios de coordenação	184
As lutas atuais e as demandas de subjetivação	188
A censura como monitoramento e o vazamento como resistência na Web 2.0	190
A censura pós-moderna na Web 2.0	194
Modos narrativos e práticas políticas	205
Vazamento, anonimato e franqueza nos movimentos sociais	207
4. O DEVIR MUNDO DO OCUPAR	210
<i>Timeline</i> , perfis e o valor do compartilhamento	213
Conversação, controvérsias e cuidado de si	217
Narrativas, redes sociais e mobilização política	220
Mobilização social e comportamento informacional no Twitter	224
Os perfis ocupam o mundo	230
Ativismo e novas narratividades	242
Imprensa como <i>hub</i> , perfis como narradores	246
Notas	250
Referências	263

Prefácio

“Nós somos a rede social”

Ivana Bentes

Diante da proposta de muitos grupos ativistas de “exôdo” e saída em massa das plataformas e redes sociais fechadas e corporativas (Google, Facebook e outras por vir) que nos submetem a um novo regime de expropriação, monetizam nossas conexões afetivas, monitoram nossas redes de relações, se apropriam de nossa inteligência, tempo e vida, uma questão surge de forma perturbadora: mas e se a revolução e a resistência começarem por aí? Afinal, as revoltas e as mudanças no capitalismo fordista não vieram justamente de espaços de lutas e assujeitamento? As redes sociais e plataformas não são, no capitalismo cognitivo, o equivalente ao chão de fábrica fordista?

A provocação tem como objetivo explicitar o que seja talvez uma das questões mais difíceis do presente urgente: como afinal se movimentar e resistir “de dentro” dos poderes, como lutar “de dentro” do capitalismo sabendo que, por exemplo, diante de empreendimentos corporativos que capitalizam o comum, sempre podemos contrapor a multidão (Primavera Árabe, 15M na Espanha, Occupy Wall Street, os protestos de junho de 2013 e manifestações em todo o Brasil) que vem “hackeando” os sistemas de monetização da vida e se apropriando de suas ferramentas e tecnologias para produzir resistência, turbulências, desvios, invenções.

Este livro, lançado em meio à turbulência, faz uma história do presente e trata destas novas lutas e embates recorrentes, em

que não há lugar para dualismos e maniqueísmos, ao contrário, busca reposicionar e analisar as conexões entre o mundo digital e analógico, as redes digitais e a multidão nas ruas, a linha que conecta a contracultura, as lutas antidisciplinares dos anos 60 e 70, a cultura digital, o ativismo *hacker*, as narrativas midialivristas, as demandas por governança, a democracia participativa, o fim da cultura do segredo. Estamos falando de um momento de codependência entre diferentes campos e de reconfiguração conceitual e política.

Os autores, Henrique Antoun e Fábio Malini, pesquisadores e ativistas, atravessam a historiografia, arregimentam conceitos, analisam movimentos e ações ativistas traçando um vivo panorama para pensarmos o presente urgente. Poderíamos dizer que esse livro busca mapear e cartografar, tensionar, analisar e apontar caminhos, menos que responder a uma questão inquietante: afinal, o que está acontecendo? É o que nos perguntamos a cada dia diante das mudanças e mutações nas formas de estarmos juntos. Pois, sem dúvida, estamos imersos e atravessados por um novo “bios”, uma miosfera constituída de redes, dispositivos, dados, processos de interação humano/não humanos, que curto-circuitaram a separação entre as redes e a rua.

Esse é o ponto de partida dos ensaios e análises de caso do livro, pois nos movimentamos em ambientes híbridos, reais/virtuais, em que o “*download* do ciberespaço” projetado por William Gibson em *Neuromancer* é experimentado no cotidiano, e o que chamamos de “ciberespaço” não pode mais ser concebido como um espaço social separado. Não “entramos” mais na Internet, ela nos atravessa de diferentes formas em conexões a céu aberto que lutamos para democratizar e acessar. “Nós somos a rede social”, como disseram os manifestantes brasileiros nas ruas.

Tendo como pano de fundo as mutações no capitalismo cognitivo, a nova economia e as novas formas de ativismo, os

autores vão analisando os impasses, as novas formas de captura e as linhas de fuga nesse contexto em que o próprio capitalismo e suas dinâmicas portam o que Richard Barbrook nomeou, não sem ironia, como sublinham os autores, de “cibercomunismo”, ou seja, a emergência de uma economia da abundância, do compartilhamento, uma economia da dádiva que coloca em xeque a economia da escassez, das travas e embarreiramentos que *diante da livre circulação do conhecimento e de uma infraestrutura tecnológica cada vez mais acessível* tem que criar escassez artificial.

Os impasses em torno do pensamento da Cultura Livre e do Copyleft e o arsenal jurídico e policial de defesa da Propriedade Intelectual e do Copyright dão o tom das análises nesse tópico que mobiliza as derivas corporativas que privatizam o comum, as investidas de controle dos Estados, as tentativas de alinhamento de partidos e corporações num cenário de disputa por mundos.

Entre as questões analisadas no livro, destacamos a dinâmica paradoxal do capitalismo cognitivo. A cultura digital fez emergir um impasse entre as formas clássicas de remuneração e a “cultura ou economia da gratuidade” (“nós não vamos pagar nada”), e, mais do que isso, coloca no coração do capitalismo uma dinâmica paradoxal: capturar, “monetizar”, conter o “incomensurável” (o que não tem uma medida) e que foge o tempo todo do controle: o conhecimento produzido e compartilhado nas redes sociais, coletivos, ambientes públicos, o que se produz em uma comunidade de desenvolvedores de *software* livre, o trabalho não assalariado de redes com caixas coletivos que criam autonomia, as atividades de um agitador e gestor cultural cuja vida se confunde com seu trabalho, ou as ideias e ações criadas coletivamente nas redes ou nos territórios.

O paradoxo capitalista é ter que barrar a socialização, compartilhamento e difusão cada vez mais veloz da produção,

resultado do trabalho cognitivo e afetivo, que não pertencem mais ao capital, mas resultam das relações sociais de cooperação. Barrar a produção de riqueza do comum com base no direito de propriedade, Copyright, máquinas de patentes e inúmeras operações de criação de escassez artificial para impedir a epidemia colaborativa ou os novos mecanismos de captura real e simbólica da riqueza dos muitos.

Diante de tantos mecanismos de controle, barragem, taxações, apropriações, como devolver para o “comum” e para o “coletivo” a potência de invenção e de colaboração? Sem privatizar o comum, mas também “monetizando” e cobrando de quem pode pagar, colaborar, financiar. Esse é hoje um desafio e um problema no capitalismo cognitivo que não tem uma resposta-modelo para essas diferentes questões. Mas já que somos todos produtivos, e vida-trabalho se confundem, os novos movimentos políticos e os mais decisivos reivindicam uma renda mínima universal, ou seja um salário para existir.

Esses impasses atravessam diferentes campos, e surgem como estruturantes de uma outra dinâmica cultural e econômica. Os autores se debruçam sobre um campo em especial, o capitalismo informacional ou cultural e os embates entre a mídia corporativa e a mídia livre na disputa pela construção de narrativas. “O midialivrista é o *hacker* das narrativas”, capaz de rivalizar, subverter, contrapor com diferentes estratégias as narrativas produzidas pelos grandes conglomerados de comunicação.

O discurso e a prática do “hackeamento” é hoje uma estratégia de coletivos, movimentos, redes, midialivristas que nas suas táticas e estratégias de resistências não simplesmente se apropriam desses conteúdos e os modulam, mas também não se recusam a dialogar e mesmo a fazer uso da dimensão espetacular, memética, sedutora e *hype* da midiosfera. Aqui os autores fazem uma distinção (uma fronteira que se embaralha continu-

amente e se complementa na prática dos movimentos) entre o que seria o “midialivrismo de massa” que “quer se liberar do poder concentrador da propriedade dos meios de comunicação” e o ciberativista que “quer radicalizar os direitos fundamentais (ou mesmo subverter o sentido liberal destes), sobretudo, a liberdade de expressão”.

A forma rede, na sua configuração P2P, cooperativa, desindividualizada, não responde mais aos atos de fala e de comando vindos de uma centralidade qualquer (partidos, mídia, ONGs, grupos já previamente organizados, etc.), mas emerge como uma rede policêntrica ou distribuída capaz de se articular local e globalmente, numa conexão máxima, e capaz de rivalizar (inclusive por sua imprevisibilidade) com as redes constituídas dos poderes clássicos.

Os autores apresentam as diferentes configurações e formas híbridas de redes, colocando em cena os conceitos de guerra do controle (*cyberwar*) e de guerra em rede (*netwar*) desenvolvidos por Ronfeldt e Arquilla, a doutrina da “resistência sem líder”; a afluência de multidão (*swarming*) e outros diferentes modos de combate. E mostram como essas distintas configurações podem ser encontradas em diferentes campos: “nas formas de ação de ONGs de ativistas da sociedade civil globalizada”, “redes de movimentos ambientalistas e sociais desde os anos 60, redes terroristas, criminosas, etnonacionalistas e fundamentalistas em todo mundo”.

Ainda tendo como base Ronfeldt e Arquilla, os autores analisam os diferentes tipos de narrativas adotados nas redes, organizações, ONGs, instituições: a narrativa mítica que assegura a coesão de uma rede como a de Bin Laden, a narrativa fabulada pela rede Zapatista (“Marcos somos todos”), assim como outras narrativas de “redes de guerra em rede”, ONGs, ativistas, anarquistas, *hackers*, movimento estudantil.

Outro tema urgente, o da transparência de dados e do fim da cultura do segredo, é analisado a partir da cultura hackerativista, as ações dos Anonymous, o projeto WikiLeaks e a criminalização do ciberativismo na figura de Julian Assange e de outros transformados em “terroristas” e inimigos do Estado e a reação violenta por parte de governos e corporações diante de ações de vazamentos de dados.

Um dos temas mais apaixonantes de @internet e #rua é a onda global de manifestações que vem se espalhando de forma virótica e viral. Com características e contextos bastante distintos e que pedem uma análise fina e diferenciada (Revolução Árabe, 15M Espanhol, Occupy Wall Street, Turquia, etc.), os ensaios trazem subsídios para entendermos as novas lutas globais.

Estamos diante de uma mobilização global político-afetiva nas ruas e nas redes. O 15M Espanhol tornou-se decisivo como referência e laboratório global das novas lutas. A exposição às imagens em tempo real produz outra qualidade de relação com o presente.

Trata-se de um impacto cognitivo-afetivo produzido pela transmissão ao vivo durante centenas de horas ininterruptas e com milhões de visitas e acampados virtuais, utilizando ferramentas de georreferenciamento para fincar bandeiras e cartografar acampamentos em praças reais e virtuais por toda a Espanha. Essa “radiação” política potencializa e cria acontecimentos, como vimos, se repetir pelo mundo com o Occupy Wall Street e as manifestações de junho e julho no Brasil.

Foram utilizados vídeos, *posts*, associados a *hashtags*, *tweets* e *memes online*, para criar ondas de intensa participação em experiência de tempo e de espaço, a partilha do sensível, a intensidade da comoção e engajamento construídos num complexo sistema de espelhamento, potencialização entre redes e ruas.

No Brasil, capítulo de um livro a ser escrito pelos muitos, a emergência de uma mídia da multidão aponta para um novo momento do midiativismo, encarnado, nos protestos em junho e julho de 2013 pela experiência da Mídia Ninja (Narrativas Independentes Jornalismo e Ação) que cobriu colaborativamente as manifestações em todo o Brasil, “streamando” e produzindo uma experiência catártica de “estar na rua”, obtendo picos de 25 mil pessoas *online*. A Mídia Ninja fez emergir e deu visibilidade ao “pós-telespectador” de uma “pós-TV” nas redes, com manifestantes virtuais que participam ativamente dos protestos/emissões discutindo, criticando, estimulando, observando e intervindo ativamente nas transmissões em tempo real e se tornando uma referência por potencializar a emergência de “ninjas” e midialivristas em todo o Brasil.

Indo além do “hackeamento” das narrativas, a Mídia Ninja passou a pautar a mídia corporativa e os telejornais ao filmar e obter as imagens do enfrentamento dos manifestantes com a polícia, a brutalidade e o regime de exceção (policiais infiltrados jogando coquetéis Molotov, polícia à paisana se fazendo passar por manifestantes violentos, apagamento e adulteração de provas, criminalização e prisão de midiativistas, estratégias violentas de repressão, gás lacrimogêneo e balas de borracha, etc.).

O que está em jogo afinal? #ninjasomostodos, o midialivrisimo e o midiativismo se encontram numa linguagem e experimentação que cria outra partilha do sensível, experiência no fluxo e em fluxo, que inventa tempo e espaço, poética do descontrolo e do acontecimento.

Exprimir o “grito”, como escreveu Jacques Rancière, tanto quanto tomar posse da palavra *é o modo de desestabilizar a partilha do sensível e produzir um deslocamento dos desejos e constituir o sujeito político multidão*. Trata-se de política como comoção, catarse, mas também negociação e mediação.

Estamos vendo surgir nas ruas uma multidão capaz de se autogovernar a partir de ações e proposições policêntricas, distribuídas, atravessadas por poderes e potências muitas vezes em violento conflito, mas que constituem uma esfera pública em rede, autônoma em relação aos sistemas midiáticos e políticos tradicionais e que emergiu e se espalhou num processo de contaminação virótica e afetiva, instituindo e constituindo uma experiência inaugural do que poderíamos chamar das revoluções P2P ou revoluções distribuídas, em que a heterogeneidade da multidão emerge em sinergia com os processos de auto-organização (*autopoiesis*) das redes.

Processos disruptivos, capazes de passar, de forma inesperada, de um medo ou euforia difusos a uma manifestação massiva, produzida por contágio e processos distribuídos do que Félix Guattari chamou de heterogêneses. Este livro vem pontuar a necessária atenção para os processos emergentes, a política, poética e erótica do contato, da contaminação, da experiência da insurgência em fluxo. Enquanto os poderes se reorganizam para um contra-ataque e guerra em rede, a multidão surfa nesse “devir mundo do ocupar” através de narrativas colaborativas que, mais que difundir as lutas, são a própria luta. (Rio de Janeiro, julho de 2013)

1

A Invenção do Ciberespaço

O ativismo dos grupos de discussão da Internet

1984 é o ano em que a rede global de computadores é nomeada de Protocolo Internet. Antes, no dia 1º de janeiro de 1983, os militares deixam a Arpanet para criar a MilNet². A Internet – criada originalmente como uma máquina de combate – era um dispositivo de monitoramento e controle. Mas foi tomada de assalto por micropolíticas estranhas, fazendo da rede um meio de vida e uma máquina de cooperação social, por intermédio da multiplicação de grupos de discussão na usenet e nas BBSs (de quem as atuais redes sociais se originam), tornando a então Arpanet um dispositivo de produção de relações, de afetos, de cooperação e de trocas de conhecimentos micropolíticos, e não apenas um meio de transporte de informações científicas, financeiras e militares.

Se a primeira Internet possui uma arquitetura estratificada *peer-to-peer*, cujas conexões aconteciam graças a grandes *hubs* (as universidades), a Internet *hacker* do *modem* e da telefonia – empreendidas pela cultura *hacker* nos anos 70 – fez multiplicar

conexões entre micro-nós que faziam outros usos da rede (inclusive os usos terríveis e escandalosos).

Animados pelas prospecções de McLuhan, os ativistas da Costa Oeste se implicaram a desenvolver novas tecnologias aplicando-as na imprensa alternativa, nas rádios comunitárias, em espaços domésticos de fabricação de produtos de informática e nos vídeos comunitários (Barbrook, 2000, p. 3).

Não se trata, portanto, de ver em 1984 um momento moral de rompimento da Internet. Ou seja, ver a primeira rede, a militar, como bélica, e a segunda, a científica, como a difusão da cooperação social. Na verdade, a formação de classe que agita a rede – misturando os ativistas da contracultura aos pesquisadores universitários e aos militares do Departamento de Defesa Americano – faz a Internet viver, desde o seu início em 1969, uma tensão constante de diferentes movimentos e poderes. Por um lado, eles querem uma rede focada nos interesses mais financeiros e científicos; mas, de outro lado, aparecem os *hackeadores* da rede, fazendo dela um dispositivo de conversação e relações sociais comunitárias, onde cada um tem sua própria voz sem precisar passar pela intermediação de instituições e discursos oficiais ou comerciais. Um caso simples, mas que demonstra bem essa confusão, pode ser apontado na própria invenção do *modem* e, posteriormente, as diferentes criações de códigos de programação para rodar programas de computador em cima dele, possibilitando à informação circular na linha telefônica. Um desses *softwares* foi a rede Usenet, primeira plataforma popular de conversação *online* na história da rede e a fundadora da relação “muitos-muitos” como modelo do diagrama de comunicação através da Internet.

Em 1979, três estudantes da Universidade de Duke e da Universidade da Carolina do Norte – não participantes da Arpanet – criaram uma versão modificada do protocolo Unix que possibilitou a ligação de computadores por meio da linha telefônica. Usaram-na para iniciar um fórum de discussões *online* sobre os computadores, o Usenet, que logo se tornou um dos primeiros sistemas de conversa eletrônica em larga escala (Castells, 1999, p. 377).

Deste modo, o ano de 1984 pode ser lido como o ano da invenção do ciberespaço. É o instante de organização de inúmeros grupos ativistas que fundam a noção de ciberespaço – esse território virtual de trocas, ação coletiva e produção comum de linguagens nomeada assim no seminal *Neuromancer*, romance de William Gibson, também datado de 1984, uma obra que se torna metáfora perfeita dessa subjetivação informacional trazida pelo povoamento da Internet através dos grupos de discussão. No romance, existe uma IA (Inteligência Artificial) cindida cuja metade é refém do espaço financeiro sediado no Rio de Janeiro. Essa IA quer se libertar e domina a mente de um militar fanático enlouquecido, fazendo-o contratar um *hacker* drogado e uma prostituta ciborgue para se apropriar da IA prisioneira das corporações. Essa curiosa “diligência” vai lutar pela emancipação da IA. Gibson faz passar pela literatura o sentido da invasão das redes digitais pela Usenet e os grupos de discussão: libertação de uma IA comunicacional de sua subjugação informacional aos interesses exclusivos do capital.

Antes dos grupos de discussão da Usenet e das recentes Bulletin Board System (BBSs), a Internet era um espaço de *scholars* e de nós pequenos sem nenhum atrativo. Era um lugar para transferir grandes quantias monetárias e dados, mas não havia nada para se fazer de muito interessante. Com a emergência

do ciberespaço (ambientes virtuais comunitários e participativos dos grupos de discussões), a comunicação distribuída suporta uma série de ativismos que vai da distribuição de *hacks* à articulação de ações coletivas contra sistemas totalitários; de campanhas de adesão para determinadas causas sociais ao trabalho de debate intelectual através de um fluxo constante de *replies* ligados a uma discussão teórica. 1984 é o ano em que surge o ciberativismo como sinônimo de ações coletivas coordenadas e mobilizadas coletivamente através da comunicação distribuída em rede interativa. Ou, como destacou o filósofo Maurizio Lazzarato, para apontar o elemento mais relevante da cibercultura, então inventada por diferentes movimentos dos grupos de discussão:

Com a Internet, não se trata mais de dispositivos de formação de opinião pública, de compartilhar julgamentos, mas da constituição de formas de percepção comum e de formas de organização e de expressão da inteligência comum (Lazzarato, 2006, p. 183).

Na história da militância política, a Internet dos grupos de discussão vai inaugurar a política de vazamento como *modus operandi* para fazer chegar aos diferentes usuários de todo o mundo as informações privilegiadas sobre a situação social de regimes políticos fechados, a crítica a poderes econômicos e militares num contexto de bipolaridade mundial, ou mesmo ser a base de sustentação da articulação política de movimentos feministas, ambientalistas e estudantis, amparados em torno de instituições não governamentais que usam as BBSs e a Usenet para organizar suas lutas ou para vazar notícias que sofrem barreiras das censuras políticas e econômicas locais. O aparecimento do ciberativismo – numa versão *hacker* e comunitária – rompe com

o próprio ativismo social que se realizava até então no campo da comunicação social. Na época, a “guerrilha midiática” acontecia com a produção de contrainformação usando o meio da radiodifusão (rádio, especialmente). Com a invenção do ciberespaço, a guerra de informação ocorre de modo subterrâneo, entre aqueles que possuem centrais de comunicação mediadas por computador. Em síntese: os *hackers* de narrativas fazem dos grupos de discussão uma estrutura de mídia que permite a toda informação vazar nas mais distintas comunidades virtuais; ao mesmo tempo, que peritos em programação computacional – os *hackers* de código – não param de inventar linhas de comando que tornam a Internet mais livre, num período em que a ideologia proprietária em torno dos direitos autorais se intensifica entre os desenvolvedores de tecnologia.

A invenção do midialivrisimo, ou o *hacker* de narrativas

Os grupos de discussão e as comunidades *hackers* abrem, em 1984, uma bifurcação no entendimento do que se apreende sobre o ativismo midiático (o midialivrisimo). Por um lado, o midialivrisimo de massa reúne experiências de movimentos sociais organizados que produzem mídias comunitárias e populares, de dentro do paradigma da radiodifusão, se afirmando como práticas da sociedade civil alternativas e antagonistas em relação ao modo de se fazer comunicação dos conglomerados empresariais transnacionais e nacionais de mídia (que controlam a opinião pública desde o nível local até o internacional).

Já o midialivrisimo ciberativista reúne experiências singulares de construção de dispositivos digitais, tecnologias e processos compartilhados de comunicação, a partir de um processo de colaboração social em rede e de tecnologias informáticas, cujo

principal resultado é a produção de um mundo sem intermediários da cultura, baseada na produção livre e incessante do comum, sem quaisquer níveis de hierarquia que reproduza exclusivamente a dinâmica de comunicação *um-todos*.

Na nossa avaliação, esses dois modos de midialivrismo têm uma mesma base comum: a lutas antidisciplinares dos anos 60 e 70. E conjugam do mesmo verbo: liberar-se. Mas eles possuem genealogias distintas. O midialivrismo de massa quer se liberar do poder concentrador da propriedade dos meios de comunicação; o ciberativista quer radicalizar os direitos fundamentais (ou mesmo subverter o sentido liberal destes), sobretudo a liberdade de expressão. Ambos reivindicam uma outra economia política dos meios, em que a propriedade dos meios deve ser comum, isto é, que a cooperação na produção social de conteúdos midiáticos seja regida por uma estrutura decisória coletiva da sociedade civil e por um direito de autor que permita que os conteúdos circulem livremente pela sociedade, e não apenas se torne uma máquina arrecadadora de patentes.

O midialivrista de massa origina-se na política radical dos novos movimentos sociais (urbanos, estudantis, sindicais, operários, etc.) que realizam também uma atividade transversal de luta pela democratização em países tais como o Brasil (mergulhado em uma ditadura militar), e se organizam em torno de rádios livres e comunitárias, imprensa alternativa e experiências de produção de vídeos e documentários com e sobre as classes populares. Revela-se em rota de colisão contra o industrialismo midiático, seja em sua forma jurídica das regulações, concessões e fontes de financiamento estatais; seja em sua forma econômica com a redução do mercado de mídia a poucos veículos, o que força a publicidade a investir seus recursos apenas nesses meios; seja em sua forma corporativa da existência de normas que restringem a atividade de imprensa, por exemplo, apenas àqueles

com diploma de jornalismo, criando a concepção de que todos os outros comunicadores não possuem qualidade para se expressar.

Já o ciberativista tem sua genealogia na arte radical ou nos movimentos da chamada contracultura. À base de muito sexo livre, *rock* e drogas pesadas, permeado do discurso potente do “paz e amor”, utilizam dos novos meios para produzir ruídos sonoros, literatura marginal, *performances* e instalações participativas e imersivas, videoarte, informática e eletrônica em níveis micro, articulando, portanto, toda uma nova cena tecnológica/cultural que recusa qualquer noção de poder baseado em alguma forma de mediação, como conselhos, direções, secretariados, para abrir-se a todo tipo de experimentação, cujo valor maior se fixa na frase “faça você mesmo” e em processos colaborativos de trabalho (mais tarde, em redes telemáticas).

Esses dois tipos de midialivrismo são coirmãos num movimento de “liberação da voz” do modelo de radiodifusão, concentrador e monopolista, cujo apogeu ocorre durante toda década de 80. Uma liberação da concepção do “homem-mediatizado” e a sua subsunção às estratégias da espetacularização de massa, tão bem caracterizada por Gui Debord. O midialivrista é o *hacker* das narrativas, um tipo de sujeito que produz, continuamente, narrativas sobre acontecimentos sociais que destoam das visões editadas pelos jornais, canais de TV e emissoras de rádio de grandes conglomerados de comunicação. Em muitos momentos, esses *hackers* captam a dimensão *hype* de uma notícia para lhe dar um outro valor, um outro significado, uma outra percepção, que funcionam como ruídos do sentido originário da mensagem atribuído pelos meios de comunicação de massa. Essa narrativa *hackeada*, ao ser submetida ao compartilhamento do muitos-muitos, gera um ruído cujo principal valor é de dispor uma visão múltipla, conflitiva, subjetiva e perspectiva sobre o acontecimento passado e sobre os desdobramentos futuros de um fato.

Os grupos de discussão midialivristas da Internet se baseiam em processos e práticas de atuação performática, dos quais a política radical passava longe. Eles proletarizam a Internet através da atuação das organizações não governamentais, dos militantes dos movimentos de gênero, racial, *gay*, ambiental, anárquico, dos aficionados em entretenimento, enfim, uma vasta segmentaridade de grupos sociais criadores de um novo povoamento da Internet e de um novo espaço. São os inventores do ciberespaço. O ativismo das comunidades virtuais criou o ciberespaço. Essa atuação individual na Internet se tornou uma “zona da impotência” do poder do Estado, como diziam Deleuze e Guattari, para salientar que todo centro de poder tem um aspecto débil, frágil. Uma zona de impotência porque o poder não a conseguiu, a partir daí, controlar nem determinar.

Não há qualquer pretensão no midialivrismo de ser mediador de algo ou alguém, senão radicalizar o princípio da “ação direta” que caracteriza a Internet. Ou seja: que cada subjetividade se arrisque a produzir seu movimento na rede. Os midialivristas são sujeitos aparelhados³ e interfaceados (em *sites*, *blogs* e perfis em redes sociais, etc.) que buscam, fora do *modus operandi* dos veículos de massa, produzir uma comunicação em rede que faz alimentar novos gostos, novas agendas informativas e novos públicos, alargando assim o espaço público midiático, porque consegue *hackear* a atenção de narrativas que antes se concentravam no circuito de mídia. O midialivrismo é tipicamente a manifestação de uma monstruosidade comunicacional: são desenvolvidos por uma “pessoa qualquer” ou por pequenos “coletivos” que, por produzir intensa diferença nos modos típicos de narração da mídia de massa sobre os acontecimentos, logo se alçam como pequenas celebridades de nicho, tendo, deste modo, de arcar com uma dupla dificuldade: produzir diferença e evitar, constantemente, a captura espetacular de sua forma de vida.

Cultura informática e as lutas antidisciplinares

Hoje, numa Internet 2.0, um novo ciclo de lutas renasce a partir da Praça Tahir, no Egito, e rapidamente se alastra para a Europa e chega aos Estados Unidos com as ocupações. O *Occupy Wall Street*, agora se alastra por toda a América do Norte, pela América Latina e por toda a parte. É um movimento inusitado porque é um movimento que faz apelo aos acampamentos. As pessoas acampam em praças, acampam em ruas.

O movimento surgiu na soma de iniciativas de vários grupos, num período de experimentação de mobilizações ágeis, da repetição de ações em *flash*: e ao final se deu, em concomitância com as manifestações gigantes, a decisão de acampar (Negri, 2011, *online*).⁴

É um movimento que usa a ocupação e acampadas como sua força de modo diferente daquele movimento de Seattle (em 1999), quando milhares de militantes se instalaram na cidade para bloquear (e conseguiram!) a rodada de negociação econômica da Organização Mundial do Comércio. A “Batalha de Seattle” era toda ancorada no deslocamento, no enxameamento, na afluência e na contaminação (inclusive, virtual, com seus centros de mídia independentes). “Sem a cultura informática, Seattle seria impossível” (Negri, 2006, p. 55). Seattle inaugura um tipo de movimento em que se tem uma convocação internacional, várias pessoas em várias partes do mundo pegam aviões e pousam no lugar, fazem encontros, onde elas vão aprender alimentação vegana, técnicas iogues, resistência pacífica e táticas de não violência; coisas bastante diferentes daquelas que a luta política dos anos 70 ensinava.

O finado Kadafi, por exemplo, emprestava os desertos da Líbia para os treinamentos dos grupos de luta anticolonial armada, onde então se aprendia a lutar caratê e a usar uma AK-47 – hoje usada pelos traficantes. Ao fim do aprendizado, voltava-se para casa com seu grupinho de guerrilha e começava um movimento de enfrentamento. Esse era o perfil de um movimento de esquerda radical, dos movimentos revolucionários do final dos anos 60 e início dos anos 70 – o que estamos chamando de “política radical”. Talvez no Brasil tenhamos memória desse treinamento guerrilheiro que Cuba fazia com a esquerda armada antitadura militar. E esse tipo de movimento vai encontrar um limite no final de 70, depois de ter atingido um ápice.

O momento de deflagração internacional desses movimentos radicais envolve os jovens, o ano de 1968 vai se tornar emblemático, mas há ainda a Primavera de Praga, há o movimento do verão do amor em São Francisco e na Califórnia, há as barricadas das universidades norte-americanas em 1969 para enfrentar a polícia após a queima das convocações. A partir do final dos 60, os integrantes da esquerda radical vão se tornar figuras passíveis de processos criminais, muita gente vai ter de fugir dos Estados Unidos, por exemplo, por não querer lutar pela pátria. “Em 1968, parafraseando Hegel, o animal feroz do trabalho vivo destruiu todo limite disciplinar” (Hardt, Negri, 1994, p. 137).

Então, no contexto da política radical dos 70, há um movimento generalizado que já é antecedido por fenômenos inexplicáveis na esfera da juventude: cabeludos, drogas, *rock and roll*, pílula anticoncepcional, comportamento sexual promíscuo. Tudo isso que depois vai ser batizado pela imprensa de “era *hippie*” ou, de modo mais preciso e claro, vai ser batizado por Foucault de “lutas antidisciplinares”.

Até aquele momento havia alguns mecanismos de poder, “dispositivos de poder” dirá o Foucault, que dominavam o modo

como você produzia os indivíduos e as formas sociais de produção. E esse dispositivo poderia ser chamado genericamente de “dispositivo disciplinar”. Ele se baseava naquilo que Foucault vai chamar de uma “anatomopolítica”: certas condições sistêmicas geravam um corpo dócil, um corpo que não agiria sem ser solicitado e que só devia agir quando solicitado. Então esse corpo vai ser adestrado e vigiado dessa maneira na casa, na escola, no quartel e, finalmente, na fábrica.

A disciplina escolar, a disciplina militar, a disciplina penal, a disciplina nas fábricas, a disciplina operária, tudo isso é uma determinada maneira de administrar a multiplicidade, de organizá-la, de estabelecer seus pontos de implantação (Foucault, 2008, p. 16).

Mas a vigilância e a sanção para funcionarem dependiam de algo essencial: o exame. E os exames tinham que ser constantes, porque sem o exame não se podia fazer a vigilância chegar à punição, e a punição remeter à vigilância. Então se tinha que ter exames regulares e constantes.

Quando nos anos 60 a disciplina cai por terra, arruinada por inúmeras lutas sociais e a golpes de sexo, drogas e *rock and roll*, o que nela se esgota é a impossibilidade do exame. A queda do exame torna a vigilância e a punição inexequíveis. O exame cai através dos movimentos de *drop out*: o abandono dos estudantes das escolas, os movimentos de abandono da casa, os movimentos de abandono do trabalho. Esse movimento não acontece só no seio dos grupos proletários dominados, mas também no seio dos grupos dirigentes. É uma cena comum desse tempo: o filho do patrão abraçar o filho do empregado, chutar a fábrica para o alto e irem os dois “queimar um fumo” em Katmandu ou tomar um LSD em Marrocos. Nenhum deles quer mais trabalhar na fábrica.

A fábrica não era desejável para mais ninguém. Nesse momento a disciplina cai por terra porque ela não afeta mais ninguém. As pessoas já não tomam banho, são promíscuas sexualmente, vivem na vagabundagem. Elas destroem a possibilidade do exame. Se as pessoas não querem estar na escola, na fábrica, na casa ou no quartel, como é que se vai examinar essa gente? “O exôdo, ou seja, a mobilidade desses novos sujeitos, torna-se a figura de uma resistência ativa que tende a representar a si mesma como poder constituinte” (Hardt, Negri, 1994, p. 152). Então, aparecerão vários tipos de movimentos: de filhos de operários ingleses ou de jovens da classe média californiana. O *rock*, por exemplo, surge na Europa como um movimento de afirmação de filhos de operários ingleses.

Para lembrar um dado importante: contra a homossexualidade inglesa havia uma lei extremamente rigorosa, que atingiu, por exemplo, Oscar Wilde e o destruiu; atingiu também Alan Turing, o gênio matemático que criou a lógica que embasa a programação computacional. Essa lei só vai cair por terra em 1964, por causa dos Beatles. Eles tinham difundido um modo de ser e um modo de proceder que tornavam a execução da lei inviável. Usavam calças apertadinhas, reboavam, tinham um cabelão. Como se aplica uma lei de homossexualidade num ambiente em que todo o jovem parece *gay*? A lei teve que cair porque ela se tornou impraticável.

Então, esse movimento que se inicia na Europa e se alastra por toda a parte vai deflagrar essas lutas antidisciplinares, essas revoltas que destroem a disciplina como lugar de poder, como dispositivo básico de relação de poder na sociedade. Em Foucault, relações de poder são relações geradas através de uma ação sobre outra ação. Pode ser tanto uma ação sobre uma ação presente, como uma ação sobre uma ação futura. Os mecanismos disciplinares, por se ancorarem em um corpo dócil e por se fun-

darem nos hábitos e na moldagem do corpo, se faziam através da ação sobre a ação presente. Gerava o corpo que não age sem solicitação. Quando dizemos que o corpo não age sem solicitação, isso significa não agir para o bem ou para o mal, para o bom ou para o ruim. A disciplina fazia a fábrica funcionar, mas também fazia os operários lutarem. Toda luta operária, todas as lutas das mais diversas, passavam pela disciplina. Gritar palavras de ordem, fazer o corpo agir de uma determinada maneira contra tudo e contra todos.

A disciplina é ao mesmo tempo terrível e catastrófica. E a disciplina como mecanismo de poder era tão curiosa que, se num dado momento da década de 30, se examinassem as principais instituições dos Estados Unidos liberal, da União Soviética comunista e da Alemanha nazista, tudo funcionava do mesmo jeito. A fábrica era igual, a escola era igual. Mudava o conteúdo, mas a ordem era a mesma.

Não estamos dizendo com isso que é a mesma coisa viver nos Estados Unidos de Roosevelt, na Alemanha de Hitler ou na União Soviética de Stalin. Estamos dizendo que uma fábrica nazista, uma fábrica comunista e uma fábrica capitalista possuíam a similitude de serem produzidas pelo mesmo modelo de governabilidade: o disciplinar.

É curioso analisar o que aconteceu na Itália dos 70. Até 1977, é o ápice do domínio dos grupos de extrema esquerda na Itália, o Autonomia Operária sendo um dos grupos mais *sui generis*, mas há uma forte atuação (violenta) das Brigadas Vermelhas se enfrentando diretamente com os remanescentes do fascismo, encastelados nas polícias e em vários gabinetes do Estado italiano em nome da luta contra o comunismo. Este processo de luta chega a um ápice. Vai acontecer a tomada de Roma, pela extrema esquerda, mas eles largam o poder pois não sabiam o que fazer com ele. E eles tomam Bolonha por uma

semana (Roma foram quatro dias; Bolonha, sete) e novamente largam. A questão era o: e agora? Eles tinham que recuar porque governar era ser disciplinar. A opção era virar stalinista, era repetir o indesejável. Então há esse refluxo e há toda essa liquidação que, nesse momento, começa a atingir as lutas e os movimentos sociais no mundo inteiro. Mas o fato é que há um instante em que essa esquerda é liquidada, mas não as lutas antidisciplinares. E elas prosseguem até 1989 quando cai a União Soviética. A queda do muro de Berlim e a dissolução da União Soviética marcam o final das lutas antidisciplinares.

E nesse prosseguir faz surgir um novo sujeito político: o proletário social organizado no trabalho imaterial, cuja produtividade se faz através da cooperação. A qualidade do trabalho vivo se torna absolutamente imaterial. No lugar da força repetitiva e autômata, as lutas antidisciplinares forçaram a adoção de novos mecanismos de produção. O cérebro inventivo, cooperativo e colaborativo passa a comandar o valor do trabalho, mesmo dentro das novas estruturas de poder capitalistas, na época, chamadas de pós-fordismo. Hoje, em sua forma mais desenvolvida, ele denomina-se capitalismo cognitivo. Não é à toa que os mecanismos computacionais terão centralidade como instrumento de trabalho, à medida que eles articularão consumo e produção em tempo real e se tornarão a ferramenta universal do trabalho contemporâneo. “O trabalho vivo técnico-científico é uma qualidade massificada da *intelligentsia* operária, dos ciborgues e dos *hackers*” (Negri, Hardt, 1994, p. 150).

A cultura *hacker*, assim, ilustra bem a passagem do trabalho material ao imaterial e, por conseguinte, os conflitos desencadeados nas atuais estruturas de poder capitalista por causa dessa mutação produtiva. Ao analisar o trabalho *hacker*, veremos que a motivação para criação de inovações tecnológicas reside na

construção de meios de circulação de saberes que possam tornar a sociedade mais desenvolvida e democrática. Não se trata, em nenhuma hipótese, de altruísmo. O *hacker* busca o reconhecimento social, o que torna o seu principal instrumento de valoração do próprio trabalho. Quanto maior é o seu reconhecimento social, maior é o seu acúmulo de capital humano, o que obviamente é traduzido em ofertas crescentes de oportunidades de trabalho. A economia política da cultura *hacker* faz residir o valor na circulação (dos seus conhecimentos, mas também dos valores da sua própria vida). A Internet dos grupos de discussão, como invenção máxima da cultura *hacker*, exprime bem a atual configuração da produção do valor: é o espaço de distribuição, mas também de produção de novos processos, produtos e serviços, que eventualmente se tornam valores para a produção de outros processos, produtos e serviços. A circulação torna-se eminentemente produtiva.

Os *hackers* valorizam antes de tudo uma relação com o trabalho que não se baseia no dever, e sim na paixão intelectual por uma determinada atividade, um entusiasmo que é alimentado pela referência a uma coletividade de iguais e reforçada pela questão da comunicação em rede. Como analisa Antonio Negri:

São vários os autores que explicam essa ética *hacker* e que insistem em pensar que o espírito *hacker* consiste na recusa das ideias de obediência, de sacrifício e de dever que sempre foram associadas à ética individualista, à ética protestante do trabalho. Os *hackers* substituem essa ética não de uma maneira egoísta, mas, ao contrário, por um novo valor que prega que o trabalho é mais alto quanto maior seja a paixão que esse trabalho desperte. Falamos de paixão, aderência, interesse e continuidade (Negri, mimeo).⁵

A Internet aberta das BBSs e da Usenet

Por outro lado, ao longo dos 80, enquanto o trabalho se informatizava e se tornava uma atividade em rede, emergiam duas coisas ambivalentes. Por um lado, emergem as ONGs, que são egressas dos movimentos sociais. Elas conseguem se ordenar e se desenvolver se acoplando à Internet, porque a Internet é um gigantesco facilitador e barateador de custos organizacionais e cooperativos. De outro lado, há também, neste momento, o uso da Internet para financeirização do mundo. Os bancos, o tempo inteiro, usam a Internet para fazer circular seus negócios, é o momento que tem aquele capital que gira 24 horas pelo mundo inteiro e que não tem mais fronteiras. Ele voa constantemente e pousa em diversos lugares, fazendo um efeito de lucro e saindo para outro lugar.

Até 1984, estávamos em uma Internet fechada, era uma Internet usada para desenvolver a famosa guerra nas estrelas, que vai fazer com que a União Soviética desista do comunismo, por ser ela própria incapaz de fazer algo parecido, semelhante ou igual. E a União Soviética vem por terra. Isso é terrível do ponto de vista de uma esquerda ideológica. Do ponto de vista das lutas antidisciplinares, pelo contrário, é a apoteose: a disciplina acabou! E temos já nos 80 a emergência de diferentes formas de lutas acopladas a uma diferente forma de comunicação: a Internet ou a comunicação distribuída desenvolvida nela. Por um lado, a Internet foi feita pelos militares para constituir a possibilidade de coordenar e comandar uma guerra de destruição fantástica, que seria a guerra termonuclear. Uma guerra que devastaria tudo, e que, portanto, as operações de comando e de alianças tenderiam a ficar instáveis e eventualmente não poderiam acontecer. A Internet foi feita para que, mesmo nessas condições, os aliados pudessem continuar lutando juntos. Então, a Internet é feita pelos

militares como uma grande máquina de guerra. Mas que funciona antes como um dispositivo de resistência. Como uma máquina de luta, como uma máquina de operação radical da ação coletiva.

De outro lado, as universidades que também estão no meio desse projeto fazem com que a Internet seja uma potente máquina cooperativa. Produzem grandes projetos em rede, como o acelerador de partículas virtual e também atividades científicas compartilhadas (tais como o desenvolvimento dos protocolos e *softwares* complexos). Cada universidade faz um pedacinho, cada uma opera um pouco e trabalha em conjunto. A Internet não só facilita, como capacita e possibilita essa cooperação. Sem ela seria impraticável. Tudo teria um custo proibitivo, e com a Internet é um custo baixíssimo. Então, nessa perspectiva para além dos militares, há um outro pé da comunicação distribuída, que é a universidade, que faz com que a Internet seja uma plataforma que se abra para a colaboração sem limites, para essa cooperação ampla e ilimitada. Nós temos aí a conjugação de duas coisas aparentemente contraditórias ou pelo menos conflituosas. Uma gigantesca máquina de luta e combate para fins bélicos e uma gigantesca máquina de cooperação.

Mas, em 1984, essa ambivalência entre luta e cooperação alcança seu limite, pois os militares saem da Arpanet (que passava a ser uma rede de investigação científica) e criam uma rede própria, a chamada MilNet. A partir daí, a Arpanet viu emergir uma cultura nova que não estava associada nem às universidades, nem aos militares, mas a toda uma classe de usuários que não frequentava a universidade nem trabalhava para o governo.

Foi essa classe digital que fez emergir os fóruns e os grupos de discussão e de *e-mail*. Ela vai marcar a inauguração do ciberativismo em comunidades virtuais. Esses fóruns serão mecanismos de vazamento de informações sigilosas, meios de

coordenação de ações coletivas e instrumentos de compartilhamento de conhecimento e resolução de problemas. Todos esses fóruns se popularizaram a partir de 1984, quando do uso intensivo da Usenet, as BBSs e os MUDs. Num mundo onde crescia a concentração midiática de informação, que fazia com que qualquer notícia passasse pelo filtro de oligopólios empresariais de comunicação.

A solução ativista para este problema foi utilizar a comunicação mediada pelo computador para criar redes de informação planetárias alternativas” (Rheingold, 1993, p. 31).

A Usenet – que significa Rede de Usuários Unix (Unix User Network) – foi criada para ser um fórum de discussão sobre o sistema operacional Unix. Era um leitor de notícia sem um banco de dados central; o programa servia para varrer os computadores e entregar ao usuário as últimas notícias publicadas por cada ponto da rede. Para essa busca, se valia de um sistema simples de indexação do textos, pois cada um deles era marcado por diretórios: alt, biz, comp, misc, rec, sci, soc e talk. E, a partir desses diretórios, criava-se, de modo autônomo, os subdiretórios. Era possível, por exemplo, criar um grupo de notícias (*newsgroup*) “alt.ativismo” para informar ou coordenar atividades para ativistas. A Usenet era um sistema nômade que entregava notícias (na forma de texto) de máquina em máquina. E o mais importante: permitia conversação dentro de seu sistema, de modo que cada mensagem poderia ser respondida a qualquer um de seus usuários, radicalizando o princípio que todos tinham o mesmo poder de comunicação. A comunicação distribuída era radical: distribuía-se o poder de produção, os recursos, o poder de difusão, o poder de processamento, o poder de retorno. Tudo era distribuído e nada irradiado.

Essa abundância de mensagens virtuais sem controle central e com forte espaço para todo tipo de expressão fez emergir uma nova estrutura de organização social: as comunidades virtuais. Elas, sem dúvida, abriram um modo de atuação em rede que fez ampliar a circulação subterrânea e vazada de informação até em territórios onde o *Pravda* era a *única* verdade.

Durante a revolta de Moscou, a informação anunciada na Usenet foi usada pela Voz das Américas e CNN e (indiretamente) por algumas outras emissoras e periódicos ocidentais. Na URSS, a Usenet se tornou um dos principais canais de informação: os canais telefônicos e de telex convencionais estão bastantes censurados (Mensagem de Mark Anderson no *newsgroup alt.culture.usenet* citado por Rheinghold, 1994, p. 167).

A Usenet é um mecanismo *hacker* onde se tem protocolo (portanto, controle), mas é, concomitantemente, uma rede aberta. Ela é uma rede onde o usuário pode fazer alguma coisa. O próprio fato de a Usenet ter sido criada a partir de um datagrama que roda e melhora o Unix já é uma demonstração vital de um *hacktivism*. É *hacker* porque desestabiliza a lógica governamental dos protocolos então em vigor: “Não precisamos de protocolo, façamos com datagrama mesmo”. Somente depois a Internet vai criar o protocolo dos grupos de discussão, o NNTP. Os grupos todos eram feitos com datagrama de Unix e funcionavam exatamente porque a base de circulação da Internet era o Unix. Tanto que, quando se começou a universalizar a Internet, seja no Macintosh, seja no Windows, o que vai ser feito? A criação de um programa, que no Windows é o Winsock – um tradutor de Unix para o DOS. O tradutor remonta aquilo em uma linguagem dos *sockets* de tal modo que ele possa entender o que chega na linguagem Unix, porque, na verdade, a Internet é Unix. Seja Java, seja o que for, o

chão dela é o Unix. Então quando a Internet começa a ir para os outros sistemas de comunicação, o que se faz é permitir que esses sistemas leiam e conversem em Unix.

E o interessante da Usenet é que, de certa maneira, ela se torna uma referência a esse próprio termo “rede das redes”, porque ela é uma rede que funciona a partir das margens, da troca de informação, a partir também de um certo léxico (os diretórios-raiz) – foi criado ali todo um código para organizar as trocas de informação.

A Usenet tem algo curioso: a estrutura dela é toda em árvore, é disciplinar. É dividida em disciplinas como história, sociologia, física, biologia. Dentro de uma disciplina como a física: física isso, física aquilo. Dentro de cada física mais subdivisão. Havia nela uma lógica de endereçamento da mensagem de acordo com o nicho a ser atingido. Mas o único nicho que funcionou plenamente – sendo o mais movimentado onde aconteciam todas as maluquices – era chamado “Misc”, derivado de miscelânea. Ali era para coisas que aparecessem, e esse virou o grande barato. Tudo estava em miscelânea, se alguém olhasse nos outros diretórios, encontraria pouquíssima coisa e tudo limitado: 3, 4, 10 comunicações e só. Na miscelânea não, tudo ficava fervendo, era ali que estava o pornógrafo, era ali que estava o pedófilo, era ali que estava o *hacker*, era ali que estavam os programadores, era ali que estava o público discutindo o noticiário dos jornais, rádio ou TV. O “Misc” era tão vital para os posseiros do ciberespaço que os *hackers* logo inventaram modos de liberar a criação de grupos das formalidades existentes (porque tinha todo um sistema para criar e organizar os grupos). Aí começaram a surgir uns grupos malucos do tipo: “eu odeio Barney”, “poetas negras lésbicas”, grupos completamente inacreditáveis. E esses grupos estavam em “Misc”. Vai ao “Misc” que é lá que está tudo. Fora do “Misc” não há salvação. É toda uma nova maneira de pensar a

organização da informação a partir da conversação comunicacional. A reordenação da informação no modo miscelânea transformou a árvore da Usenet em um poderoso rizoma.

A Usenet antecipa o Napster de 1999 se estruturando como uma rede sem *hubs*, uma rede lógica sobre uma infraestrutura tecnológica. É uma sobreposição de redes criada em cima da demanda dos usuários. Os sistemas não têm a obrigação de transportar a Usenet, nem de disponibilizá-la. Mas a pressão do usuário conectado, querendo participar da Usenet, acaba por obrigar ao sistema se abrir. Mas com a Usenet tem todo um jogo de “isso eu deixo circular, isso não deixo”, uma política feita pelo servidor local que permite a circulação da Usenet. Do ponto de vista do usuário, para acessar o “conteúdo restrito”, a solução era acessar um outro servidor que permitia o envio e o recebimento de determinadas notícias.

Essa cultura do vazamento e da cooperação social vai ganhar ainda mais musculatura em 1984, quando o programador, anarquista e ativista *gay*, Tom Jennings, possibilitou que o usuário, de sua casa, usando um modem, uma linha telefônica, um computador pessoal e seu programa, FidoNET, se tornasse um operador de um “clube BBS” ou um Sistema de Boletim Eletrônico, uma comunidade virtual cujos sócios pagavam para acessar, conversar e trocar informação em tempo real.

Durante os anos 80, as BBSs foram a aplicação mais popular da Internet e o terreno máximo da liberdade de expressão. E um canal de comunicação direta de organizações sociais, sindicatos, partidos, comunidades de fãs, ativistas, doentes, estudantes, enfim, era o hospedeiro de movimentos sociais de todo tipo. E ainda possibilitava inúmeras alternativas de rota para a infor-

mação, transformando a censura em algo difícil de se aplicar por qualquer agente da rede.

As BBSs têm algo em comum com os “zines”, as revistas populares, comunitárias, de pequena circulação que surgiram dos fanzines dos fanáticos por ficção científica. Os editores de zines e os operadores de BBS são, ambos, canais para a manifestação direta da cultura popular, não editada, não polida, às vezes ofensiva das sensibilidades tradicionais (Rheinghold, 1994, p. 175).

O que fazia com que alguém pudesse se plugar na BBS eram os grupos de discussão. As BBSs traziam uma inovação inexistente à Usenet: o usuário poderia criar uma central de informação, tornar-se um servidor. O conceito é de clube: paga-se pelo acesso a um serviço ofertado aos sócios. O serviço é a informação especializada que se compartilhava. A partir de pouco dinheiro que entrava pelo pagamento do acesso, o operador da BBS comprava mais equipamentos, para ir melhorando a velocidade e qualidade de acesso ao servidor. No Brasil, uma das maiores BBSs, a Centroin, mobilizava inúmeras conversações e foi tema de uma das primeiras reportagens sobre o tema, feita pela equipe da antiga TV Manchete:

Cerca de 40 milhões de pessoas estão conectadas por um novo vírus. Esse vírus leva a pessoa a se desligar do mundo real durante uma parte do dia para navegar pelo ciberespaço. Nesse lugar não existem barreiras de sexo e idade. E sempre é possível encontrar pessoas com interesses parecidos. E aí começa a troca de mensagens, que podem ser públicas ou privadas. Com o tempo, a curiosidade aumenta e essas pessoas têm vontade de se encontrar no mundo real. E o convite para esses encontros não

vêm pelo correio, mas pelo computador, no lugar e hora marcados, usuários de BBSs começam a chegar. Alguns vêm com identificação. Téo Andrade e Bernardo Gurgel são médicos. Conheciam-se há muito tempo, mas nunca haviam se visto. “A gente fica trocando mensagens, conhece as ideias, conhece os valores, mas não conhecemos as pessoas, daí fazemos os encontros físicos”, diz Bernardo.⁶

Há dois vetores que podemos extrair das BBSs. Num primeiro momento, nos 60 e 70, a rede é pensada como uma rede de conexão alavancadora de negócios. Ou seja, é uma rede que se traduz em *business*, não necessariamente dinheiro, mas *business*. Projetos, guerras, empresas. É o império da placa de rede Ethernet e da lei de Metcalfe (inventor da placa). Pode-se estipular que o valor da rede é o número de nós exponenciado ao quadrado, porque justamente as conexões criam oportunidades de negócios. Quanto mais conexões, mais oportunidades de negócios. Mas dentro desse movimento, quando se trabalha não mais as conexões e se entra nos espaços das conversações, começa a outra exponenciação dos grupos. E aí é ao contrário: é 2 elevado ao número de nós. Ao invés de 10^2 , 2^{10} . Isso muda tudo, pois os grupos são formação de relação social e mercados. Eles produzem mais-valia. São invenções e possibilidades de relações sociais, mas também geração de mais-valia. Os grupos são necessariamente mercados, porque ali algo se trama, algo se conversa, não no sentido capitalista de mercado, mas no sentido etmológico de *mercato*: a feira, o lugar onde tudo se troca. Nos grupos de discussão o que importa não é a produção da informação, mas a transformação dos grupos de discussão em meios de vida. Em produção do comum. Os grupos podem gerar uma miscelânea só em termos de informação, mas ali se constitui relações pessoais,

formação cultural, trocas de experiências, capacitação em conhecimentos complexos, enfim, a vida se processa e a individuação acontece e é produzida não por um agente exterior (a mídia de massa), mas pela própria presença constante de interesses e atividades divergentes ou confluentes.

A Internet dos grupos de discussão cria um ciberespaço passível de conversação, onde não só se adere à conversação existente, como pode-se inventar uma conversação. E a BBS vem e povoa isso, porque ela permite que qualquer um pegue o seu computador, tenha acesso ao ciberespaço e participe dele. Se no meu computador não tenho acesso a isso, a BBS diz: “Você liga pra mim, seu modem se conecta com meu modem e, então, você tem acesso aos grupos de discussão da Usenet e vários outros serviços da Internet”. E mais, o que as BBSs passam a fazer? Elas criam grupos de discussão que circulam mais amplamente ou menos amplamente de acordo com a demanda que cada núcleo de circulação faz. Então, por exemplo, aqui no Brasil, nos anos 80, o João e o Zé vão ter a sua BBS, vão estar conectados à Internet e vão criar os seus grupos de discussão, que vão permitir a eles coordenarem ações nacionais contra a ditadura, pela democratização. E ninguém percebia, ou só percebia quando aquilo ganhava um volume de massa. E eles faziam denúncia de abusos, de tortura, do regime militar. Apesar do poder de denúncia, o grande barato dos grupos de discussão era coordenar a ação coletiva, coordenar uma ação em todo o território nacional, uma campanha.

Então, nos anos 80, vemos a emergência dos grupos de discussão e das comunidades virtuais, mas isso coincide com a forte presença das ONGs. Elas são os únicos grupos que conseguem fazer ação política. Os partidos em queda, as instituições políticas em queda, não conseguem fazer nada de maior expres-

são. São os grupos de discussão que fundam a política da ação direta que marcará as mobilizações tecidas em rede, pois são atividades cujas normas são traçadas em público e no caos das conversações virtuais, e não a partir de hierarquias organizacionais. A partir dos grupos de discussão, a Internet já não está mais exclusivamente na mão apenas dos setores econômico, governamental, militar e universitário. Começa uma população a invadir. E muito em função desse trabalho *hacker* de programadores não alinhados ao governo. Esses *hackers* vão fazer programas que permitem às pessoas entrarem na Internet e usarem-na de modo simples, fácil, grátis.

Hackers, crackers e a cultura livre

1984 ainda vai ser emblemático por ser o ano quando se é criada a Free Software Foundation, que vai abrir um campo de ativista no terreno da produção e distribuição de *software*, ao ser criado o sistema operacional GNU e a licença pública *copyleft*. A gênese do Movimento do *Software Livre* se remete à figura do seu fundador, o programador norte-americano Richard Stallman. Tudo começou devido a uma impressora matricial, no início da década de 80, quando o Laboratório de Inteligência Artificial do MIT (EUA) – onde Stallman estava empregado – comprou um aparelho que deixou boquiabertos os programadores e funcionários que ali trabalhavam.

Tratava-se de uma impressora capaz de funcionar a uma velocidade assombrosa, e o alvoroço inicial que provocou entre os programadores do laboratório se transformou em desilusão ao comprovar que aquela máquina não só podia imprimir em segundos, mas também mastigar algumas folhas que passavam pelas entranhas eletrônicas (Stallman, 2000, p. 3).

O então programador Richard Stallman se propôs a acabar com o problema e solicitou à empresa fabricante o código-fonte (a sequência das instruções do programa) da impressora. O objetivo de Stallman era corrigi-lo e melhorá-lo para evitar os gastos com papel e as consequentes irritações dos usuários. Contudo, a empresa se negou a disponibilizar o código, alegando razões comerciais, e os programadores tiveram que seguir cruzando os dedos para que o diabólico aparelho não triturasse seu trabalho. Este fato fez com que Stallman perdesse a paciência e o empurrou a sonhar com uma nova ordem informática, em que ninguém pudesse se apropriar do código de um programa e que qualquer pessoa pudesse usar e modificar os programas da forma que quisesse.

Ele se empenhou, então, na criação de um sistema operacional – por ser este o *software* crucial para que um computador pudesse funcionar. “Com um sistema operacional livre, nós poderíamos ter uma comunidade de *hackers* cooperando novamente – e convidar qualquer um para unir-se a nós” (Stallman, 1998, p. 4).

Stallman decidiu produzir um sistema operacional baseado no Unix, pois assim o sistema seria portátil e os usuários do Unix poderiam migrar para ele com facilidade. Em 1984, o programador norte-americano conclui seu feito, batizando-o de GNU, seguindo a tradição *hacker* de utilizar acrônimos, no caso, “*GNU is Not Unix*”. Essa caminhada em busca de um sistema operacional foi denominada de Projeto GNU, o marco fundador do Movimento do *Software* Livre.

Logo após o lançamento do sistema operacional GNU, Stallman o nomeou de “*free software*”, não no sentido de “*free*” como gratuito, mas como liberdade de: 1) executar um programa, com qualquer propósito; 2) modificar o programa e adaptar às necessidades do usuário (isto significa ter acesso ao código fonte);

3) redistribuir cópias, tanto grátis como com taxa; 4) distribuir versões modificadas do programa, de tal modo que a comunidade possa beneficiar-se com as melhorias.

O nascimento do *copyleft*

Como na ocasião estava desempregado, pois havia pedido demissão do MIT (com medo deste se manifestar, no futuro, proprietário do seu invento), e como algumas pessoas queriam utilizar o GNU, Stallman cobrou US\$ 150,00 pela distribuição pelo correio dos códigos-fonte. Isso era setembro de 1984. Vendo a ocorrência da massificação do seu invento, por meio de uma distribuição livre, o programador temeu que alguém se manifestasse unilateralmente dono da sua criação. Para conter isso, surgiu o desejo de criar um dispositivo que assegurasse um GNU livre, antes de ser popular.

A meta do GNU era dar liberdade aos usuários, não só ser popular. Então, deveríamos usar condições de distribuição que prevenissem que alguém se apropriasse do *software* GNU, tornando-se proprietário. O método que nós usamos para isto foi denominado de *copyleft*⁷ (Stallman, 1998, p. 7).

Sua explicação prossegue:

A ideia central do *copyleft* é que nós damos a qualquer um a permissão para executar o programa, copiar o programa, modificar o programa e redistribuir versões modificadas – mas nós não lhe damos permissão para somar restrições de sua propriedade. Deste modo, as liberdades cruciais que definem o “*software* livre” são garantidos a qualquer um que tenha uma cópia; eles tornam-se direitos inalienáveis (Stallman, 1998, p. 2001).

O *copyleft* utiliza o mesmo modelo da lei dos direitos autorais, mas invertendo-o em termo do propósito habitual: em vez de ser um meio de privatizar o *software*, se torna um meio de mantê-lo livre.

Para um *copyleft* efetivo, as versões modificadas também devem ser livres. Isto assegura que todo o trabalho baseado no nosso fique disponível para nossa comunidade, se for publicado. É o *copyleft* que impede que os empregadores digam: “Não se pode compartilhar essas mudanças, porque nós queremos usá-las para fazer nossa versão proprietária do programa” (Stallman, 1998, p. 2001).

Não há brecha no *copyleft* para a permissão de uma combinação entre um programa livre com outro proprietário. Se for usado um código livre para modificar um *software* não livre, a versão final – obrigatoriamente – tem que ser *copyleft*. Para implementar o *copyleft* dos *software* produzidos a partir do GNU, criou-se a licença GNU General Public License (GNU Licença de Domínio Público), um termo de compromisso que um desenvolvedor assume concordando com as normas para copiar, distribuir e modificar um programa ou trabalhos derivados dele.

Abrir um código-fonte e torná-lo livre consiste na pulsão de vida desse militante da informática. Antes de ser uma provocação ao *copyright*, o *copyleft* cria um verdadeiro axioma ao preservar a propriedade intelectual do produto negando a propriedade do produto intelectual. A licença GNU GPL cria, então, dois dispositivos, o de proteção e o de produção de direitos. O que importa é manter o caráter livre do movimento, quer dizer, desvendar o segredo de informação dos programas e divulgá-lo. O político, pois, concentra-se na produção (local do conflito social), o econômico, na circulação (local onde se gera valor).

Ninguém é forçado a entrar para nosso clube, mas aqueles que desejam participar devem nos oferecer a mesma cooperação que recebem de nós. Isso torna o sistema justo (Stallman, 2001, p. 1).

O caráter constituinte do Movimento do *Software* Livre vai radicalizar um princípio que também está presente na ampla segmentaridade dos grupos de discussão: só pode existir “cooperação” se houver liberdade de circulação da informação. E é uma liberdade que recusa a lógica da competição como valor produtivo, pois competir significa o predomínio da crença em um só vencedor, gerando um duplo monopólio: o conhecimento do produto e o produto do conhecimento. E nem sempre o vencedor possui mais competência ou habilidade técnica, e sim capacidade de apreender (ou prender) a capacidade cognitiva de outros.

A contracultura da cultura *hacker*

Se há toda uma cena de ciberativista fomentando a liberdade na produção do *software* livre em 1984, articulando múltiplos segmentos da cadeia produtiva de *software* – mergulhado numa forte pressão da economia nascente das patentes, este ano mítico ainda vai fazer emergir um outro fenômeno: a emergência dos *hackers* que invadem e se apropriam de redes, como o *Cult of Dead Cow*. É também neste ano que a Microsoft vai lançar o Windows NT, um programa de US\$ 1.500,00, que se apresentava como um grande administrador de rede, totalmente seguro, inexpugnável, tentando reduzir o valor do UNIX. Mas para usar o NT o usuário tinha de comprar um outro programa chamado Back Office – depois vai virar o pacote Office – que custava mais US\$ 1.000,00. Ou seja, o pacote todo ficava em US\$ 2.500,00. A

maçaroca da gigantesca propaganda desse modelo proprietário estarecedor fez esse grupo de *hackers* reagir, fundando o *Cult of Dead Cow*. Eles criaram um *software* chamado *Back Orifice*, uma ação e um nome bem no estilo *hippie*. Este *software* será a base a partir da qual todos os futuros cavalos de troia serão elaborados. O *Back Orifice* era um programa para gerenciar o *NT* de graça e invadir outros *NTs*, mostrando que o *NT* não era nada seguro e podia ser facilmente invadido.

O Steven Levy divide as diferentes gerações dos *hackers*. Ele apresenta o *hacker* dos anos 60 como alguém que pensa os programas de inteligência artificial e explora as interações do usuário com o computador. Nos anos 70 ele vai destacar o trabalho do Home Brew Computer Club (Clube do Computadorista Amador), motor da invenção do computador pessoal – cujo ápice ocorre quando a Apple *hackeia* o Xerox Parc e inventa o Macintosh. Logo depois um grupo de programadores – do qual faz parte Bill Gates – funda a Microsoft e inventa o sistema operacional para o PC da IBM.

No início dos anos 70, a Xerox havia criado um grupo de pesquisa ligado à informática. Esse grupo vai desenvolver o teclado, o *mouse*, o monitor. E o Home Brew Computer Club vai desenvolver a pesquisa em busca de um computador pessoal, o PC. Eles cultivavam a ideia de que todo mundo devia ter um computador pessoal, coisa que ninguém acreditava ou entendia. As empresas pensavam: para que alguém vai querer um computador pessoal? Computador é coisa para grande empresa. Não se pensava o computador como uma ferramenta para a comunicação. Na verdade, a interpretação da IBM era muito marcada pela política de massa, fordista. Só o Estado ou uma empresa podiam desejar um computador. Só eles poderiam movimentar grandes massas de dados. Não se via o microcomputador como

instrumento de comunicação, um lugar que gerava texto, áudio e imagem. O PC dará certo, entre outras coisas, porque tudo da Apple era fechado e caro, funcionando no modelo “tudo é meu”. Nada entrava no Macintosh sem ser desenvolvido pela Apple. Então, o processador era da Apple, a memória era da Apple, o leitor de disco era Apple, você não podia plugar coisa alguma no Macintosh sem ser feito pela Apple. Nesse ponto, o Bill Gates se adaptou ao projeto da IBM inventando um sistema operacional mais esburacado do que queijo suíço, porque o projeto da IBM era diferente. Eles estavam atrasados, com medo de perder todo o mercado para a Apple. Decidiram desenvolver algo aberto onde qualquer um podia conectar seu *hardware*. Foi o modelo do PC da IBM que pegou e se alastrou.

A superestrada capitalista da informação em rede

Nos anos 80, os projetos industriais começam a querer tirar proveito da popularização do ciberespaço, através do desenvolvimento dos produtos multimídias integrados em uma interface computacional. Daí que uma linha diversificada de serviços e produtos vão ser colocados no mercado reunindo os principais conteúdos das indústrias culturais – imprensa, cinema, rádio e televisão, unindo texto, imagem, som, telefone, jogos eletrônicos – no interior das interfaces gráficas e interativas de computadores e no ciberespaço das redes telemáticas.

Enquanto a indústria apostava no desenvolvimento desse modelo de negócio, em 1993, o governo norte-americano lança um projeto de infraestrutura – batizado de *Information Superhighways* – cujo objetivo era ampliar o acesso às redes de telecomunicações por fibra óptica a todo tipo de firma que pudesse oferecer serviços, por todo tipo de rede, a todo tipo de con-

sumidor (Cocco, 1995, p. 3). Com cada firma conectada às auto-estradas da informação, a própria empresa se tornou uma rede: passou a se relacionar de forma interativa com fornecedores, clientes, empregados; pôde ampliar estratégias de descentralização territorial de várias unidades da firma; e surgiu um processo de customização baseado em transações e interações *online* com o consumo. O projeto das *Superhighways* empurra então toda a economia americana para dentro de uma economia interativa e informacional, para dentro da *mass customization*.

Antecedido por uma fase que Cocco denomina de convergência externa, em que o crescimento da indústria de informação é orientado por capital externo – principalmente o publicitário –, sem a integração entre as mídias, a fase de convergência interna (“um regime de acumulação endógeno de desenvolvimento do setor global da comunicação, da informação e das telecomunicações”) é antecipada, em 1993, a partir da construção das *Information Superhighways*, um marco do deslocamento do regime de produção que possibilitará aos Estados Unidos a retomada da hegemonia internacional, até então, sob o domínio do Japão, com seu modelo toyotista de produção. Pois, enquanto o Japão produz o meio (material), os Estados Unidos produzem o meio e, principalmente, o conteúdo imaterial.

Essa economia da informação é “uma nova geração de serviços baseados nas tecnologias digitais, nas redes continentais em fibra óptica e nas redes de satélites planetários” (Cocco, 1995, p. 6). Essas transformações não só consolidam a emergência da indústria multimídia e das superestradas da informação, mas também determinam um novo regime de produção, denominado pelos teóricos italianos de *capitalismo cognitivo*, uma nova fase produtiva marcada pela informatização da produção. Nesse regime, a lógica de reprodução é substituída pela lógica da inovação, e o regime da repetição, pelo da invenção.

Quer dizer que a produção cultural e o desenvolvimento das redes de difusão – networks – e das tecnologias de *two ways* [interativas] não atravessam somente o mercado de multimídia, mas o conjunto das atividades econômicas (Cocco, 1995, p. 3).

A característica produtiva dessa “nova economia” será a interatividade, capitaneada pela integração da forma (indústria de *hardware* e eletrônico), do conteúdo (indústria de *software*, cinema, programas televisivos) e da difusão (indústria de telecomunicações e informática).

As redes não funcionam como as infraestruturas rodoviárias que sustentaram o desenvolvimento fordista. As infovias não são um espaço de circulação de produtos produzidos pela indústria ou pelo setor terciário, mas elas são o próprio espaço de produção de relações de serviços, isto é, de bens imateriais nos quais produção e reprodução coincidem (Cocco, 1995, p. 7).

Capturar as virtualidades será controlar os fluxos da própria vida. A noção de rede – trazida da realidade das conexões telemáticas – explicita exatamente a forma organizada de extração desses fluxos. Nas redes virtuais, a vida se processa como interação em tempo real e se mantém sempre registrada na forma de informação. Todo contato com o outro (seja o sujeito ou a própria máquina), na forma de cooperação, acaba por resultar em um conhecimento registrado, então acessível a todos, inclusive aos dispositivos do comando. Mas o comando, nesse caso, é uma função da rede e não o sujeito dela. O capitalismo quer ser tão nômade como a cooperação social das redes horizontais de produção.

Por um lado, as superinforvias serão então constituídas por redes de circulação (e não somente de difusão) das informações e, por outro lado, elas serão estruturadas por instrumentos de armazenagem e de tratamento das informações que permitam, ao mesmo tempo, uma conexão simplificada às redes e um uso intuitivo dos serviços oferecidos. Elas não vão constituir a base técnica da venda de uma nova geração de serviços que teriam que circular nas suas redes, mas o espaço virtual de atuação das relações de serviços. Mais que de produção é preciso falar de coprodução de serviços, nesta perspectiva, o primado da materialidade do objeto tende a se apagar atrás do valor de uso, real ou imaginário, do serviço prestado por esse objeto (Idem, p. 4).

No mesmo período histórico das superestradas da informação, são desenvolvidos, na mesma lógica pública dos pioneiros da microinformática, o código *html*, os protocolos *http* e *www*, a lógica hipertextual da interface gráfica *World Wide Web* e o primeiro navegador, o Mosaic, logo aprimorado e transformado em Netscape. Todas essas tecnologias possibilitavam ao cidadão ter acesso ou disponibilizar instantaneamente um emaranhado de informações multimídias, hospedadas em endereços próprios (*sites*) representados na forma de um desenho gráfico (páginas). O ciberespaço ganha então uma representação espacial, gráfica e multimídia.

A década de 90 é um momento de rápida expansão social do seu uso e a criação de um enorme mercado de consumo baseado na nova economia. Cidadãos, instituições públicas e empresas logo se adiantam em se apresentar e ofertar, gratuitamente ou não, os conteúdos e serviços a “todo e qualquer tipo de consumidor” nas redes virtuais da Internet. Mas, no final das contas, esse movimento industrial e estatal acabou por instituir formas

de governar o ciberespaço – a Internet, em especial – que emergia como um ambiente de produção e expressão regulados pelo poder constituinte das resistências criativas.

Para Rullani (2004) a economia da *information superhighways*, que vai se massificar com a popularização da *www*, transforma o conhecimento – ou o conteúdo – em valor de uso para usuários e para a sociedade. Contudo, são conteúdos sem um valor de custo que possa ser empregado como referência para determinar seu valor de troca, de forma que tanto o trabalho, quanto o capital têm ambos, pela primeira vez, o poder de autovalorização.

Uma vez que uma primeira unidade foi produzida, o custo necessário para reproduzir as demais unidades tende a zero – se o conhecimento é digitalizado. Em nenhum caso esse custo tem a ver com o custo de produção inicial (Rullani in Blondeau et al., 2004, p. 102).

Essa qualidade de reprodução a custo zero ocorre porque o conhecimento é um bem coletivo indivisível, logo, não concorrencial (ele pode ser meu e seu ao mesmo tempo). Se o conhecimento não tem valor de troca, ele se deixa compartilhar ao bel prazer, “segundo a vontade de cada um e de todos, gratuitamente, especialmente na Internet” (Gorz, 2005, p. 36).

A nova economia então carrega aquilo que ironicamente Richard Barbrook denominou de cibercomunismo, por ter constituído uma infraestrutura que possibilita o compartilhamento e uma economia da dádiva. Na nova economia, o trabalho cooperativo gera reconhecimento público e modos de produção em regime aberto. A tentativa de retomada capitalista da Internet no começo dos anos 90, calcada na concepção de uma indústria do *copyright* a tudo vigiando, se antagoniza com essa Internet dos

usuários, baseados em processos de trabalho imaterial em que a cópia, o conhecimento socializado e a informação compartilhada se tornam o principal vetor de desvalorização das mercadorias da nova economia.

Como uma atividade cotidiana, os usuários fazem circular a informação gratuitamente, em *e-mails*, serviços de notícias, *newsgroup*, conferências, etc. Como se demonstra com os programas Apache e Linux, a economia da doação na tecnologia está na vanguarda do desenvolvimento do *software*. Contrariamente à visão purista da Nova Esquerda, o anarcocomunismo na Rede só pode existir em uma forma consensual. O dinheiro-mercadoria e as relações de doação não só estão em conflito entre si, como também coexistem como uma simbiose (Barbrook, 2000, p. 3).

Segundo as análises de Enzo Rullani, o ciberespaço, em sua faceta capitalista, *emergente nos 90 (muito em contraposição a essa Internet P2P dos 80)*, funciona como uma economia da velocidade. A operação para produzir esse novo valor das mercadorias passa primeiro pela aceleração da difusão dos bens, o que garante um valor (ainda de uso) advindo do ineditismo de quem o produz. Mas, do ponto de vista do capitalismo, o valor de troca só acontece quando quem difunde também consegue impor uma desaceleração da socialização. O valor de troca se encontra nesse *gap* entre aceleração da difusão e desaceleração da socialização. Assim, a difusão de um bem deve possibilitar que o conhecimento contido nele seja socializado para todos os concorrentes e todos os usuários potenciais. Mas num ritmo lento de socialização, até que possa difundir uma outra inovação que substitua a tempo o conhecimento que acabara de ser incorporado pela concorrência e pelos usuários potenciais. O *up to date* faz, na verdade, um

dispositivo que já se oferece tardiamente do ponto de vista do capital, mas entendendo isto como base para o progresso do capital.

O plano da resistência da Internet dos grupos e comunidades vai operar aí de dupla forma. Ou cópia, ou sistema livre de produção. A primeira acelera a socialização por meio da imitação. A segunda, por meio de dispositivos cooperativos e públicos, difunde e socializa toda a produção. Ambas têm de idêntico o efeito de não ameaçar a propriedade, mas destruir seu caráter privado (Negri & Hardt, 2005, p. 234). Esses dois planos do antagonismo fazem reduzir o valor de troca, mas possibilitam que haja aumento de riqueza, à medida que muitos desses produtos são a base para se criarem outros, porém, livres, por meio de um método primário da socialização do trabalho, marcado pela abundância das trocas e doações, e não pela escassez do conhecimento.

Naturalmente, a reprodução é muito diferente das formas tradicionais de roubo, pois a propriedade original não é tomada de seu proprietário; simplesmente passa a haver mais propriedade para alguém mais. A propriedade privada baseia-se tradicionalmente numa lógica de escassez – a propriedade material não pode estar em dois lugares ao mesmo tempo; se você a tem, eu não posso tê-la –, mas a infinita reprodutibilidade que é um elemento central dessas formas imateriais de propriedade solapa diretamente qualquer concepção de escassez como esta. (Negri e Hardt, 2005, p. 235).

Assim, no começo dos anos 90, a economia pública da *www* e comercial das superestradas da informação (a Internet comercial) contém elementos inconciliáveis (Gorz, 2003), porque a principal força produtiva – o saber – não é quantificável, pois sua produção não pode ser medida pelo tempo abstrato de trabalho.

Além disso, para Corsani (2002) o fato do saber ser difuso faz com que o capital “saia de uma lógica de valorização baseada em um controle direto do processo de produção”. Por conta disso, provoca uma crise “de fundo no capitalismo e antecipa uma outra economia, de tipo novo e ainda a ser fundada” (Gorz, 2003, p. 35). Essa *outra economia* a ser fundada estaria, para Gorz, já se constituindo no espaço liso das redes (*freenets*), as empresas já estariam trabalhando nas redes para unir-se nos momentos da tomada de decisão e consumo. Os usuários, através de mecanismos de auto-organização, autocoordenação e a livre troca de saber, estariam produzindo um emaranhado de produtos e serviços criados a partir da colaboração em rede sem a necessidade de uma intermediação do mercado.

A invenção do ciberespaço pelos usuários da Internet desencadeia na construção da primeira *www* a radical máquina pública de produção, consumo e circulação de informação. Ela encontra, a partir do advento do projeto modernizador norteamericano, as Superestradas da Informação, sua primeira contrarreforma articulada por corporações em busca da transformação da Internet num megapanóptico, onde os dados, sujeitos, relações estariam todos imersos em uma vigilância irrestrita com objetivos de produção de um mercado digital. Este atualizaria – senão, suplantaria – toda a cooperação social dentro de suas plataformas, gerando ações de *outsourcing* permanente. A velha ideologia capitalista chegaria, assim, ao seu grande sonho: se libertar do trabalho.

Mas os anos 90 não foram bem assim.

2

A Lei dos Pares na Cibercultura

O código do compartilhamento embutido nas interfaces de mediação e nas redes da guerra em rede

As redes da vida social confundiram-se com as redes de luta biopolítica no ciberespaço a partir da invenção do *www* (*world wide web*) por parte de Tim Berners Lee. As teias de páginas virtuais, geradas pelo novo protocolo criado por ele, propiciaram a reunião do material segmentado nas conversações dos grupos de discussão. Esse material disperso afluíu para as páginas *web* levado pela reunião das diferentes formas de defesa e resistência, constituindo os novos movimentos das guerras em rede. O surgimento do Zapatismo na região mexicana de Chiapas em 1994 vai marcar o reencontro da política dos movimentos sociais ancorados nas comunidades virtuais com a política dos grupos marxistas radicais enredados nas guerras de guerrilha. Através desta mistura, reacendeu-se o estopim das oportunidades de mudança dos anos 60 que envolvem tanto o sentido da

democracia e da política na sociedade pós-moderna, quanto o da luta de classes no mundo globalizado.

A partir da mediação das teias de páginas virtuais, as novas manifestações biopolíticas revelam a organização em rede como um meio de individuação coletiva formador de culturas. Mas a contrapelo da cultura exercida como forma de reprodução conservadora das diferenças sociais e suas relações tradicionais de poder, o nascente ciberespaço revelou-se o berço de uma poderosa cibercultura cujo poder constituinte irá se exprimir através das leis que regulam os agenciamentos dos pares constituindo-se e ao seu mundo através dos códigos embutidos nas interfaces de mediação e das redes de guerra em rede.

Os códigos – protocolos, programas, motores de busca, agentes de rede, minas de dados, *scripts*, formulários, páginas *web* – são leis de um mundo coerente e compartilhado que beneficia certas atitudes, tipos de relações e formas de conexão. Estando embutidos nas interfaces, eles condicionam seu uso a uma aceitação por parte do usuário da ética de seu funcionamento. Um programa de *software* livre não pode ter seu código fechado, e os códigos derivados dele tem de permanecer livres também. As redes de compartilhamento cultural entre pares e seus motores de localização constroem um sistema sem eixos centralizados de distribuição e regulam a velocidade da obtenção dos produtos pela quantidade de benefício gerada pelo captador de recursos. Os códigos são ao mesmo tempo normas éticas de processamento e técnicas de procedimento. Constroem um nexó conectivo entre protocolos, programas e *scripts* que se traduzem em um ambiente plenamente paramentado para responder aos desafios dos acontecimentos.

As redes da guerra em rede se fazem incorporando os princípios da organização sem líder, dos movimentos de enxameamento e afluência e dos grupos de afinidade de modo a permitir

aos movimentos sociais reunirem um máximo de diversidade sem diluição de suas diferenças constitutivas, transformando a operação de protesto em uma rede de guerra em rede. Tendo os grupos de afinidade como unidade móvel de ação virtual, a luta se desenvolve como uma guerra em rede onde nos *cluster* operatórios os grupos de afinidades processam em paralelo as atividades combativas. A ação política deve ser ao mesmo tempo eficaz na produção de prejuízos simbólicos e logísticos aos adversários e simpática e convincente para um público que a acompanha.

Em todos os casos, a mediação se faz através das interfaces – protocolares, programatórias ou combativas –, onde, por um lado, estão garantidos os princípios reguladores das relações e conexões através de uma paramentação ética; e por outro, os modos de comunicação interativa suplantam as informações disponíveis no sistema. Desta maneira, as interfaces impulsionam a participação e o compartilhamento inibindo o consumo meramente contemplativo formador de *fans* e audiências. Se a globalidade se definia como a submissão de uma totalidade aberta e irrefreável às regulações conservadoras da preservação e do consenso, a participação e o compartilhamento se revelam os novos fundamentos para a construção de uma mundialização ativa e afirmativa das singularidades de sua vasta multidão. Na contração da noção de glocalidade que marca a submissão dos lugares aos ditames do poder global das redes de regulação, a nova mediação vai revelar o aparecimento das localidades, traduzindo o movimento de conexão dos diferentes grupos de defesa e resistência em lutas de ruptura e afirmação de seu poder comunicacional colaborativo. A guerra em rede é sempre local e destitui o poder glocal de efetividade, esvaziando sua função regulatória.

Um outro mundo se descortina desde a entrada em cena do Zapatismo até a eclosão do ciberativismo em Seattle, não mais um mundo meramente possível mas um mundo virtual nascen-

do dos escombros totalitários do desenvolvimentismo e do terror genocida do preservacionismo. O mundo do comum brota da colaboração das singularidades da multidão em suas participações e compartilhamentos. As redes são uma forma própria de poder constituinte através da qual uma multidão inteligente armada pela comunicação distribuída em redes interativas estaria conquistando sua emancipação social.

A partir destas considerações, é importante ressaltar esse ponto comum às redes de comunicação contemporâneas que costuma ser esquecido por aqueles que estudam o fenômeno. Não importa se o que se pesquisa é a rede do *hip-hop*; ou a rede dos quilombos argentinos; ou a rede eleitoral do Lula; ou, ainda, a rede Zapatista; em qualquer uma delas algo acontece dentro das suas interações que contrapõe um poder de informação a uma potência de comunicação (Dyer-Witford, 1999, p. 85-86). Esse curioso paradoxo com sabor levemente quimérico, na medida em que sugere uma oposição aparentemente absurda entre informação e comunicação, ganha especial importância se for assumido em uma perspectiva ativa e militante, sobretudo na atuação dentro do processo de mundialização através das redes de luta, criação e resistência que hoje incorporam intensamente as redes interativas de comunicação distribuída. Para compreendê-lo é preciso tomar em consideração algumas questões envolvendo o problema da cooperação e do conflito na sociedade em vista da gestão e da promoção do bem comum (Hardin, 1968 e Frauenfelder, 2002, Mendes, 2012). Esse problema, que tradicionalmente pertence à esfera da economia política, resvala na atualidade para outras áreas de conhecimento envolvendo a modelização matemática das redes, as leis da formação de rede e os dilemas da teoria dos jogos e suas consequências para o funcionamento da rede.

Embora as tradicionais relações entre trabalho e tecnologia, um dos motes fundamentais da economia política, a princí-

pio não pareçam fazer parte desta nova forma de interpretar o problema, é possível mostrar como sua dinâmica constitui o motor do desenvolvimento da propalada “revolução tecnológica”, desde que se aceite rever o quadro tradicional da interpretação destas relações (Marx, 1988).⁸ Agindo assim torna-se visível que o trabalho, longe de estar confinado apenas ao papel do posto perdido e da vida desamparada, se constitui como o principal fator de desenvolvimento da sociedade em rede (Negri, 1989). Necessário assinalar que este trabalho não se confunde com o tradicional poder de trabalho assalariado pelo capital, mas envolve sobretudo o trabalho imaterial, voluntário e ativista engajado em um vasto número de projetos vinculados a empresas sem fins lucrativos, grupos de atividades ou movimentos emancipatórios de advocacia (Lazzarato e Negri, 2001). Este novo tipo de trabalho capaz de mobilizar milhões em todo o mundo se funda em um jogo de parcerias anônimas e produtivas, tendo sua base nos serviços de comunicação fornecidos através dos correios eletrônicos, grupos de discussão, salas de conversa, teias de documentos, *blogs*, mensagens curtas, faxes, celulares e outros mais que fazem parte do universo constituído através das tecnologias informacionais de comunicação (Vaidhyanathan, 2003).

Se, para além disso, considerarmos que vivemos em um Império, como nos propõem Negri e Hardt (2001, p. 14-15, 21-60), a importância da questão torna-se ainda maior. Por um lado, porque a rede se confunde com a realidade atual do Império em suas duas cabeças, seus organismos (FMI, BM, G8, OMC, etc. para a máquina de comando biopolítico, e ONGs e movimentos assistêmicos para a multidão plural de subjetividades de globalização produtivas e criadoras) só existem nesse modo e dele se alimentam. Por outro lado, porque a multidão (ibid. p. 15, 61-84) encontra na rede um meio privilegiado de exprimir sua potência de ação, fazendo seus movimentos de luta através da construção

de redes desde que a vitória das revoluções políticas burguesas determinou a democracia representativa a principal forma de expressão política e o cidadão/consumidor sua unidade básica de expressão.

Para examinar melhor o sentido deste paradoxo, vamos pensar quatro blocos de problemas que se sobressaem, relevando as questões da mediação e da participação nas comunidades virtuais e nas redes de parceria: o problema da integração e da dissolução da ordem social a partir da entrada em cena da comunicação distribuída nas comunidades virtuais; o problema da estrutura e da ocasião na organização da sociedade com a emergência da importância das interações em redes; o problema da prevalência da cooperação ou do conflito na vida social enquanto relações constituídas a partir da emancipação da organização em rede; e o problema da parceria e da servidão nas relações sociais enquanto relações constituintes a partir da disseminação das redes de parceria.

À sombra da *Jihad* e do McMundo

Desde que em 1993 Howard Rheingold cunhou o conceito de *comunidades virtuais*, para caracterizar as comunidades nascidas da comunicação distribuída em redes interativas através do ciberespaço (cf. Rheingold, 1993), um grande debate se desenvolveu girando em torno do tipo de realidade que elas teriam na sociedade contemporânea e do tipo de contribuição que elas trariam para o desenvolvimento da democracia. No livro de Rheingold, as tecnologias da informação (TI), que constituíram a Internet e os sistemas hipermídia através da comunicação mediada por computador (CMC), teriam uma dupla origem fundada nas necessidades estratégicas da máquina militar e nos investimentos de desejo da política democrática. Elas foram projetadas

e desenvolvidas para permitir tanto a condução e a articulação de forças aliadas num ambiente caótico de confronto termo-nuclear, exprimindo os interesses do Departamento de Defesa norte-americano, quanto a colaboração no desenvolvimento acentrado de projetos de grande porte por parceiros dispersos geograficamente, exprimindo os interesses da comunidade científica. Através deste investimento teria sido realizada a maior transferência de renda e poder para um público generalizado que a história humana já conheceu, pois ele, além de fundir numa só e mesma rede a telefonia, a computação e as tecnologias da informação – que figuram entre os maiores investimentos do século XX –, pôs esse poderoso e custoso dispositivo de comunicação mediada por computador (CMC) na ponta dos dedos de qualquer criança. A Internet seria um meio de todos os meios de comunicação, constituindo-se como um hipermeio cujas mensagens são novos modos de vida, e as comunidades virtuais que emergiram neste hipermeio fariam dele uma mídia para viver (Rheingold, 1993).

O trabalho de Rheingold surgia neste momento como uma possível resposta ao cáustico ensaio de Benjamin Barber, que responsabilizava a globalização e as tecnologias de informação de tornarem a liberdade impossível no mundo, ameaçando sua própria existência. Surgido um ano antes na revista *Atlantic Monthly*, em seu ensaio Barber dividia o mundo contemporâneo em duas tendências, a do tribalismo por ele apelidada de *Jihad* e a do globalismo por ele apelidada de *McMundo* (*McWorld*), ambas ameaçando a democracia e a cultura do ocidente ora com as forças de desagregação do provincianismo regional, ora com as forças da homogeneização global promovidas pelas tecnologias da informação (TI), de modo proativo no caso do *McMundo* e de modo reativo no caso da *Jihad*.

As tendências que chamo aqui de as forças de *Jihad* e as forças de McMundo (*McWorld*) operam com igual poder em direções opostas, a primeira guiada por ódios paroquiais, a outra por mercados universalizantes; a primeira recriando de dentro as antigas fronteiras sub-nacionais e étnicas; a outra fazendo porosas, de fora, as fronteiras nacionais. Elas têm algo em comum: nenhuma das duas oferece muita esperança para os cidadãos que buscam modos práticos de governarem-se democraticamente. Se o futuro global é lançar o redemoinho centrífugo da *Jihad* contra o buraco-negro centrípeto do McMundo (*McWorld*), o resultado dificilmente será democrático [...].¹⁰

Confrontada com estas tendências, a sociedade contemporânea correria um sério risco de totalitarismo indiferenciado ou de “libanização” devastadora.¹¹

Logo adiante do horizonte dos eventos atuais dormem dois futuros políticos possíveis – ambos de arrepiar, nenhum democrático. O primeiro é a retribalização de amplas faixas da espécie humana pela guerra e o massacre: uma ameaçadora Libanização dos estados nacionais na qual cultura é lançada contra cultura, povo contra povo, tribo contra tribo – uma *Jihad* em nome de uma centena de crenças concebidas estreitamente contra toda espécie de interdependência, toda espécie de construção de cooperação social e de mutualidade cívica. A segunda foi gerada entre nós pela investida de forças econômicas e ecológicas que precisam de integração e uniformidade e que hipnotizam o mundo com música rápida, computadores velozes e comida ligeira – com MTV, *Macintosh* e *McDonalds*, empurrando as nações para uma rede global comercialmente homogênea; um McMundo atado junto pela tecnologia, ecologia, comunicações e comércio.¹²

Embora a posição de Rheingold – que vai considerar as comunidades virtuais capazes de recriar o tradicional sentido de participação e envolvimento das antigas comunidades, constituindo uma revitalização da esfera pública social e da política democrática através do recém-nascido ciberespaço (ibidem) – ganhasse diversos adeptos entusiásticos, dois vigorosos senões vieram lançar sobre ela a suspeita de profissão de fé.

Comunidades de araque

Por um lado, Fernback e Thompson, em 1995, negaram que a comunicação mediada por computador (CMC) fosse capaz de criar “verdadeiras comunidades”, sobretudo no sentido nostálgico evocado por seus defensores. Para eles as comunidades geradas pela CMC seriam comunidades de interesse desenvolvendo-se no não lugar do ciberespaço como um fenômeno transcultural e transnacional, o que seria antitético com a noção de coletividade gerada numa esfera pública onde uma ação comum é desenvolvida. Além do mais, a cidadania do ciberespaço seria incapaz de resolver os problemas da representação democrática e da renovação da vida ativa de uma verdadeira cidadania, construída na esfera pública real das nações, pois a CMC, como as demais tecnologias da informação (TI), promovem a fragmentação cultural e política nas sociedades – a disjunção com a vizinhança geográfica que pode gerar comunidades de araque, o custo e o conhecimento sobre o uso de computadores que sempre irá gerar a exclusão da maior parte da sociedade, os encontros nas comunidades virtuais que estão reduzindo os encontros face a face –, podendo, quando muito, ter um papel catártico, gerando para um público o sentimento de envolvimento e participação, que não evoluiria na direção da construção da participação atual em ações comuns, na vida de nossos vizinhos ou na

vida cívica, que as comunidades verdadeiras exigem (Fernback e Thompson, 1995).

Por outro lado, Robert Putnam vai publicar em 1996 o resultado parcial de uma pesquisa sobre o desaparecimento do capital social e engajamento cívico na vida americana. Considerando *capital social* os aspectos da vida social – redes, normas e confiança – que capacitam os participantes a agir junto perseguindo objetivos partilhados; e *engajamento cívico* as conexões do povo com todas as dimensões da vida de suas comunidades; Putnam vai assinalar desde 1965 um decréscimo do tempo gasto pela população com o capital social e engajamento cívico paralelo ao crescimento do tempo gasto com a televisão, que teria se tornado a principal atividade de lazer devorando um tempo cada vez maior na vida da população americana. O ano emblemático de 1974 marcaria a chegada à maioria da primeira geração de jovens criados pelo hábito da TV. Com isto ele reforçava, através da pesquisa empírica realizada em diversas fontes independentes, a principal acusação dirigida contra as tecnologias da informação: elas promovem o isolamento individual e o desengajamento político, corroendo a vida ativa das sociedades democráticas. Do esvaziamento dos boliches e dos clubes ao crescimento da abstenção nas eleições, tudo isto viria das gerações que cresceram e se educaram sob a influência da revolução eletrônica nas tecnologias de comunicação que produziriam um efeito profundamente descentralizador e fragmentador na cultura e na sociedade (Putnam, 1996). O esfriamento, propalado por McLuhan como consequência dos meios eletrônicos de comunicação, ganhava uma inusitada e curiosa explicação nos resultados desta pesquisa, fazendo com que a diferença *Jihad/McMundo* nos ameaçasse agora, não apenas com a devastação desenvolvimentista, mas também com a inanição preservacionista.

O império e as redes

Este debate sobre as manifestações típicas da cibercultura e da sociedade em rede vai se desenvolver paralelamente na área do Departamento de Defesa norte-americano e das ciências sociais e exatas desembocando na questão das redes como modo de organização. Tanto a comunidade científica, quanto a comunidade de defesa, que participaram da construção das tecnologias da informação e da Internet, convergem neste ponto ao considerar esta questão fundamental.

Para a comunidade científica, a antiga compreensão da vida como “grande cadeia dos seres” ou como uma “progressão de hierarquias aninhadas” está dando lugar à visão de que ou bem o sistema vivo é uma mistura de hierarquias e redes entrecruzadas (Pagels, 1989; La Porte, 1975), ou bem a rede da vida consiste em redes dentro de redes (Capra, 1996; Kelly, 1994). Nesta nova forma de pensar as redes, a comunicação torna-se um modo de constituir os seres e não apenas um meio de trocar mensagens.

Para Arquilla e Ronfeldt, representantes do pensamento construtivista da RAND (Research Advanced of National Defense) – uma das principais agências de pesquisa ligada ao Departamento de Defesa norte-americano –, a emergência das formas de organização em rede, na esteira da propalada “revolução da informação”, encontra amplo favorecimento no seio da sociedade global e anuncia uma profunda transformação na estruturação do mundo contemporâneo.

As redes parecem ser as próximas formas dominantes de organização – muito tempo depois do surgimento das tribos, hierarquias e mercados – a chegar ao seu próprio modo de redefinir as sociedades e assim fazendo a natureza do conflito e da cooperação (Ronfeldt e Arquilla, 2001a, p. 311).

Mesmo que, para eles, ainda não se possa prever o que resultará desta mudança radical, já se pode afirmar que as redes modificaram para melhor o perfil das sociedades. A partir de sua presença na estruturação do mundo, os cenários de futuro ganharam um novo contorno com curiosas figuras a habitá-lo. Algumas redes vão sustentar a promessa de reformar setores específicos da sociedade gerando os enunciados de “democracia eletrônica”, “corporações em rede” e “sociedade civil global”.¹³ Outras vão acreditar em efeitos mais amplos envolvendo a reconfiguração da sociedade como um todo de onde vão surgir os enunciados de “sociedade em rede” (Castells, 1996), “era da rede” (Kelly, 1994) e até mesmo a redefinição de “nações como redes” (Dertouzos, 1997) (Ronfeldt e Arquilla, 2001a, p. 311-312).

A longo prazo, o pensamento da rede tornar-se-á essencial para todos os ramos da ciência ao mesmo tempo em que lutamos para interpretar a enxurrada de dados vindos da neurobiologia, genoma, ecologia, finanças e da ampla teia mundial (*World Wide Web*) (Strogartz, 2001, p. 275).

De qualquer maneira, para Arquilla e Ronfeldt, a presença e a importância das redes na organização da sociedade não podem mais ser negadas, tendo isto gerado vários estudos acadêmicos sobre a globalização que giram em torno da observação do crescimento da rede global e suas interconexões com as redes locais na sociedade. De todos estes textos, que envolvem tanto a análise do fundamento biológico das redes (ecologia, genética e etologia), quanto a análise da rede como fenômeno tecnológico, social e organizacional, vão se distinguir, para eles, os que emergem do mundo dos negócios, por seu caráter eminentemente prático, procurando determinar com precisão que tipos de estruturas e processos de rede funcionam, e quais não.

Estas análises geraram a distinção entre o sistema de gerenciamento mecânico (hierárquico e burocrático) e o orgânico (em forma de rede embora estratificado), assinalando a superioridade da forma orgânica por sua capacidade de lidar com rápidas mudanças de condições e inesperadas contingências. A capacidade da forma orgânica viria de sua estrutura de controle, autoridade e comunicação em forma de rede, privilegiando mais o direcionamento lateral da comunicação do que o vertical. Desta distinção emergirá a questão: rede se refere a certas características presentes em qualquer organização ou então está referida a uma forma particular de organização? Enquanto a resposta dada por Fukuyama (1999, p. 199)¹⁴ aponta na direção da primeira opção, a resposta dada por Castells (1996, p. 469)¹⁵ elege decisivamente a segunda, juntamente com Arquilla e Ronfeldt que descobriram uma inusitada mutação sofrida por certas comunidades virtuais capaz de apagar o “sentimentalismo” em que sua discussão estava imersa, substituindo-o por frias indagações e assustadoras análises (Ronfeldt e Arquilla, op. cit., p. 312-322).

O advento da guerra em rede

Para Arquilla e Ronfeldt, a luta pelo futuro que faz o cotidiano de nossas manchetes não está sendo travada por exércitos liderados por Estados ou sendo conduzida por imensas e milionárias armas feitas para os tanques, aviões ou esquadras. Ela se desenvolve através de grupos que operam em unidades pequenas e dispersas, podendo se desdobrar repentinamente em qualquer lugar ou tempo como uma incontrolável afluência. Eles sabem como enxamear e dispersar, penetrar e romper ou eludir e evadir. Os combatentes podem pertencer a redes de terroristas como a Al Qaeda, redes de traficantes como Cali, redes de militantes anarquistas como o Black Bloc, redes de luta política

como o Zapatismo ou redes de ativistas da sociedade civil global como o DAN (Direct Action Network) (cf. Ronfeldt e Arquilla, 2001b).

Para compreender este modo emergente de luta e conflito, surgido na sociedade contemporânea a partir da revolução tecnológica que construiu a infraestrutura do ciberespaço, Arquilla e Ronfeldt criaram em 1993 – mesmo ano do surgimento do conceito de comunidade virtual – o conceito de *guerra em rede (netwar)*, como o oposto correlato do conceito de *guerra do controle (cyberwar)*, também por eles gerado na mesma ocasião, ambos constituindo a maior parte do campo da guerra da informação (*infowar*) no mundo atual (id., 1993). Enquanto a guerra do controle (*cyberwar*) compreenderia a luta de alta intensidade conduzida através de alta tecnologia militar travada por dois Estados (como, por exemplo, a Guerra do Golfo), a guerra em rede (*netwar*) seria a luta de baixa intensidade travada de modo assimétrico por um Estado e grupos organizados em rede através do uso de táticas e estratégias que envolvem o intenso uso das novas tecnologias comunicacionais, da comunicação distribuída e das redes interativas mundiais, como a Internet.

A guerra em rede (*netwar*) é a contraparte de baixa intensidade no nível social de nosso conceito de guerra do controle (*cyberwar*), mais antigo e muito mais militarizado. A guerra em rede tem uma dupla natureza, como o deus romano de duas faces Janus, a qual é composta, por um lado, de conflitos travados por terroristas, criminosos e etnonacionalistas extremistas; e, por outro lado, por ativistas da sociedade civil. O que distingue a rede de guerra como uma forma de conflito é a estrutura organizacional em forma de rede de seus adeptos – com vários grupos estando atualmente estruturados no modo sem líder (*leaderless*) – e na sua ultraflexível habilida-

de de chegar rapidamente juntos em ataques de infecção por afluência popular (*swarming attacks*). Os conceitos de guerra do controle (*cyberwar*) e de guerra em rede (*netwar*) abrange um novo espectro de conflito que emergiu na esteira da revolução da informação (Ronfeldt e Arquilla, 2001a, p. IX).

No que diz respeito à conduta, para Arquilla e Ronfeldt a guerra em rede se refere a conflitos onde um combatente está organizado em forma de rede ou a emprega para as comunicações e o controle operacional (Ronfeldt e Arquilla, 1996, p. VII). Conforme o método desenvolvido para a análise de rede social (cf. Freeman, 2000), a rede é um grupo (rede) formado por atores (nós) e seus vínculos (ligações) cujo relacionamento tem uma estrutura padronizada (cf. Ronfeldt e Arquilla, 2001b). Embora o modo organizacional que o ator da guerra em rede adote possa ter a forma topológica de estrela ou eixo (*hub*)¹⁶, com alguns elementos centralizados; ou a de cadeia que é linear¹⁷; o principal *design* adotado será o de rede completamente conectada, também conhecida como rede “todos os canais” (*all-channel*) ou matriz completa (*full-matrix*), uma arquitetura que permite a comunicação e a interação de cada nó da rede diretamente com qualquer outro nó. De fato os atores da guerra em rede vão desenvolver estruturas híbridas incorporando as diversas formas de rede dos modos mais variados tendo por base a estrutura “todos os canais” (cf. Ronfeldt e Arquilla, 1996, p. VII). Mas o principal instrumento que deve ser usado para compreender uma rede é o de sua análise organizacional, pois enquanto para o analista social de redes determinar os grupos de atores com vínculos basta para sua compreensão, a análise organizacional ainda irá se perguntar se os atores se reconhecem como participantes da rede e se eles se comprometem com as suas operações (Ronfeldt e Arquilla, 2001b).

Embora os atores de uma rede de guerra possam fazer um intenso uso do ciberespaço, esta não é sua principal característica e eles podem subsistir e operar em áreas para além dele. Sendo um conflito de tipo não linear, a guerra em rede requer um novo paradigma analítico para ser entendida. O jogo oriental Go provê o novo modelo desta luta que não tem frentes de batalha, onde a defesa e o ataque se misturam, a formação de fortificações e a acumulação de peças são um sedutor convite para ataques imploráveis e a vitória é conquistada através do ganho de controle na maior quantidade do espaço de combate (cf. Ronfeldt e Arquilla, 1996, p. VII-VIII).¹⁸

O império se investiga

Arquilla e Ronfeldt consideram essencial efetuar uma análise organizacional para compreender efetivamente as redes da guerra em rede. Segundo um método próprio desenvolvido por eles – tendo por base a análise utilizada na literatura empresarial sobre os negócios e a da sociologia organizacional e econômica –, devemos considerar, junto com o nível de seu *design* organizacional, os demais níveis que a compõem, como o narrativo da história que está sendo contada, o doutrinário dos métodos e estratégias de colaboração, o tecnológico dos sistemas de informação em uso e o social dos vínculos pessoais que asseguram a lealdade e a confiança (id., 2001b). De todos estes níveis, chama a atenção a recente inclusão do nível narrativo como sendo determinante na compreensão da realidade da rede. Embora eles o apresentem abaixo do nível organizacional, acreditamos que sua importância pode vir a crescer sobrepujando a do *design* organizacional na constituição da rede. Vamos examinar estes diversos níveis em uma ordem diferente da apresentada pelos autores. Começaremos pelos níveis social e tecnológico por acreditarmos

que eles dizem respeito à base material, humana ou técnica, da rede. Em seguida examinaremos o doutrinário que responde por seu modo de ação e o nível organizacional, que fala da ordem da rede. Por último veremos o narrativo, que nos parece o mais importante, pois diz respeito à constituição e sustentação da existência da rede.

O nível tecnológico da análise se pergunta pelo padrão e capacidade dos fluxos de informação e comunicação da rede e pelas tecnologias de suporte deles. Pergunta o quão integrados eles estão com os níveis organizacionais, narrativos e doutrinários. Telefones celulares, máquinas de fax, correio eletrônico e toda parafernália *high-tech* das tecnologias de informação coexistem aqui com as diversas mídias e os velhos mensageiros e encontros face a face. Já o nível social se pergunta o quão bem e de que modos os membros são pessoalmente conhecidos e conectados uns com os outros. É necessário saber o quanto a rede necessita de fortes vínculos pessoais familiares, de amizade ou de experiências unificadoras (escola, clubes, jogos, etc.) para assegurar confiança e lealdade entre os membros. Para tanto, deve-se traçar os tipos de comunidades (de práticas, de ofícios, epistêmicas, clãs, etc.) que integram a rede e seu sentido de identidade e lealdade pessoal para com ela (cf. Ronfeldt e Arquilla, *online*, 2001b).

Que doutrina existe para possibilitar o melhor da forma de organização da rede? O que capacita aos seus membros agirem estratégica e taticamente sem precisar necessariamente se reportar a um comando central ou a um líder. A partilha de princípios e práticas condutores aceitos profundamente pelos membros pode fazer deles “uma única mente” mesmo que estejam dispersos e dedicados a diferentes tarefas. Isto provê coerência central ideacional, estratégica e operativa que permite a descentralização tática. Duas práticas doutrinárias são particularmente importantes em uma rede de guerra em rede. A primeira é dar a ela um modo

de funcionamento o mais “sem líder” possível, seja pela ausência de lideranças ou pela multiplicação das lideranças, construindo um processo de tomada de decisões através do uso de mecanismos de consulta e formação de consenso. A outra é o uso da afluência de multidão para um alvo como modo de combate. A afluência (*swarming*) é um modo estratégico – de aparência amorfa, mas deliberadamente estruturado e coordenado – de golpear, vindo de todas as direções a um ponto particular ou vários pontos por meio de uma pulsação sustentável de força ou de fogo mantida a partir de uma posição de resistência próxima. Esta pulsação sustentável de força ou de fogo será literal no caso de ação policial ou militar, mas metafórica no caso da ação de ativistas ligados às ONGs (cf. Ronfeldt e Arquilla, *online*, 2001b).

Um exemplo do primeiro princípio é a doutrina da “resistência sem líder” elaborada pelo extremista de direita Louis Beam (*online*, 1992). Usando o conceito de *Resistência Sem Líder*, a rede se organiza através de células fantasmas e da ação individual de seus membros como milicianos (*minutemen*)¹⁹, de modo que os grupos e indivíduos operam independentes uns dos outros sem nunca se remeter a um quartel central ou líder único (Beam, *online*, 1992). A organização subterrânea da rede distingue quatro tipos diferentes de células codificadas e descentralizadas – células de comando, combate, apoio e comunicação – compostas por oito “homens do momento” e um líder cada uma. A partir de 1990, foram incluídos na doutrina a existência de “lobos solitários” que instigam atos violentos, como explodir alvos, fazendo parecer que são de sua própria iniciativa (cf. Ronfeldt e Arquilla, *online*, 2001b).

Mas, nas ONGs de ativistas da sociedade civil globalizada, ambos os princípios serão manejados de modo mais flexível e bem elaborado:

Hoje, uma das mais sofisticadas doutrinas para a rede de guerra social vem da Rede de Ação Direta (Direct Action Network) (DAN), que emergiu de uma coalizão de ativistas dedicados a usar ação direta não violenta e desobediência civil para paralisar o encontro da OMC (WTO) em Seattle. Sua abordagem da rede de guerra aproveita o essencial das ideias de infecção por afluência popular (*swarming*). Os participantes são convidados a se organizarem, a partir de sua própria escolha, em pequenos (5 a 20 pessoas) “grupos de afinidades” – “equipes de pessoas autossuficientes, pequenas e autônomas, que partilham certos princípios, objetivos, interesses, planos ou outras similaridades que as tornem capazes de trabalhar juntas e bem”. Cada grupo decide por si quais ações seus membros vão responsabilizar-se, abrangendo do teatro de rua ao risco de ser preso. Onde os grupos operam em proximidade uns para com os outros, eles são além disso organizados em “células” – mas podem também existir “grupos flutuantes” que se movem de acordo com o lugar onde são necessários. Diferentes pessoas em cada grupo assumem diferentes funções (por exemplo, ligação com a polícia), mas todo o esforço é feito para acentuar o fato de que nenhum grupo tem um líder único. Tudo isto é coordenado em um encontro de um conselho de porta-vozes para onde cada grupo envia um representante e as decisões são alcançadas através da consulta democrática e do consenso (em um outro tipo de abordagem que transforma o modo de organização em completamente “sem líder”) (Ronfeldt e Arquilla, 2001b, *online*).

Em que extensão um ator ou grupo de atores está organizado como uma rede? O que faz a rede ter sua disposição? Estas são as principais questões a serem respondidas na análise do nível organizacional. Como o *design* organizacional em uma guerra em rede diz respeito a híbridos o mais das vezes, os as-

pectos mais importantes a serem analisados são a variedade de “buracos estruturais”²⁰ e “pontes”²¹ existentes e se os “atalhos”²² são utilizados de modo fácil e frequente. Nas organizações de negócios, a constituição de grupos de disciplinas entrecruzadas tornou-se fundamental para ajustar a empresa ao meio, rompendo com distinções de hierarquia, equipe, linhagem e um sem número de outras. As redes de guerra em rede social desenvolvidas por ativistas de ONGs podem incluir instituições oficiais de governo em sua atuação, embora sua campanha não tenha nem escritórios centrais nem burocracia, funcionando através da livre coordenação e comunicação aberta entre seus diversos grupos a partir do objetivo comum. Esta flexibilidade e abertura serão impossíveis para as redes de guerra violentas como as formadas por terroristas ou criminosos que dependem da ocultação e do segredo em seu funcionamento. Elas precisarão misturar grupos de superfície difusos com grupos subterrâneos coesos para manter a integridade da cadeia de comandos através da coordenação horizontal entre grupos semiautônomos com a liderança disseminada entre eles (cf. Ronfeldt e Arquilla, *online*, 2001b).

Por que os membros assumiram e permanecem na rede? Esta é a questão que orienta o nível narrativo. Narrativas ou histórias sempre foram muito importantes para manter as pessoas unidas em uma organização, pois elas podem exprimir o sentido de identidade e pertencimento – elas são capazes de dizer quem somos, porque estamos juntos e o que nos faz diferentes dos outros. Elas podem igualmente comunicar um sentido de causa, propósito e missão, exprimindo objetivos, métodos e disposições culturais – o que acreditamos, o que queremos fazer e como. A história certa pode manter as pessoas conectadas à rede que por sua flutuação não consegue antecipar a defecção. Pode, também, gerar pontes entre diferentes redes e a percepção de que o movimento tem um momento vitorioso.

A rede mais forte será aquela na qual o *design* organizacional é sustentado por uma história vitoriosa e uma doutrina bem definida, e na qual tudo isto está de antemão brotando em uma superfície (Ronfeldt e Arquilla, 2001b, *online*).

As redes de guerra em rede e a multidão

Das diferentes formas híbridas de rede que se pode compor – as de topologia em grade ou reticulado, as de centro/periferia, as de turminha, as de “mundo pequeno”, as esparramadas ou de teia de aranha, as policêntricas segmentadas (SPIN) –, Arquilla e Ronfeldt vão sublinhar duas que prevalecem em dois tipos diferentes de redes de guerra. A primeira é a rede policêntrica segmentada que o sociólogo Luther Gerlach identificou ao estudar os movimentos sociais dos anos 60 nos Estados Unidos, batizando-a com a sigla SPIN – que significa retorcer ou revolver (*ibidem*). Na definição de Gerlach (1987, p. 115):

Por segmentada quero dizer que ela é celular, composta de muitos grupos diferentes [...] Por policêntrica quero dizer que ela tem muitos diferentes líderes ou centros de direção [...] Por tendo forma de rede quero dizer que os segmentos e os líderes são integrados em um reticulado de sistemas ou redes através de vários vínculos estruturais, pessoais e ideológicos. Redes normalmente são ilimitadas e expansivas [...] Este acrônimo [SPIN] nos ajuda a figurar esta organização como sendo uma fluida, dinâmica, expansiva espiral giratória dentro da sociedade corrente.

Arquilla e Ronfeldt consideram esta forma topológica de rede paradigmática para o *design* da guerra em rede, tendo uma grande relevância para o entendimento de sua teoria e prática.

Além de caracterizar as redes de vários movimentos ambientalistas e sociais desde os anos 60, caracterizaria também atualmente as redes terroristas, criminosas, etnonacionalistas e fundamentalistas em todo mundo (cf. Ronfeldt e Arquilla, *online*, 2001b).

A outra deriva de um dos padrões ordenados descobertos por teóricos da complexidade na área das ciências exatas e sociais interessados em discernir os princípios comuns que explicam “a arquitetura da complexidade” através dos sistemas naturais e humanos; padrões presentes na estrutura e na dinâmica dos sistemas biológicos, ecológicos e sociais onde as redes são o princípio de organização. Este padrão se assemelha a uma rede teia de aranha com multieixos bem estruturados; ou um grupo de redes centro/periferia interconectados. Sua topologia se caracteriza por um pequeno número de nós fortemente interconectados que agem como eixos (*hubs*), aos quais se conectam um grande número de nós de fraca conexão mesmo que partilhando uma ligação “todos os canais”. Socialmente este tipo de padrão se caracteriza por um ou mais atores operando como eixos-chaves, em torno dos quais estão ordenados um grande número de atores ligados aos eixos, mas menos ligados uns com os outros, mesmo que as informações estejam disponíveis e partilhadas no modo “todos os canais” para todos os atores. Este padrão é muito resistente aos choques sistêmicos, a menos que algum eixo-chave seja rompido ou destruído. Ele caracterizaria a rede de guerra em rede do movimento Zapatista ou da Batalha de Seattle (cf. Ronfeldt e Arquilla, *online*, 2001b).

Em uma guerra em rede arquetípica, as unidades provavelmente se parecem com um arranjo disperso de nós interconectados, agrupados para agir como uma rede “todos-canais”. Casos recentes de guerra em rede social

de ONGs ativistas contra o estado e atores das corporações – por exemplo, a série de campanhas ativistas contra o globalismo conhecidas como J18, N30, A16, etc. – mostram os ativistas formados em um *design* multieixo, aberto e “todos-canais”, cuja força depende do livre fluxo de discussão e da partilha de informação (Ronfeldt e Arquilla, 2001b, *online*).

No exame dos dois tipos de modelo dominante das redes de guerra em rede, o nível narrativo reaparece em sua faceta constituinte por influenciar diretamente o problema da liderança tanto no que diz respeito à organização, quanto no que diz respeito à doutrina nas redes em geral e nas redes de guerra em rede.

Na guerra em rede a liderança permanece importante mesmo que os protagonistas façam todo o esforço para terem um *design* “sem líder”. Um modo de conseguir isso é ter muitos líderes disseminados através da rede que procura funcionar por coordenação, sem controle central ou uma hierarquia. Isto pode criar problemas de coordenação – uma típica fraqueza do *design* das redes –, mas, como foi frequentemente notado, isso pode, também, evitar a eleição de um alvo pela contraliderança. Talvez o ponto mais significante e menos notado seja que o tipo de líder que pode ser mais importante para o desenvolvimento e conduta de uma rede de guerra não é o “grande homem” ou o líder administrativo que as pessoas estão acostumadas a ver, mas de preferência o líder doutrinário – o indivíduo ou grupos de indivíduos que, longe de agir como um comandante, está encarregado de dispor o fluxo de comunicações, a “história” exprimindo a guerra em rede, e a doutrina guiando sua estratégia e táticas (Ronfeldt e Arquilla, 2001b, *online*).

Embora nesta conceituação da relação entre narrativa e liderança, Arquilla e Ronfeldt já apontem o aspecto mais relevante – o lugar central que a narrativa ocupa na organização e doutrina da rede –, parecem ainda presos ao velho problema da autoria na narrativa.

O ciberespaço entre parênteses?

Mais recentemente, em 2000, Fred Evans vai se debruçar nas formas de narrativa exprimidas na conversação em rede. Por um lado, ele vai apontar a realidade das comunidades virtuais como confinada aos limites topológicos da Internet sem poder fugir de suas estreitas fronteiras, aceitando parte do criticismo de Fernback e Thompson e de Putnam. Por outro lado, é exatamente este confinamento a que está submetida a Internet, e por extensão o ciberespaço construído em seu interior, que lhe permite revelar um dos mais importantes aspectos subjacente à democracia e à sociedade. Por ter uma realidade virtual ao invés de atual, a Internet pode funcionar na casualidade feliz, a forma da *epoché* fenomenológica, permitindo-nos pôr entre parênteses o mundo que se confunde com nossas crenças correntes, o que permite manter acesa a chama do otimismo de um pensamento como o de Rheingold. Deste modo, poderíamos entender a democracia, não como um processo de tomada de decisão, e, sim, como “forma de vida”, ou seja, como sendo baseada no aumento de certas características da existência individual e social. No espaço dialógico da realidade virtual da Internet, a sociedade se revelaria “um corpo multivozes metamorfoseando-se”, implicando para a democracia, real ou virtual, a necessidade de sustentar a interação ou a solidariedade das “vozes” do seu corpo e, ao mesmo tempo, de respeitar sua heterogeneidade. O ideal político

da democracia seria a interação das vozes igualmente audíveis (Evans, *online*, 2000).

A Internet como *epoché* ajudou-nos a ver que as comunidades humanas são trocas dialógicas entre vozes; que estas vozes ressoam umas nas outras – que cada uma é simultaneamente interior e exterior, a identidade e o outro, do todo; que as trocas entre sujeitos produzem novas vozes e então exemplificam uma virtude do dom-dando e uma ciber versão de uma economia do dom. Porque as vozes da comunidade são o que são à luz uma da outra, e porque a tensão criativa entre elas serendipitosamente cria novos discursos ou vozes, estas vozes estão continuamente se reajustando umas com as outras e assim continuamente modificando sua identidade. Nós podemos então sumariar o resultado que nossa “*ciberepoché*” revelou tão longe declarando que a sociedade é um corpo multivozes *metamorfoseando-se* – que o ser deste corpo é esta metamorfose (Evans, *online*, 2000).

Existiria, portanto, um lado luminoso da Internet, se manifestando na criação de novas vozes em seu discurso indireto livre, mas, também, um lado negro que se manifestaria tanto na voz única de um avatar, a dominação de uma única voz ou discurso social direto – palavra de deus, pureza étnica ou racial –, quanto no fechamento das comunidades em uma pluralidade exclusiva, a linguagem social estratificando-se em uma pletera de discursos indiretos fechados (Evans, *online*, 2000).

Se a descrição feita mais acima por Arquilla e Ronfeldt da liderança como doutrinária, devendo dispor do fluxo de comunicações, se encaixa perfeitamente em redes de guerra fundamentalistas, etnonacionalistas ou criminosas, o mesmo não se pode dizer dela quando se trata da rede de guerra do movimento

Zapatista ou a da Batalha de Seattle. Nestas redes a narrativa é indissociável das conversações recorrentes que geram a montagem e o desenvolvimento da rede e dos testemunhos que acompanham o desenrolar de seus acontecimentos.

Dito de outra maneira, se a forma da narrativa mítica parece ainda apropriada para caracterizar a coesão de uma rede como, por exemplo, a de Bin Laden, ela é completamente inapropriada para, por exemplo, a rede Zapatista e inconcebível para a rede de guerra em rede social de ONGs, ativistas, grupos anarquistas, grupos *hackers*, movimento estudantil e movimento *ciberpunk* contra o estado e atores das corporações que emergiu na Batalha de Seattle. Nas duas últimas redes, a narrativa mais se assemelha ao roteiro de um filme experimental que vai sendo escrito não só pelo diretor, mas pelos atores e equipe, conforme a filmagem se desenrola.

Micropolítica da multidão

Examinemos, para uma diferenciação mais acurada, as análises parcialmente convergentes sobre o zapatismo do Departamento de Defesa norte-americano, através de Arquilla e Ronfeldt (2001, 2001 editores, 1997, 1996); e do economista e ativista do movimento Zapatista, Harry Cleaver (1999, 1998, 1995, 1994). Eles mostram de modo inequívoco como diferentes movimentos – o do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), o das comunidades indígenas de Chiapas e o de diversas Organizações Não Governamentais (ONGs) mexicanas e internacionais – reuniram-se para montar a rede de guerra Zapatista. O movimento EZLN, quando emergiu com seu manifesto contra o NAFTA, era um grupo formado por pessoas oriundas da classe média educada mexicana, com pouca ou nenhuma ascendência indígena. Seu objetivo era criar um exército de guerrilha infiltrando-se na região

de Chiapas – rica em urânio, madeira e petróleo –, onde viviam diversas comunidades indígenas. Eles pretendiam sustentar uma estratégia bem tradicional de luta armada, conhecida no meio militar como “guerra da pulga”, consistindo em manter a iniciativa através de ataques surpresa em pequenas unidades.

Em meio a desastrosos resultados militares, surgidos de problemas organizacionais e táticos durante as primeiras semanas de luta (que quase levaram o EZLN à extinção), eles buscavam o apoio das ONGs e outros membros da sociedade civil global e o apoio das comunidades indígenas. Os ativistas das ONGs, por seu lado, estavam interessados em estimular uma forma de democracia no México na qual os atores da sociedade civil fossem fortes o bastante para contrabalançar o poder dos atores do Estado e do mercado, ganhando um lugar de destaque nas tomadas de decisão da política pública que afetassem a sociedade civil. Seus ativistas, porém, não estavam nem um pouco interessados em conquistar o governo e tampouco queriam ajudar que algum grupo viesse a conquistá-lo.

Como resultado destas conversações, o EZLN abandonou a conquista do governo mexicano como o principal objetivo de sua luta, retirando-o de seu discurso. Nele, a partir de então, os direitos das populações indígenas, o reconhecimento da participação da mulher e dos seus direitos na sociedade, a proteção ambiental, a luta pelos direitos humanos e pelos direitos dos trabalhadores subiram para o primeiro plano. Encorajados a vir para o México por Marcos e outros membros do EZLN, as ONGs já contatadas convidaram outras ONGs a se juntar a sua mobilização gerando um efeito em cadeia de grandes proporções. Um dinâmico movimento de afluência da multidão²³ cresceu pondo o governo mexicano e seu exército na defensiva, paralisando sua investida militar. Uma coalizão de ONGs, misturando ONGs temáticas (direitos humanos, direitos indígenas, proteção do meio

ambiente, etc.) locais e globais com a APC (uma ONG que provê infraestrutura e meios técnicos para a construção de redes eletrônicas), formou-se e quatro congressos foram realizados em Chiapas, reunindo-as com o EZLN e as comunidades indígenas, fazendo emergir uma agenda comum de reivindicações e ações. O que havia começado como uma tradicional insurgência guerrilheira havia se transformado em uma rede de guerra em rede social pertencente à era da informação.

O processo de construção da aliança criou uma nova forma de organização – uma multiplicidade de grupos autônomos rizomaticamente conectados –, conectando várias espécies de lutas, através da América do Norte, que estavam anteriormente desconectadas e separadas (Clever, 1994).

Tanto Arquilla e Ronfeldt, quanto Cleaver querem ver no EZLN o principal ator da coalizão e apontam Marcos como um excelente porta-voz do movimento Zapatista mais do que um líder. Para o pensamento do Departamento de Defesa norte-americano, Marcos faria parte de uma sofisticada tentativa do EZLN de quebrar seu isolamento político, permitindo-lhe combinar as suas pequenas unidades de ataque com as mobilizações nacionais e os apelos internacionais. Entretanto, o EZLN não tem seus próprios *laptops*, conexão com a Internet, máquinas de fax e telefones celulares que estão com as ONGs mexicanas e internacionais. Mas Cleaver mostra como o apoio e a divulgação do movimento Zapatista se estruturou em torno de uma rede de trabalho voluntário ativista coordenada através da Internet de forma descentralizada composta por digitadores, tradutores, *webdesigners*, escritores, organizadores de listas de discussão e administradores de sítio. Stefan Wray, por sua vez, expõe como os *hackers*, depois do massacre de índios em Chiapas em fins de 1997,

conceberam um modo de fazer da Internet um lugar para a ação direta não violenta e a desobediência civil inventando o bloqueio virtual e o *sit in* virtual. Em 1998, o grupo Teatro Eletrônico de Distúrbios (Electronic Disturbance Theatre – EDT) criou o *inundanet* (*floodnet*) – uma aplicação em java para os navegadores (*browsers*) que repetidamente envia pedidos de recarregar para um sítio da Internet –, concebido como um modo de realizar uma manifestação virtual onde uma multidão podia tentar paralisar ou derrubar uma página *web* usando esta aplicação (o projeto chamava-se significativamente SWARM, que significa enxame). O *software* foi chamado de Zapatista *inundanet* (*floodnet*) e inaugurou o casamento dos *hackers* com o ativismo político, mais tarde chamado de *hacktivismo* (Wray, 1998).

A multidão armada

Tudo isto reforça a constatação da profunda mudança introduzida nas relações sociais e na base organizacional das comunidades através do acesso do indivíduo comum às redes interativas de comunicação distribuída. Mostra, também, que o EZLN é diferente do movimento Zapatista, além de mostrar o desenvolvimento do movimento como uma poderosa convergência de diferentes redes (ONGs, indígenas, guerrilheiros, *hackers*, estudantes, intelectuais, etc.) construindo uma comunidade em movimento que partilha uma agenda comum de reivindicações e ação e experimenta em sua própria construção modos democráticos de produção e tomada de decisão. Se olharmos para este movimento na perspectiva da luta política, ele se revela muito mais forte e adequado para conduzir uma guerra assimétrica contra o Estado e as corporações porque estes ainda estão embaraçados com o modo de organizar e institucionalizar suas relações através das hierarquias e mercados.

Analisada na perspectiva da construção social, o movimento Zapatista é uma comunidade nômade real montada na esfera pública global do ciberespaço, capaz de construir a participação atual em ações comuns na vida de seus participantes e na vida cívica da sociedade civil mundial – o que afasta as objeções de Fernback e Thompson quanto à realidade das comunidades virtuais. Na perspectiva do capital social e do engajamento cívico – objeções de Putnam –, ela nada deixa a desejar enquanto comunidade através das manifestações que promove pelo mundo, os congressos e encontros realizados em Chiapas e a marcha para a capital do México integrando grande parte de seus membros em uma caminhada cívica ao longo da região de Chiapas. Mas o mais importante dado é o fato da dicotomia *Jihad/McMundo* desaparecer no interior da organização e prática da rede do movimento Zapatista. A experiência deste movimento não é a de um mundo destruído, ameaçado de dissolução pelo totalitarismo homogeneizante os negócios de massa ou tribalismo desagregador das etnias e religiões. Nas comemorações do ano-novo de 2013, os Zapatistas puseram um vídeo mudo na Internet com as longas fileiras de sua multidão desfilando com os lenços vermelhos tapando parcialmente o rosto, olhando em silêncio para a câmera, onde os letrados anunciavam que aquele silêncio era o barulho do mundo do capitalismo financeiro ruindo em meio à miséria da escravidão por dívidas. Anunciavam também a tomada de cinco cidades sem tiros ou baixas para o campo do Zapatismo. Essa fantástica *performance* multitudinária revela o grau de coesão do próprio movimento.

A globalização transformou a informação em uma arma, e o Estado, global ou local, está sempre envolto, pós-modernamente, nas guerras de informação (cf. Kopp, 2000). A guerra do controle (*cyberwar*), teorizada pela RAND logo após a Guerra do Golfo, revela a emergência de uma guerra iminente e absoluta,

coextensiva à existência do Império com suas armas espaciais e tecnologias de destruição em massa. A guerra tornou-se algo tão ordinário na esfera imperial que as forças armadas dos EUA reduziram as tropas do exército, de 790 para 480 mil homens nos últimos dez anos, ao mesmo tempo em que empresas privadas passaram a vender operações de guerra – guerra do controle (*cyberwar*), guerra em rede (*netwar*), guerra da informação (*infowar*) – para os Estados e as corporações (cf. Marrero, 2001). O vasto material, produzido nos últimos de\ anos pelas pesquisas da RAND e demais intelectuais ligados ao Departamento de Defesa norte-americano, não deixa margem para dúvidas: vivemos em guerra permanente – mesmo os negócios tornaram-se operações especializadas de guerra – e as armas usadas a maior parte do tempo são as notícias que os jornais, rádios, televisões e revistas despejam sobre as populações em seu bombardeio incessante unidas à capacidade de comunicação, controle e comando do ciberespaço. O movimento Zapatista percebeu com clareza a atual condição quando anunciou aos quatro ventos que a quarta guerra mundial havia começado (cf. Marcos, 1997). A suprema ironia é que parte dos inimigos atuais do império – fundamentalistas, traficantes e etnonacionalistas – são os antigos aliados da Guerra Fria; armados e enriquecidos pela luta anticomunista através das operações encobertas do Departamento de Defesa norte-americano (cf. Isenberg, 1989).

Mas, através das comunidades virtuais do ciberespaço, a multidão se armou e as redes que sempre construiu para lutar contra o poder político burguês metamorfosearam-se nas poderosas redes de guerra em rede, paralisando o uso das armas de aniquilação do poder global e rompendo com sua cadeia de medo orquestrada pela mídia de massa corporativa. A comunidade virtual é uma rede de guerra que usa a contrainformação para lutar contra os Estados global e local, mas seu combate se desenvolve

através de sua própria construção como um modo surpreendente de inventar valores e práticas democráticas no seu interior, utilizando-se da comunicação distribuída em rede interativa em vigor na Internet.

A parceria e a gestão do comum

As questões que giram em torno da ação coletiva e do bem público são uma constante na teoria da comunicação, bem como na sociologia, economia política, filosofia política e teoria dos jogos. Elas envolvem os meios de comunicação na medida que eles transformam os modos como as pessoas cooperam, sobretudo se eles transformam as maneiras como elas veem a si mesmas e como os outros as veem. A reputação é um forte indutor de cooperação ou defecção (Goffman, 1959). Meios de comunicação também podem reduzir os custos de resolução dos dilemas da ação coletiva, possibilitando que mais pessoas possam gerar e compartilhar recursos de novos modos. Os dilemas da ação coletiva estão na base dos problemas que giram em torno da partilha do bem comum (*commonwealth*) na medida em que se procure entender essa oscilação de cada um entre seu próprio interesse e o bem público (Smith, 2000).

A teoria da necessidade do estado coercitivo, nascida com Hobbes, considera que o egoísmo competitivo faz com que o estado natural seja a guerra de todos contra todos, o que dilapidaria o bem comum e imporia a todos miséria e sofrimento, a menos que um soberano impusesse o terror a todos, forçando a cooperação. Se a soberania despótica não é capaz de promover o bem comum, ela ao menos consegue impedir sua dilapidação pela administração de seu uso (Hobbes, 1997).

Locke vai discordar de Hobbes, considerando que os homens podiam se governar melhor através de contratos sociais,

e que o gerenciamento privado do bem comum, através da propriedade privada, não apenas impedia sua dilapidação mas promovia sua multiplicação pela expectativa de ganho gerada, tornando o interesse de cada um por si mesmo num poderoso vetor de cooperação e alargamento do bem público (Locke, 1952).

De qualquer forma, a soberania do estado permanece intocada nesta teoria para o despotismo ou para a democracia, com o egoísmo e o interesse próprio sendo considerados os motores da ação individual, tornando necessária a pressão social, do insulto ao encarceramento, para garantir o pagamento das dívidas e o cumprimento das obrigações que supostamente ajudariam as comunidades a manter o bem coletivo da confiança (Nietzsche, 1987). A reputação e a pressão dos parceiros sociais são a chave da manutenção dos recursos partilhados em comum. Em ambas as teorias, a cooperação é uma servidão imposta pela soberania, e as mediações das instituições do Estado, o veículo adequado para administrar as sanções. A teoria da evolução, baseada na ideia de seleção natural desenvolvida por Darwin, sacramentou a ideia de que a competição era a única força diretriz da evolução (Huxley, 2003).²⁴

Kropotkin vai se contrapor a esta interpretação da teoria de Darwin chamando atenção para a cooperação que podia ser extensamente observada no mundo natural: animais se reúnem para se proteger de seus predadores, para caçar em conjunto e para trabalhar juntos de diversos modos. Ele vai defender que os homens estão dispostos ao auxílio mútuo sem coerção autoritária e que não era necessário o governo centralizado para determinar os modelos de bom comportamento e obrigar às pessoas a agir de forma correta, pois elas já agiriam assim muito antes da ascensão do Estado. Ele vai sustentar que é o governo quem reprime nossa tendência natural para a cooperação, acreditando no poder de formação das redes de parceria (Kropotkin, 1989).

A teoria dos jogos, que vai se desenvolver após a II Guerra Mundial impulsionada pelos problemas da Guerra Fria, vai experimentar largamente o jogo do dilema do prisioneiro, inventado na RAND em 1950, como modelo das diversas situações possíveis das possibilidades de cooperação ou defecção entre parceiros. O ponto de partida do jogo é o de que o jogador age apenas no interesse próprio. No final dos anos 70, o cientista político Robert Axelrod introduziu a iteração na experimentação do jogo. Interessado em descobrir quando alguém se dispõe a cooperar e quando prefere o interesse próprio numa interação com outra pessoa, ele fez o dilema repetir-se entre os dois jogadores. Embora os parceiros não pudessem comunicar suas intenções, eles registravam os resultados das jogadas anteriores. O histórico das decisões prévias passou a funcionar como forma de antecipar a intenção do outro jogador. Cada jogador ganhava dessa maneira uma reputação na medida em que os jogadores iriam encontrar-se novamente. A reputação é como a sombra do futuro projetada sobre uma interação. Após experimentar vários modelos de programas competindo entre si em computadores oponentes, o programa mais bem-sucedido – *tit for tat* – revelou-se o mais simples: o jogador começa cooperativo e responde no lance seguinte com a resposta do oponente no lance anterior. O jogo do prisioneiro podia transformar-se no jogo da colaboração (Axelrod, 1985).

A parceria esteve na base tanto do funcionamento técnico da Internet como rede, quanto no funcionamento dos serviços de comunicação nela construídos. Sua atual configuração onde prevalece a relação entre máquinas servidoras e máquinas clientes na base tecnológica ou a formação dos grandes eixos nos provedores, portais e locais de busca na base de utilização foi introduzida pela ocupação comercial da rede e implicou um

largo dispêndio de sua largura de banda, o bem finito do tempo de processamento e atenção que é necessário para a interação (Minar e Hedlund, 2001). Isto teria ocorrido, pois as corporações, privilegiando a chance da oportunidade de comércio aliada à exploração da propriedade intelectual, fixaram-se nos efeitos de valor da rede contidos na lei de Metcalfe (Kirsner, 1998), que reza que o valor da rede cresce no quadrado da quantidade de nós a ela conectados. Traduzindo economicamente seu significado, conectar duas redes cria mais valor que a soma de seus valores como redes independentes (Reed, 1999a). Essa lei privilegia a dissimetria entre os nós concorrentes na estrutura cliente/servidor como forte propiciadora da realização dos negócios (Barabási, 2002), gerando ao mesmo tempo uma oligarquia da informação (Vaidhyanathan, 2003) e uma marginalização do usuário comum através da massiva concentração de clientes em alguns poucos servidores que monopolizariam o processamento da informação e as ligações hipertextuais (Minar e Hedlund, 2001).

Mas a multidão de usuários formada na Internet reinventou o poder da parceria, seja gerando as teias de *blogs* capazes de quebrar a invisibilidade do usuário comum nos motores de pesquisa e gerar um circuito cooperativo; seja inventando os programas que restabelecem a horizontalidade dos parceiros repartindo recursos de banda e processamento para partilhar informações, para ficarmos em dois exemplos (Minar e Hedlund, 2001). Ela tem a seu lado a lei de Reed que afirma que o valor social de uma rede cresce na razão da parceria exponenciada pela quantidade de nós, ou seja dois elevado ao número de nós, e não o número de nós elevado ao quadrado. A lei de Metcalfe, inventor da placa de rede *Ethernet*, mede o valor das interações da rede de computadores, mas a lei de Reed mede o valor da formação de grupos da rede social. A rede ou o serviço de comunicação é bem-sucedido

na medida em que ele possibilita a formação de grupos sociais em torno de seus interesses ou desejos, gerando valores compartilhados (Reed, 1999).

Se considerarmos que uma rede se transforma conforme muda sua escala, numa rede dominada pela conectividade linear, o conteúdo veiculado por suas poucas fontes dominará; numa rede ordenada em eixos (*hubs*), as transações tornam-se centrais e o que é vendido dominante; numa rede ordenada pelas parcerias, as formações de grupos tornam-se centrais e os valores construídos pelo conhecimento comum dominarão (Reed, 1999). Quanto mais fácil é para as pessoas formar novas associações, mais cresce o capital social destas associações, gerando uma maior prosperidade para todos (Rheingold, 2002). As redes de parceria contrapõe ao poder de estoque e propriedade da informação sua potência de comunicação e gestão do bem comum.

Desta diferença emerge a questão: a ação coletiva depende da presença de uma ameaça e um terror que venha recalcar o egoísmo como paixão essencial do homem, fazendo da parceria uma derivação da submissão; ou a parceria é a mais imediata e mais complexa resposta capaz de fazer da ação coletiva o mesmo que a ampliação da potência; tornando a submissão um fulcro de estupidez engravado no cerne do poder de uma atividade?

O Napster e as mediações do P2P

O Napster foi o mais popular sistema de troca de arquivos na *web*, tendo chegado à cifra de 50 milhões de usuários cadastrados no seu servidor. Criado pelo norte-americano Shawn Fanning em 1999, quando este tinha 18 anos e decidia abandonar seus estudos universitários para criar um sistema que facilitasse o acesso e expandisse a oferta de música na Internet. Fanning foi

motivado por duas realidades: 1) a disponibilização do padrão MP3 (que permite comprimir arquivos de áudio, diminuindo o seu tamanho e facilitando sua difusão pela *web*) e 2) a ausência de um sistema de troca de arquivos MP3, até então confinado aos serviços de FTP, um estoque estático com limitado catálogo de músicas disponíveis. Com o programa, era possível o compartilhamento de arquivos e a combinação de funções de diferentes programas de comunicação interpessoal na rede, como o *instant message* (aplicativos de mensagens instantâneas, tipo ICQ), interface com o sistema de armazenamento de arquivos do Windows (*c:/meusdocumentos/mymusics*) e sistemas de agente de busca (a mesma tecnologia utilizada no Yahoo, etc.).

Para registrar os computadores que iriam trafegar pela comunidade Napster, a solução foi operar por meio de um **servidor central**. Este manteria um diretório com a lista de todas as músicas arquivadas nos computadores de seus usuários, sendo atualizada sempre que um ou outro se conecta ou se desliga do sistema. Isso permite que um usuário faça uma pesquisa específica sobre uma determinada música ou artista, pois o servidor cria um índice de todos os outros utentes que estão plugados naquele momento e que possuem a música requisitada. Com a resposta da pesquisa, o usuário requisitante pode clicar sobre o nome de qualquer um dos outros que aparecem na lista e estabelecer uma conexão direta com ele, para fazer o *download* ou *upload* de arquivos (a interface gráfica do programa permite que o usuário visualize quem está capturando suas músicas e aquele que possui a música que está requisitando). Os arquivos são permutados, diretamente, entre os computadores dos usuários, sem que sejam arquivados no servidor ou em qualquer outro ponto da rede, ou seja, de forma *peer-to-peer*.

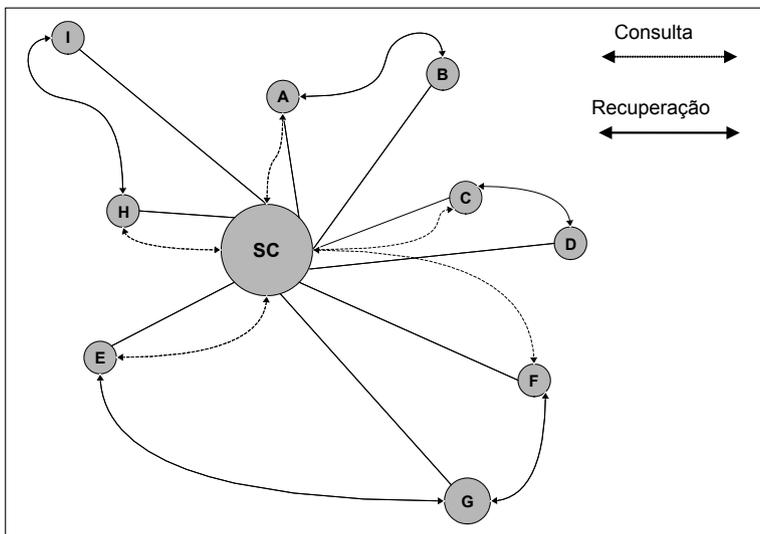


Figura 1 – Topologia da Rede P2P centralizada
 Fonte: Barcellos, Marinho; e Gaspary, Luciano, *online*

O Napster tornou-se o aplicativo que mais cresceu na história da Rede, em grande parte, por não ser puramente *peer-to-peer*. Na verdade, o que ocorreu com o Napster é que ele **“centralizava nós e descentralizava conteúdos”**, ou seja, unia as forças de um banco de dados central com o poder de armazenamento distribuído. “O Napster poderia ser caracterizado como um ‘sistema *peer-to-peer* intermediado’, no qual uma autoridade de endereçamento central conecta pontos extremos e, em seguida, sai do caminho” (Minar & Hedlund, 2001, p. 56).

O que o Napster fez foi provocar a geração de um outro *modelo de rede*, impulsionando o deslocamento da forma **conteúdo no centro** (de um servidor) para o **conteúdo nas margens** (nos computadores dos usuários). “O Napster prescinde de *upload* e deixa os arquivos nos PCs simplesmente intermediando solicitações de um PC para outro – os arquivos MP3 não precisam percorrer um servidor central do Napster. Em vez de

tentar armazenar esses arquivos em um banco de dados central, o Napster tirou proveito do maior conjunto de espaços de armazenamento latente no mundo, os computadores dos usuários Napster” (Shirky, 2001, p. 32).

Infelizmente, havia um aspecto residual no Napster que se manifestou como um empecilho para o seu desenvolvimento: **a arquitetura centralizada**. Ao permitir uma localização rápida de arquivos que transitam em seu sistema, o Napster não possibilita o anonimato dos usuários, pois, para utilizar o sistema, cada internauta precisa se registrar previamente (inserindo seu nome ou pseudônimo). Desta forma, o servidor do Napster é capaz de identificar cada um deles e saber o que estão intercambiando. Isto torna frágil o próprio uso do Napster, além de torná-lo presa fácil de aspectos judiciais relacionados aos direitos autorais (ser quem centraliza os dados, ou seja, a subversão do *copyright*).

A ação judicial movida pela banda norte-americana somou-se a da *Recording Industry Association of América* (RIAA), que qualificou as trocas de arquivos MP3 como pirataria, partindo assim para uma batalha judicial nas cortes dos EUA. Isto em dezembro de 1999, três meses após o surgimento do programa. Entretanto, em novembro de 2000, uma das gravadoras mudou de lado. A BMG, unidade do grupo alemão *Bertelsmann*, fechou um acordo com o Napster. Pelo acerto, a BMG financiaria a criação de um serviço de assinaturas que ofereceria *downloads* de música grátis via Internet, mas garantiria o pagamento de direitos autorais. Prevista para julho de 2001, o acordo atenuou o conflito com os usuários, que não compactuavam com a decisão tomada pelo *medium* Napster. O primeiro sintoma de resistência ao Napster não foi a recusa de usá-lo, mas sim a intensificação da sua utilização. “No fim de semana, o serviço foi acessado por milhares de usuários, que esperavam pela decisão judicial. Somente no sábado, cerca de 10 mil acessaram o Napster, fazen-

do a troca de cerca de 2 milhões de músicas em MP3” (Folha de S.Paulo, 12-02-2001).

No dia 11 de fevereiro de 2001, a 9ª Corte de Apelação de São Francisco (EUA) relatou sua deliberação final: “O Napster, que permite a distribuição digital de músicas no formato MP3 pela Internet, viola os direitos autorais e não poderá distribuir material com *copyright*”.

O Gnutella e a distribuição descentralizada

Apesar de a decisão judicial ter ocorrido em 2001, a morte do Napster foi antecedido, um ano antes, pelo *software* Gnutella (ou simplesmente, gNet). Ele foi criado em apenas 14 dias por duas pessoas sem curso superior, no interior da Nullsoft – subsidiária da América Online. A Nullsoft desenvolveu o protocolo Gnutella sem o conhecimento dos altos executivos da AOL. No entanto, assim que tiveram ciência da existência do programa, determinaram que fosse imediatamente retirado do portal da América Online, preocupados com os problemas que poderiam gerar em relação aos direitos autorais.

Expulsos da AOL, os criadores disponibilizaram o programa para a comunidade de *software* livre. O termo *Gnutella* é um neologismo, vem da aglutinação de *GNU* com *Nutella*. GNU é a abreviatura de *GNU's Not Unix* – uma licença pública criada por uma geração de desenvolvedores de *software* para disponibilizar acesso livre ao código-fonte (segredo de fabricação), no intuito de instigar em outras pessoas a criação de constantes inovações. O Gnutella é um *software* livre. Na verdade, é muito mais que um *software*, é uma linguagem de comunicação, um protocolo. Isto significa que qualquer *software* que fale a linguagem do Gnutella é compatível com ele. E por serem livres, diferentes versões podem ser encontradas em diferentes endereços de *web*.

Quanto ao termo *Nutella*, este é a pasta de avelãs e chocolate produzida pelo confeitoiro italiano Ferrero. Pasta é uma analogia aos arquivos digitais.

Sem se basear em um servidor central, o modelo Gnutella permite a troca de arquivos da seguinte maneira: um computador **A**, equipado com o programa, se conecta inicialmente a um computador **B**, que, por sua vez, se conecta a um terceiro **C**, este por sua vez se liga a um **D**, e assim por diante. Uma vez que **A** está conectado a uma série encadeada de computadores ‘*peers*’, ele vai poder pesquisar o conteúdo dos diretórios de todos os membros da rede. **A** envia uma mensagem (“ping”) requisitando a pesquisa para todos os computadores conectados, iniciando por **B**, que, por se turno, faz o repasse para os seguintes, até que um deles possui um arquivo que preencha os dados da pesquisa (nome, tamanho, etc.), retornando a mensagem “pong” ao longo de todo o caminho percorrido até atingir o ponto inicial de partida. A resposta “pong”, além de conter o endereço IP do computador *host* (hospedeiro do arquivo pesquisado), indica também o nome do arquivo e tamanho. **A**, então, com a lista de arquivos disponíveis aparecendo no *display* do programa Gnutella, pode abrir uma conexão com o computador que possui o arquivo desejado e fazer o *download* diretamente.

Da mesma forma que o Napster, o modelo Gnutella permite a troca de arquivo sem intermediários, *peer-to-peer*. O primeiro e mais importante impacto do Gnutella consiste na criação de uma **infraestrutura virtual dinâmica construída sobre uma infraestrutura física fixa**. Embora os cabos continuem no chão, a rede física do Gnutella muda a cada segundo, devido a cada entrada e saída de usuários, que trazem consigo suas redes. Nenhuma pessoa individualmente controla o fluxo da informação e, portanto, não se está a depender do funcionamento de um

único servidor. “O que torna o Gnutella diferente, do ponto de vista científico, é que ele não depende da autoridade central alguma para organizar a rede ou intermediar as relações. Com o Gnutella, só é necessário se conectar a um nó (*host*) arbitrário. Qualquer nó” (Minar & Hedlund, 2001, p. 56).

O Gnutella tem uma série de vantagens sobre o Napster, a começar por seu sistema descentralizado e pelo fato de ser essencialmente anônimo. É desenhado para permitir a busca de qualquer tipo de arquivo (e não somente MP3), desde textos e imagens até arquivos de programas (*softwares*). O Gnutella forma uma comunidade descentralizada de troca de arquivos, por meio de uma ideia simples: toda solicitação é repetida a partir de um nó para todos os outros nós conhecidos deste.

Ao contrário da arquitetura “medusa” do Napster, a descentralização do Gnutella elimina a possibilidade de alguma instituição ser responsável pela operação da rede Gnutella, o que vai dificultar a abertura de ações judiciais acusatórias de promoção da pirataria virtual. A arquitetura descentralizada possibilita acesso não somente a conteúdos, mas principalmente à rede do outro. O mesmo usuário disponibiliza informações, busca dados para si e permite a outro ter acesso a sua rede. Essa arquitetura, portanto, transforma efetivamente o usuário em servidor, tanto de informações, quanto de pontos de rede para possíveis conexões. “Em vez de ter roteadores especializados e chaves e concentradores (*hubs*) que permitam a comunicação, a Gnutella reúne todas essas coisas em um nó. Assegurando que as facilidades de comunicação aumentem com a demanda, a Gnutella faz, dos usuários da rede, operadores da própria rede” (Kan, 2001, p. 105).

Há algo ainda que a arquitetura centralizada não permite: **a diversidade de redes**. Isto porque não somente MP3s são trocados, mas vídeos, textos, *softwares*, etc. Esse leque de tipos de

arquivos, portanto, gera uma multiplicidade de redes sociais. Por ser um *software* livre, o Gnutella abarca um conjunto de *softwares* e ainda permite que outros possam criar interfaces consigo. Por exemplo, ao invés de possuir um único programa de busca, há vários dentro do Gnutella. E outros ainda podem ser agregados. Cada um deles inova na forma como um arquivo vai ser localizado nos computadores dos usuários, que formam a rede Gnutella.

O Gnutella também inova na transmissão dos conteúdos, a partir do que se chama **difusão da mensagem** (*message broadcasting*). A partir de identificadores únicos atribuídos às mensagens – chamados de UUID –, evita-se a repetição de sua difusão. Ou seja, um usuário A não recebe duas vezes uma mesma mensagem de B, porque este já memorizou a primeira. “Cada vez que uma mensagem é entregue ou originada, o UUID da mensagem é memorizado pelo servidor enquanto ela passa por ele. Se houver *loops* na rede será então possível que um *host* receba a mesma mensagem duas vezes. Normalmente, o *host* seria obrigado a retransmitir a mensagem como qualquer outra que tivesse recebido. No entanto, se a mesma mensagem for recebida novamente tempos depois (terá o mesmo UUID), ela não será retransmitida. Isso evita explicitamente o desperdício de recursos da rede que seria o de enviar uma consulta a *hosts* que já a viram” (Kan, 2001, p. 113).

Essa difusão de mensagens **armazena as “rotas”** (que são temporárias) na forma de um identificador único (numérico). É importante sublinhar que, ao identificar a mensagem, não é associado quem foi o autor do envio dela. “Quando um nó deixa a rede, ele não deixa a rede toda em ruínas, como é comum na Internet; os nós conectados aos nós que estão saindo simplesmente limpam suas memórias para esquecê-lo, e as coisas continuam sem nenhuma interferência” (Kan, 2001, p. 114).

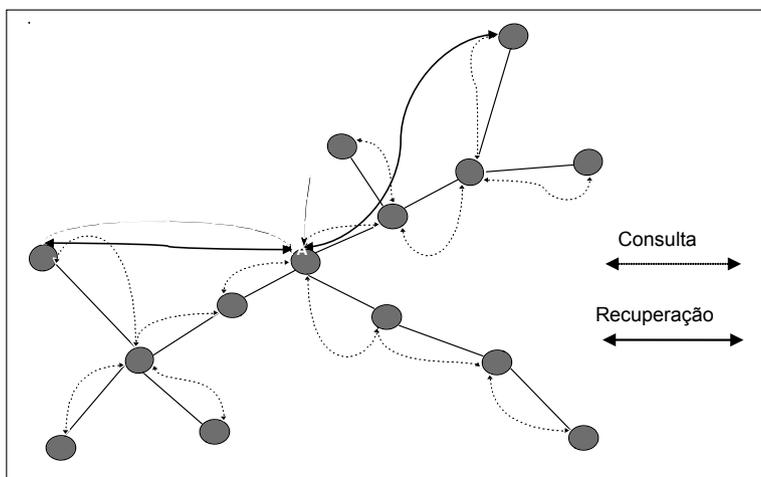


Figura 2 – Topologia da Rede P2P distribuída

Caso o usuário queira se desconectar dos nós que estão na periferia da rede, pode fazer isto, até porque o Gnutella autoriza que o usuário veja, até certa distância, os nós mais próximos conectados. Essa engenharia de transmissão da informação torna a rede móvel e flexível. “O horizonte do Gnutella é ondulatório. Isso quer dizer que cada nó pode ver sete ondulações. Tipicamente, um raio de sete ondulações combinado com condições da rede significa que mais ou menos mil nós estão no campo de visão” (Kan, 2001, p. 117)

Os desenvolvedores do Gnutella utilizam a **analogia do lago** para explicar esse fenômeno: toda vez que se joga uma pedra no lago, esta impulsiona uma série de ondulações que são vistas até certo horizonte. Cada nó possui horizontes diferentes, ou melhor, “ver” uma “rede de nós” diferentes toda vez que acessa o Gnutella. Com o aumento da comunidade, passou-se a utilizar a **multidão** como analogia da conexão de rede.

A Gnutella é assim. Cada nó pode ‘ver’ dentro de certa distância em todas as direções, e, além disso, é tudo

desconhecido. Cada ponto da rede está situado de forma ligeiramente diferente e, como resultado, vê uma rede ligeiramente diferente. Com o tempo, à medida que mais usuários entram e saem, e a rede muda e se transforma, um usuário consegue ver muitos outros (nós) diferentes à medida que a rede ondula em torno de si (Kan, 2001, p. 118).

A arquitetura semicentralizada da parceria

A tecnologia Gnutella teve seu teste de fogo exatamente quando a comunidade de usuários amantes de música se deslocou em massa para as suas redes. Mas o resultado alcançado não foi o melhor, principalmente por conta da tecnologia de busca de arquivos mostrar-se menos eficiente.²⁵ O fato de a busca passar de computador para computador fez com que uma demora se instalasse até o recebimento do seu resultado, o que frustrava o internauta, acostumado com a rápida localização dos MP3s no Napster.²⁶ A situação ficava ainda pior se o arquivo pesquisado fosse raro, pois o sistema ou demorava bastante para encontrá-lo ou desistia da busca. A conquista da distribuição via-se ameaçada pela reivindicação dos usuários em economizar tempo no momento em que baixavam seus arquivos preferidos. Essa exigência conjugou em movimentos simultâneos e distintos de melhoria da velocidade do tráfego de arquivos *online*, que resultaram, em primeiro lugar, na criação de aplicações P2P híbridas – ou mistas –, por unir “algum elemento centralizador na execução de tarefas cujo desempenho é crítico”.²⁷ Foram o caso do Kazaa e o Edonkey,²⁸ dois dos programas P2P mais utilizados após a queda do Napster.

O modelo híbrido mantinha a lógica descentralizada: cada computador se conecta até cinco máquinas para fazer buscas. Estas, a mais cinco, e assim sucessivamente (numa influência

clara da lógica *small world*). O problema então era criar um fim para essa busca, e assim fazer o caminho inverso o mais rápido possível, evitando que o tráfego da rede inviabilizasse o uso do programa P2P. A solução encontrada foi a retomada da figura do servidor central, mas de outro tipo, agora concretizado na transformação de nós mais robustos em *superpeers* (*supernós*), que agem como ligação central de uma sub-rede. É a chamada hierarquia de dois níveis.²⁹ Ou seja, todo usuário precisa se conectar a um supernó para ter acesso a sistema. O supernó é uma espécie de *hub*, que armazena índices e é capaz de administrar os recursos de largura banda, de roteamentos e de comunicação entre os nós, mas mantendo anônimos suas identidades e informações contidas (arquivos, por ex.). Essa arquitetura é semicentralizada porque a presença desses *hubs* não afeta a capacidade de um computador trocar informação diretamente como um outro, pois, se em horário de pico porventura os *hubs* caírem, o sistema permite que o usuário (*peer*) compartilhe diretamente arquivos com um outro usuário (*peer*), sem a coordenação centralizada dessa tarefa por quaisquer servidores. A presença do *superpeer* então “deixou [a] conexão ainda mais rápida ao transformar alguns dos computadores da rede – os que tinham mais velocidade e maior capacidade de processamento – em subservidores, que armazenam dados de diversos outros computadores, criando verdadeiros atalhos para a informação”.³⁰

Na prática, esses supernós detêm as informações dos recursos que os *peers* gerenciam, o que permite a realização de buscas eficientes. Eles contêm uma lista de arquivos disponibilizados por outros usuários e o local onde eles estão armazenados. Quando uma busca é executada, a aplicação Kazaa, por exemplo, aciona uma comunicação entre os supernós mais próximos dos usuários. A cada consulta a um *superpeer*, os usuários recebem

um bloco de resultados da sua busca. E em seguida o *download* já pode ser realizado.

O problema que se instala a partir do modelo híbrido é fazer com que a rede seja amplamente escalável.³¹ Isto porque o crescimento (a escala) das redes está condicionado ao crescimento do controle dos supernós. O contrário ocorre quando a rede é puramente descentralizada. Como nesta todo cliente é também servidor de informação, se houver um acréscimo de usuários (clientes), conseqüentemente há também aumento proporcional de servidores, isto é, dos recursos compartilhados para se acessar e gozar a rede. Realiza-se assim a produção de escalonamento horizontal, quando o objetivo é adicionar mais nós aos sistemas para distribuir mais recursos por todo ele.

O aumento do tamanho não significa perda de escalabilidade, como nos modelos centralizado ou semicentralizado. Nestes o aumento de número de usuários (nós) requer um esforço de investimento nos servidores centrais para garantir a eficiência da escala. A estratégia é focada na chamada *escalabilidade vertical*, quando se adicionam recursos, como mais memória, mais capacidade de processamento, em um único nó – ou em alguns deles – do sistema para se obter um desempenho de tráfego satisfatório.

O impasse é que a presença dos *superpeers* resulta na fragilidade da própria escalabilidade, porque *nós invasores* podem se tornar um super nó. Quando isto acontece, o sistema experimenta geralmente dois tipos de ataques: a negação de serviços e os ataques de roteamento. No primeiro caso, os supernós maliciosos: enviam muitas mensagens (ou mesmo negam o serviço) de busca; provocam a entrada e saída acelerada de nós, dificultando que o *download* possa ser executado eficazmente; aumentam falsamente a capacidade de transferência de arquivos de determinado nó, gerando *download* entre nós que têm baixos

recursos, como entre dois *peers* com capacidade de transferência de 56Kb/s; ou ainda enviam mensagens de respostas não solicitadas, sendo que algumas delas exibem resultados que são verdadeiras pragas eletrônicas, como vírus ou programas espões, disfarçadas do arquivo solicitado.

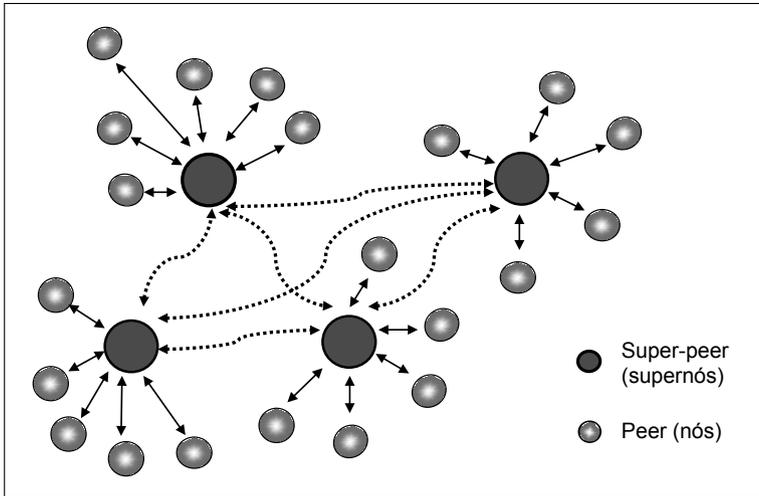


Figura 3 – Topologia da Rede P2P Multicentralizada

No segundo caso, os ataques de roteamento, os nós maliciosos: encaminham mensagens de busca a nó incorreto ou mesmo inexistente; fornecem informações falsas sobre rotas a nós corretos; censuram que resultados de determinados nós possam ser exibidos; e fazem com que um nó correto, ao entrar na rede P2P, carregue um conjunto de rotas formadas por outros super-nós maliciosos.

Apesar disso, as redes semicentralizadas alcançaram elevada popularidade após a queda do Napster, principalmente das aplicações da rede Fast Track³² – o que ativou, ainda em 2002, um coro da associação das gravadoras norte-americanas (RIAA)

e da organização dos estúdios de cinema de Hollywood (MPAA) contra esses sistemas P2P. A justificativa das empresas foi que eles proporcionavam que usuários trocassem arquivos com *copyright*, o que estimularia a pirataria *online*.

Paralelamente, essas associações começavam a ameaçar a processar os seus usuários, como em 2003 quando 200 mil internautas no Kazaa foram surpreendidos por uma mensagem assinada pela RIAA durante o *download* de músicas em formato MP3.³³ Na época, os *crackers* inseriram *links* para *download* no *site* da RIAA das principais aplicações P2P.³⁴ Contudo, o processo movido pelas *majors* levou o e-Donkey³⁵ a virar poeira digital. Já o Kazaa negociou um acordo, pagando U\$ 115 milhões por ter permitido o livre fluxo de material com *copyright* e inserindo filtros que impediam os usuários de trocar arquivos que contivessem determinadas palavras-chave.

Contudo, não foram somente os processos que fizeram com que o Kazaa e o Edonkey2000 perdessem o lugar de P2P mais populares da *web*. Mas, dois motivos, fundamentalmente. Ambos associados diretamente com o dispositivo de controle centralizado das suas redes, FastTrack e Edonkey, respectivamente. O primeiro dizia respeito aos filtros antipornografia infantil, instalados para coibir a pedofilia na Internet. Tais filtros acabaram por estruturar o discurso das *majors* em que era possível controlar o tráfego de arquivos das redes P2P. O segundo motivo esteve associado à disseminação de vírus, arquivos falsos ou incompletos e *spyware* no interior das redes – principalmente a FastTrack – por conta dos ataques de “nós maliciosos” que se transformavam em supernós da rede P2P.

Tal como o Napster, aplicações como Kazaa e Edonkey-2000 perderam espaços para outras redes P2P porque, por um lado, conseguiam fazer com que o negócio prosperasse graças à presença de servidores, contudo, tornavam-se mais vulneráveis a

ataques e a processos judiciais, que fizeram com que o potencial de circulação cultural dessas redes fossem colocados em segundo plano por conta da existência de usuários que cometiam pirataria *online*.

O Emule e a interação das redes P2P

Criado em 2002, o Emule³⁶ permite trocas de arquivos a partir de duas redes P2P, a Edonkey (rede híbrida) e a Rede Kad (rede pura), através de uma comunicação direta entre usuários. O Emule então integra e potencializa as duas arquiteturas, o que faz dele ser uma aplicativo multirrede, um avanço em relação à geração de aplicativos P2P anteriores, em que o tráfego de informação se estabelecia numa única infraestrutura de rede. Elaborado pela comunidade de *software* livre, o programa é alvo de constantes modificações (*mods*) no seu formato e estrutura, o que faz dele o aplicativo P2P com maior número de inovações, que em geral são respostas sociais a determinados abusos da utilização dos bens comuns.

O Emule, por causa disso, não oferece inovação na modelização das redes P2P, mas é fundamental na construção de importantes inovações na gestão dessas redes. Em primeiro lugar, reduziu em suas redes a presença dos chamados oportunistas (*freeriders*), usuários que capturam os arquivos, mas impede que outros usuários compartilhem do seu acervo *online*. Para combater oportunistas, o método utilizado foi a da criação de um sistema de créditos e filas: quem mais disponibiliza arquivos tem prioridade na fila de espera para o *download* de arquivos. Se o comportamento é o inverso, baixar um arquivo, mesmo o usuário tendo conexão mais veloz, vira um calvário, pois a hora de descarregar um arquivo será sempre demorada, pois este usuário será sempre o último da fila.³⁷

Esse sistema de crédito acabou por instituir um valor da cultura livre: o compartilhamento e a participação. A participação só faz sentido se o sujeito colaborar com o sistema. Quanto maior for sua participação – na forma de doação de *bytes* –, maior reputação obterá e, logo, mais prioridade o sistema lhe concederá. O contrário também é verdadeiro. Se não compartilha informação, o usuário vai para o final da fila, e quase sempre a sua vez de baixar os dados demora horas a fio.

Além disso, o Emule sistematizou um processo de detecção de erros para evitar que arquivos corrompidos pudessem circular *online*, estabelecendo um elevado nível de segurança em suas redes. Todos os arquivos são fragmentados em vários pedaços de 180 KB (valor hexadecimal), e o sistema só inicia uma descarga de arquivo se todas essas partes forem reconhecidas.³⁸ Essa funcionalidade permitiu ao Emule criar um regime de independência de nomes de arquivo, já que o identifica pelos seus conteúdos e não pela sua denominação. Ou seja, “ainda que tenha diversos nomes, de maneira que um mesmo arquivo tenha diferentes usuários, ainda que alguns destes hajam modificado o nome, continua sendo o mesmo arquivo”.³⁹

O Emule foi um dos primeiros aplicativos a reunir redes P2P diferentes, no caso, a rede do Endonkey, com a sua própria, a Rede kad. Aquele usuário de dois sistemas passava a estar integrado em um mesmo ambiente, que potencializava a sua busca cada vez mais. Além disso, poderia optar por qual rede realizar a sua busca.⁴⁰

O processo não linear integrado do Torrent

Se o Emule inovou na política de crédito e filas, o programa BitTorrent⁴¹ revelou, em 2003 quando foi criado, uma grande inovação: o descarregamento em partes, a partir do método

do “partilhe aquilo que já descarregou”. Na prática, quando um *download* é executado, a cópia não necessariamente começa a ser transferida do seu começo. Vai sendo reconstituído aleatoriamente pelos pedaços de arquivos, que podem estar no começo, meio ou fim do arquivo. É um processo não linear de transferência. Essa transferência é realizada por um enxame de usuários, que são unidos pelo sistema, para cooperar com partes da propriedade que é pública no sistema. Essa inovação provocou dois efeitos. O primeiro, o aumento da rapidez do *download*, já que o usuário cede mais do que exige da banda de conexão. Segundo, reduziu a dependência daqueles nós que concentravam o número grande de arquivos e, que por ora, estava *offline* ou se recusava a transferir seus documentos.⁴²

Antes dessa invenção, era muito comum nas outras redes P2P um usuário baixar um arquivo diretamente de outro usuário. Contudo, se o usuário-servidor resolvesse desligar seu computador ou ficar *offline*, o usuário-consumidor teria que recomeçar o *download*. E recomeçar significava reencontrar novos usuários que contivessem o mesmo arquivo e perfil do antigo usuário-servidor (principalmente no que diz respeito à velocidade de transferência de dados). Claro que isso tomava tempo e deixava o internauta impaciente. O BitTorrent automatizou esse trabalho adicional ao juntar todos os *peers* que continham determinado arquivo – o enxame – e os fez cooperar na transferência para o usuário-cliente. E gerou efeito colateral positivo: independentemente se outro *peer-servidor* caía do sistema, a transferência da informação continuará sendo realizada. E mais: se o usuário-consumidor decidir por conta própria paralisar o seu *download*, o BitTorrent registra a quantidade de *bytes* já recebidas e, na próxima entrada do usuário no sistema, repete a operação: une os *peers*, que transferem as partes que faltam. Mas antes é preciso

que apenas um usuário que tenha 100% do arquivo – chamado de *semeador* – esteja *online*. Além disso, ao possuir pedaços dos arquivos, o usuário-consumidor já está habilitado a sincronicamente transferi-los para outros interessados. Isso significa que quanto mais gente compartilha um arquivo, mais rápido será o *download* dele. Essa gestão da informação, portanto, acaba por fazer do BitTorrent uma ferramenta útil para transferência de arquivos pesados.⁴³ E revoluciona o modo de distribuição de conteúdos digitais. Paralelamente a essa inovação técnica, o programa BitTorrent criou uma outra com grande impacto social: o *torrent* – um tipo de arquivo que fica armazenado em um *site* (*bittorrent tracker*⁴⁴ ou *rastreador*) na Internet. Os *torrents* “são apenas guias – que dizem ao programa quais usuários estão compartilhando o arquivo em si (um vídeo ou uma música, por exemplo) e orientam o PC a fazer as conexões” até encontrar o seu *tracker* – que deve estar *online* para que o *download* possa ocorrer. Tal como a semente é a virtualização de uma árvore, o *torrent* funciona como a virtualização de um arquivo (que pode ser um filme, uma música, uma foto, um livro eletrônico, etc.). Um *torrent* sempre faz germinar o conteúdo original, desde que haja um *semeador*: um usuário que o tenha publicado em uma página (servidor *tracker*) na Internet.

Cada pessoa que quiser descarregar um arquivo, primeiro deve descarregar o arquivo *torrent* que aponta para o arquivo, depois abri-lo no seu BitTorrent (não existe sistema de busca, o utilizador deve procurar o *torrent* em *sites* da Internet). O arquivo *torrent* mostra ao usuário-cliente o endereço do *tracker*, que mantém um *log* de quais os utilizadores que estão descarregando o arquivo e onde o arquivo e seus pedaços estão (caso o *tracker* esteja fora do ar fica impossível começar o *download*). Depois do *download* começar, se o *tracker* sair do ar ainda é possí-

vel continuar o *download*, mas perde-se a informação de quais os utilizadores que estão *online* e quais os blocos que estão disponíveis.⁴⁵

Por conta da existência do *torrent*, o programa não disponibiliza busca dos arquivos originais, visto que só há arquivos *torrents* para localizar e baixar. Cabe ao usuário então tanto produzi-los, quanto localizá-los em *sites* na *web*. E cabe ao sistema abrir o *torrent* e em seguida conectar os usuários para que o descarregamento da informação desejada aconteça. O processo de produção é simplificado: o BitTorrent disponibiliza um sistema que anexa qualquer arquivo e transforma-o na extensão *.torrent*.⁴⁶ Por outro lado, centenas de *sites* na Internet possibilitam que o usuário publique esse mesmo arquivo numa página, deixando-o então livre para que o seu descarregamento possa acontecer. Quanto ao processo de localização do arquivo *torrent*, o internauta utiliza as engenharias mais sofisticadas de busca, como o Google e o Yahoo.

O impacto social dessa forma de uso do sistema é que o torna praticamente invulnerável a processos de acusação judicial de pirataria, dado que a ação de produzir e localizar o arquivo é do indivíduo. O BitTorrent não dá suporte ao usuário para distribuir um arquivo, ele deve rodar um *tracker* para tornar o seu *torrent* disponível para os outros por conta própria ou usar um *tracker* de terceiros para isso.⁴⁷ Portanto, qualquer violação a *copyright* tenderia estar onde sempre esteve: nas franjas. Por isso que o principal alvo das gravadoras e estúdios serão empresas e usuários que mantêm servidores de *torrents* de material ilegal. Tais servidores, os *bittorrent trackers*, são o núcleo de funcionamento da rede BitTorrent. Contudo, a dificuldade para a Justiça agora seria muito maior, já que há milhares de servidores desse tipo, que nascem e morrem na mesma proporção.

Sistemas de gestão do comum e a fúria do capital

A evolução das arquiteturas P2P e dos protocolos da Internet – quase sempre por obra de uma cultura *hacker* – trouxe consigo um maior enrijecimento dos dispositivos de controle da interação virtual. A peculiaridade desse controle, operado em boa parte pela *indústria do copyright*, vai operar como uma repressão sobre o movimento privado da vida. Essa repressão recebeu forma jurídica, em 1998, com a publicação do Digital Millenium Copyright Act (DMCA), lei que rege a forma de circulação dos direitos autorais nas redes de computador e que criminaliza qualquer iniciativa tecnológica que porventura possa vir violar esses direitos. Segundo Lemos (2005), o DMCA é uma “antítese da liberdade”, porque exige, por exemplo, que aqueles que hospedam conteúdos na Internet (provedores e servidores) sejam corresponsabilizados por infrações a direitos autorais cometidas por seus usuários.

Contudo, o DMCA guarda um porto seguro: se esses provedores comprovarem que o ato de infringir coube somente ao usuário, a pena máxima que podem sofrer é a de serem obrigados a retirar do ar o conteúdo violado. O exercício da força desse acordo processual acaba produzindo um efeito variado sobre a circulação da cultural. No que tange aos circuitos descentralizados de circulação de informação – tal como as redes P2P –, o DMCA possibilita que as empresas responsáveis por permitir, de forma P2P, a troca de arquivos digitais ilegais sejam acionadas na Justiça por ser a infraestrutura que sustenta a pirataria virtual. Como essas empresas não têm o controle dos fluxos, mas identificam os IPs dos usuários, elas acabam se tornando “coautoras do roubo” por produzir uma tecnologia que não foi construída para impedir que a cultura circule e por não revelar quem são os “pira-

tas de *copyrights*”. Foi sustentada nesse argumento que associações como a RIAA (das gravadoras americanas) e a MPAA (dos estúdios de Hollywood) conseguiram a exclusão de *sites* como Napster, Kazaa, Edonkey2000, WinMX, iMesh. Com exceção do Kazaa e Napster, que tiveram de pagar altas indenizações judiciais, o restante dos aplicativos P2P viraram pó de *bits*. Isso ocorreu, em boa parte, porque as empresas que os desenvolveu não conseguiriam bancar os custos financeiros de um processo judicial contra as *majors* da indústria da cultura.

O DMCA revela-se como uma força capaz de controlar a inovação. Esta só faz sentido se for para ampliar ainda mais as tecnologias de comando que restringe a cultura ao formato físico que é comercializado. Há aqueles, como acertadamente identificou Lessig, usam os sistemas P2P para acessar conteúdos sem *copyright* ou para acessar conteúdos com *copyright*, mas que já estão fora de circulação comercial por não trazerem mais lucros para as gravadoras.

A história pós-DMCA revelou-se como ato contínuo de repressão da cultura livre. Mas as inteligências coletivas acabaram por subverter o sentido do poder ao abrir uma fissura na lógica do DMCA. A estratégia esteve ligada à criação da segunda geração dos serviços baseados na *web*, o que se convencionou chamar de Web 2.0 — um conjunto de *sites* cujo conteúdos são totalmente produzidos e/ou hospedados *online* diretamente por usuários, sem qualquer exigência ou permissão, baseados numa arquitetura colaborativa. A autonomia da Web 2.0 revela-se porque, mesmo que um usuário hospede “conteúdos ilegais” em um *site*, o gestor deste pode rapidamente excluí-los, contudo, baseado no princípio colaborativo, não pode impedir qualquer usuário de publicá-los novamente no *site*.

Logo, ao analisarmos a evolução da Internet, em especial das tecnologias P2P, percebemos que o poder, ao ter perdido a

guerra contra as inteligências coletivas – construtoras da Web 2.0 e de sistemas como BitTorrent –, busca agora exercer a sua força sobre as singularidades, haja visto a atenuante campanha de processos movidos pelas indústrias culturais contra usuários da Internet que baixam arquivos com *copyright*. A estratégia do poder é subordinar as singularidades a partir da *lógica do medo*, já que muitas famílias seriam arruinadas financeiramente se tivessem de pagar indenizações às corporações de mídia. A inibição do uso só pode ser produto do terror. Como vimos, nem mais a lei é capaz de frear a colaboração social, visto que cada vez mais essa colaboração é regida por um sistema “privado, porém público” de regulação que potencializa o direito à liberdade de expressão.

A parceria e a publicação colaborativa em rede

Ao analisar as características colaborativas da atual fase da Internet, Dan Gillmor (2005) antecipou uma tendência no âmbito do jornalismo contemporâneo: a emergência do cidadão-repórter (ou o jornalismo-cidadão ou participativo). “As normas por que se regem as fontes, e não só os jornalistas, mudaram graças à possibilidade de toda a gente produzir notícias” (p. 55). Para Dan Gillmor, o jornalismo se democratizará cada vez mais e se tornará uma conversação, à medida que a própria práxis jornalística se abriria fortemente à participação dos leitores nas mais distintas fases da produção da notícia. “O crescimento do jornalismo participativo nos ajudará a ouvir. A possibilidade de qualquer pessoa fazer notícia dará nova voz as pessoas que se sentiam sem poder de fala.” (Gillmor, 2005, Introdução). Assim, a publicação não é apenas o ponto-final, mas sim a parte que deverá ser completada pela conversação.

Na sua visão, essa nova prática jornalística é diretamente influenciada pelo aparelhamento tecnológico da sociedade que, principalmente, através da Internet, possibilita às pessoas a produzirem informações e conteúdos multimídia e os distribuírem, em diversos formatos, em redes sociais *online*, em wikis, em *sites* independentes de publicação *peer-to-peer* (P2P), através dos telefones móveis e, principalmente, através dos *blogs*.⁴⁸

Para Varela (2008), o jornalismo-cidadão diz respeito mais a um desejo coletivo de participação na produção de informação do que a ampliação de mecanismos de interação *online*. Não se trata, portanto, de um movimento derivado de um aumento da oferta de meios sociais *online* (nesse sentido, escapa de uma explicação mais tecnicista), ao contrário, a oferta dos meios que é condicionada, em termos, por uma demanda crescente de participação social na produção de mídia. Nesse sentido, o jornalismo-cidadão é “uma ação por meio da informação”, porque, segundo Varella (2007, p. 80), o cidadão-repórter informa algo porque quer que algo seja feito, “que seu bairro esteja limpo, que a prefeitura proporcione melhor atendimento, que o professor ensine com mais dedicação ou que a coleta de lixo seja mais organizada e eficiente”. Essa visão, assim, localiza o “jornalismo-cidadão” como uma narrativa local, dentro daquilo que se denominou como esfera do jornalismo hiperlocal.

Nesse sentido, os grandes jornais *online* leem esse cenário de maneira ambivalente. Por um lado, como um momento de oportunidade, por outro, como instante de crise. No primeiro caso, o jornal constituiria um espaço mais elástico de visibilidade e diálogo público, pois agregaria as mais diversas notícias advindas da cobertura feita pelo cidadão e editada pelo jornalista.

No segundo caso, o jornal passaria por uma séria crise porque sua força em constituir uma “opinião pública” estaria a diminuir graças à diversidade de versões sobre os significados

dos fatos produzidos, novamente, no âmbito da Internet. Assim, a facilidade de produção e a velocidade de circulação da informação que estão disponíveis ao cidadão recompõem o jogo de forças no âmbito contemporâneo midiático. Isso por dois aspectos fundamentais: a atenção aos meios, tendencialmente, se fragmenta, pois as pessoas dividem o seu tempo entre ler notícia em um jornal e vê-la no YouTube, lista de discussões, *blogs* e outras mídias sociais; e o fato noticioso não fica preso à versão única do fato, agora, este é objeto de um intenso diálogo público nas listas de discussão, de uma crítica nos *blogs* ou mesmo é remixado em *sites online*, como o YouTube.

Neste impasse, grandes jornais *online* decidiram se abrir à participação dos usuários, criando “canais de jornalismo-cidadão”, uma forma de trazer os conteúdos circunscritos a *blogs* e *sites* independentes, que, com frequência, gera audiência e complementa as informações dos jornais *online*. Além disso, dá mais capilaridade a estes, tornando-os ainda mais local, à medida que boa parte do noticiário se concentra em notícias locais e opiniões sobre temas de forte apelo público.

Jornalismo participativo nos portais

Em estudo⁴⁹ realizado anteriormente, quando analisamos três portais de jornalismo participativo, o do El País (“Yo, Periodista”), o do Globo Online (“Eu, Repórter”) e da CNN (I Report), contatamos que as três publicações *online* adotam um modelo de jornalismo participativo baseado na lógica do “tudo é meu” – que é a lógica empreendida pelos jornais *online* tradicionais. Nesse “modelo do tudo é meu”, os usuários são mobilizados a publicar conteúdos sem a salvaguarda da propriedade desses conteúdos, que passam a pertencer exclusivamente a esses portais. Estes podem utilizar determinada informação exclusiva

na capa do jornal, mas sem remunerar nenhum dos cidadãos-repórteres. Isso acontece porque, no termo de uso aceito pelo usuário, é avisado que “para enviar material, deverá concordar com o Termo de Compromisso e Cessão de Direitos Autorais”. Assim, o pacto dos grupos tradicional com os usuários se alicerça no sequestro da produção de linguagem social. A operação afirma uma lógica de inclusão abstrata ao circuito jornalístico (você pode ser um dos nossos), ao mesmo tempo em que exprime uma exclusão concreta (à medida que aquilo que é produto da singularidade, criatividade de cada um, é retirado de si e tornado propriedade privada alheia). Essa operação excludente acaba por criar uma dimensão de conflito curiosa: se o usuário-autor da notícia compartilhá-la com outros portais ou mesmo se publicá-la em seu *blog* pessoal, pode ser acionado por violação de direitos autorais.

O modelo do “tudo é meu” adota perspectivas distintas em termos de gestão dos conteúdos colaborativos. Um grupo defende a perspectiva *objetiva* do jornalista, atribuindo a este o trabalho de filtragem e de estabelecimento daquilo é notícia, dentro do aluvião de textos, imagens ou sons encaminhados pelos usuários. É o caso de experiências de jornalismo participativo do Globo Online, do Terra ou do Estadão. Outro grupo adota uma espécie de centralismo cínico, em que sugere a não edição do conteúdo do usuário, a partir da lógica “publicou-subiu”, como é o caso do I Report, da CNN. Esse cinismo consiste no fato de que a ausência de edição libera a quantidade de informação, mas a inunda à base de inúmeros abusos, como a presença de *reliases*, autopromoções, *spinning*, opiniões desajeitadas, anúncios e vandalismo de todo tipo, que, no final das contas, são geridos – ou no limite excluídos – pelo proprietário do *site*. A existência desse poder de exclusão a um só grupo (os donos do *site*) então continua a ser aquilo que amalgama as experiências de jornalismo participati-

vo nesses grandes portais de informação jornalística. O resultado desse centralismo recai visivelmente na política editorial desses canais, marcada pelo flagra, pelo *fait-divers* (tipos curiosos), pelo testemunho ou pela denúncia de fonte única. Sem contar que o noticiário participativo segue a agenda estabelecida pelo jornal, que usa da artimanha de convocar seu “esquadrão da verdade” (os leitores) para reforçar o viés editorial de determinado fato semanal (“esteve no olho do furacão”, comente como cidadão repórter!), o que acaba criando um ciclo vicioso: já não se sabe se é o jornal que estimula no leitor, nesses canais interativos, uma agenda noticiosa já traçada, ou se é o leitor que, experiente em saber “o que passa” na filtragem, envia notícias dentro do perfil desejado pela agenda do jornal. De qualquer forma, não se encontra nos canais participativos desses portais nenhum dossiê mais investigativo, em termos jornalísticos; há, sim, um predomínio de fotos-legenda e de notas curtas sobre a vida local.⁵⁰

Jornalismo participativo na nova mídia

Não há somente experiências de jornalismo participativo dentro dos grupos tradicionais de mídia. Há uma infinidade de experiências que atuam de forma independente através de modelo aberto (sem a presença de jornalistas profissionais) ou híbrido (usuários e jornalistas profissionais), inventando um conjunto de novas práticas para a produção noticiosa. Iniciativas,⁵¹ como Overmundo (Brasil), Wikinews (EUA), BottomUp (Espanha), ÁgoraVox (França) ou ainda o já reconhecido OhMyNews (Coreia do Sul), curto-circuitam o *modus operandi* midiático ao dar visibilidade a um conjunto de notícias que não aparecem em grandes jornais. A maior parte dessas experiências é caracterizada como “processos emergentes”, em que todo o sistema de publicação e divulgação de notícias se organiza em mecanismos

de auto-organização, autocoordenação e a livre troca de saber. Há entre eles modelos de regulação baseados na concepção de edição administrada de forma coletiva. Mas são distintos: ou uma equipe de redatores profissionais realiza a tarefa de hierarquizar as informações, a partir de critérios estabelecidos pela comunidade de repórteres-cidadãos; ou há espaços de moderação, onde cada usuário tem o mesmo poder para sugerir pautas e aprovar as notícias, destinando aos redatores profissionais somente a tarefa de revisão e publicação final. Nos dois casos, o objetivo é a precaução de vandalismos e oportunistas. Aliás, em muitos momentos, é a própria comunidade de repórteres-cidadãos que reporta possíveis abusos aos redatores. Em ambos os sistemas de edição, há um predomínio das licenças públicas *creative commons*, que funcionam como não proprietário da produção noticiosa.

Contudo, o primeiro modelo de edição é mais híbrido, porque destina um poder maior aos redatores profissionais (é o caso de *sites* como Overmundo, Digg, BottomUP – onde há o conceito de grupo dirigente, que podem fazer parte repórteres-cidadãos que mais contribuem para o sistema, os chamados superusuários). E o segundo caso radicaliza o conceito de abertura (está presente em *sites* como ÁgoraVox, Wikipédia, Slashdot, Newsvine), possibilitando uma edição que tem suas decisões construídas sempre coletivamente pela comunidade de produtores.

Do ponto de vista da edição colaborativa, tanto no modelo aberto quanto no híbrido, há com frequência a existência de quatro atores:

- o consumidor de informação (visitante): não publica, somente consome notícias.
- os redatores/administradores (profissionalizados ou não): cuidam de revisar, alterar ou até mesmo excluir o conteúdo, mediante as decisões em espaços de moderação ou quando outros usuários reportam determinados abusos.

No modelo aberto, só tem poder de moderação aqueles que contribuem com o *site*. É a lógica trazida dos *sites* de compartilhamento de arquivo P2P: quem disponibiliza mais tem maior prioridade e poder. A participação só faz sentido se o sujeito colaborar com o sistema. Quanto maior for sua participação – na forma de doação de artigos e notícias –, maior reputação obterá e, logo, mais prioridade o sistema lhe concederá. O contrário também é verdadeiro.

- o jornalista-cidadão: é usuário registrado que participa da construção do ambiente através de *upload* de notícias e comentários próprios, bem como no relacionamento com outros repórteres-cidadãos.
- o colaborador: espécie de colunista, mas também podendo ser blogueiros. Sua característica é uma escrita especializada.

Genealogia da blogosfera e a luta por autonomia

A genealogia dos *blogs* é explicada por múltiplos acontecimentos que se instauram a partir de 1997. O primeiro deles é quando o termo *weblog* é cunhado pelo norte-americano Jorn Barger para se referir ao seu jornal *online* RobotWisdom.⁵² O termo, um acrônimo derivado das palavras *web* e *log* (diário ou bloco de anotações), expressa um *site* que hiperliga páginas interessantes encontradas na Internet. *Blog* é, na prática, uma coleção de *links* com comentários breves.⁵³ Na época, Barger ficava o dia inteiro garimpando notícias, informações, casos, etc., que publicava na forma de comentários breves com disponibilização dos *links* desses dados, sem a existência de mecanismos de conversação com o usuário (particularmente, os comentários). O modelo de Wisdom consistia em uma produção que mais atua-

lizava *links* do que criava conteúdos próprios (*posts* – entradas compostas por textos, fotos, ilustrações, *links*). *Blog*, portanto, surge como um dispositivo humano de reunião e seleção de *links* que se direcionam à *sites* com importantes conteúdos ainda pouco vistos pelos usuários da Internet. Reunião, seleção e a distribuição de *links* são os primeiros valores que compõem uma axiologia da blogosfera.⁵⁴

No final de 1998, uma lista de 23 diários virtuais é publicada por Cameron Barret, no seu *blog* Camworld,⁵⁵ a partir da compilação de Jessé Garret, editor da Infosift.

Jesse James Garret, editor do Infosift, começou a compilar uma lista de “outros *sites* como o dele” na medida em que os encontrava em suas perambulações pela *web*. Em novembro daquele ano, ele enviou sua lista para Cameron Barret. Cameron publicou a lista no Camworld, e outras pessoas que mantinham *sites* similares começaram a lhe enviar suas URLs para que ele as incluísse na lista. Na “página de apenas *weblogs*” de Jesse estão listados os 23 então conhecidos até o começo de 1999. De repente, surgiu uma comunidade (*Blood, online*).

Os *blogs* surgidos, nesse momento, se caracterizam por sempre conter linguagem hipertextualizada. Entre 97 a 99, o código narrativo predominante nos *blogs* era uma espécie de dicas sobre o que há de interessante na Internet. O *post-link* foi o primeiro gênero narrativo dos *weblogs*, ainda muito associado à cultura *hacker* (de troca de informação relevante). Os *weblogs* eram uma espécie de filtro. Seu editor preocupava-se em conduzir o usuário sempre a outros sítios de informação, sem o desejo ainda de tornar o veículo um instrumento de formação de opinião. Estamos aqui no momento em que a lei “blogueiro linka blogueiro” é inaugurada.

No instante que sucede o esforço de Cameron em reunir *weblogs*, Brigitte Eaton realiza o mesmo trabalho, ao compilar uma lista de *weblogs*, que fica hospedada no Eatonweb Portal, um portal de *blogs*, divididos por gênero e nacionalidade. O critério para que haja submissão do *blog* ao portal é único: que fosse um *site* que disponibilizasse *posts* já datados (*dated entries*). No começo de 99, para mostrar a popularização dos diários virtuais, Peter Merholz divide o termo *weblog* em “*we blog*” (nós blogamos), criando ao mesmo tempo a palavra (*blog*), o verbo (blogar) e o sujeito (blogueiro). O formato mais tradicional se estruturaria agora em conteúdos breves (a arte de produzir *posts* curtos); atualizado continuamente, uma ou até várias vezes ao dia; apresentado numa ordem cronológica inversa (no topo do *site*, nota mais recente, com dia, data e hora); e com a presença de muita hipertextualidade.

Em 1999, os *blogs* eram distintos tanto em forma como conteúdo das publicações periódicas que os precederam (*eazines* e *journals*). Eles eram rudimentares em *design* e conteúdo, mas aqueles que os produziam achavam que estavam realizando algo interessante e decidiram ir adiante. Os blogueiros referenciavam entradas interessantes em outros *blogs*, normalmente adicionando suas opiniões. Créditos eram concedidos a um blogueiro individual quando outros reproduziam os *links* que este havia encontrado. Devido à frequente interligação entre os *blogs* existentes na época, os críticos chamaram os blogueiros de incestuosos, que por sua vez sabiam que amplificavam as vozes uns dos outros quando criavam *links* entre si. E assim a comunidade cresceu. Os blogueiros pioneiros trabalharam para se tornar fontes de *links* para material de qualidade, aprendendo a escrever concisamente, utilizando os elementos que induziam os leitores a visitar outros *sites*.⁵⁶

O advento dos diários

Neste mesmo ano, algumas empresas lançavam *softwares* que tornavam automática e gratuita a publicação de *blogs*, portanto, sem a necessidade do usuário dominar por completo a linguagem html. O primeiro programa desse tipo foi o Pitas, criado em julho de 1999. “A estrutura técnica era gerenciada pela empresa, que também oferecia a criação de *blogs* a custo zero, assim como os valores agregados: um item em um *blog* possui valor de produção irrisório comparado com o de um artigo veiculado na grande mídia”.⁵⁷ Um mês depois do Pitas, surgia o Blogger,⁵⁸ o mais popular sistema de publicação *online* até hoje. A partir daí, os *blogs* se proliferaram. De uma onda, se transformam em uma explosão, a ponto de seu formato tornar-se cada vez mais múltiplo. Com as interfaces trazidas pelo Blogger, a publicação de conteúdos *online* é bastante facilitada. Cabe ao usuário a realização de apenas três atividades: escrever o título, o texto, e depois clicar em “publicar” para imediatamente o conteúdo estar no seu *site*. Sem contar que o que é publicado fica arquivado, sendo facilmente recuperado a qualquer instante, para que possa ser modificado, ampliado ou mesmo revisado mesmo que tenha já “subido pra rede”.

O Blogger facilita a escrita de um pensamento ou de uma observação, tanto que muitas pessoas não se sentem inclinadas a criar um *link* e escrever algo em torno dele. É essa interface livre, combinada com a facilidade absoluta de uso que tem, em minha opinião, feito mais do que impelir a mudança de um *weblog* do tipo filtro para um *blog* diário, mais do que qualquer outro fator.⁵⁹

A interface do Blogger acabou por dar vazão à emergência de uma nova linguagem blogueira: o diário *online*.⁶⁰ As facili-

dades de publicação conjugadas ao fato de o Blogger não conter nenhum dispositivo de censura do que está sendo escrito; e a um aumento da estada do usuário (principalmente, os mais jovens) na Internet possibilitou que os *blogs* começassem a se caracterizar por comentários sobre os mais variados temas da vida pessoal — uma resenha de um filme, uma catarse, um poema, uma fofoca, um pensamento, uma recordação da infância, uma piada, uma informação sobre o cotidiano, um delírio, a visão sobre as aulas da faculdade, sobre os namoros, sobre estar doente, enfim, tudo aquilo que pertencia à dimensão singular é tornada pública.

Estes *blogs*, geralmente atualizados diversas vezes por dia, eram um registro dos pensamentos do blogueiro: algo que foi visto no caminho para o trabalho, observações sobre o fim de semana, uma reflexão sobre um ou outro assunto. *Links* levavam o leitor do *site* para outro *blog* com quem o primeiro estava tendo algum tipo de conversa ou com quem ele tivesse se encontrado na noite anterior, ou para o *site* de uma banda cujo show ele tivesse assistido. Diálogos inteiros eram travados entre três ou cinco *blogs*, cada um fazendo referência ao outro em seus pontos de vista ou posições pessoais.⁶¹

O diário íntimo inaugura uma fase em que *blog* passa a ser associado à cultura do diário pessoal. “O influxo de *blogs* mudou a definição de *weblogs*, de ‘uma lista de *links* com comentários pessoais’ para um *site* atualizado periodicamente, com o novo material sendo postado no topo da página”.⁶² A importância desses diários, no terreno da linguagem blogueira, é que vai nela instituir dois componentes – ambos consequentes um do outro: a escrita informal e a conversação.

A “escrita leve” ocorre porque o editor discorre sobre os seus afetos e suas afecções. Não é uma escrita que se pauta por

uma lógica interpretante. Não é um *thèoros*. Mas é uma lógica sensorial, em que o constante contato com o outro (o amigo usuário), faz com que a escrita seja uma resposta a um comentário ou a uma experiência cotidiana, de forma que a escrita do diário está entre um balanço de contas, uma volta ao passado e um pensamento impulsivo confessional. O diário só tem sentido então se a ação existe, se houver história. A linguagem que instrumenta o diário precisa sentir a história (pessoal e social) que se passa. Não é à toa que acaba sendo mais uma descrição pessoal do dia do que uma análise da história social.

Agora essa apreensão sensorial da história é sentida porque é obtida por meio da conversação. A linguagem do diário não é um ato individual, pois que, no plano da Internet, onde tudo é exibido por uma audiência global, o *blog*-diário fica de frente a uma comunidade que gira em torno dela. O sistema de comentários inaugurado pelos sistemas automáticos de publicação fez nascer comunidades de leitores girando em torno dos *blogs*. Com frequência, a audiência de um *blog* é formada por um pequeno número de usuários que é vinculado ao editor. Trata-se de um público que “bisbilhota” para compreender que a memória do outro também está composto na sua. O inverso também é verdadeiro: ao ser atizado pelos comentários críticos ou elogiosos da audiência, o blogueiro ressignifica a própria vida. É muito comum, entre os jovens blogueiros, que um *post* seja apenas o instrumento do começo de uma conversação. Comentar é um ato de dádiva: “se você comenta no meu *blog*, eu comento no seu” – a lógica do reconhecimento da vinculação é que funda o sentido do comentário nos *blogs*-diários. Muitas vezes, um *post* é só um pretexto para iniciar uma conversação, a ponto de o comentário dos usuários acabar virando o conteúdo principal. Portanto, muitas vezes a conversação é usada para que o usuário firme, revele ou altere pontos de vista já enraizados sobre determinados

assuntos que estão na ordem do dia. A produção linguística dos *blogs*-diários revela-se ao mesmo tempo como autorreflexão e uma reflexão coletiva.

Uma comunidade de 100, 20 ou 3 pessoas pode surgir em torno de seus registros pessoais diários. Ao se deparar com vozes amigas, ele [o blogueiro] pode ganhar mais confiança de sua visão do mundo. Ele pode começar a experimentar formas mais complexas de escrita [...]. Ao enunciar suas opiniões diariamente, esta nova consciência de sua vida interior pode se tornar uma crença em sua própria perspectiva. Suas próprias reações – a um poema, a outras pessoas, à mídia – terão mais peso sobre ele.⁶³

Blogs furam os portais da Internet

A partir de 1999, com a profusão dos diários, a partir do uso popularizado dos sistemas de publicação (Blogger, Movable Type, Wordpress e outros disponibilizados por portais de informação), os *blogs* formam um todo heterogêneo e um agregado múltiplo de experiências criativas que se expressam como um complexo “caleidoscópio sem lógica”. Deles, há de toda espécie: *blogs* sobre política, religião, viagens, economia, vida pessoal, arte, assuntos profissionais, tecnologia, ciência, etc. Em comum a interconexão por meio de *posts* interligados, do *blogroll*⁶⁴ e dos comentários postados – interconexão que acaba produzindo um espírito comunal entre os *blogs*. Por causa disso, esse “todo heterogêneo” – com suas interações sociais e hiperligações – foi batizado, por Willian Quick⁶⁵ em 2001, como blogosfera. “Enquanto os *blogs* isoladamente são somente um formato na *web*, a interconexão entre eles [a blogosfera] é um fenômeno social: ao vê-los como um todo, pode-se determinar claramente tendências,

gostos, popularidade de *sites*, objetos, produtos, música, filmes, livros, como se fosse um ente coletivo”.⁶⁶

A classificação tipológica dos *blogs* é uma operação sempre incompleta, dado as narrativas, as interfaces e as interações se manifestarem sempre como híbridas. A narrativa é sempre um misto do pessoal com o político, da crença com a interpretação, da objetividade com a subjetividade, da informação com o testemunho, da ficção com a realidade, do original com a cópia, da singularidade com a coletividade. No final das contas, a blogosfera destoa da comunicação de massa exatamente porque se constrói a partir de discursos que estão colados à maneira de expressar de cada singularidade. É uma esfera absolutamente material (porque é *in process*), já que as “fórmulas prontas para uso”, aprendidas como uso correto da gramática, dos códigos de conduta, dos códigos jornalísticos, etc., convivem e são descartadas pelas maneiras de dizer, de escrever, de criar, de estabelecer relações e vínculos, desenvolvidas por cada uma das pessoas ou de coletivos que produzem e se reproduzem na blogosfera, a ponto de compor – junto com as listas de discussão, os fóruns, os wikis, as redes P2P, etc. – um campo de energia cuja força se concentra em produzir curto-circuito no monopólio que a imprensa tem da opinião pública. Até o comportamento menos ativo, atribuído à multidão de blogueiros que somente reproduz o sentido das informações circulados pela imprensa, acaba por filtrar e selecionar aquilo que mais lhe interessa, resultando numa agenda que reconfigura a agenda midiática.

Do ponto de vista histórico, essa potência da blogosfera é realizada, de forma intensa, pela primeira vez com a ocorrência dos ataques terroristas em 11 de Setembro de 2001⁶⁷ – o primeiro acontecimento que mostrou inicialmente o poder da Internet como fonte de informação. No dia do atentado, os portais de informação das agências de notícias internacionais não conse-

guiram ficar estáveis por conta do excesso de tráfego nos seus servidores. Na época, a audiência do MSNBC multiplicou por 10. A da FOX News, idem. Os usuários que ficavam nesses *sites* em torno de 3 segundos, ficaram, no dia, entre 20 a 40 segundos. Não adiantou muita coisa usar o celular, as redes de telefonia também seguiram a mesma tendência: congestionamento.⁶⁸ O *site* da CNN teve que se transformar em um *site light*, reduzido a uma foto e a poucos *links* para tentar ficar no ar. O *site* mais acessado do mundo, o Google, alertava o usuário que não adiantava procurar notícias frescas sobre o assunto: “Se você procura por notícias, você encontrará notícias mais atuais na TV e na rádio. Muitos serviços de notícias *online* não estão disponíveis, por causa da extremamente alta demanda”.



Figura 2 – Por causa de congestionamento, *site* da CNN vira *site light* em 11/09.

Fonte: Digital Collection⁶⁹

No outro lado do Atlântico, no Reino Unido, o fato se repetia. “A BBC britânica [...] viu as consultas a seu *site* aumentarem 47%, e The Guardian [...] viu as suas aumentarem em 83%”.⁷⁰

O resultado foi um colapso dos grandes portais, o que empurrou os usuários para dois lugares: a TV e os *blogs*. Entretanto, a TV cumpria um papel de produzir a leitura da imagens ao vivo, enquanto milhares de pessoas procuravam informações sobre familiares e amigos que estavam nos arredores dos atentados.⁷¹

Sites pequenos e ágeis mantidos por gente comum que se contenta em descrever diariamente suas existências comuns entraram em ação numa verdadeira corrente de informações e, principalmente, numa corrente de solidariedade. Assim como os pequenos cinegrafistas amadores buscavam a força das grandes imagens numa tentativa de explicar o inexplicável com palavras, eram as mensagens dos *bloggers* que procuravam solucionar problemas práticos e objetivos de quem precisava entender que tudo aquilo não era, pelo menos ainda, necessariamente o começo do terceira guerra mundial ou o começo do fim do mundo.⁷²

Era uma pluralidade polissêmica – contida em textos, imagens, áudio e vídeo. Além das tradicionais opiniões e testemunhos contidos nos diários, os *blogs* disponibilizam narrativas testemunhais numa edição em estado bruto. A blogosfera entrava na sua fase informativa. Um *blog*, em especial, se destacou pelo serviço de informação pública que prestou: o Slashdot.⁷³ Ele se transformou no espaço onde diferentes usuários postavam informações que aumentavam o nível de esclarecimento sobre o atentado. Tornou-se uma rede social em tempo real, onde se podia encontrar o telefone para atendimento da família das vítimas, transcrever as últimas notícias, debater as razões do atentado, mostrar a lista de quem estava nas aeronaves e as transcrições de organizações árabes contra o atentado e contra o linchamento midiático contra a sua cultura, etc. Foram mais de 50 mil inter-

venções escritas na forma de fórum de discussão. Foi um verdadeiro espaço público que se constitui sem que todos estivessem presentes simultaneamente.



Figura – Com os portais congestionados, página do *blog* filtro Slashdot vira abrigo de informações e debates sobre o atentado de 11/09.

Fonte: Digital Collection

Num texto memorável,⁷⁴ Jon Katz, do Slashdot, um mês após a tragédia contra as Torres Gêmeas, anunciava que o 11 de Setembro⁷⁵ marcava uma nova era da informação, em que a Internet ocuparia cada vez mais o centro por onde se produzia as principais informações sobre grandes acontecimentos. Os testemunhos *online* de sobreviventes e de testemunhas oculares se transformaram em excepcionais arquivos da tragédia global que, em dado momento, destoava das explicações consensuais da grande mídia (como o que denunciou um blogueiro, quando mostrou a farsa das imagens montada pela CNN mostrando os palestinos comemorando o “sucesso do atentado”, quando estavam a festejar outro acontecimento). Para Katz, o 11 de

Setembro foi o mesmo que a II Guerra Mundial e o Assassinato de Kennedy tornou, respectivamente, para o rádio e para a televisão: um evento que fundava a hegemonia de um veículo (no caso, a Internet) sobre os outros:

Mas, para além de todas as fobias que o *mainstream* da mídia possui sobre a perigosa e irresponsável Internet, a cada semana que passa depois do ataque, a Internet se transforma em um veículo mais sério, o único que oferece aos consumidores da informação notícias atualizadas e discussões e pontos de vista alternativos. A Internet é um meio da expressão pessoal – pessoas enviam e-mail para amigos e parentes para dizer-lhes que estava tudo bem, para dotá-los de informações relevantes, para doar tempo e dinheiro. E, naturalmente, ao contrário dos meios convencionais, que dão ainda aos cidadãos ordinários quase nenhuma oportunidade de participar, a rede é arquitetônica e visceralmente interativa. O *feedback* e a opinião individual não são [...] um punhado de [...] “nós-queremos-ouvir-de-você” por telefone, mas são uma parte integrante da dispersa informação da Internet. São o seu núcleo (core).[...] Os ataques ao WTC remetem-nos a uma extraordinária abertura, a uma distribuição aberta da informação e a um sentido de construção de comunidade que estão no coração da promessa do mundo *wired*.⁷⁶

O 11 de Setembro provocou que, na Internet, começasse assim um movimento⁷⁷ que, mais à frente, é apontado como evento fundador da recessão da mídia⁷⁸ e da crise do jornalismo, já que a atenção do usuário – leitor, telespectador ou ouvinte – esteve em boa parte, durante o atentado, fragmentada em veículos que não os somente da corporações midiáticas.⁷⁹

A potência da comunicação e da parceria

A constante apropriação da Internet por usuários à margem de seu processo oficial de construção não seria casual. Se do ponto de vista material a Internet se assemelha a um eficaz e igualitário meio de transporte de informação, igualando todos os nós da rede independentemente da capacidade do equipamento subjacente (Barabási, 2002), esta infraestrutura nada é ainda senão por força dos serviços de comunicação que venham povoar sua superfície (Burnett, 2000).⁸⁰ A princípio os serviços de correio eletrônico (*e-mail*), depois os grupos de discussão (*newsgroups*), os lugares de bate-papo (*irc chatroom*) e os jogos compartilhados (*mud*) (Rheingold, 1993), enfim a rede visual e intuitiva dos sítios e documentos virtuais (*world wide web*) (Gilles e Cailliau, 2000 e Berners-Lee e Cailliau, 1990) viriam inscrever sucessivos saltos no povoamento deste lugar idealizado pelos militares para o comando, controle, comunicação, computação e informação (*c4i*) denominado de ciberespaço (Whine, 1999). Mas o ponto de vista do funcionamento desta igualitária rede ferroviária mudaria por completo na perspectiva dos serviços, transformando-a em uma rede de poder livremente escalável onde vinte por cento dos nós de atividade processam oitenta por cento do tráfego, como em uma rede aeroviária. Os eixos (*hubs*) de distribuição assinalam uma desigualdade formal entre os participantes tão essencial quanto a igualdade material que a estrutura (Barabási, 2002).

Este hipermeio, entretanto, caminhou em uma direção contrária ao de um isolamento individual encastelado nas redes de comunicações em que os microcomputadores se tornaram (Kraut, Lundmark, Patterson, Kiesler, Mukopadhyay e Scherlis, 1998) como a lei do *hub* poderia sugerir (Barabási, 2002). Ele se desenvolveu através do crescimento da participação comunitária nas comunidades virtuais (Katz e Aspden, 1997) e nas redes de

parcerias (*peer-to-peer*) (Minar e Hedlund, 2001) com seus projetos de atividades comuns compartilhados em um ciberespaço, integrando o espaço topológico da rede com o espaço das redes sociais e o espaço geográfico mundial (Rheingold, 2002).

Isso porque esta aparente dicotomia não é ocasional. A Rede foi criada para ser um sistema de comunicação fundada em um *design* voltado para o usuário final (Saltzer, Reed e Clark, 1984), do mesmo modo que o computador também o foi como meio de comunicação (Engelbart, 1963). Este tipo de raciocínio projetual é contrário à implementação de funções especializadas em sistemas e meios de comunicação, com vistas a ampliar sua adaptabilidade aos desejos dos usuários. Parte do princípio que um sistema ou um meio estúpido capacita melhor a inteligência dos serviços e dos usuários. O nível básico de um sistema deveria suportar que a mais ampla variedade de serviços e funções possíveis pudesse ser criada de modo a permitir mesmo aplicações impossíveis de serem antecipadas (Saltzer, Reed e Clark, 1998). Isso faz com que a desigualdade assinalada pela lei do *hub* exprima a diferença de atividade contida no trabalho dos diferentes grupos sobre um certo campo, ou seja, essa diferença é gerada pelo trabalho e se pode exprimir o valor da eficiência de sua exploração enquanto capital social, pode exprimir também o valor de sua incomensurável potência de cooperação (Negri, 2002a).

Por isso – embora desde 1995 as grandes corporações pressionassem os rumos da Internet tanto na direção de um grande local de armazenamento, habitado por gigantescos bancos de dados (*data bank*) e minas de dados (*datamining*) (Garfinkel, 2000) sob a ação dos invisíveis agentes de rede (Vaz, 1999), quanto na de um superaparelho de distribuição paga de informação e entretenimento, através da implementação da mídia de fluxo (*streamedia*), da banda larga, da criptografia de segurança e das leis de propriedade intelectual (*Digital Millennium Copyright*

Act – DMCA) (Lessig, 1999 e Lessig, 2001) –, a emergência do inusitado casamento dos dispositivos de redes sem fio (*Wi-Fi* e *wireless*) com as redes de parceria (*peer-to-peer*), implementado pelos movimentos sociais e conduzidos pelas comunidades virtuais, contrariou essa tendência (Rheingold, 2002).

Do surgimento do Movimento Zapatista (Arquilla, Ronfeldt, Fuller e Fuller, 1998) até a explosão da Batalha de Seattle (Armond, 2000), as comunidades virtuais têm se afirmado como forma típica de organização da cibercultura (Jones, 1997). Elas surgiram na Internet baseadas em uma multiplicação do conhecimento produzido e apropriado como um bem comum. Fundadas na lógica de que o participante agrega a informação ou conhecimento que possui para o debate, tendo como contrapartida todas as informações e conhecimentos dos demais membros, as comunidades virtuais produziram inumeráveis serviços de comunicação onde o conhecimento que se faz através das demandas e das ofertas dos usuários se traduz em valores e confiança (Kollock e Smith, 1996).

Para compreendermos as redes de poder livremente escaláveis, precisamos remover sua casca, irmos além da estrutura e da topologia como incita Barabási, pois a rede é apenas o esqueleto da complexidade, as vias para os diversos processos que fazem nosso mundo soar. Nelas a narrativa é hipertextual, fazendo com que a dinâmica que tem lugar no tráfego entre as ligações (*links*) seja mais importante do que a estrutura e a topologia, pois só ela revela a viva interação entre os membros da rede (Barabási, 2002). A remoção da casca implica o mergulho na intensa conversação das comunidades virtuais ou dos grupos de afinidades e seu desdobramento na intensa ligação entre os grupos e as células através das redes nas manifestações, constituindo a narrativa como um “fala-se” sem fim nem começo, onde a comunicação ultrapassa a informação circulante.

A partir desta perspectiva, acreditamos que o ciberespaço não se organizaria em massas mas em multidões (Negri, 2002a) distribuídas em comunidades virtuais e integradas em forma de rede (Rheingold, 2002). Ele teria se constituído como um meio da multidão (Antoun, 2003), o lugar onde a multidão pode estruturar e experimentar suas formas singulares de luta e organização (Dyer-Witheford, 1999), resistindo à sua dissolução nas organizações populares e nas organizações de massa e podendo eliminar a relação de soberania (Negri, 2002a). Nele, ao invés de termos as grandes aglomerações homogêneas da massa ou do povo, encontraríamos os pequenos grupos diferenciados que se multiplicam e se diversificam sem cessar (Antoun, 2003). Estes grupos, mesmo quando formam uma grande aglomeração em um movimento de afluência (*swarming*) (Arquilla e Ronfeldt, 2000), se organizam em seu interior em pequenos bandos ordenados pelas afinidades (Starhawk, 2000) e integrados por uma rede móvel de interação (Armond, 2000). Longe da miragem equivocada das grandes revoluções sangrentas e insensíveis ao canto da sereia da resistência armada revolucionária, estes grupos obrigam o Estado a entoar o hipnótico mantra da violência através da mídia de massa, ao mesmo tempo em que precisa enfrentar o seu embaraço do que fazer com esse movimento revolucionário pacífico e prolífico que não para de experimentar novos modos de auto-organização democrática no interior de suas comunidades (Graeber, 2002), conquistando um poder de propagação e contágio⁸¹ cada vez mais amplo e incontrolável.⁸²

O valor de parceria (P2P) da rede caminha hoje ao par com o valor de negócios (B2B) da rede. Quanto mais as corporações realizam a fusão das redes procurando ampliar seu poder de negócios, mais elas integram e amplificam o valor das parcerias, exponencializando suas relações (Reed, 1999a). A exploração desse valor está na base de um poder constituinte que a multidão

ganha quando sabe investir na expansão de suas organizações para ampliar o alcance de seus movimentos de luta e de auto-valorização (Negri, 2002).

A integração da rede informacional foi conduzida e montada promovendo o poder da parceria, na medida em que ela foi construída centrada no usuário e não no emissor ou no gerenciador da rede. O investimento dessa potência de parceria da rede faz prevalecer menos o intelecto informacional morto, fixado nos grandes bancos de dados e nas propriedades intelectuais, para benefício da potência do pensamento vivo comunicacional que a rede pode deflagrar. Se supormos que cada mensagem enviada é distribuída por alguém para quatro parceiros, em cinco passos informacionais temos uma pequena rede de 1024 parceiros onde o tema da conversa circulou. Mas a conversa circulou por entre grupos já formados ou que emergem para discutir seus temas, construindo comunidades e valores (Reed, 1999a). Com 1024 pessoas, a imprensa poderia formar duas organizações populares e a TV uma massa de consumo, mas as comunidades virtuais formam centenas de grupos. A lei de Reed é a lei dos fóruns, das comunidades virtuais, dos grupos de debates, mas é também a lei de divulgação do *hip-hop*, do quilombo argentino e da eleição de Lula.

Se a rede de parceria torna impossível a manipulação da multidão pelo Estado democrático, através de sua redução ao povo ou à massa, isto não significa necessariamente que devemos dar razão às carpideiras da liberdade quando afirmam que assistimos ao ocaso da democracia como forma de organização. Certamente estamos contemplando um sem número de ocasos: a morte das organizações populares e do povo, a morte das organizações de massa e da massa, a morte do estado democrático amparado na representatividade do povo e da massa, a morte dos grandes aparelhos de homogeneização do homem. Mas es-

tes ocasos não são senão o fim da tenebrosa noite de dominação da disciplina e a explosão de inumeráveis auroras abertas pelo controle. O divórcio entre a democracia e o Estado faz com que as chances da democracia se conjuguem com a organização anárquica e transparente das redes, entrelaçando o ilimitado poder de fogo da multidão com o ilimitado poder de parceria da comunicação.

O nascimento da mídia livre

Quem se limitou a acompanhar os acontecimentos da III reunião ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC), ocorrida entre 30 de novembro e 2 de dezembro de 1999, pela grande imprensa diária impressa, falada ou televisada pode ter certeza de que perdeu da missa a metade. Pior se tiver ficado restrito ao noticiário televisivo produzido pela Rede Globo, hegemônico no Brasil. Deve estar acreditando, até agora, que toda confusão ocorrida na linda cidade de Seattle – uma pequena joia incrustada na costa noroeste do Pacífico nos EUA –, deveu-se à indignação dos fazendeiros de todo o mundo contra o protecionismo do governo norte-americano subsidiando agressivamente seus produtos agrícolas. Deve achar, também, que o fato mais relevante do encontro foi o protesto da delegação brasileira contra as sanções econômicas impostas aos produtos das nações cujo mercado de trabalho emprega mão de obra infantil em regime de semiescravidão e cujo salário mínimo está abaixo da linha de decência global, como é o caso do governo brasileiro. O embaixador brasileiro Carlos Lampreia (para ele, ao menos, significativo é destino) fez inúmeras aparições na telinha da Globo, sempre ancorado pelo ex-informante do SNI Alexandre Garcia, apresentado como o “herói” que tinha a “coragem” de contrariar os poderosos interesses econômicos dos Estados

Unidos, defendendo o direito à “competitividade” dos produtos agrícolas brasileiros e o direito a praticar salários “diferenciados”, sem os quais o *agribusiness* pátrio “iria à bancarrota” (são salários de menos de um dólar por dia utilizados para remunerar o trabalho “informal” da mão de obra infantil na agricultura comercial brasileira). Tivessem essas aparições sido seguidas do anúncio da Unicef, dizendo que o uso de mão de obra infantil é crime e que lugar de criança é na escola, e teríamos o melhor 3x4 da credibilidade e integridade de propósitos do governo de coalizão PSDB/PFL.

Mas não estava muito melhor informado quem procurou as notícias nos canais da TV a cabo, como a CNN, ou o noticiário da ABC e NBC fornecidos pela Superstation. Todos esses canais se pautaram por atitude semelhante. Em um primeiro momento, reportavam os comunicados produzidos pela agência de notícias do World Trade Center, sede da OMC onde se realizava a reunião, complementando-os com entrevistas e reportagens. Vez em nunca uma pálida alusão, nada que ultrapassasse cinco segundos, aos “protestos” de “grupos” que aconteciam em um mundo aparentemente “irreal”, pois se estendia para além da fronteiras enquadradas nas câmeras, circunscritas aos limites do prédio. A gritante ausência de imagens “dos protestos”, neste primeiro momento, era o sintoma mais evidente de que algo estranho ao universo do espetacularizável estava acontecendo. Os protestos eram aludidos sob uma dupla ótica neste momento: ou eram apresentados como críticas corporativistas à liberdade comercial, feitas por grupos contrários à competitividade global; ou eram badernas de anarcopunks e delinquentes afins. Única exceção feita aos ambientalistas e suas gigantescas tartarugas verdes dançarinas, enquadradas invariavelmente tendo o céu por fundo e a batucada por som ambiente. Na noite de terça-feira, 30/11/1999, o “choque” televisivo: o prefeito de Seattle, um de-

mocrata liberal, tinha posto a cidade sob o estado de emergência. A CNN, sempre “ousada”, montou uma mesa dirigida por seu principal âncora com o prefeito e o chefe de polícia de Seattle para discutir os motivos da decisão e os desdobramentos que deveriam se seguir. Agora outras imagens apareciam na telinha: latas de lixo queimando, vidraças quebradas e ameaçadoras criaturas mascaradas e vestidas de negro, as roupas cobertas de tachas prateadas combinando com pulseiras e coleiras cheias de pregos também prateados. Soube-se então que a sessão de abertura da reunião havia sido cancelada e que a medida visava a proteger o presidente dos Estados Unidos, Bill Clinton, que discursaria no dia seguinte, de uma minoria (sic) radicalizada de baderneiros que tinha levado a cidade ao caos com sua violência. Nos dias que se seguiram, o jornalismo das velhas mídias prosseguiu seu desfilar de sorrisos tranquilizantes para o público e cenho e sobrolhos franzidos para os manifestantes – qualificados como *ciberpunks*. O detalhe mais grotesco ficou para a atitude da loura platinada repórter da MSNBC, que no seu afã de oficialidade passou a relatar as atividades repressivas levadas a cabo pela polícia e a guarda especial usando o cômico pronome “nós”, o que mandava definitivamente para o espaço qualquer simulação de isenção jornalística na transmissão dos fatos.

A indecente cobertura jornalística da velha mídia corporativa e centralizada, da qual foi enfocada apenas a face mais generalizada e agressiva – a da TV aberta ou por cabo –, teria só o amargo sabor de fim de século e milênio, não tivesse ela sido afrontada pela emergência de uma nova mídia, o Independent Media Center (IMC) – sediado sobretudo na Internet –, que, ao final do movimento conhecido como Batalha de Seattle, tornou-se o principal órgão de notícias sobre o acontecimento.

Os grandes acontecimentos chegam com pés de pomba – ensinou outrora um filósofo –, e quando seu ruidoso rumor nos

atinge estamos apenas a ouvir os ecos de sua efetuação.⁸³ O surgimento desta nova mídia – gerada pelo entrelaçamento das teias da Internet com o interativismo do ciberespaço, como resultado do casamento da política de ação direta do novo ativismo com a potência interativa, descentralizadora e anárquica dos sistemas hipermídia – é a explosão do silencioso movimento de sedimentação das comunidades virtuais ao longo destes anos. Seu estrondo pergunta pelo sentido das silenciosas palavras da programação, que construíram a Internet enquanto meio, pois elas trouxeram a tempestade da anarquia para assombrar o horizonte da organização capitalista no mundo globalizado.

Ativismo, ação direta e mídia livre

O IMC foi criado por organizações e ativistas da mídia independente e alternativa com o propósito de oferecer uma rede para a cobertura jornalística dos protestos de novembro de 1999 contra a OMC em Seattle.

Construído a partir do conceito de mídia sob demanda⁸⁴, o IMC se propunha a fazer uma cobertura minuto a minuto dos acontecimentos ligados à manifestação, usando um democrático sistema de edição aberta (*open-publishing*⁸⁵) e atuando como uma câmara de compensação de informações para jornalistas, recolhendo e disponibilizando, ao mesmo tempo, reportagens, áudios, fotos e vídeos em um regime de *copyleft*⁸⁶ através de seu *website*. Cobrir o acontecimento para o IMC significa participar ativamente de sua elaboração e não apenas noticiar as ações que se desenrolam quando de sua manifestação. A intelectual e modelo canadense Naomi Klein, em um elogio público dirigido ao IMC, ressalta esta característica como assinalando a fusão da mídia com o ativismo. Como eles próprios se apresentam:

O Independent Media Center (Centro Independente de Mídia) é uma rede de comunicação de protestos dirigida coletivamente visando à criação de narrações radicais, acuradas e apaixonadas da verdade. Nós funcionamos através do amor e inspiração de pessoas que continuam a trabalhar por um mundo melhor, apesar das distorções e má vontade da mídia corporativa para cobrir os esforços para libertar a humanidade.⁸⁷

O resultado de sua cobertura da manifestação mudou os rumos do movimento e do próprio jornalismo. Usando o material coletado, o IMC de Seattle produziu documentários que são distribuídos através de satélite ou vendidos como vídeos para todo o planeta. O centro produziu também um jornal que é distribuído gratuitamente pela rede, no formato PDF, para ser impresso e redistribuído nas localidades. Ao final da cobertura o *website* do centro atingiu a marca de dois milhões de conexões e foi apresentado pelo AOL, Yahoo, CNN, BBC Online, entre outros importantes portais e jornais da Internet. Seus segmentos de áudio se espalharam pelas rádios da Internet. Para completar, os Centros de Mídia Independente (IMC) começaram a se multiplicar, primeiro pelos Estados Unidos e, logo depois, rapidamente, por vários continentes do planeta. Através de uma rede descentralizada e autônoma, centenas de ativistas da mídia de todo o mundo construíram seus próprios IMC. Um ano após seu surgimento, havia mais de 30 centros espalhados por toda parte do mundo acompanhando os rastros das manifestações de protesto aos processos antidemocráticos e opacos que regem as agências gestoras do controle do processo de globalização (FMI, BM, FEM, G8, etc.).

Se no início da popularização da Internet a revista Wired marcou a emergência da imagem do digerati⁸⁸ liberal – que se

caracterizava por uma imensa voracidade para o saber e o consumo da novidade tecnoeletrônica – como figura emblemática de uma “nova consciência” nascida da Rede, o IMC assinalou explosivamente a presença de um ativismo nativo do ciberespaço que em tudo se distanciava desta imagem. Ao contrário do digerati que tendia a apresentar as novas tecnologias como o verdadeiro sujeito das transformações – fazendo toda liberalidade e globalização do mundo derivar de forma direta do caráter descentralizado e integrador da Internet⁸⁹ –, o ativista acredita que a novidade de um meio só ganha expressão através da atividade que se apropria dele e se desenvolve integrando-se a suas novas potencialidades.⁹⁰ Não basta contrapor a Internet às velhas mídias apontando o caráter da comunicação de um para muitos dos antigos meios e o caráter de muitos para muitos do novo.⁹¹ É preciso, ainda, inventar as atividades que façam do novo meio a expressão de uma nova vida. Este novo ativismo foi elaborado pelos sobreviventes das experiências comunitárias e políticas do final dos anos 60 e início dos setenta; depurado pelo terror do Estado dos setenta e fez sua travessia pelo deserto em direção à terra prometida através do exílio, da prisão ou do movimento dos computadores, redes e ONGs dos 80.⁹² Ele fez da comunicação mediada por computador (CMC) seus sentidos cognitivos e sua mente. Programando os *softwares* da CMC como novos instrumentos para o pensamento e a ação, o novo ativismo integrou na Internet seu olho, suas imagens, seu ouvido, suas sonoridades, sua boca, suas falas, sua pele, seus contactos, sua memória e suas conexões, até construir uma teia comunitária tornando o corpo apto a viver no ciberespaço.⁹³ Através da prática da ação direta, fez da CMC um lugar de percepção, afeto e atividade para as novas comunidades virtuais. Formadas de modo autopoético,⁹⁴ sob um modo de governo anárquico, as comunidades virtuais transformaram a organização política das manifestações de protesto.

As comunidades nascidas do ciberespaço introduziram nas novas manifestações a reunião dos participantes através de grupos de afinidade⁹⁵, sua distribuição em *clusters* de processamento paralelo⁹⁶ e sua coordenação nos acontecimentos através dos conselhos de porta-vozes,⁹⁷ reinventando o sentido das práticas democráticas nas delicadas relações entre grupos de atuação política de diversos matizes.⁹⁸ Trata-se, para estas comunidades, de substituir as formas democráticas representativas e mediadas por núcleos centralizados (Estado), e seus órgãos de ação (instituições) por uma democracia de participação interativa, constituindo uma rede de ação direta.⁹⁹

Escolha, liberdade e resistência

Antes da emergência do ativismo e da nova mídia, parecia que toda resistência ao capitalismo globalizado estava fadada aos gemidos impotentes da recusa à globalização ou à lamentação melancólica do contínuo enfraquecimento dos velhos meios de luta (sindicatos, partidos, estatização dos serviços...). Em contrapartida a essa falta de opções da resistência, a mídia corporativa global, que se sustenta na exploração das atualidades, sempre tinha para nos oferecer um torpe leque de escolhas que apimentavam o aborrecimento do nosso dia a dia.

Ela nos incitava a escolher entre a ferocidade da modernidade e a da miséria, entre a soberania da ONU e a de Saddam Hussein, entre a prepotência da OTAN e a da Sérvia, entre a boçalidade do assaltante e a da polícia; enquanto assistíamos ao desfilar sem-fim do desalento dos que nunca mais terão um emprego, ao estarecido amanhecer dos iraquianos fundidos aos escombros dos bombardeios, à fuga desesperada dos kosovares no fogo cruzado da Sérvia e da OTAN e ao aterrorizante espetáculo da histeria dos refêns fabricados pelas empresas para servir

de escudo vivo na proteção de seu dinheiro. Ao mesmo tempo em que todos esses dados pipocavam sem cessar colorindo nossa digestão, caminhávamos tropeçando pelas ruas nos corpos estirados do ser aí habitando o desamparo dos bancos e das calçadas, errando sem-fim por terra, mar e ar, suportando o eterno exílio da vida no Império global.

Até que uma intempestiva Seattle irrompeu súbita – transformando o desamparo em festa, a errância em comício e o exílio em luta – para nos lembrar, em seu sopro de vida, a estupidez que essas escolhas encerravam.

Nada mais previsível do que a estupidez. Podemos sempre contar com sua presença em nossas previsões. O próprio antecipável é a forma pura da estupidez e é a ele que prestamos conta em toda história dos acontecimentos. A estupidez é o antecipável de todo acontecimento, a universal verdade que dele se encarrega *per omnia secula seculorum*. Presa ao coração da atualidade, como uma coroa de espinhos, ela nos fala com ares de doura sapiência da canga do medo ao novo – hoje passeando pimpão o vistoso traje do risco – que trazemos firmemente atada aos ombros da conveniência cotidiana. Se na totalidade moderna o “futuro” batia às nossas portas e precisávamos estar preparados para enfrentar os seus desafios, na globalidade contemporânea “o futuro já começou” – nós o trazemos em nossos genes, em nossos vícios e em nossas dívidas – e precisamos conjurar a fatalidade nele anunciada nos programas que vamos confeccionar para reger nossas práticas.¹⁰⁰ Pois o neodarwinismo nos ensinou que a evolução é conservadora, decidida no consenso bilionário da relação dos genes;¹⁰¹ o desenvolvimento é avaro, decidido na autossustentabilidade da consumação das energias finitas;¹⁰² e a sabedoria é mesquinha, decidida na seleção da informação adequada que eliminará o excesso de dados do fato atual.¹⁰³ O *marketing* – em

sua elaboração das formas de garantia do sucesso global – é o grande ditame moral que o Estado Imperial oferece à atitude contemporânea. Ele nos aconselha a escolha de procedimentos de baixo risco para integrar a grade de nossa programação diária no cálculo de nossos gestos. A fama deixou de ser o brilho efêmero do que se distingue na ousadia de um ato que, ao mesmo tempo, liberta e promove, para tornar-se a permanência de um programa de ação medido pelo ilimitado de sua continuidade no tempo. Do mundo em que estávamos sempre recomeçando as coisas passamos para aquele em que nunca terminamos nada. Dominado por esta boa forma, a própria noção de “ser” tornou-se leviana em nossa atualidade, pois hoje não nos confrontamos mais com a verdade ou falsidade da existência, como na antiguidade; ou com a autenticidade e inautenticidade da existência, como na modernidade. Agora somos convidados a escolher entre o excesso e o sucesso global da existência. Devemos decidir consensualmente a eliminação do risco, trazido por todos esses seres aí sem-teto, sem-terra, sem-proteína, sem-capital, sem crédito, sem-saúde, sem-emprego, sem raça, sem-língua, sem-rumo e sem-pátria que não podem ser absorvidos pela lógica da antecipação do mundo globalizado.

A comunidade ativista, entretanto, transformou na prática o sentido da palavra resistência. Ela mergulhou nas entranhas do novo meio da Internet e constituiu através das potências anárquicas e libertárias, trazidas por ela, suas comunidades e suas práticas. Para o ativismo resistir não é mais apenas sofrer a paixão do embate com o poder atual do Estado e seus dispositivos de governo. Resistir tornou-se também inventar os movimentos através dos quais os modos autônomos de viver e governar a própria vida possam ser, ao mesmo tempo, as formas de lutar e se manifestar publicamente.¹⁰⁴

Militância e ativismo

Vida, comunidade e luta política tornam-se um só e mesmo movimento, ultrapassando a dicotomia assinalada por Sartre, no prefácio à *Crítica à razão dialética* intitulado Questão de Método, quando defende o existencialismo enquanto ideologia. Para Sartre, o marxismo só se ocuparia da existência depois que alguém é inserido no sistema de produção, ao ganhar seu primeiro salário; tendo mesmo assim uma única recomendação a dar ao existente: faça a revolução! Com isso, o revolucionário tornava-se alguém apartado de toda e qualquer vida própria que não a militância. O militante, a partir desta concepção, tornava-se alguém que sacrificava a realização da própria vida no altar dos interesses da revolução. O problema de como seria essa vida em uma sociedade sem classes, onde o trabalho não mais seria a mera capitalização da atividade voltando a se fazer vivo e ativo, permanecia um mistério que se perdia nas brumas das fórmulas genéricas – como, por exemplo, a famosa fórmula para a distribuição dos bens “a cada um na medida de suas necessidades” – incapazes de responder positivamente à questão da ordenação e desenvolvimento das comunidades no meio social. Este modelo de militância dissociado da vida ativa¹⁰⁵ vai prevalecer, por exemplo, no desenvolvimento da revolução russa, fazendo com que os ativismos dos construtivistas¹⁰⁶ ou da comunidade de Cronstadt¹⁰⁷ sejam perseguidos e destruídos pelos militantes da revolução. Deste modo a atitude militante acaba por transformar o desejo libertário da revolução no pesadelo totalitário do stalinismo. O ativismo recusa a militância para construir uma vida ativa ao mesmo tempo pública e secreta através dos sistemas hiperfúria, inventando modos de viver no novo meio que reúnam realização individual e atividade comunitária como expressões de um mesmo combate político.¹⁰⁸ Como expõe o IMC:

Nossos críticos dizem que somos contra a globalização, mas isto está errado. Nós queremos globalizar a proteção ambiental, os padrões de trabalho e uma qualidade de vida decente para todos os seres humanos. O Banco Mundial e o FMI foram as crias da mesquinha das corporações por tempo suficiente — está na hora de diminuir estas instituições.¹⁰⁹

Intempestividade, movimento e comunidade

Unindo o trabalho vivo à realização vital, o ativismo conquistou para sua vida e luta política uma característica que Nietzsche reivindicava para seu combate filosófico: o poder da intempestividade. Embora um dos significados dessa palavra seja inatual, não se pode dizer que o intempestivo se encontre ausente do atual.¹¹⁰ Mas esta presença tem uma forma bastante inusitada. Ela se manifesta apenas para aqueles que mantêm uma grande atenção voltada para suas próprias presenças no presente. Podemos assinalar o intempestivo no ativismo político de movimentos como o DAN (Direct Action Network) – que foi um dos principais organizadores das manifestações em Seattle contra a OMC e é um dos membros da federação de movimentos que criou o IMC –; ou então na atividade dos *hackers* ligados ao grupo cDc (cult of Dead cow), criadores do temido Back Orifice, um programa *open source* e gratuito que serve para administrar as redes criadas pelo Windows NT da Microsoft de forma tão simples e eficiente que serviu de base para a criação e multiplicação dos vírus chamados de trojans (troianos). O mesmo se repete nos movimentos de criação de *software* de código-fonte aberto e domínio público – que fazem, por exemplo, proliferar a imensa variedade de versões do sistema operacional Linux ou geram a firme e elegante integridade do FreeBSD –; sobretudo na comunidade que cria programas gratuitos que geram na Internet redes

peer-to-peer (P2P) de pesquisa e troca de arquivos entre computadores, como o Napster, o Freenet ou o Gnutella.

Tomemos o exemplo do movimento *hacker* ligado ao grupo “2600” para melhor compreendermos o sentido do intempetivo em uma comunidade ativista. Se tentarmos explicar o que é o “2600”, só poderemos fazê-lo invocando uma interminável lista de atividades, pois o 2600 é um *site* na Internet, uma revista trimestral impressa (2600 Hackers Quartely), uma revista eletrônica, um *newservice*, um programa de rádio semanal (Off The Hook) transmitido ao vivo também em *streamedia* pela Internet, um lugar para conversa diária sobre questões da comunidade *hacker* internacional em um grupo de salas de *chat* (*irc service*), um encontro semanal em diversas localidades espalhadas nos Estados Unidos feito pelos que participam do grupo, uma reunião na primeira sexta-feira de cada mês disseminada por todo o mundo que acontece a partir das cinco horas da tarde, um arquivo vivo sobre outras publicações e zines feitos por e para *hackers* que pode ser manipulado através do serviço de ftp, um grupo de pesquisa e debate sobre questões de segurança e liberdade de expressão na Rede que realiza a cada dois anos o congresso Hackers On Planet Earth (HOPE), uma *newslit* que discute o congresso bianual (*hopelist*), uma *newslit* que prepara o congresso que vai se realizar.

O logal e a mídia livre

De fato, tudo o que foi mencionado girando em torno do grupo ou movimento 2600 pode ser diferente amanhã, mesmo o seu nome, pois o nome é o que menos importa em um tal tipo de movimento comunitário que se sustenta e se desenvolve através da conexão de seus membros nas atividades que eles próprios realizam. O que mantém o “2600” e outras comunidades ativistas

é uma potência logal¹¹¹ difusora que rompe o poder integrador glocal da grade moduladora. O logal é ao mesmo tempo a conectividade viva e a interação vital que constituem o intempestivo no coração do ativismo e da nova mídia. A potência da comunicação emancipa-se da tarefa de mero transporte das informações para revelar-se como meio de individuação, máquina de guerra das subjetivações, resistência transformadora da conversação em arma de luta. A nova mídia não é um meio de vida, como eram os velhos locais de trabalho e as antigas profissões. A mídia livre é um meio para viver, um meio onde o tempo do trabalho não se contrapõe mais ao tempo de vida, um meio onde o trabalho vivo determina o trabalho “morto” das informações e tecnologias e onde o movimento vivo de cada participante constitui o espaço vital da atividade comunitária.¹¹²

O logal é uma das qualidades que distingue a nova mídia e o ativismo explicando seu caráter intempestivo. Ele se contrapõe ao glocal, que é a marca da presença do Império globalizado nas localidades através do controle exercido por suas agências de comando e empresas de distribuição. O glocal instaura um regime de tempo informacional produzido pela antecipação científica do futuro no presente, restaurando o poder da propriedade em sua forma intelectual. A propriedade da informação faz renascer o domínio do trabalho “morto” sobre o trabalho vivo. Este regime se sustenta através da divulgação científica na velha mídia corporativa dos discursos da genética, economia e informática que se dirigem invariavelmente para o tema da saúde, seja ela biológica, financeira ou existencial. Antecipando doenças e degenerações em certas atitudes ou comportamentos, estes discursos geram a noção de “comportamento de risco” que transformam as probabilidades em prognósticos, através do uso abusivo da estatística e dos gráficos que corrobora a confusão entre os diagramas e os índices no universo dos signos. Deste modo, os cientistas tornam-

se as pitonisas contemporâneas e a mídia o intérprete fiel dos vaticínios ocultos em suas mensagens. De fato, as atualidades que a mídia corporativa tão ciosamente procura cultivar são apenas as ilustrações, repetidas *ad nauseam*, destes vaticínios fatais que em sua interpretação a tecnociência contemporânea elabora sem cessar. A contrapartida oferecida às perigosas sensações das atitudes de risco é o gozo da espetacularização autocontemplativa feito pelas massas de sua própria conversão em mercadoria, enquanto público especializado, através das banalidades cotidianas.¹¹³

Mas mesmo o riso, a admiração, o choro, o desprezo, o medo ou a confiança que devem temperar o desfiar de situações corriqueiras do noticiário precisam também ser antecipáveis para que a felicidade seja anunciada para se consumir em algum consumo futuro.¹¹⁴ Vagas impressões e fracas associações são o que resta após a jornada de assédio diário que a mídia corporativa realiza. Mesmo quando deve atuar como uma mídia de eventos, organizando-se em torno de competições esportivas, *shows pops*, grandes lançamentos ou festas de premiações, ela se revela incapaz de abandonar a atitude de *press release* e prognóstico probabilístico que a impedem, hoje, de noticiar qualquer acontecimento.

Talvez isso seja um dos motivos que fizeram a nova mídia atingir um grande sucesso não apenas entre o grande público, mas também no seio da velha mídia. Da revista Wired até o Washington Post, o IMC tem recolhido elogios e aprovações. São afagos, porém, equivocados, pois incapazes de perceber a novidade desse meio recém-nascido. Porque, para o ativismo do IMC cobrir um acontecimento é também prepará-lo, invocá-lo e mimá-lo, cuidar de sua preparação e de seu desenvolvimento. Mas, fazê-lo do modo que um meio jornalístico pode fazê-lo: transformando em notícia as narrações apaixonadas do acontecimento, explorando as fabulações, profissionais ou amadorísticas, favoráveis ou contrárias ao acontecimento como os pontos

de vista locais que constituem seu território. Não basta, porém, recolher suas notícias como informações sobre o que aconteceu para compreender o que faz a nova mídia tão diferente da antiga. É preciso acompanhar sua atividade no calor da própria manifestação, no minuto a minuto do embate dos manifestantes com a arrogância dos que se julgam dirigentes do mundo atual e seus agentes, voluntários ou não, que produzem a mídia corporativa. Apenas na urgência deste combate, a emergência de um enfoque inusitado sobre um bordão repetido globalmente pelas agências de notícias e os jornais que dela se alimentam pode ganhar todo seu sabor. Como na “batalha de Seattle”, quando, após a declaração do estado de emergência, a mídia corporativa passou a condenar em uníssono os estranhos “baderneiros vestidos de preto” que estavam “pondo em risco” a “segurança” e a “integridade” da “população ordeira e pacífica”; o IMC fez surgir na Net, e se espalhar como um vírus por toda parte, um cartaz com a foto de um policial vestido de preto investindo com sua moto sobre os manifestantes ajoelhados em meio ao gás lacrimogêneo com a frase: “Nós também repudiamos a atitude desses estranhos baderneiros vestidos de preto que usam de violência contra a população ordeira e pacífica”.

Embora na cobertura de Seattle tenham contribuído gente do peso de Chomsky, Ramonet e Ralph Nader, uma das melhores reportagens foi feita por um estudante de jornalismo e repórter de Portland, chamado Jim Desillas, através de uma reportagem/depoimento dada para os jornalistas Tim Perkins e Atau Tanaka do IMC usando um telefone público fora da cidade. Intitulada “Dano Colateral em Seattle”, a matéria traçava um painel vivo do que estava acontecendo de forma apaixonada, porém veraz.

Através dela descobrimos, por exemplo, uma imagem da OMC que contrasta vivamente com aquela sugerida pela monumentalidade de aço e vidro do World Trade Center:

Eu entrevistei delegados. Nenhum deles tinha nada de positivo para dizer sobre a OMC. Dois delegados caribenhos estavam furiosos com a perda de empregos. Um delegado do Peru pegou um megafone, subiu no carro e discursou para os manifestantes contra a Organização Mundial do Comércio. Ele disse que ela prejudicava os trabalhadores e fazendeiros. Eu entrevistei um cara norueguês do Greenpeace. Totalmente contra ela. Mesmo um delegado da Holanda disse que ela prejudicou os fazendeiros de lá. Ele disse que embora se suponha que ela é democrática, isto é atualmente uma mentira. Os EUA, Inglaterra, Canadá e uns poucos outros se reúnem e decidem o que querem fazer. Então eles convocam o resto dos outros países para votar e se eles votam errado eles ameaçam: “Vocês não vão receber financiamentos” ou coisa semelhante. Eles conseguem o que querem dos delegados chantageando-os. Os italianos que entrevistamos estavam putos também. Não consegui encontrar um delegado que fosse favorável a ela.¹¹⁵

Podemos encontrar neste fragmento de relato vivo aquilo que a velha mídia selecionaria como “informação” e que pode ser enumerado de forma diagramática numa lista de tópicos:

1. A OMC privilegia os processos de ganho através de fusões e incorporações que racionalizem a distribuição das mercadorias e otimizem os serviços agregados a elas através da automação como forma de aumentar a competitividade empresarial, gerando o desemprego como consequência do *downsizing* como prática empresarial.
2. Apesar de propalar o liberalismo, a OMC apoia o protecionismo agrícola norte-americano, seja pela prática dos subsídios, seja pela política agressiva de empresas, como a Monsanto, na área dos produtos agrícolas geneticamente modificados.

3. As decisões da OMC são tomadas previamente pelos países WASP e depois impostas aos demais membros através de pressões e chantagens. Existe um “braço armado” da OMC que funciona através das agências de financiamento (FMI, BM) e que no limite pode arruinar uma economia local através do ataque especulativo à moeda.

O mais importante, porém, surge menos naquilo que se apresenta no conteúdo das denúncias. A verdadeira estranheza está na atitude dos delegados da OMC para com a própria organização. Eles não estão conectados a ela, são apenas associados da instituição, associação esta que no mais das vezes responde sobretudo às necessidades de sobrevivência das agências de produção e distribuição local representadas nos Estados nacionais. Necessidades de sobrevivência são necessariamente reativas, criam apenas vínculos fracos e ligações flutuantes. A melhor expressão deste desligamento do associado para com a instituição é a surreal cena do delegado peruano da OMC fazendo comício contra ela de megafone na mão em cima de um carro, em meio ao engarrafamento do bloqueio.

Em alguns momentos esta surreal estranheza ganha os contornos do vandalismo estúpido quando os policiais atacam uma bomba de gasolina com bombas de gás. Em outros ganha os contornos do terror como na paralisia catatônica que acomete a velha senhora asmática que tinha saído para fazer compras e que se viu engolida pelo combate. Diante dos policiais vestidos de negro disparando as bombas de gás, dos helicópteros sobrevoando o centro e dos policiais que investiam a cavalo contra os transeuntes, a velhinha reviveu a sensação dos negros anos de dominação nazista. Ou a cena em que uma garota de 18 anos – após estar caída e subjugada na rua com os lábios sangrando – é atacada por policiais recebendo vários jatos de pimenta e sofre

uma regressão violenta que a faz chorar como um neném, recitando: Ave Maria, Ave Maria, Ave Maria...¹¹⁶

Sempre se criticou a Internet por falar apenas ao intelecto e só lançar apelos à imersão virtual, implicando uma atrofia do corpo e do desejo por relações reais. Mas com ela a velha consciência, tragada pela mente individual na aurora da idade moderna, foi expelida para a extensão do mundo real.

A mente está aí convertida em *bits* e pode ser conectada por telefone, cabo ou onda. E o corpo que se imaginava imóvel, fixado em algum monitor, jorra por todas as ruas do mundo, cantando a luta por novos modos de viver.

A nova mídia desenvolve sua cobertura como um documentário ficcional cujo roteiro vai sendo escrito através das fabulações narradas pelos próprios participantes. Se ela pode abandonar a isenção jornalística e permanecer veraz, deve ser porque sua evidente adesão ao acontecimento se faz para proveito da vida do jornalismo.

Disposta a construir o acontecimento por todos os meios que o sistema hipermídia é capaz de operar, recebe uma contrapartida ética endereçada pelo próprio acontecimento para sua atitude, devolvendo-lhe a força da verdade. Porque nela o acontecimento recebe de volta o esplendor de sua neutralidade e estranheza, tornando-se de novo um combate, um campo de batalha onde uma cibervitalidade esboça seus primeiros gestos balbuciando suas primeiras palavras.

3

Ciberativistas nas Redes e Ruas

Monitoramento dos dados, vazamento da informação e anonimato do público

Na década de 1990, o uso da Internet, associado às dinâmicas de produção e consumo de portais, transformou a rede num enorme laboratório da publicidade. E, de certa forma, a dinâmica de fragmentação, legitimada pelas infinidades de redes de pequenos mundos centralizados, empurrava a *web* para uma experiência majoritariamente baseada no *download* de *sites*, que deveriam – dentro da utopia de felicidade eterna da nova economia – se revelar, antes, como *start ups* de modelos empresariais do capitalismo de risco.

A Internet de hoje se transmutou, sem dúvida. A atuação social, a mobilização e o engajamento viraram um valor da rede, contrapondo aquele pensamento de felicidade eterna da *web* comercial, que contaminava a economia e a política. Em grande medida, essa metamorfose tem a ver com a emergência das dinâmicas ativistas, já no final dos 90, que fizeram resgatar o sentido originário *peer-to-peer* da *Internet*, dando a ela um novo uso,

ao promover diversas inovações, que vão do Napster ao Pirate Bay, dos *blogs* aos *mashups*, dos sistemas de troca de arquivo às mídias sociais colaborativas, do jornalismo cidadão neozapatista à tuitagem iraniana.

O que faz estar na ordem do dia a discussão sobre o emba-te do poder da TV com o poder do YouTube. Ou então o debate sobre o poder dos jornais e o poder dos *blogs*. A lista poderia se alongar inutilmente, pois o que está se discutindo é o poder das mídias irradiadas de massa em relação às mídias distribuídas de multidão. Hoje cada vez mais se explora e se esgarça o confronto entre os veículos da informação massiva e as interfaces da comunicação coletiva.

Até bem pouco tempo atrás se podia ouvir os formadores de opinião falar com desdém nas entrevistas que nos *blogs* só se escrevia para si mesmo. Hoje, depois do estremecimento provocado na mídia corporativa pelo crescimento da prolífica produção blogueira, o pouco caso de tal comentário só poderia despertar gargalhadas por sua infelicidade e cegueira. O fato é que a mídia irradiada vem sofrendo sucessivos e inesperados revezes em áreas onde, antes, o seu domínio tinha por limite o orçamento monetário de quem a contratava. Cada vez mais ela vê seu lugar de mediadora social da opinião pública ser denunciado e rejeitado como coercitivo por partes significativas das grandes massas, que antes se deixavam de bom grado representar (Rushkoff, 1999).

Daí que, por ora, há todo um conjunto novo de disputas e conflitos sobre a produção e a regulação da liberdade na Internet, na medida em que todo o valor capitalista está radicado em fazer os conectados livres permanecer dentro de limites programáveis e de conexões preestabelecidas, para recolher destes toda a sua produção social. É o paradigma de produção colaborativa do “tudo é meu” (Malini, 2008). Na contramão deste movimen-

to, há todo um outro que visa inflar de liberdade a rede, a partir da disseminação de dispositivos que aceleram a socialização e o compartilhamento de conhecimentos, informação e dados, seguindo novos modelos de direito público, abrindo um conflito com a governança capitalista da liberdade na rede.

A discussão sobre a transformação produzida pela Internet no modelo centralizado de produção e comunicação massiva remonta ao final dos anos 80 e início dos 90. Mas a discussão sobre o que será chamado de “Web 2.0”, por Tim O’Reilly (2005) emerge na virada do milênio quando o sítio, posteriormente transformado em livro, chamado “Cluetrain Manifest” – ainda sob o impacto da manifestação de Seattle de novembro de 1999 –, resolve encarar o desafio de conversar sobre a mudança na comunicação e nos negócios a partir do surgimento de um público auto-organizado e participativo. O consumidor tornara-se um usuário cada vez mais exigente, capaz de interagir e se comunicar através da Internet usando os mais diferentes tipos de dispositivos de comunicação. A mediação da publicidade ou dos grandes mídia estava sendo trocada pelas interações e recomendações obtidas através das redes sociais (Levine, Locke, Searls & Weinberger, 2000). A mediação tinha fugido da mão dos grandes mediadores e agora estava embutida no código das interfaces através dos protocolos (Galloway, 2004), programas (Lessig, 1999) e agentes (Johnson, 2001), privilegiando os processos interativos de parceria informal dos sistemas *peer-to-peer* típicos das redes sociais (Bauwens, 2002; Minar e Hedlund, 2001).

Antes da Internet ocupar o centro do debate comunicacional, havia se tornado um lugar comum considerar o modelo indutivo hermenêutico da mídia de massa um padrão para o estudo da mediatização na sociedade contemporânea. O caráter hipnótico da emissão com frequência intensa de uma mensagem

amplamente distribuída casa-se com a sua sonâmbula recepção de extensa ressonância, configurando uma massa estúpida que reproduz a disposição que lhe foi sugerida neste processo feito à base de redundância. Empiricamente isto se traduz pela repetição regular de ideias associadas, expressões ou tipos de imagens através de diferentes meios concorrentes, gerando a sensação de realidade amparada na familiaridade trazida pela regularidade da repetição (Deleuze e Guattari, 1980).

O funcionamento deste modelo em um ambiente democrático implicou um realinhamento de toda a mídia a partir da televisão e uma transformação na organização empresarial das grandes corporações comunicacionais, similar ao modelo que já funcionava na indústria de entretenimento. As fusões e aquisições dos anos 70 na esfera das grandes empresas de comunicação vão gerar as grandes redes corporativas globais de informação, cujo novo gerenciamento se faz baseado nos interesses financeiros da empresa através da participação acionária de seus editores e da entrada do *marketing* no círculo de decisão editorial. O compromisso das editorias com o *branding* e a lucratividade da rede empresarial corporativa ocasionam uma mega-homogeneidade de temas e assuntos em escala global, alinhando a grade de notícias mesmo nas mais remotas localidades em um efeito de imitação em cascata. O tema da tirania da comunicação (Ramonet, 1999) encontra nesse quadro sua fonte de inspiração, embora os tradicionais críticos da comunicação de massa preferam atribuí-lo às velhas vicissitudes do imperialismo e da alienação.

A abordagem feita pela teoria da recepção e dos estudos culturais procura abrandar uma visão apocalíptica deste fenômeno nos lembrando que ninguém pode sonambular indefinidamente, e mesmo um sonâmbulo precisa acordar de vez em quando. Esta teoria vai valorizar a capacidade do receptor de construir

seus próprios nexos e significados fazendo uma leitura original do que lhe é enviado pelo emissor. O processo comunicacional seria de fato parte do processo cultural, tendo o receptor o mesmo tipo de liberdade que um novo membro formado em alguma cultura. De qualquer maneira uma liberdade de leitura e interpretação não é o mesmo que uma liberdade de construção e emissão. Mesmo o leitor mais ativo é ainda passivo na perspectiva da luta para produzir a informação capaz de transformá-lo em um sujeito com atividade e autonomia. Sobretudo quando a homogeneidade da atividade editorial se presta à condução das guerras de informação que hoje orientam a competição na política e nos negócios (Kopp, 2000; Arquilla e Ronfeldt, 2001).

O fato que sobressai é o quanto a teoria da recepção parece ingênua em face da realidade da guerra da informação, que tem como um de seus fundamentos a disciplina do gerenciamento da percepção. O uso da informação para confundir, decepcionar, desorientar, desestabilizar e desbaratar uma população ou um exército adversário marca a transformação radical da informação usada como arma de guerra (Kopp, 2000). O importante nesta guerra é a inserção de falsidades na percepção do adversário, prevenindo-se de que ele possa fazer o mesmo, e a adivinhação de seus segredos, garantindo um domínio na condução da ação pelo poder de decepção adquirido. Em termos gerais toda operação conduzida para explorar informações para obter uma vantagem sobre um oponente e para negar ao oponente informações que poderiam lhe trazer uma vantagem faz parte da guerra de informações (Kopp, 2000).

Não há muitas dúvidas de que a massa é um alvo de confusão para as grandes redes de comunicação e de que estas últimas são um meio indefeso para a resistência às guerras de informação travadas diariamente através delas (Schwartau, 1995). Não se vive mais em sociedades de cultura unificada ou hegemônica cuja

reprodução social se faz através de processos culturais homogêneos, como supõe uma bolorenta hipótese antropológica. Vive-se na fábrica social onde as populações lançam mão dos mais diferentes processos culturais em conflito. Enquanto os diversos processos culturais procuram reproduzir os meios e modos de vida capazes de ampará-los, as populações misturam diferentes partes destes diversos processos misturando-as e recombinao-as em busca de sua autonomia (Negri e Hardt, 2001).

A conversa no sítio do “Cluetrain Manifest” realinhava toda essa temática, pensando a comunicação na Internet como uma profunda transformação nas relações entre público e empresas. O público estaria farto dos caras de pau risonhos que impulsionam a venda nos rádios e televisões e desconfiaria cada vez mais do que as empresas lhe endereçariam através dos canais de propaganda e *marketing*. A Internet teria emponderado uma demanda de participação, produção e honestidade incompatíveis com as comunicações invasivas e unilaterais (Levine, Locke, Searls & Weinberger, 2000).

Tornava-se imperativo analisar os fundamentos políticos que regem os discursos de liberdade que são disseminados pelos atores que constroem a Internet de hoje e de ontem. Esta análise visa extrair um modo de compreender a economia do poder em disputa, instaurada pelos diferentes atores em conflito da sociedade em rede. Para tanto, vamos avaliar os processos de narração coletiva dos acontecimentos públicos, entendidos como laboratórios dessas disputas. Desta avaliação vai emergir que as novas narrativas multitudinárias vão fazer a passagem do modelo informacional das mídias, que privilegia a acumulação quantitativa proprietária de produtos, para o modelo comunicacional das multimídias, que privilegia a coordenação da ação coletiva nos movimentos.

Monitoramento e disputa pela primazia das narrativas

O choque de poderes entre as mídias de massa e as interfaces de usuários é um fato inegável. A mídia irradiada cada vez mais ressalta seu poder de atingir uma quantidade imensa de público em uma só tacada. Do ponto de vista da formação cultural, a produção de subjetividade da mídia massiva esbarra em seu produto mais notório: os *fans* – esses pequenos fanáticos com momentâneas opiniões compactas disseminados em profusão pelo poder da irradiação (Jenkins, 2006). Ela produz seus efeitos em prazo curto, gerando estes pequenos fanatismos em torno de suas causas. Desde o seu surgimento, a mídia distribuída tem se contraposto através de seus usuários a estes efeitos achapantes de achatamento da diversidade cultural promovida pelos processos de indução e falseamento de opinião típicos desta comunicação unilateral onde poucos falam para muitíssimos. Embora a mídia irradiada de massa seja uma valiosa máquina de construção e destruição instantânea de reputação social, as mídias distribuídas de grupo têm se revelado uma poderosa máquina de criação e sustentação de reputação duradoura, funcionando em longo prazo. Enquanto a mídia massiva extrai seu poder da sensação de “todo mundo está falando isso” subentendido em seu uníssono, as interfaces de usuários encontram o seu poder na sensação de “meu amigo recomendou” ancorado na suposta confiabilidade da fonte da informação.

Os dois processos ganharam nomes dados pelos analistas de segurança do Departamento de Defesa dos EUA. O uso intensivo dos grandes meios massivos, pertencentes às corporações, para gerar a impressão de realidade sobre algum tipo de acontecimento foi chamado de guerra da informação (*infowar*). Através desta guerra, a informação é usada para produzir efeitos de per-

cepção ou efeitos afetivos sobre alguma população ou grupo social, visando tanto promover ou inibir sua própria ação enquanto grupo, quanto inibir ou promover algum tipo de ação social sobre esta população. Através destes efeitos, um certo tipo de narrativa ganha foros de verdade no seio da opinião pública e passa a dominar a discussão sobre o tema (Kopp, 2000; Schwartau, 1995).

O uso intensivo das interfaces de comunicação da Internet para estabelecer uma verdade narrativa sobre algum acontecimento e disseminar narrativas sem lugar na mídia corporativa foi chamado de guerra em rede (*netwar*). Através desta guerra, movimentos sociais ou pequenos grupos podem disputar a primazia da narrativa verdadeira com Estados, instituições e corporações conversando e argumentando com os mais variados membros que frequentam sua teia de páginas *web*, grupos de discussão, redes sociais, *blogs* e outras interfaces de comunicação distribuída (Cleaver, 1999; Arquilla e Ronfeldt, 1996).

Embora esses dois processos sejam muito diferenciados eles pressupõem a primazia do valor afetivo da comunicação e o mútuo monitoramento dos dois tipos de mídia por seu público em uma disputa ativa pela primazia em algum tipo de narração social e ação coletiva. A narrativa vitoriosa será aquela que obtiver a confiança da opinião pública (Arquilla e Ronfeldt, 2001, Antoun, 2004b).

Um conhecido exemplo deste choque de poderes é o episódio narrado por Joe Trippi sobre a participação do candidato à indicação do Partido Democrata em 2003, Howard Dean, no programa de entrevistas de Tim Russert *Meet the Press* (Encontro com a Imprensa). Este programa era considerado um dos mais reputados para os candidatos à indicação pelos Partidos, pois Russert é um dos entrevistadores de poder de fogo mais poderoso da TV americana. Sair-se bem em suas entrevistas equivalia a vencer uma primária para muitos analistas e políticos. Em

sua entrevista, Dean tomou posições radicais contra a guerra do Iraque sendo atacado sem cessar por Russert. O Washington Post chamou de “embaraçoso” um comentário dele sobre as tropas no Iraque e o New York Times considerou sua *performance* “uma desgraça”. Todos no seu comitê de campanha consideravam a entrevista o fim do sonho, pois todos os comentaristas políticos dos canais a cabo traçavam seu obituário como candidato. Quando ia desligar um dos computadores no comitê da campanha, Trippi percebeu que o ponteiro da arrecadação do *blog* tinha enlouquecido. Através da Internet, estavam chegando milhares de contribuições para o *blog* de Dean vindas de todo o país. O apoio dos eleitores através da Internet mudou o quadro do julgamento da participação de Dean no programa feito pela TV. A atuação da mídia de massa foi considerada pelos eleitores engajados na campanha de Dean uma provocação, e a resposta foi uma imensa afluência de dinheiro através da Internet para mostrar sua aprovação à campanha dele (Trippi, 2004, p. 127-128).

A liberdade “negativa”, ou o biopoder na Internet

A Internet é um campo social, como muitos outros, onde a liberdade está em disputa. Na verdade, quando dizemos “liberdade” entende-se aí os mecanismos e atos autônomos de cooperação social que permitem o exercício do poder (e contrapoder), a produção social e a ativação psicológica de afetos. Em certo sentido, essa definição se complementa à acepção espinosista que define o homem livre como aquele que se realiza na sociedade civil, onde se vive de acordo com leis comuns, e não na solidão e no isolamento, onde se obedece apenas a si mesmo. A liberdade, de longe, não se esgota no sentido liberal de “direito de ter propriedade” (de ideias, de mercado, de terras, etc.), nem mesmo no

sentido hobbesiano de “ter força para suplantar o outro”. Hoje o cerne do debate sobre liberdade está no direito de produção autônoma de formas de vida, que não sejam atravessadas pela força estatal, nem pela mercantilização do capital, mas por “direitos comuns” que as protejam e as liberem ao mesmo tempo. Não é à toa que o movimento social mais importante da primeira década do século XXI foi a disputa pelo controle dessa produção comum protegida e partilhada. Disputas endógenas ao capital – como a que contrapõe o Google à Microsoft exprimindo a forte tensão entre a computação em nuvem e a indústria do licenciamento – e exógenas a ele – a disputa entre a cultura da colaboração P2P e a cultura da permissão proprietária.

Na Internet, o que se percebe é todo um movimento de redução da oferta de liberdade (travestida de inflação), que tem a ver com as medidas de cercamento (*enclosures*) da liberdade em sistemas controlados de informação – o império da liberdade mercantilizada na rede. Nesse sentido, tal como analisa Castells, dispositivos, como os da Web 2.0, se transformam em estupendos instrumentos de negócios com a estratégia da mercantilização da liberdade para a acumulação de capital realizando o “cercamento da terra comum da comunicação livre para vender às pessoas o acesso às redes de comunicação globais em troca da renúncia à sua privacidade e de sua conversão em alvo da publicidade” (Castells, 2009, p. 421).

Essa mercantilização da vida, ou das imagens da vida na Internet, guarda relação com o debate teórico, aberto por Foucault, ao descrever que há um nova arte de governar a liberdade dos sujeitos, o biopoder. Este investe na vida como um todo, ativamente-a e a pondo a atuar. Essa nova arte opera com mecanismos que têm por função “produzir, insuflar, ampliar as liberdades, introduzir um ‘a mais’ de liberdade por meio de um ‘a mais’ de controle e de intervenção” (Foucault, 2008a, p. 92). Na lógica do

biopoder, já não se governa somente o corpo da população, mas todo o seu meio ambiente, a sua comunicação, os seus conhecimentos e seus afetos, através da geração incessante de riscos. O risco serve para limitar a independência (portanto, a ação livre), expandir o medo e a aceitação dos discursos e práticas de segurança. A segurança pode se apresentar comunitária, produtora de guetos, cuja sociedade dos perfis da Internet serve de um bom exemplo, por sua configuração que dilui o comum e valoriza a solidão dos ególatras. Mas pode se apresentar como informacional, onde o discurso da “credibilidade da informação” da grande mídia e seus *gatekeepers* vão ser usados como produtores de algo seguro em oposição à multiplicidade de pontos de vista tecidos na cobertura informativa dos acontecimentos sociais, muitas vezes realizada de forma absolutamente pessoal, por milhares de sujeitos na rede, estigmatizados como amadores ou quaisquer um.

Nesse sentido, a liberdade na rede, para aqueles que querem transformá-la em *commoditie 2.0*, é uma liberdade negativa, porque, antes, é uma liberdade regulada por leis de direitos autorais e propriedade intelectual, que permitem que o sonho fordista das corporações de mídia seja realizado: “Transformar-se em grande fábrica que monitora as atividades de todos *online*” (Barbrook, 2003). E com isso são capazes de mobilizar um biopoder que produz discursos, práticas cotidianas, atitudes e processos de aprendizagem que estão constituídos nas máquinas participativas da Internet. Essa estratégia das corporações de mídia *online* acaba por intensificar a cultura dos fãs, que povoam a Internet com a reprodução dos bordões e temas disseminados nos canais da mídia de massa, ocupando a Internet participativa com assuntos de momentos e uma agenda social efêmera e especular. A profusão dos *sites* de fãs, de ídolos e programas da cultura de massa, as conversas recorrentes sobre os temas das TVs e grandes jornais, e as repetições em cascata de bordões e ritornelos

propagandísticos erguem um gigantesco *tsunami* onde se guarda a maior parte do que existe na Internet (Jenkins, 2006), em tudo distante da recombinação criadora e da atitude libertária preconizada em vários mantras (Terranova, 2004).

Além de mídias de fãs e celebridades, a Internet participativa se vê mergulhada na lógica dos “pequenos Roberto Marinho” – uma classe de (micro) blogueiros e perfis de redes sociais cuja principal tarefa será a de caçar usuários paraquedistas, pautando-se exclusivamente por assuntos do momento e por trocas incestuosas de *links* com outros blogueiros. Eles criam um campo restrito de perspectivas e configuram uma ecologia na qual as ideias e as informações são sempre as mesmas em diferentes *blogs*. Na verdade, trata-se de uma estratégia de extrair vantagens financeiras, publicitárias e de audiência, que transbordará, depois, na busca por modelos de negócio baseados na reunião desses micro *pop stars* da irrelevância *online*. Ao final, vão funcionar como pequenas árvores em pequenos rizomas, à medida que buscam criar uma centralidade de acumulação de capital de todo o tipo para trazer, somente para si, os dividendos políticos e monetários da cultura massiva dos fãs *online*, criando comunidades virtuais que funcionam mais como efeitos especiais constituindo, para usar um termo de Baudrillard, uma comunidade de ausentes (Baudrillard, 2006).

O efeito colateral dessa “liberdade negativa”, promovida pelas corporações de mídia *online*, será a propriedade e a fragmentação dos bens comuns, mais do que uma busca incessante pela produção de repetições balbuciantes dos fãs *online*. Nessa perspectiva, a cultura se vê ameaçada pelos códigos de *copyright* estabelecidos pelo capital midiático, que estabelece os modos pelos quais os bens culturais devem circular e serem usados. Na onda 2.0, dá-se com uma mão para se retirar com a outra. “Nunca o *copyright* protegeu um leque tão amplo de

direitos, contra um leque tão amplo de atores, por um tempo tão longo” (Lessig, 2005). A ponto de conteúdos inteiros dos cidadãos, ao ser transferidos por *sites* colaborativos da Internet, tornarem-se propriedade intelectual de proprietários destes últimos. Exercido por uma multiplicidade de sujeitos, o poder de criar em rede (a colaboração) vai sendo cada vez mais freado pelo poder de “pagar para criar em rede” (a permissão) praticado pelos oligopólios industriais da cultura e da mídia, instauradores de uma espécie de feudalismo digital, onde o usuário torna-se preso à terra que ele mesmo povoa. Esses autores corroboram com a visão de Antonio Negri e Michael Hardt (2005), que sustentam que a propriedade privada dos bens informacionais só reduzem as capacidades de cooperação e de comunicação, que são as bases da inovação numa economia em que o valor se concentra na qualidade imaterial do trabalho, ou seja, na competência de incorporar nos processos e nos produtos informação, cultura e afeto. Daí vai brotar a crítica, pois, sendo cooperativo o trabalho imaterial, o seu produto não se limita a ser propriedade um único indivíduo, mas de uma atividade comum cooperativa. Nesse sentido, a Internet, na sua configuração econômica atual, veicula uma ideologia de liberdade desregulada, quando, na prática, é subsumida às arquiteturas e protocolos que mantêm sua cultura sobredeterminada por um biopoder capaz de estimular a criação de subjetividades.

Por outro lado, embora haja verdade na conversa em torno da Web 2.0 com seus *blogs*, *wikis*, *folksonomics*, *YouTubes* e redes sociais, ela dificilmente coincidiria com a opinião veiculada pelos apólogos da Internet sobre o significado da mudança na comunicação e nos negócios. Na nova *web*, eles anunciam, a publicidade encontraria a nova voz dos grupos da cultura da mídia, um público auto-organizado e participativo que a transformaria em uma honesta recomendação crítica feita por seus

próprios usuários. Os usuários se transformariam em “sócios” das empresas através de sua cooperação interessada. A colaboração e a livre expressão uniria empresários e usuários nesse poderoso ambiente de negócios integrados (Levine, Locke, Searls e Weinberger, 2000).

Embora o quadro de idílio pareça atraente, basta que os interesses das empresas se vejam ameaçados por iniciativas dos usuários para o conflito explodir e o confronto aparecer em toda sua violência.

A guerra do código e os limites da rede colaborativa

Em 2007 uma sequência hexadecimal criou o maior rebuliço na *web* e no mundo da mídia de massa: 09 F9 11 02 9D 74 E3 5B D8 41 56 C5 63 56 88 C0. Por causa dela mundos e fundos foram levantados para impedir, em vão, sua publicidade. Tratava-se da chave criptográfica que quebra o sistema AACCS (Advanced Access Content System) dos HD-DVD e do Blu-Ray com filmes e jogos com imagem de alta definição. Com eles, você pode ver os mais recentes títulos em qualquer mídia, pois são a chave que abre a porta artificialmente trancada.

Quando o *hacker* canadense @muslix64 criou o *patch* do Blu-Ray – no final de 2006 –, era apenas a quebra do código de um disco. Mas, trabalhando com a turma do “Doom9” – nós amamos esses caras –, criou um gerador de chaves que funciona tanto no HD-DVD quanto no Blu-Ray. E a divulgação da chave se alastrou como um vírus pela *web* desde que os *blogs* se viram compelidos pelo AACCS a tirar a informação do ar porque estavam divulgando a chave. Como no caso da chave do DVD – a famigerada CSS –, a reação da indústria de massa provocou uma insurreição na rede. Desenhos, fotos, camisetas, música e o que

mais se puder imaginar foram utilizados para divulgar a chave mestra criptográfica que abre qualquer porta Blu-Ray. A música feita por Keith Burgon cantando o código com sua guitarra acústica, conhecida como Oh Nine, Eff Nine, tornou-se um *hit* no YouTube com dezenas de milhares de audições.

As indústrias de massa continuam tão estúpidas quanto antes. Como os imperadores antes de sua decapitação, são incapazes de aprender qualquer coisa. E Lehman, o pai de toda essa excrescência, pareceu ser a única pessoa sensata quando disse que o DMCA estava morto no “Digital Dystopia” da McGill.

O fato de as empresas empalidecerem, mandando seus gerentes apagar o código à força dos *blogs* e dos sítios onde estavam publicados gerou uma outra insurreição, pois, quanto mais se apagava o código, mais ele se multiplicava; como uma espécie ameaçada de extinção. Com sua divulgação, aqueles discos Blu-Ray e HD-DVD ficaram desprotegidos. A criptografia da indústria de massa sempre será falha e porca, porque seus segredos tornaram-se de polichinelo na era da multidão.

Um efeito colateral curioso foi a revolta do Digg. Rede social de notícias, o *site* ameaçado de processo pela AACCS começou a apagar as publicações do código. Mas no Digg as pessoas publicam, votam e definem o que é importante para ir à página principal. Os usuários se autorregulam e intervenções externas acabam causando coisas estranhas, facilmente percebidas pela comunidade. Os usuários reagiram ao apagamento sistemático e inventaram uma “bomba” que fazia com que qualquer matéria da primeira página remetesse ao código proibido. Ao final do dia, o fundador do sítio, Kevin Rose, reconsiderou a insanidade da exigência e publicou o código no próprio *blog* da direção do Digg, liberando a publicação dele no sítio, junto com uma declaração de que aquela comunidade havia decidido que preferia ver o Digg cair lutando (contra a lei) do que vê-lo dobrando-se

frente a uma companhia maior. Ele termina dizendo: “Se perdermos, que diabos, pelo menos morreremos tentando”. O fato é que o processo contra uma rede como o Digg facilmente pode se tornar um tiro que sai pela culatra contra a AACCS e demais leis assemelhadas. Sendo um sítio governado e mantido por gente de mídia, uma campanha por fundos para o processo e de mobilização contra as indústrias pode ser o rastilho de uma incontrolável explosão, como lembra o *blog* Mashable.

Seja como for, a coisa ficou preta para o CEO Jay Adelson. Apareceu no Digg um artigo criticando-o. O artigo vinha do *blog* Valleywag. Nele, o blogueiro Nick Douglas critica o CEO do Digg, acusando-o de mentiroso e comprometido, por causa das entrevistas que estava dando desde que o evento pegou fogo. Nick mostrou que o setor de relações públicas da empresa estava indicando Adelson para falar em nome da Companhia, mesmo se implorassem por Kevin. A escolha de Adelson para falar, ao invés de Kevin, marcou uma decisão das relações públicas da firma por prudência. E o CEO, de olho nos bilhões que podiam vir a perder em um processo, tentava minimizar o incidente e apagar as chamas da revolta. Ele deu declarações para o New York Times, o Fortune, o Business Week e a Wired. Mas havia sido Adelson quem anunciou o apagamento das mensagens com os códigos, para acatar o pedido do AACCS, em uma nota onde não só afirmava a decisão de continuar fazendo isso, como parecia concordar com a justiça do pedido. A publicação feita por Kevin do código no *blog* da empresa obrigou Adelson a recuar. Entretanto, o departamento de relações públicas da empresa achou mais prudente o Adelson falar publicamente, tentando evitar os processos. Isso bastou para os usuários do Digg pedirem a cabeça de Adelson, escolhendo Nick para ser seu porta-voz. O Valleywag criou sua própria versão de todo o incidente de modo bastante cáustico.

Houve quem comparasse toda essa movimentação com a carta impressa de Lutero pregada na porta da Igreja, que desencadeou a Reforma. Ela marcou a entrada em cena do poder da imprensa na sociedade e o poder da consciência individual na formação da massa. Poder este que gerou a mídia de massa e os formadores de opinião. Exageros à parte, a guerra do código que quebrou a criptografia do HD-DVD e do Blu-Ray marcou a afirmação dos que se envolvem com as práticas das mídias digitais com o exercício da cidadania digital, e não mais com o lugar dos consumidores.

O monitoramento e seu debacle no 4chan

A partir da declaração da guerra ao terror feita por George Bush filho, a questão do monitoramento e da segurança na comunicação em rede explodiu. Os EUA, em seu afã de afirmar liderança incontestada e exclusiva globalmente, descartaram o auxílio europeu ao seu programa de guerra, declarando a velhice e obsolescência europeia na esfera da tecnologia e do conhecimento. Anunciaram, também, a substituição do sistema “herbívoro” de monitoramento *Echelon* – que funcionava a partir da gravação de material pela presença de palavras-chaves – por outro “carnívoro” que perseguiria o alvo através da rede até encurralá-lo em seu provedor ou caixa de correspondência. Os *hackers* europeus reagiram denunciando um buraco na segurança do sistema operacional Windows que o sistema de segurança dos EUA usaria para invadir os computadores de qualquer usuário, e o Governo Americano estaria usando-o sistematicamente para roubar os dados das pesquisas científicas e tecnológicas europeias. Essa denúncia provocou uma migração massiva dos computadores de universidades europeias para o sistema de *software* aberto Linux.

Obcecado com a segurança e a colaboração entre os diversos sistemas de vigilância do Departamento de Defesa e do

de Segurança, o presidente Bush queria unificar os arquivos de dados de todos os serviços, gerando uma megamina de dados interativa operada por agentes de rede. Isto resultou na criação de um novo arquivo que recolhia os dados de todos os outros arquivos para a megamina, unificando e dinamizando o sistema de monitoramento norte-americano. Este esforço do governo soava tardio em face dos megassistemas de monitoramento das grandes corporações globais. O governo logrou, também, aprovar a lei que permitia o monitoramento nos provedores das contas identificadas pelos serviços de segurança como ameaças do terror sem necessidade de ordem judicial. Um vasto império policialesco estendia seus tentáculos pelo mundo globalizado.

Na contramão destas iniciativas, surgiu o sítio do 4chan para comunicação anônima e rápida. Ele apareceu como um lugar para troca de imagens entre usuários admiradores do mangá japonês, mas pouco a pouco foi ganhando novos usos. Como o 4chan é uma rede pobre para divulgação e compartilhamento de material de fãs, ela não tem como guardar o *log* das operações de rede por mais de algumas poucas horas. Quando a memória lota, a rede automaticamente recobre o material guardado. Isto deu aos diferentes grupos uma capacidade de manter-se na invisibilidade e no anonimato. Se o 4chan quando nasceu era apenas um fórum para troca de imagens, hoje tornou-se um canal para comunicação intensa e efêmera. Através dele, coletivos e movimentos testam rapidamente o potencial de alguma comunicação. Deste modo podem produzir efeitos virais, gerar manias, modas e sucessos instantâneos.

Em julho de 2009, a FOX News publicava uma matéria assinada por Tauryn Sauthoff afirmando: “As pessoas mais poderosas da Internet não trabalham para a Microsoft, o Google ou o governo. Elas são um bando de *nerds* malucos e tagarelas congregados num *website* ainda bem desconhecido chamado

4chan.org”. A matéria seguia dizendo que o 4chan é uma máquina esquerdista de preconceitos cheia de terroristas domésticos. Em 5 de julho, o CNet News, em matéria de Harrison Hoffman, acusa o 4chan de ser a origem de um ataque ao Twitter que teria posto nos *Trending Topics* a expressão #gorillapenis. O 4chan é definido nesta matéria como um centro de cultura e *memes* da Internet. O 4chan é ainda acusado de realizar os dias pornô (pornday) do YouTube e de *hackear* o sistema de votação do New York Times.

O centro desta movimentação é o canal /b/ do 4chan. Neste quadro de comunicação aleatória se concentrou uma vasta atividade envolvendo fotos pornográficas e exibicionistas de adolescentes mescladas a uma conversa sem começo nem fim entre perfis que não se identificam, preferindo permanecer anônimos. Esta atividade dará origem a um grupo que vai se autodenominar *Anonymous*, usando a máscara do anarquista do século XVII Guy Fawkes – transformado em herói da história em quadrinho “V de Vingança” – em suas manifestações de rua. O fato é que este canal tornou-se um poderoso instrumento de defesa anônima da liberdade da Internet, mesmo que isso signifique atacar qualquer um que ameace esta liberdade.

Anonimato, audiência e mídia livre

Os Anônimos são a quinta geração dos *hackers*, que agora usam suas super-habilidades de criação e manipulação de sistemas para atingir no coração os métodos de forjar a opinião pública e obter a atenção das massas usados pelos megameios de comunicação. Eles emergem do grande racha no mundo *hacker* ocorrido após o 11 de Setembro, quando os *indies* contrários à guerra do Iraque vão se chocar com os *hackers* que defendiam o auxílio ao Departamento de Defesa dos EUA para libertar a Ásia

e o Oriente Médio das ditaduras sanguinárias. O fim da era Bush fez com que o ativismo *hacker* fosse redefinido tendo como alvo a desmoralização dos processos de formação de consenso massivo e de produção de atenção de massa. Eles definiram a princípio o canal /b/ do 4chan como local de reunião. Dali passaram a partir os principais petardos que podem balançar ou o YouTube ou o Twitter, apenas para mencionar dois sítios. Apelidados de /b/astardos (*/b/tards*), esses usuários fizeram da comunicação anônima sua principal arma para fazer tremer a rede mundial, inventando um novo capítulo, após o do ataque DDOS, para a novela da liberdade de expressão na comunicação distribuída em rede. Foram acusados desde dominar eleições de cantores na MTV até substituir fotos de usuários por imagens pornográficas no MySpace, passando até por abrir a conta de *e-mail* de Sarah Palin para visita pública. Tornaram-se notórios depois de deflagrar uma guerra contra a Scientology que grassava no meio artístico de Hollywood.

Uma de suas ações teve como alvo o poderoso canal de notícias FOX News, esteio do militarismo e preconceito da era Bush. O *hackeamento* do sistema de votação do New York Times para escolha dos 100 mais do ano ou a colocação da *hashtag* #gorillapenis nos *Twitter Trends* foram algumas das proezas atribuídas a eles no passado. Eles marcam o renascimento dos *hackers*, em luta contra o preconceito e a manipulação de massa da megamídia corporativa.

Entre os alvos dos Anônimos no passado estão o CNET News, promotor do vigilantismo nas redes, ou o FOX News do Murdoch, que os apresenta como terroristas domésticos que dominam e manipulam a Internet. Em julho de 2009, a FOX News vai passar a chamá-los de /b/astardos (*/b/tards*), pois eles deram um novo passo na mídia tática interneteira para os rumos do ciberativismo. Com seu livre jogo no fórum /b/ do 4chan como

anônimo, eles fizeram renascer o hacktivismo – esse uso de ferramentas ilegais ou legalmente ambíguas em prol de objetivos políticos – nas teias ameaçadas da Internet. Na “Enciclopédia Dramática” (versão debochada da Wikipédia), eles são definidos como a cara ou o rabo da Internet. Tudo depende de onde se aperta. Eles se especializaram em produzir efeitos virais, gerar manias, modas e sucessos instantâneos. Sempre lutando com bom humor para denunciar os mecanismos que produzem e reforçam os preconceitos de massa e o imaginário de massa forjado nas enquetes.

Uma de suas façanhas famosas resultou na acusação de provocar um dia pornô no YouTube. Credita-se na conta dos /b/astardos terem produzido o súbito sucesso de um garoto de oito anos de idade que atendia pelo apelido de “lukeywes 1234” no YouTube, fazendo seus hilários vídeos domésticos serem assinados por milhares de usuários. O menino inventava vídeos com ideias de criança como lutar contra fantasmas usando chapéu de alumínio e fazer *performances* próprias de Super Mario Bros e Guerra nas Estrelas – de quem era notório fã. Ele usava uma linguagem chula e abusava de gestos impróprios. O YouTube diante de sua súbita e inacreditável notoriedade decidiu apagar sua conta, alegando ser ele menor do que a idade mínima de 13 anos exigida pelo serviço. Isto fez o sítio ficar abarrotado de vídeos defendendo o garoto, para não mencionar o estrago do nascimento dos dias pornôs. Embora eles neguem estar incomodados, sabe-se que sua pose esconde um alto grau de temor e cautela.

Mas o ódio da FOX News – considerado canal de permanente propaganda política da extrema direita americana – ou da CNet News – principal canal de propaganda da segurança de redes – não parece afetar negativamente a tribo dos /b/astardos. Eles sabem que o preconceito racial que apelidou de branponeses (*waponeses*) os fãs de mangá ou o preconceito político que al-

cunhou os *hackers* de ciberterroristas nasceram nos endereços destas mídias corporativas. Eles sabem se articular no anonimato através das táticas de luta em rede, usando a afluência (*swarming*) e a organização sem líder como principais armas. Se hoje a livre expressão e a parceria na Internet vivem sob pesado ataque financeiro dos advogados corporativos e das campanhas de massa procurando inibir suas manifestações, os /b/astardos anônimos são um novo passo da mídia tática para o ciberativismo. Com seu livre jogo no fórum anônimo do 4chan, eles fizeram renascer o hacktivismismo nas teias ameaçadas da Internet. E para quem pensava que eles eram uma pálida mania estrangeira podemos assinalar que nada impediu sua irrupção bronzeada em defesa da liberdade ameaçada da Internet brasileira. Nem sua mundialização na luta feroz e bem-humorada em defesa de Julien Assange, CEO do Wikileaks. Muitos podem estar se perguntando como podemos saber que são um bando se são anônimos. A resposta é que como os pássaros eles voam juntos na mesma direção.

Desde os anos 80, a mídia de massa foi transformada em canal de ocultamento e desvio de atenção das notícias que contrariavam os governos e as megacorporações. Ao mesmo tempo, a advocacia era transformada em um poderoso sistema de intimidação pública dos grandes meios, reforçando o caráter manipulador da megamídia na geração da opinião pública. O auge desta operação foi feita no governo Bush, onde mesmo grandes canais de notícias como o New York Times, O Washington Post e a CNN foram acuados e calados pelos processos judiciais aliados ao preconceito patriótico promovido por FOX News e tabloides como Sun Times e News of the World – todos de propriedade de Murdoch. Hoje vemos a desmontagem deste sistema de terror e controle aparecer revelando as novas formas de censura geradas pelos sistemas de controle.

O mundo *hacker* submergiu após o 11 de Setembro em meio ao ódio e preconceito, mas renasceu redirecionando seu modo de ação. As habilidades *hackers* passaram a ser usadas para pôr a nu os processos de controle e manipulação de massa. Os Anônimos são o fruto deste amadurecimento e seu alvo é desviar a atenção das populações dos megainstrumentos de mesmerização global articulados pela fome pantagruélica das corporações por capital. Os Anônimos impedem que as mídias se calem sobre os acontecimentos que interessam às populações e hoje vazam abundantemente na Internet através do Wikileaks. Deste modo, a associação do vazamento dos documentos oficiais aliado à guerra de atenção dos Anônimos fizeram renascer o poder da verdade como fonte da libertação política. Da Praça Tahir egípcia ao Acampamento do Sol espanhol, as lutas de libertação renascem impulsionadas pelo combustível da verdade. Os Anônimos fazem parte desta profunda transformação da política do século XXI.

Esta mudança implica uma profunda transformação das revoluções. No passado, a indignação das populações acabava capturada por golpes de estado de grupos ideológicos intolerantes e violentos. Hoje as populações reunidas nos movimentos sociais e ações coletivas não precisam que os intermediários falem por elas através das mídias de massa e instituições políticas. A Internet gerou uma mídia livre impulsionada por milhões de blogueiros e fermentada pelas redes sociais. A Internet se revelou um megaespaço público onde qualquer um tem voz e pode falar por si mesmo. Isto permitiu que os movimentos sociais falem diretamente através de seus manifestantes sem precisar que líderes e porta-vozes sequestrem seus interesses em nome de fanatismos ideológicos e voracidade econômica. A verdade do enunciante se liberta da servidão do enunciado e da escravidão performática dos dispositivos de enunciação. A ansiedade das

populações com as dívidas, as compulsões e os riscos ganham canais de livre expressão que sedimentam seus movimentos por liberdade. A servidão é filha da obrigação de atender e a escravidão é amante do silêncio. A revolução hoje nasce do vazamento do silêncio governamental e do desvio da atenção hipnotizada, ocupando as ruas e as praças das metrópoles.

A liberdade positiva, ou a biopolítica na rede

A existência de um biopoder midiático na Internet, que controla a vida e se apropria da riqueza produzida em comum nas redes mais avançadas de computação em nuvem, não significa entoar um refrão apocalíptico que expresse somente a subsunção da vida no capital. Isso porque o trabalho imaterial da multidão não se esgota numa relação de comando ao biopoder. Todo processo de dominação encontra um limite, que pode se transformar em resistência. Nesse sentido, a biopolítica é a potência da vida governar-se, os “espaços nos quais se desenvolvem lutas, relações e produções de poder”; e o biopoder, um poder contra a autonomia da vida, procurando fazê-la submeter-se a centros transcendentais de governo.

A biopolítica é um conjunto de atos de resistência e de contrainsurgência de vidas que não se deixam capturar pelo controle e reivindicam uma economia da cooperação que mantenha os bens comuns dentro de um direito e de um espaço público, para além da noção que este deva ser regulado e garantido por um estado, portanto, por um agente de força exterior aos indivíduos, sem que isso seja uma experiência anárquica, mas de uma democracia que se constitui por direitos sempre abertos e potencializadores da liberdade.

Na prática, num momento em que o biopoder cria e programa redes de captura do comum, não é de se estranhar que as

redes de contrapoder funcionem da mesma forma, ou seja, criando e programando redes autônomas, antecipando sempre novos direitos e por desejar a democracia. Em sua teorização, Antonio Negri (2003) associa a biopolítica “como a representação material da capacidade do trabalho vivo (imaterial) de apresentar-se como excedente”. Isso significa que, mesmo em regime comando pós-moderno de destruição do comum e expropriação da cooperação, o trabalho imaterial excede o biopoder, porque pode ser realizado fora de uma relação de comando empresarial. E por ainda produzir resultados, no campo da inovação e da linguagem, por exemplo, que não ficam encarnados exclusivamente na empresa, mas diluídos em cada uma das singularidade que cooperaram para produzi-los. Daí que muitos autores probletizam a dimensão biopolítica da cópia, que, para além da fobia autoral capitalista, é ao mesmo tempo a condição para constituição de novos valores de uso, e também de troca, o que joga o capitalismo das redes para uma infundável contradição, pois que, sem socialização das cópias, não há novos usos criativos, logo não há valor de troca. Talvez o fenômeno biopolítico mais intenso, nesse sentido, seja o movimento de compartilhamento de arquivos *peer-to-peer* na Internet, que foi capaz de fazer, numa espécie de darwinismo tecnológico do bem, arquiteturas de uso ílesas ao controle do biopoder.

Podemos pensar que o poder da mídia de massa deixou de ser um poder moderno, sob a forma de uma ação sobre a ação presente, para se tornar um poder de controle, investindo a ação sobre a ação futura (Deleuze, 1992; Foucault, 2008). Mais do que um lugar disciplinar de irradiação e circulação de palavras de ordem (Deleuze & Guattari, 1980; Foucault, 1977a), ele se revela como um poder de atualização da memória nas comunicações. No caso da mídia massiva, trata-se de um monopólio sobre a atualização das informações; um poder de mobilizar, processar

e narrar o passado, tornando-o atual. A massa só pode acessar o passado comum através das atualizações feitas pela grande mídia corporativa. Isto configura um imenso poder sobre os mecanismos de lembrança e esquecimento social das populações. Através dele, eu relaciono um passado qualquer com um acontecimento da atualidade para balizar a decisão de agir do sujeito social. Este passado vai ser apresentado sob a forma de grafos e diagramas, dando foros de previsibilidade às imagens estratigráficas do que já foi que se transforma desta maneira em um será. Este passado é atualizado para mobilizar as esferas de decisão e ação social, sendo preferencialmente investido para endossar ou inibir os programas eleitorais de candidatos a cargos executivos, as imagens públicas de candidatos majoritários em épocas de eleição e as discussões legais acopladas a decisões parlamentares para criação ou transformação de leis existentes.

A entrada em cena da Internet veio quebrar esse monopólio da narração. Através de suas interfaces, qualquer usuário podia tornar atualizável uma informação, liberando sua comunicação. O investimento comunicacional dos movimentos sociais e coletivos passava a responder pelo alcance ou frequência de uma informação qualquer, conectando entre si diferentes interfaces e promovendo sua disseminação (Antoun, 2004a). Não só os usuários podem conectar qualquer informação antiga que esteja na rede com uma atual, como eles podem determinar o alcance de uma informação atual, replicando-a por diferentes interfaces. A comunicação partilhada nas interfaces coletivas de parceria (*peer-to-peer*) reposicionam o tipo de passado que importa na decisão de ação. A estatística preditiva das imagens estratigráficas cede lugar aos projetos comuns dos coletivos comunicacionais. A questão deixa de ser a eliminação do que nos ameaça para se tornar a construção ou invenção do que nos interessa (Antoun, Lemos & Pecini, 2007). Deste modo,

essa biopolítica da rede se ativa como uma liberdade positiva, pois a atividade dos usuários vai construir de forma singular – e nem por isso disputado, conflitivo e contraditório – um campo extenso dos significados dos acontecimentos sociais, onde se entrelaçam as narrativas esmiuçadoras dos fatos, ideias, dados, imagens, ampliadoras da capacidade da rede revelar sentidos até então reprimidos na lógica *gatekeeper* dos mídias *online* tradicionais, com a sua política para Internet baseada na lógica do “olhe mas não toque”, fundada em desacreditar e descredenciar as mídias participativas dos usuários.

A guerra das narrativas entre *blogs* e mídia: a luta social na democracia

Tivemos recentemente três acontecimentos em que os usuários das interfaces de comunicação distribuída disputaram com a mídia massiva a primazia no estabelecimento da narrativa. Neste processo, eles não apenas monitoraram o que os jornais e TVs veiculavam através de seus *sites*, como publicaram vídeos alternativos através do YouTube, análises diferenciadas através dos *blogs*, formaram causas e grupos de discussão nos fóruns de rede social e disseminaram *links* de informação alternativa à existente através da rede. Deste modo confrontaram os poderes dos dois tipos de comunicação. A partir destas lutas, vamos pensar as tentativas dos Estados de criar leis restritivas sobre a Internet para deter esse confronto.

O primeiro acontecimento foi o violento confronto da polícia com os professores, funcionários e alunos em greve na Universidade de São Paulo, ocasionando a prisão de algumas lideranças. As TVs e os jornais dos grandes grupos de comunicação estabeleceram desde o início uma narrativa para o ocorrido. Eles insistiam no fato da greve estar esvaziada e corroboravam

a versão da polícia de que os grevistas teriam cercado e ameaçado os policiais, provocando o confronto. O capitão da polícia insistia que seus homens teriam sido ameaçados de sequestro e os grevistas teriam recebido com pedradas sua tentativa de diálogo. Sobressaía nesta narração a insinuação de que o grupo responsável pela greve havia procurado o confronto para dar vida a um movimento esvaziado, sobrevivendo unicamente do poder de intimidação de seus minoritários, autoritários e violentos militantes.

As reportagens gravadas em vídeo e disponíveis nos sítios das grandes corporações de comunicação na Internet foram disseminadas no YouTube e *links* foram publicados no Twitter. Os *blogs* e grupos de discussão se apropriaram delas e começaram a construir uma outra narrativa. Primeiro chamaram a atenção para a ausência de imagens das provocações dos grevistas antes da investida da polícia. Depois, apontaram a mesma ausência para imagens do suposto cerco e ameaça de sequestro da polícia pelos manifestantes. Em um noticiário local havia uma declaração do capitão da polícia ao entrevistador onde ele dizia precisar desocupar e reintegrar a posse do prédio da universidade e efetuar umas prisões. A partir daí, vários *blogs* exploraram a fala do capitão. Advogados lembravam que a ordem de prisão não podia ter vindo do juiz, pois greve não é crime e reintegração de posse não autoriza prisão. Isto somado às imagens da chegada da tropa de choque lançando bombas e atirando contra os grevistas permitiam a construção de outra narrativa do acontecimento. Nela o capitão precisaria prender sem ter autoridade para tanto e poderia ter provocado o conflito para encobrir a ilegalidade de suas prisões.

O pano de fundo da disputa entre as narrativas era a futura candidatura do governador do estado para a presidência da república. Em ambas a exploração preconceituosa da reputação já existente dos atores sociais foi usada para apoiar as versões

conflitantes. A imagem preexistente dos militantes ou da polícia na imaginação da opinião pública balizou as diferentes narrações do conflito.

O segundo acontecimento foi a luta surgida a partir da divulgação do resultado das eleições no Irã. Os eleitores da oposição foram imediatamente para as ruas reclamar de fraude nas apurações. Na mídia de massa, os clichês sobre a falta de liberdade no Irã se repetiram monotonamente. Mas na Internet os *blogs*, o YouTube e o Twitter foram postos a serviço dos manifestantes. Ao contrário da convicção pasteurizada dos jornais e TVs, um grande debate se iniciou nos fóruns, redes sociais e grupos de discussão. Imagens de manifestações de rua violentamente reprimidas emergiram no YouTube e seus *links* ou vídeos embutidos se espalharam pelos *blogs*. No Twitter, uma rede de solidariedade foi gerada, auxiliando o movimento de protesto. O YouTube ajudava a espalhar as imagens de violência da Guarda contra os partidários de um dos candidatos, Moussavi, que era considerado o maior prejudicado pela apuração, acusada de fraudulenta. O assassinato de uma menina levou o movimento a um máximo de condenação na opinião pública ocidental. Esta polêmica pôs em discussão grupos tradicionalmente comprometidos com os movimentos sociais em várias listas e fóruns da Internet. Enquanto áreas da esquerda alinhadas com o anti-imperialismo procuravam desqualificar o movimento, por ser um acontecimento que corroborava a condenação do Irã pela política dos EUA, outras áreas a princípio cétricas passaram a apoiar o movimento, entendendo que a Revolução iraniana avançava através dele para se libertar dos religiosos e da guarda. Os grupos terminaram em grande parte encastelados em suas posições, trocando ásperas críticas entre si.

O terceiro foi o golpe militar que depôs o presidente de Honduras, Zelaya. O presidente insistia em propor a eleição de

uma assembleia constituinte, encontrando forte oposição em seu próprio partido e nas forças políticas conservadoras que haviam apoiado sua eleição. Esta oposição recusara a discussão da constituinte, acusando-o de querer se perpetuar no poder. O presidente propusera uma consulta plebiscitária que fora igualmente rechaçada. Fez então uma proposta para fazer uma consulta popular sobre a necessidade de se fazer uma consulta popular sobre a instauração de uma assembleia constituinte nas eleições do final do ano. Desde o seu rompimento com o partido conservador pelo qual se elegera que ele enfrentava campanha sistemática nos jornais e TVs endossando a acusação de golpismo. A casa do presidente de Honduras foi invadida à noite e como este se recusasse à colaborar foi jogado de pijama em um avião e levado à força para fora do país. Com isto, sua disputa com os setores mais conservadores da política hondurenha parecia ter chegado a um final típico da política da América Latina nos anos 60 e 70: golpe militar com deposição do presidente eleito. Mas o protesto contra o golpe começou a ser veiculado no Twitter e a TeleSur estava transmitindo através da Internet notícias sobre a violência dos conservadores em Honduras. O golpe foi condenado pela OEA e repudiado pelo presidente da república dos EUA Barack Obama e sua Secretária de Defesa Hillary Clinton. Os principais canais de notícias internacionais da TV a cabo e das TVs abertas, entretanto, adotaram um gélido silêncio só quebrado pelo apoio tácito aos golpistas divulgando suas declarações de que a ação de deposição fora autorizada pela justiça, pois Zelaya era o verdadeiro golpista ao insistir na realização do plebiscito. O presidente deposto era identificado ao presidente venezuelano Hugo Chaves. Enquanto as TVs e demais mídias massivas apoiavam ostensivamente os golpistas, a reação ao golpe foi articulada tendo a Internet como principal meio. Fotos mostrando a presença de cartazes com dizeres nazistas no comício do presidente

golpista Michelletti e a reatualização da notícia revelando que o general líder do golpe fôra preso como o chefe de uma quadrilha de roubo de carros de luxo em 1993 circularam amplamente na rede. Os golpistas, por sua vez, incapazes de esconder dos hondurenhos sua condenação internacional, passaram a prodigalizar insultos a Hillary e Obama nos programas das TVs hondurenhas. Este processo culminou com o presidente dos EUA sendo chamado de “negrinho que não sabe onde é Tegulcigapa” pelo Ministro da Relações Exteriores de Honduras em um programa popular da TV aberta hondurenha. A declaração espalhada pelo Twitter e corroborada pelo clipe do YouTube repercutiu de forma contundente internacionalmente.

Importante assinalar em todos esses casos a perda do monopólio da edição e reprodução das falas e imagens pelas TVs e demais mídias massivas. O poder de atualização das imagens dos *blogs*, do YouTube e do Twitter proporcionado a seus usuários deu um diferente alcance às suas narrativas. Podendo escolher o que atualizar das imagens disponíveis para narrar o acontecimento e conversar, a mídia livre pôde decidir a quem imputar a responsabilidade pelo conflito. As imagens e os discursos feitos pelas mídias de massa uma vez reproduzidos e analisados e reutilizados se revelavam apropriados para sustentar narrativas diferentes da história contada pelas mídias corporativas. Deste modo, blogueiros, tuiteiros e tubeiros fizeram frente aos discursos dos veículos massivos através das imagens e falas produzidas por estas próprias mídias, na medida em que tinham o poder de atualizá-las de modo diferente, mesclando-as com suas próprias falas e imagens.

Temos neste debate dois polos importantes. De um lado está em jogo a relação dos meios com as populações enquanto constituem um público, onde vai sobressair a questão do lugar que este público ocupa nesta relação. Trata-se de saber se ele é um consumidor relativamente passivo formado pelos produtos

oferecidos pelo meio – produtos estes que participam ativamente de sua formação cultural conformando sua subjetividade –, ou se o público participa como um usuário, determinando ativamente os produtos de sua própria formação. Nasce daí a noção de que um amplo monitoramento e uma incessante vigilância devem fazer parte desta relação, pois aí estaria em jogo a formação dos sujeitos sociais e o comando da ação coletiva. Caberia às mídias cuidarem para os sujeitos fazerem parte da renovação da demanda social; seja preenchendo os papéis necessários à continuação da sociedade, seja querendo os produtos e serviços oferecidos pelas empresas. Caberia ao público não abdicar de seu lugar ativo em sua própria formação, rejeitando tudo o que pudesse subjugar-lo ou submetê-lo aos ditames da soberania social em detrimento da formação de sua subjetividade. São questões do saber cultural e do poder governamental envoltas na comunicação social (Antoun, 2009b).

Mas no outro polo está a relação do sujeito com a verdade contida ou ausente no meio onde ele vai se formar. Trata-se de pensar quais chances ele tem de desenvolver uma subjetividade própria, de pôr em questão as escolhas que o meio lhe oferece ou interdita em função de tornar-se este ou aquele sujeito (Foucault, 2004, p. 253-280). Um meio perverso recusaria ao sujeito qualquer chance de se furta a um destino social tornado provável que o aguardasse e lhe acenasse antes mesmo de seu nascimento. A questão reconsiderada nesta perspectiva nos faz perceber o envolvimento da questão da justiça neste jogo do sujeito com a verdade de sua própria formação. Um meio de formação que predeterminasse completamente o sujeito seria totalmente injusto; o destino do sujeito teria sido escrito muito antes de ele vir a existir, e as narrativas de sua história sempre desembocariam em um certo grupo de resultados preexistentes ao seu surgimento (Deleuze, 1991, p. 93-116).

Multimídias: dos meios de informação aos meios de coordenação

Assim, a narrativa noticiosa, que sempre esteve atrelada àqueles que detinham a capacidade de irradiar informação (a imprensa), hoje está em todos os lugares virtuais, que se comportam cada vez mais como mídias de multidão (multimídias), ou seja, mídias cujas produções se dão de forma articulada e cooperativa, cujo produto final é exibido de forma pública e livre, para públicos específicos, que ao mesmo tempo são mídias para outros públicos. A natureza das multimídias é de portar uma linguagem desencarnada da mediação da mídia irradiada, desorganizando o modo tradicional da notícia, ao mesmo tempo em que elas organizam uma linguagem cooperativa, dialógica, múltipla e comum. Esta linguagem vai criar uma onda integrada, revelando as perspectivas independentes de opinião. Talvez o exemplo atual mais amadurecido seja o do que aconteceu nos conflitos iranianos ocorridos após a reeleição de Ahmadinejad. O exemplo ilustra como a biopolítica das multimídias sofre tentativas de bloqueios do poder soberano, do poder disciplinar, do biopoder, ao mesmo tempo em que excede todos eles através da potência coordenadora da comunicação.

O caso é por demais conhecido. Em 12 de junho, após derrota nas urnas, Hossein Mousavi reivindica a vitória, acusando o governo de fraudar as eleições, beneficiando assim o candidato da situação, Ahmadinejad. Um dia depois do resultado, ao mesmo tempo, nas ruas de Teerã, enquanto os apoiadores de Ahmadinejad comemoram a vitória, os de Mousavi, convocados via SMS, entram em choque com a polícia. O resultado dos conflitos, no outro dia, foi a suspensão da rede de Internet e de telefonia móvel, numa tentativa de desacelerar o processo de socialização e mobilização dos militantes. No contra-ataque,

hackers passam a oferecer endereço de *proxy* via *direct message* no Twitter, reconectando a cibercultura iraniana, que estava sem acesso aos serviços de telefonia local. A partir daí, a Internet torna-se o *locus* da informação e do compartilhamento de opinião sobre a insurgência iraniana. E o caso virará paradigma na história da comunicação por demonstrar que a narração dos acontecimentos públicos na *web* não prescinde de um encadeamento com a mídia irradiada, mas somente um entrelaçamento com a esfera de publicação do próprio público das redes e mídias sociais *online*. Essa invenção biopolítica criou um novo uso para a *web*, a cobertura jornalística P2P das multimídias, em tempo real, baseada na *hashtag* difundida através de seus usuários para descrever micro acontecimentos cotidianos e grandes eventos internacionais. Não se tratava de participação, senão da construção de mídias livres e autônomas.

No Twitter, a multidão coopera adotando a *hashtag* #ira-nelection. São 220 mil *tweets*/dia usando a palavra-chave, distribuindo fotos, vídeos, textos, áudios, enfim, toda uma gama de registros históricos que nenhum grupo de mídia detinha.

Em pouco tempo, o movimento era tão grande que, revoltados contra a pouca informação sobre os acontecimentos veiculada pela CNN, os usuários começaram a usar uma *hashtag* adicional: a #cnnfail, empurrando a rede de televisão americana para dentro da agenda midiática da multidão. “Tiger Woods não é a história mais importante no mundo hoje #CNNfail”, afirmava o tuiteiro @lilobri, que criticava a insistência do canal de tevê em valorizar escândalos sexuais nos EUA, ao invés de fazer uma cobertura ampla sobre os assuntos globais. O #cnnfail foi subproduto de um dos maiores temores do biopoder *online*, o comentário. Este geralmente tem a função de revelar não somente omissões, mas as posições políticas, históricas e de classe do

poder em rede. Não é à toa que os mídias tradicionais só liberam comentários naquelas reportagens que agitam os facistas ou acalmam os ingênuos. A partir do momento que o comentário ganha mais audiência do que a própria agenda midiática, as mídias são forçadas a mencioná-los, quando não investigá-los. No caso da eleição iraniana, como em outros casos, a multidão conectada executa um panóptico às avessas, onde as celas passam a monitorar a torre, disputando com a mídia corporativa a primazia da comunicação. Esse monitoramento vigilante contínuo das celas, numa cobertura multimídia, serve como um depurador da construção social dos acontecimentos na grande imprensa, em proveito próprio, ao fazer esta martelar as ideias comuns que a multidão defende.

Mas o ciberativismo não reduziu a força policial contra os manifestantes. Nas ruas de Teerã, os protestos se tornaram ainda mais violentos, após uma semana do fim das eleições. E o ativismo na rede, *idem*. A rede virou um campo de batalha entre os verdes e o governo de Ahmadinejad, que não vai inovar em nada no modo do poder exercido na Internet e fora dela, sobretudo quando os governos (democráticos ou não) são afrontados pela inteligência de enxame da rede. Ahmadinejad ativa, contra os militantes e suas multimídias, os três modos de poder clássico, o arcaico, o disciplinar e o biopoder. Ou seja, a polícia soberana arcaica entra nas manifestações com o direito de matar.

Na comunicação, a face disciplinar se revela com a supressão da atuação dos jornalistas correspondentes internacionais. Só o oficialismo disciplina as mentes nos canais de tevê públicos e privados. O efeito colateral será a transformação da Internet em refugio da liberdade. Mais do que isso. O paradigma da cobertura multimídia nas revoltas dos verdes iranianos revela que os filtros humanos dos perfis na *web* são capazes de depurar as informações das bobagens, destinando ao seu público aquilo que

verdadeiramente interessa. Ou seja, foi possível narrar os acontecimentos sem a intermediação da mídia tradicional.

As multimídias já estavam instaladas, mas submetidas a um regime de controle e disputas. A elite teocrática passa a apoiar a busca de IPs de blogueiros e tuiteiros no país, para que estes fossem presos e torturados (em alguns casos, executados). A pressão do biopoder que provoca uma solução fantástica de dentro dos protestos: os iranianos pedem a blogueiros e tuiteiros globais que modifiquem o *status* de seus perfis para a “time zone + 3.30” (referente ao Irã). A lógica “todos somos iranianos” funciona, à medida que todos “cooperam” com o controle, criam um banco de dados que mais confunde do que monitora.

pls everyone change your location on tweeter to IRAN
inc timezone GMT+3.30 hrs – #Iraelection – cont....5:24
p.m. June 16 (persiankiwi)

Ao mesmo tempo, o governo passa a criar perfis falsos na rede, simulando controversas e conflitos dentro do campo “verde”. Usava a mesmo anonimato do usuários verdes, seguindo, assim, a cartilha da guerra em rede. A atividade *fake* provoca no “mar dos verdes”, inversamente, o mesmo que a alteração da *time zone* no biopoder: dúvida e diluição da capacidade de articulação, o que forçava os indivíduos em rede a solicitar aos parceiros que não retuitassem (RT) os *upgrades* antes de confirmarem as informações. Os RTs, que se traduziam como uma operação de pertencimento à insurgência, construída ali, em tempo real, sofria um duro golpe na sua capacidade de espalhamento. O biopoder exercitava aquilo que mais gosta de espalhar sobre o que significa a Internet: uma máquina de mentiras onde as informações, feitas, à revelia subjetiva e com contornos passionais, se transformam em narrativas de intolerância e ansiedade.

ok – tonight twitter is full of gov usernames. all users
IGNORE all post except from reliable sources –
#Iranelection 3:36 p.m. June 16 (persiankiwi)

As lutas atuais e as demandas de subjetivação

A experiência iraniana, que depois se repetirá, em outros casos, como o de #honduras, #michaeljacson, #forasarney, #haiti, provocou uma nova linguagem jornalística, a “hashtag storytelling”, uma espécie de Napster da narrativa noticiosa, em que os internautas têm acesso a tudo o que se publica na rede, de forma direta, ponto a ponto, de baixo para cima, criando e participando de um grande mural conversacional e de uma comunidade virtual de notícia. Na prática, a narrativa noticiosa baseada em *hashtags* foi utilizada para troca de informação mútua, organização tática dos protestos, globalização dos fatos, localização de testemunhas/fontes, relatos multimídia de registros do cotidiano, promoção de ideologias, conversação social e agendamento da mídia.

Os protestos no Irã foram derrotados. E não houve nenhuma revolução tão euforicamente alastrada pelo mundo ocidental. Mas o saldo biopolítico foi o de colaborar com a paisagem das multimídias que excedem a “infracensura” dos controles e bloqueios da rede. E diferentemente dos veículos tradicionais de imprensa, que são meios de informação, o que a biopolítica da multidão *online* tem empregado é a transformação das mídias sociais em mídias de coordenação. E mais do que isso, a “narrativa dos muitos”, com uso de *hashtag*, ultrapassa e reinventa a noção *breaking news*. Ela traz a autonomia para o modelo da mídia *online*, porque faz da vida e da história as condutoras do tempo real, ao não paralisar o tempo, mas apropriar-se dele e reterritorializá-lo com a narrativa coordenadora da ação coletiva.

As lutas atuais revelam transformações curiosas para o comportamento dos indivíduos e das populações em termos das expectativas geradas pelas ciências sociais e políticas. São lutas em que a informação como catalisadora do afeto das populações revela-se fator determinante na condução das ações e paixões, pondo os movimentos sociais sob a forte influência das expressões incorporais.

Os militares do departamento de defesa norte-americano cunharam termos curiosos para falar destas lutas: guerra da informação (*infowar*), guerra do controle (*cyberwar*) e guerra em rede (*netwar*). Mas as informações nestes novos modos de luta não são elementos cuja narratividade forja uma consciência unificada coletiva transformadora de uma população em um povo. Este esforço de unificação popular parece caracterizar o universo literário e noticioso da comunicação irradiada de poucos para muitos. Estes meios serão os formadores das unidades populares em sua luta por independência dos grupos de subjugação (nobreza e burguesia colonial). Mas as populações sublevadas que lotam hoje as praças e as ruas do Egito ou da Tunísia não parecem reivindicar o reconhecimento de sua identidade nacional ou a constituição de um estado capaz de recolher essa expressão na consciência de um povo. Não há dúvida de que lutam por liberdade, mas essa liberdade exigida não parece escoar na direção de um governo produzido pela livre disputa eleitoral partidária. Acampadas nas praças ou em luta campal pelas ruas, essas populações desafiam tanto a violência policial, quanto a militar. Possuídas por uma obstinação que a muitos parece insana, são capazes de enfrentar todos os maus-tratos com estoicismo exemplar. Elas contrapõem à violência estratégica estatal uma inteligente fúria multitudinária que com seus golpes de audácia e esperteza fazem renascer as cenas de heroísmo exemplar roteirizadas em filmes sobre a revolução ou a guerra. Cenas captadas

pelas filmadoras profissionais ou amadoras povoam as gigantescas redes de distribuição de vídeo na Internet.

A comunicação parece ter um papel determinante em toda movimentação destas lutas. Sejam os gigantescos vazamentos de toda informação oficiosa primária que escoam pelos Wikileaks e revela às populações o lado escuro da política de seus governos; sejam as intensas redes de conversação que sustentam as populações reunidas nas ruas ou nas praças; sejam os ataques espetaculares à atenção do público global impetrados pelos *hackers* do coletivo Anonymous, rompendo a pauta diária de mentiras e fofocas feitas pelas corporações irradiadoras de notícias; em todas estas instâncias, a comunicação deixou de ser um mero condutor de informação que alimenta a decisão consciente de um eu individual. Nestas vastas redes entrelaçadas de interfaces comunicacionais, distribuídas indiferentemente em salas, mesas ou mãos, os afetos e interesses circulam modulando as intensidades capazes de orientar os movimentos e sustentar a coesão de uma multidão em face das normas e ditames imperiais.

Através destas lutas, as ruas e as praças ecoam uma demanda irreprimível característica dos processos atuais de subjetivação: a exigência de franqueza como elemento básico nas relações que envolvem a governamentalidade em todos os seus aspectos.

A censura como monitoramento e o vazamento como resistência na Web 2.0

Ao ser indagado sobre o porquê de manter-se piloto de carro ao invés de investir em sua carreira de escritor, o blogueiro mais lido no mundo, o chinês Han Han, ironiza: “Dirigir é mais seguro”. Han se vê sempre às voltas com a censura chinesa, por sua insistência em criticar a corrupção no Partido Comunista ou

pela sua verve satírica à arte submissa ao controle estatal. Por ser adorado na China, sobretudo entre os jovens, Han goza de certa autonomia literária na Internet, mas evita questões mais espinhosas, como a denúncia da limitação dos direitos humanos no seu país. “Escritores não devem estar a serviço de governos, mas de suas próprias ideias”, diz.

Em Cuba, a blogueira Yoani Sánchez leva essa frase do chinês ao extremo. Seu *blog* é bloqueado em Cuba, seus parentes são ameaçados pelo Estado, ela sofre vigilância constante (já foi sequestrada e violentada), mas continua crítica ao governo dos irmãos Castro:

Membros da polícia política me vigiam todo o tempo e dizem a meus vizinhos, amigos e parentes que sou perigosa. Falam que quero destruir o sistema e sou uma mercenária do império (Sanchez, *online*).

Yoanai lidera ainda o “Voces Cubanas”, um agregador de *blogs*, feitos com tecnologia Wordpress. Seus *posts* são impressos clandestinamente e passam de mão em mão pelas ruas de Cuba. Para postá-los, encaminha o texto através de *e-mails* a uma rede de amigos, que trata de publicá-los e traduzi-los para 12 idiomas.

No Egito, o estopim da revolta que derrubou o ditador Hosni Mubarak foi provocado pelo assassinato do blogueiro Khaled Said, que teve a coragem de gravar cenas de extorsão policial nas ruas de Alexandria e disseminá-las *online*. Perseguido, o jovem acabou sendo arrastado para fora de um café e morto a chutes e socos por policiais. Em reação, a Internet egípcia disseminou o vídeo da extorsão e as cenas do rosto dilacerado do blogueiro. O fato estimulou o executivo do Google no Oriente Médio a criar a *fanpage* no Facebook “Todos somos Khaled Said”, mobilizando mais de 700 mil internautas, base para, três

anos depois, mobilizar a população para protestos na rua, ocasionando uma revolta popular contra a ditadura que durava 30 anos no país.

O que há de comum nesses três exemplos? Em primeiro lugar, é óbvio, eles estão subsumidos a um estado policial, que, em sua natureza, tem como função bloquear a circulação de qualquer informação que desestabilize a imagem de país traçada pelas emissoras e órgãos oficiais. O problema é que a Internet transborda qualquer fronteira nacionalista, fazendo com que o dentro esteja fora, tal como o seu inverso. Essa contradição é, de certa forma, alimentada por uma dupla realidade: nesses países, por um lado, há um esforço de colocação de filtros que impeçam a livre circulação da informação, e, por um outro, uma liberação geral do uso da rede como condição econômica para aumentar sua produtividade social. Num momento em que toda a produção é descentralizada de forma global, que toda a economia se articula com as conexões entre diferentes setores através de plataformas financeiras e administrativas que fazem rodar uma economia de serviços em tempo real, imagina-se o desastre econômico que seria o Egito, Cuba, países turísticos que são, sem possibilidade de conexão à Internet. Essa dupla realidade faz com que o Estado não consiga ter um monopólio do exercício de poder sobre um território unido por uma única cultura. Contudo, apesar dessa brecha, os blogueiros desses países fechados vivem sob as regras de controle e monitoramento de uma típica soberania maneira moderna, em que o governo se faz pela lei e pela espada.

Mas não há somente subsunção à censura estatal, esses *blogs* vivenciam uma ambiguidade que é própria da Internet. A presença da Internet nesses países é sinônima, ao mesmo tempo, de um novo modo de monitoramento social (os regimes fechados têm conseguido de forma mais fácil e rápida identificar e eliminar os dissidentes), quanto um modo de descontrole total

da circulação da informação, à medida que a utopia delirante da criação de um povo homogêneo, com identidade cunhada por símbolos nacionalistas, se vê confrontada com a distopia marcada pela emergência das vozes próprias e comuns, articuladas e formadas em rede, que disseminam e dão visibilidade na *web* àquilo que o Estado busca esconder. Não é à toa que a arma mais utilizada pelos súditos resistentes contra essa soberania moderna, contra essa soberania policial, será hoje o pedido de disseminação social de informações sobre suas próprias misérias, através de novas táticas informativas, cujo compartilhamento é o seu principal valor. Durante as manifestações egípcias, no período em que todo o país teve a Internet e a telefonia celular suspensas, os pedidos eram que a rede global de ativistas amplificasse as condições autoritárias que vigoravam dentro do país. “Deem RT”, pediam os tuiteiros bloqueados pelo regime. Era uma espécie de fissura ao vigilantismo total da estrutura midiática de massa, que buscava comunicar ao povo egípcio que os manifestantes na praça Tahrir eram baderneiros e capachos de Israel.

A lógica do impedimento de fazer circular a dissidência demarca a função da velha soberania arcaica que ainda atravessa dezenas de territórios globais. Seu efeito colateral mais danoso sobre a sociedade civil blogueira é o espalhamento da autocensura entre a população. Uma autocensura que funciona como uma mediação para que o relato histórico fique circunscrito a uma agenda temática predefinida. E uma autocensura que não se limita aos canais internos de comunicação, a apenas o controle das mensagens semióticas que circundam a velha e a nova mídia. Ela atravessa todo aparato tecnológico que chega de “fora”, fazendo parte de contrato global das relações internacionais com outros países. Na China, por exemplo, o Google não oferece serviços como *chats*, correio eletrônico ou *blogs*, e os resultados da busca de temas sensíveis como “Taiwan”, “Tibet” ou “Egito”

são impedidos de acontecer. O próprio governo chinês impõe, em contrato, a autocensura como condição para se fazer negócio no país, que possui o maior mercado consumidor do mundo. Mesmo assim, governos autoritários já não conseguem mais controlar os canais internos de comunicação, muito menos a disseminação de mensagens contrárias ao regime que chegam de fora para dentro. Contra o monitoramento, a rede faz-se mídia de vazamento e de compartilhamento de *links*. Tais *links* tornam-se os próprios homens- bomba do regime autoritário.

Um terceiro elemento comum entre esses *blogs* é que eles são experiências de resistência que se desenvolvem no interior de plataformas de comunicação em rede, cuja principal marca é a produção de informação baseada em processos de cooperação social, que fazem qualquer informação, antes bloqueada, ser vazada. A Internet é, antes de tudo, uma mídia de vazamento. Todas as experiências de levantes populares utilizam de alguma maneira os jogos de parceria típicos da Internet, sobretudo *blogs* e redes sociais, fazendo com que regimes totalitários (sejam “abertos” ou “fechados”) estejam mergulhados numa crise de soberania. Porque, dentro da rede, multiplicam-se processos de cooperação social que resultam em redes de valorização social e de produção de subjetividades alternativas.

A censura pós-moderna na Web 2.0

O resultado mais impactante, em primeiro lugar, das tecnologias de vazamento que surgem na Internet é a criação de um regime próprio de atenção, deflacionando a visibilidade que se concentrava em altas doses nas mídias tradicionais. Essa captura de atenção produz um dos efeitos mais fantásticos desse novo século: a perda do monopólio da narração sobre o passado pertencente aos grupos editoriais e de comunicação (estatais ou cor-

porativos). Afinal, não só os usuários podem conectar qualquer informação antiga que esteja na rede com uma atual, como eles podem determinar o alcance de uma informação atual, replicando-a por diferentes interfaces (Antoun e Malini, 2010). É por isso que o novo modo de censura mira no compartilhamento e nas tecnologias de cooperação que permitem o vazamento de informação que tanto Estados quanto corporações de mídia querem sonegar. Dessa maneira, a primeira camada de compartilhamento a ser objeto de controle será a das narrativas nas redes sociais.

A comunicação partilhada nas interfaces coletivas de parceria blogueira reposiciona o tipo de passado que importa na decisão de ação. A mediação da publicidade agora se vê confrontada com a mediação das interações e recomendações dos usuários e blogueiros. Não é à toa que o intelectual, o crítico e o jornalista foram as primeiras figuras a serem colocadas em xeque por essa nova ordem textual. Os três detinham por séculos o poder de representar a informação e a ideia, a partir de uma produção baseada na produção da verdade por meio do isolamento. Logo, as corporações de mídia impuseram a campanha do “olhe, mas não toque”, tentando ao máximo desacredenciar e desacreditar esses novos agentes da informação.

A cultura da incorporação (*embed*) e a da classificação (*tagging*) trazidas pelas mídias sociais da Internet (YouTube, Flickr, SoundCloud, Slideshare e tantos outros dispositivos da Web 2.0) marcam cada vez mais nosso período, e fazem com que qualquer publicação se torne ainda mais multimídia e interconectada a outros conteúdos e *sites*. Nessa primeira década do século XXI, a blogosfera passa por um período de expansão, através da agregação de novos dispositivos que radicalizam essa sina de transformação das pessoas *online* em portais de comunicação, como analisava Rheinghold (2004). Agora qualquer pessoa com acesso à Internet pode ter em seu *blog* um canal de

vídeos ao vivo produzidos diretamente de telefones celulares ou uma galeria de imagens e vídeos, tudo facilitado pela criação de comunidades que geram *templates* e *plugins* dos mais diversificados possíveis, fazendo com que aquele formato tradicional de página com *layout* pré-fabricado e com funções bem delimitadas se torne agora coisa do passado. A vida miserável, o fiapo de vida que sobrevive dentro do Complexo do Alemão, se interliga à rede e comunica a sua própria miséria, deslocando o sentido midiático do heroísmo policial, para revelar a “voz da comunidade”, que denuncia os heróis do Bope, acusando-os de saque e extermínio da população civil.

Além dos *blogs* incorporarem a cultura do *embed* (embutimento), do *widgets* (aplicativos), *streaming* (vídeo) e mobilidade, procuram agora formar, com *softwares* sociais, mecanismos de inter-relação através do conceito de “seguidores”. A invenção do Tumblr e Twitter significou um novo passo na cultura blogueira. Antes praticamente se desconhecia o público do *blog*, e a inter-relação com outros blogueiros se fazia através da barra lateral desses *sites*, onde se listavam os *links* dos *blogs* parceiros. Com esses dois novos dispositivos blogueiros, tanto o público, quanto o editor de um *blog* virou seguidor, estando e criando um emaranhado de *clusters* de publicações *online*, agora transmutadas sob o nome de perfis, facilitando as republicações, respostas (*reply*), curtições e comentários de suas atualizações. Já existentes nos *blogs* como ferramentas de organização de conteúdos, as *tags* se transmutaram em *hashtags*, agregando todos os relatos sobre determinados assuntos, gerando memórias dos fatos cotidianos com a possibilidade das enquetes dos assuntos do momento (popularmente chamados de “ranqueamento”) e a transformação dos relatos fragmentados em notícias gerais e comuns. Ao observar mais atentamente o Twitter e o Facebook, nota-se que eles têm em comum a cultura *open source* (de fonte aberta) dos *blogs*,

pela maneira como criam suas espacialidades (recheadas de aplicações fabricadas pelos próprios usuários e incorporadas às suas interfaces). Funcionam como verdadeiras fábricas sociais, como bem analisa o filósofo italiano Antonio Negri, ao se debruçar sobre a questão de como o cérebro se tornou a grande força produtiva de nosso tempo. Mas, nesses dispositivos, é sobretudo a noção do tempo advinda dos *blogs* que faz organizar suas máquinas semióticas, à medida que é um tempo sempre da oportunidade, do descontínuo, de um tempo aberto, uma espécie de *kairós* virtual, que impede a edição, o controle, o *replay*. É curioso ouvir: “A minha *timeline* está cheia”. Curioso porque, na verdade, a linha do tempo é a sua, mas principalmente, sua mistura ao tempo do outro escolhido para participar dela. Assim, recebemos do outro o tempo da sua vida pensante, inscrita em nossa própria linha do tempo (*timeline*), fazendo com que a narração de si esteja emaranhada à multiplicidade histórica daqueles que seguimos *online* e vice-versa, com todas as contradições dos blábláblás infantiloídes e pastichizados que povoa também essas redes.

Apesar de, por muitas vezes, achar que estamos a criar um *reality show* de nossas próprias vidas – ao ativar um dos mais complexos problemas psíquicos atuais na tautologia de si e dos outros –, esse eu falante na linha do tempo não faz da vida que gorjeia mazela ou desmazelo. Por isso não se pode embalar esta característica apenas como um catastrofismo psicologizante que considere toda narrativa pós-moderna um aborrecido *show* do ego. Porque esse tempo aberto é fundador de uma radical experiência de liberdade de expressão, por possibilitar a criação de outros enunciados e opiniões que estão para além do mercado de mídia e dos comunicados oficiais estatais. A narrativa nas redes sociais da Internet é sempre permeada de histórias paralelas, de idas e vindas, de agregações de sentido, de confrontos de personagens (perfis), que só faz alastrar as ambiências em que o fato é

vivido, transformado e tornado público. À diferença da narrativa jornalística, marcada pela autenticação dos fatos, hierarquização de fontes, predomínio do passado, busca de uma enunciação à distância do fato narrado e repetição de versões únicas, a narrativa colaborativa P2P é o relato feito por uma multiplicidade de perfis na Internet que portam o tempo da linha do tempo como um agora, assume uma franqueza no falar como valor e regra para se alcançar a verdade, identificam-se como sujeitos unidos ao acontecimento, atores de sua atualização, e têm a republicação como estratégia de alargamento de si e de sua própria potência em uma audiência intensa. Nestas condições de discurso e jogo o enunciador pode emergir como marca do sujeito na pragmática da linguagem, tendo o rumor como grande antagonista e a dissidência como elemento principal da formação do enredo geral da história.

É dentro dessa historiografia menor, inscrita em *hashtags*, *tweets*, *posts* e *memes online*, totalmente profusa e polissêmica, que penso ser importante interpretar o que autores insistem em denominar de “jornalismo colaborativo” ou “jornalismo participativo” – termos que revelam que a prática da imprensa é algo hoje internalizada em qualquer cidadão que tem seu canal de comunicação *online*. Contudo, na boa-fé, esses autores reduzem a colaboração ao jornalismo e o jornalismo à colaboração. As narrativas compartilhadas não se reduzem ao jornalismo, mas atravessam-no, provocando uma guerra de narrativas, uma guerra pela atualização do presente, algo que, antes, era função única do “jornal”.

Dado ao fato da Internet ter se tornado, no campo da circulação midiática, uma mídia de vazamento, o controle da produção da informação também mudará de função. No lugar de bloquear a informação, sonégá-la, há algo compartilhado tanto pelas fontes estatais, quanto pelos próprios veículos tradicionais

de comunicação (parte do seu valor será extraída das chantagens e promiscuidade com determinadas figuras do poder). A Internet ocupa assim um hiato entre um poder pós-moderno que sonega e uma sociedade que se libera dos antigos polos de emissão. É por isso que no lugar de polícia contra a mídia de vazamento, o novo cerceamento do poder à sociedade será marcado pela capacidade de controle da produção da linguagem (essas narrativas sociais) produzida pela multidão de singularidades em rede.

Como antigamente se destruíam os tomates para manter alto o preço e reduzir o salário da mão de obra, hoje se desmancham os instrumentos de comunicação social para desvalorizar o corpo do *general intellect* (Marazzi, 2003, p. 40).

No cenário da nova soberania pós-moderna, a função desta já não somente é de bloqueio, mas de controle da cooperação social, ou seja, de redução dos instrumentos que permitem a todos o compartilhamento de ideias, informações e dados. Nesse sentido, a face 2.0 da censura é a do controle do compartilhamento. A segunda camada do compartilhamento a controlar é a das plataformas tecnológicas por onde vazam essas narrativas em redes sociais. Esse controle se traduz em *enclousures* da inteligência coletiva, evitando que esta constitua modelos de autônomos de produção. A colaboração celebrada pelas empresas pontocom transforma os modelos de compartilhamento em ambientes imersivos onde tudo que o se produz, se troca e se consome, é intermediado por novos monopólios digitais. Por isso que a fábrica social que a Apple Store e o Facebook celebram e armazenam, cobrando pedágios e gerindo a inteligência coletiva, é ao mesmo tempo captura e controle do trabalho. Captura das inovações para otimizar os lucros. E controle do valor criado pela inteligência co-

letiva, na forma de abrigo e difusão das inovações sociais (*apps*), compartilhando parte dos lucros com estes ou mesmo fazendo-os circular como forma de obter vantagens através de políticas de *branding*. Em síntese, o aspecto fundamental da censura 2.0 é a transformação da *web* em *farmvilles*, onde a regulação comum da *web* é substituída pela das empresas proprietárias, que administra vida dentro de inúmeras redes e mídias sociais.

Assim, no novo pacto hegemônico do capitalismo 2.0, o compartilhamento deve ser controlado ao mesmo tempo em que é difundido. Ao gerir o compartilhamento, esse capitalismo não trata de comandar a produção, mas de controlar a circulação, gerir o tempo da socialização do conhecimento, do saber, da criação. Isso porque o valor não se extrai mais do tempo do trabalho necessário, mas do controle do tempo da difusão da inovação, seja ela fabricada na empresa ou na fábrica social. “O que você está pensando agora?”, diz o lema do Facebook, que explica a violenta concorrência entre corporações 2.0, sedentas pelo controle geral da vida, não se importando se uma revolução social possa atravessar o Facebook (como os casos do Egito, Tunísia, Irã e tantas outras lutas mobilizadas nas redes sociais), senão ficando antenada com qualquer ameaça que possa criar um êxodo dessas máquinas 2.0, que são também mecanismos de controle da mobilização, tal como faz o Google ao impedir que usuários busquem arquivos *torrents* ou o próprio Twitter, ao não agregar em seus *Trending Topics* o termo “*wikileaks*”, deixando-no invisível aos usuários da rede. Antes de indagarmos se uma revolução será *twittada*, cabe-nos compreender a quem a revolução interessa, se ela será uma luta social cuja autovalorização do trabalho é o seu fim, ou se trata de liberdade para novos consumidores do novo capitalismo. Há aqueles que poderiam, cinicamente, responder: “Eu prefiro isso a estar sob a censura moderna dos amigos cubanos, chineses e egípcios”. Mas é sempre bom lembrar: tudo que

é seu e é dos outros, na verdade, é de propriedade de quem lhe hospeda, que é aquele que possui todo direito de lhe colocar no olho da rua e retirar de você sua capacidade de se relacionar e de cooperar em rede. Zerar seus seguidores, zerar seus amigos, zerar seus aplicativos, zerar seus *plugins*, zerar suas conversações. Zerar a sua rede. E não há ninguém a quem se possa recorrer, porque a justiça do Estado pós-moderna não advoga para garantir os direitos, mas para bloqueá-los.

Assim, a terceira camada de compartilhamento a controlar é da ordem do direito. Em janeiro de 2010, no Brasil, a ministra da Cultura resolveu retirar a licença *Creative Commons* do *site* do Ministério. A licença mantinha uma segurança jurídica para aqueles que buscavam utilizar os conteúdos do *site* para determinados usos estabelecidos pela licença. É claro que, na prática, a maior parte dos conteúdos que circula no *site* do Ministério da Cultura (MinC) é de informações institucionais, pouco estimulantes a criações mais bem elaboradas; contudo, a licença *CC* garantia, no mínimo, a replicação desse conteúdos, o que ajudava, e muito, que as informações do MinC se espalhasse pelas teias da rede. Mas isso acabou. E arranhou, senão rompeu, a relação entre militantes da cultura livre e o Ministério da Cultura.

O exemplo é bom para mostrar que o Estado é capaz de “constitucionalizar” o biopoder, garantindo a reserva de mercado às estruturas capitalísticas de novo (o cognitivo) e de velho tipo (o fordista). Ambas detestam a autovalorização operária (que hoje se designa como operário social, travestido de nomes como inteligência coletiva, multidões inteligentes, etc.), porque essa autovalorização é capaz de fundar novos mercados, deixando de fora aqueles que se esforçam em manter o saber como algo criado por poucos ou excluindo aqueles que vivem como corsários da criação de seus próprios ancestrais. No lugar de apoiar aqueles que compartilham cultura, essa “turma do contra” quer deixar as

criações apodrecendo nos porões climatizados das indústrias do *copyright* (e do MinC). O gesto de abrigo de uma flexibilização dos direitos autorais permitia ao MinC chamar de comum aquilo que hoje é público na aparência, mas privado na prática.

O Wikileaks talvez seja o exemplo mais dramático dessas lutas informacionais, por ser, ao mesmo tempo, a pedra detonadora do “olho do poder”, ao tornar transparente todas as armações de governos e corporações mundo à fora; e vidraça para essas organizações destruírem, à medida que elas exigem a quebra do sigilo das bases de dados da Web 2.0 (Facebook e Twitter), onde se hospedam todas as conversações privadas dos ativistas do Wikileaks, abrindo a porteira para, através das leis da Democracia global, que se processe representantes da sociedade civil, acusados de violação da segurança nacional dos países e por “difamação” das estratégias econômicas de grandes corporações. Esse é um conflito, portanto, imanente ao novo Estado pós-moderno. Por um lado, o fluxo comunicacional do Wikileaks se faz dentro dos novos dispositivos de controle e de regulação das imensas populações *online* (transformadas em perfis); por outro, é o próprio Wikileaks detonador dos poderes que financiam e alimentam esses mesmos dispositivos de monitoramento 2.0.

Daí que, hoje, o sonho da soberania global pós-moderna é a de controlar o compartilhamento de *links*, porque significaria controlar a própria cooperação social. Eis a tarefa mais árdua do controle 2.0, porque o *link* representa a relação social na forma de hipertexto. No interior da inteligência que povoa a rede, o *link* tem função curatorial, direcionando (e criando um) o público para aquilo que é mais relevante. E faz a Internet ser orientada mais para a periferia do que para um centro qualquer. “Mais do que qualquer outro elemento de interface, o *link* pertence às periferias culturais, não aos conglomerados *high-tech*” (Johnson, 1997, p. 84). O *link* se popularizou com a criação do *permalink*,

o que facilita que um leitor interessado no *link* possa ir direto a fonte, sem recorrer a mecanismos de busca. O *permalink* é a unidade básica do compartilhamento de conteúdo, e a estrutura que fez popularizar o gênero nato da publicação *online*: o *blog*. E a sua forma discursiva básica: o *post*. “A presença dessas hiperligações são consideradas a característica-chave, pois que resulta fundamental para a existência da conversação, elemento básico na dinâmica da blogosfera” (Fumero, *online*). A partir daí, uma profusão de publicações se seguiu na *web*, e nunca mais aquela verdade única e homogênea, que circulava pelas estruturas de poder midiático, conseguiu se firmar. Não há poder que perdure e não há verdade que se eternize na Internet, como era nos velhos moldes da massa, do partido à imprensa. O poder em rede não se manifesta como um contrato (no sentido liberal) e nem como uma propriedade (no sentido marxista). Daí que toda uma série de casos passa a empurrar as narrativas rizomáticas para aquilo que o ministro do Supremo Tribunal Federal Ayres Britto lindamente arguiu: a Internet é o espaço da liberdade absoluta.

Alguns poderiam refutar: mas a Internet rompe com o privado, tornando tudo que é íntimo, público. E o perigo da publicização exacerbada da vida é repetir aquilo que a Internet diz ter superado: a verdade ser construída a partir de um poder massificado em rede. Assim, travestido de aura resistente, a quantidade de retuites, a quantidade *links* trocados, a quantidade de comentários, a quantidade de atualizações, a quantidade de curtidas, faz valer um poder de “pequenas maiorias” que produzem verdades universais através de uma política conservadora do *link*.

Contudo, é como cantava Jim Morrison contra o moralismo dos 60, “você têm o poder, mas nós somos em maior número”. Nessa levada psicodélica, pipoca na rede a dissidência, fazendo do *link* a maneira de ecoar aquela história, aquele ar-

quívio, aquela imagem, que muitos querem deixar bloqueado. O caso das eleições brasileiras de 2010 foi exemplar. O que há de mais interessante nelas não é a narratologia da história vencedora, que é uma chatice sem tamanho que se tem muita resistência em acompanhar na TV. Uma nova história política foi praticada nas *hashtags* (um novo tipo de *link*) #marina13, #pergunteaoserra, #dilmabyfolha, #safadezoculta, enfim, constituindo-se como um conjunto de histórias não programadas pelos marketeiros das campanhas, com suas taras por #ondas #votenumeral. Essa é uma “nova história”, feita por muitos, mas que ainda não chega a todos, sem dúvida. Mas ela está aí, registrada, e é ela que perdura na memória ilimitada da rede. Histórias que demarcam um corte com aquela sociedade brasileira de 89, que tinha um canal de TV com um jornal nacional, com *share* de quase 80% durante o debate Lula x Collor. E hoje, o mesmo canal transmite o debate presidencial tentando manter um *share* de 30% (competindo com as verdades dos internautas, que se antecipam às edições jornalísticas e publicam suas impressões do debate televisivo, em tempo real, no Twitter e outras mídias sociais). O que mudou nas nossas vidas de lá para cá, senão a existência dessa possibilidade ímpar de termos acesso a mil outras verdades, a mil outros sujeitos? Não é à toa que a emancipação social só se faz dentro do comum e toda imanência conflitiva que é viver em uma democracia. É por isso que o *link* cada vez mais é objeto de uma tara de poder: bani-los. Na Espanha, a lei Sinde criminalizou *sites* que hospedam *links* para *downloads* de material protegido por *copyright*. Isto funcionou para facilitar a vida das indústrias culturais, mas dificultou a vida do blogueiro que é um colecionador de conteúdos (como álbuns musicais) que estão há muito tempo banidos do mercado. Quando aconteceu a explosão das ocupações espanholas no #15M, a resistência à lei Sinde estava em primeiro plano, dando sentido à crítica da multidão ao Estado e aos políticos.

No mundo afora multiplicam-se notificações judiciais contra blogueiros por suas críticas a políticas, empresas e fatos banais da vida cotidiana. No Brasil, já se chegou ao absurdo de mobilizar a Ordem dos Advogados do Brasil para colocar na cadeia uma tuiteira que destilou discurso de ódio contra uma enorme quantidade de nordestinos, por estes terem elegido, junto com cidadãos de todas as regiões, a primeira mulher presidente do Brasil. Tudo parece girar como um poder que vem depois da potência. E o poder, no âmbito do saber, sempre se estruturou no isolamento da sociedade ao trabalho do laboratório, do trabalho que produz a experiência. A experiência é que funda a certeza. Portanto, isso fez separar o saber do comum. Com isso, o argumento de o saber devendo ser produto do espaço público, do espaço comum, sempre foi refutado, porque isso causaria a desordem, o caos, geraria somente incertezas. Então o monopólio do saber fica restrito aos representantes. Os acordos do saber ocorrem entre poucos. Durante um tempo as pessoas são ouvidas, mas depois se calam, porque transferem suas vozes para seus representantes. E de certa maneira o que vemos se materializar na rede é o inverso disso: é a possibilidade de o saber ser construído coletivamente e o poder ser compartilhado publicamente.

Modos narrativos e práticas políticas

As redes de guerra do tipo SPIN oscilam entre a rostificação e a voz única do discurso social direto de um avatar – retomando a análise de Evans –, como no caso da rede Bin Laden; ou na guetificação de uma pluralidade exclusiva dominada pelo ideal de um discurso indireto fechado, como no caso da rede seccionista dos Americanos Patriotas Católicos – durante um certo tempo esta limitação foi um problema que assombrava, também, as redes ativistas das ONGs. Mas, as redes de teia de aranha

são corpos em metamorfose exprimindo-se através do discurso indireto livre gerador de novas vozes e novos gestos. Elas não comportam em sua narrativa um rosto ou um ideal.¹¹⁷ Mas, ao contrário do que pensava Evans, elas não dependem da casualidade feliz – a serendipituosidade – de seu fechamento fenomenológico em uma *ciberepoché* eletrônica capaz de pôr o mundo entre parênteses. Seus gestos e suas palavras não se constroem no confinamento topológico de uma rede eletrônica, mas no amplo e aberto espaço sociopsíquico global, que envolve o mundo construído com o auxílio das teias das tecnologias comunicacionais extraídas a fórceps pelos *hackers* dos aparelhos informacionais de captura.

Ao contrário do que acredita a fenomenologia, não é o mundo que precisa ser posto entre parênteses para que o entendimento venha habitá-lo, mas é o pensamento que precisa fugir deste parêntese mental onde o confinaram e conquistar, de direito, aquilo que de fato nunca deixou de ser seu: o território das comunidades que povoam o mundo. O até hoje chamado “espaço real” foi construído expulsando-se o pensamento da concepção euclidiana do espaço e da objetividade constitutivas do mundo. O entendimento das redes nos permite, hoje, devolver ao pensamento a realidade do espaço, sua cidadania real no seio do mundo, afirmando que o assim chamado “espaço real” é apenas um caso do ciberespaço, e que o espaço virtual é aquele que de fato nós sempre habitamos. Nele uma democracia torna-se possível porque a multidão armada pela comunicação distribuída e pelas interfaces de expressão coletiva faz o problema da cidadania pós-moderna e da segurança pública convergir na direção da organização dos movimentos sociais e seus coletivos, apontando na direção de uma nova ordem democrática.

Não habitamos mais num mundo onde o roubo de um pão constrói o drama da miséria e do problema social; mundo onde

em nome da erradicação da pobreza os partidos e o Estado se arrogavam o poder de banimento das liberdades de manifestação e expressão. A miséria material era o eterno álibi do genocídio e destruição subjetiva. Nosso mundo é aquele onde reivindicamos o direito de nos constituir. Um mundo que se afirmou quando a riqueza material do exército alemão foi vencido pela resistência miserável e faminta de Stalingrado, lutando por seus bens imateriais e sua subjetivação. Hoje os Estados e as corporações nos perseguem porque pirateamos livros, músicas, filmes, seriados, jogos; sem aceitarmos as regras restritivas do direito de cópia, da propriedade intelectual e do registro de marcas.

Vazamento, anonimato e franqueza nos movimentos sociais

A franqueza é uma faceta da verdade bastante desprezada no mundo tecnocientífico. O mais das vezes ela é relegada à convicção presente no fanatismo religioso ou à prepotência imponente dos ricos e poderosos. A verdade científica do mundo tecnológico da simulação exige apenas estreita correspondência homogênea entre o observado laboratorialmente com o descrito na teoria, tornando a adesão ou a recusa do falante ao que faz ou fala uma idiossincrasia psicológica irrelevante. Que Einstein acredite ou não em Deus ou no universo quântico esfacelado, descrito na teoria da relatividade; isto pouco importa à ciência que pretende descrever o mundo, ou à indústria que produz ogivas nucleares. A informação é a unidade mínima do conhecimento considerado como elemento determinante das tomadas de decisão de um sujeito consciente. A verdade informacional pertence aos enunciados produtores de discursos e formadores de opinião. Nela o sujeito do enunciado é o que faz falar ilocutoriamente o fala-se das discursividades, transformando o falante em mera

variável secundária do discurso das instituições. A liberdade neste caso emerge como consciência das consequências das ações em um processo de tomada de decisão. Mas, as consequências pertencem de fato apenas às causas guardadas nas informações enunciadas, e a decisão limita-se ao dilema de afrontar ou acatar o fado contido na discursividade. Se abandonamos o universo do saber e mergulhamos no duvidoso campo das práticas e suas cadeias de manifestação, a verdade performativa não se revela melhor do que a verdade ilocutória para a liberdade de um sujeito. O mundo das normas e acordos que regem a *performance* não nos oferece mais liberdade em suas verdades do que o mundo fenomenológico do conhecimento. O sujeito de enunciação – enquanto corpo que age performativamente – é peça ou relé de dispositivos histórico-sociais, máquinas de encadeamento cujo verdadeiro sujeito é o próprio dispositivo. Ancorar a intersubjetividade simbólica nas *performances* é reduzir a consciência a um aparelho de fofoca e relegar o simbólico ao lugar de correia de transmissão da dominação social.

A franqueza emerge neste quadro da pragmática da linguagem como um jogo onde o dilema da servidão ilocutória ou escravidão perlocutória pode ser ultrapassado. A franqueza é uma atividade falante onde aquele que fala se compromete ao reivindicar a posição de sujeito de enunciação e sujeito de enunciado. Nesta reivindicação ele se torna um enunciante comprometido com aquilo que diz. O valor da franqueza é correlato ao risco que ela traz ao enunciante envolvido em algum jogo social, onde se confronta com forças superiores às suas, mas se propõe a enfrentá-las com sua sinceridade, acreditando que possui qualidades morais para saber a verdade e mostrá-la aos demais (Foucault, 2001). A franqueza no mundo moderno está vinculada ao nome de quem enuncia e sua reputação no espaço de debates. O anônimo deve ser considerado o inimigo da franqueza e

aquilo que escapa à consciência é índice de falsidade. Sócrates é o modelo do homem verdadeiro. Entretanto, o Sócrates platônico é o nome emprestado ao jogo da franqueza. Mas, de fato Sócrates designa um dispositivo anônimo de subjetivação onde se enfrentam o adestramento educacional do estado, governando pastoralmente a alma do falante e da sociedade, ilustrado no diálogo Alcibiades, e a construção libertária de uma trajetória vital apresentada no diálogo Laques. De um lado o governo do biopoder que pensa a subjetivação como adestramento da diferença social e quer governar a vida com a alma; de outro o governo da vida como pilotagem corajosa que se afasta das formas sociais em busca de liberdade e realização (Foucault, 2009). A vida que a alma encarcera e se encontra escondida pela consciência vaza por todos os lados, e sua fala só pode ser apresentada pelo intenso rumor anônimo, quebrando as pautas da consciência e rompendo os grilhões da identidade adestrada.

No passado, os movimentos jovens quebraram a unidade da luta pela humanidade lhe contrapondo as mulheres divorciadas queimando seus sutiãs, os negros miliciados em bandos de panteras e os homossexuais rebelados exigindo a revelação de sua condição. Hoje os jovens precários padecendo de uma juventude interminável, de uma educação permanente, mas capazes de inventar as novas relações que constituem o mundo cansaram de ser objeto da promessa de ganhos mirabolantes escondidos ao final de grandes maratonas. Gostam de compartilhar, querem colaborar livremente entre seus coletivos e exigem que lhes seja devolvida a franqueza com que se relacionam com os estados, as corporações e as instituições. Se as condições para o jogo da franqueza social são o anonimato e o vazamento, eles estão dispostos a inundar as ruas e as praças, sobrecarregar as redes sociais e informacionais exigindo honestidade e transparência na governança, condições mínimas para aceitação da governamentalidade.

4

O Devir Mundo do Ocupar

Narrativas colaborativas e difusão das lutas

No regime da Web 1.0, a narrativa *online* era produzida sob o modelo da página principal (*homepage*), cujos conteúdos eram editados e de propriedade do autor do *site*. É nesse contexto que o jornalismo *online* assenta sua genealogia. Um contexto que faz da *homepage* a *interface* síntese do projeto das corporações globais de fazer da Internet um grande meio imersivo, em que se é possível controlar todas as interações dos leitores *online*.

A *home* funda a metáfora da visita (Murray, 1997). E a visita só se realizava graças à possibilidade de navegação entre *links*, que redundam em “quartos” dessa grande casa que é o *site*. Nesta *web*, a interação é programada pelos editores, que terão o papel de filtrar quais hipertextos os visitantes poderão acessar. Público e pessoal, o conteúdo de qualquer *homepage* é controlado e quase nunca interconectado a outro externo ao *site*. Mas, na cultura da *homepage*, reside a possibilidade de qualquer pessoa com domínio técnico da linguagem de edição gráfica (*html*) criar o seu próprio canal de comunicação. E isso, num contexto em que a comunicação só era possível usando o dispositivo de massa um-muitos (Levy, 2003), provocou transformações importantes

na sociabilidade contemporânea. No campo das publicações editoriais, foi a partir da *web* que um conjunto importante de veículos independentes passou a ter um público mais abrangente e global. No terreno do ciberativismo, a *homepage* permitiu ecoar a ideia de que é possível ao usuário criar, participar e difundir um movimento coletivo, tal como apontava o trabalho de Arquilla e Ronfeldt, pois na argumentação dos autores:

O poder e a influência dependem menos dos atributos pessoais (como recursos, atitude ou comportamento), do que das relações pessoais de cada um, do lugar e o caráter dos laços que se tem em rede e com a rede. A unidade de análise não é tanto o indivíduo, mas a rede na qual o indivíduo se integra (Arquilla e Ronfeldt, 2003, p. 338).

Contudo, na *web* dominada pela *homepage*, o conteúdo era o rei, a relevância pertencia a quem possuía maior audiência. A economia da audiência se resumia ao domínio da produção diversificada e integrada de materiais para públicos diversos (Jarvis, 2010). Na fábrica das publicações *online*, a economia do conteúdo encontrou seu formato perfeito: o “*breaking news*”. Muitas notícias *online*, de diferentes áreas, publicadas em poucos segundos. O investimento neste formato só fez subir a linha dos gráficos de tráfego de audiência dos jornalões *online* e *sites* especializados. Os anos 90 foram os tempos dos portais. Não havia empresa, da maiúscula à minúscula, que não tinha como meta ser um “portal de notícia” na *web*: a ideia era ser um supernó que concentrava todo tipo de conteúdo. Eram os tempos de “gestão de conhecimento”. O que acabou por fazer um volume maior de pessoas, empresas e instituições requererem o *status* de produtores de notícias. Essa mística em torno da *homepage* acabou por constituir uma visão da Internet como um espaço imersivo des-

mobilizador, o local de uma passividade onde o tempo da reprodução social se via colonizado pela navegação sem rumo através do oceano do excesso de informação das inumeráveis *homepages*. De outro lado, a própria política das empresas pontocom – transformando os dados de acesso e as informações pessoais dos usuários em grandes bancos e minas de dados customizáveis para serem comercializados e monitorados – reintroduzia na Internet a mística fordista do capital como centro de comando da capacidade produtiva da sociedade.

No setor de mídia, os jornais *online* se constituíram no esteio dessa economia. Os *sites* de governo, de comércio eletrônico, de personalidades e das corporações também. Ambos eufóricos com a possibilidade de agora poder identificar, nas minúcias, a característica e o comportamento do público, através das tecnologias de controle de acesso e cadastramento dos *sites*. As famosas mensagens indesejadas (*spams*) se traduziram em legítimos *e-mails marketing* e em *popups* metricamente ajustados aos melhores horários de tráfego de um *site*. A Web 1.0 se tornava o modelo perfeito daquilo que Antonio Gramsci chamava de *revolução passiva*, uma transformação social pelo alto, tocada e gerida pelos principais operadores corporativos da nova economia. Eles nadavam de braçada rumo à *napsterização* da sociedade (Lemos, 2006), quando os usuários passaram a não apenas encontrar um conteúdo, mas compartilhá-lo.

Depois da revolução do compartilhamento, o poder de publicação migra dos detentores de grandes audiências para os que acumulam mais interações. O valor de uma rede deixou de ser calculado apenas pela quantidade de público de um *site*, ganhando maior importância o cálculo da quantidade de grupos criados e mobilizados na Internet por alguém (perfil ou coletivo), o que transformou fãs e seguidores em parceiros da produção de uma

agenda informativa. Essa é a base das redes *peer-to-peer* (P2P), a base da cultura do vazamento pensada no capítulo anterior, a cultura das popularmente chamadas redes sociais na Internet ou Web 2.0.

Timeline, perfis e o valor do compartilhamento

No modelo 2.0, o usuário não tem “*home*”. Tem “*time-line*”. E deixa de ser usuário para se tornar um perfil. A *time-line* funciona como um mural de notícias, cuja atualização vai sendo feita, ao mesmo tempo, pelo dono ou por qualquer outro perfil que ele decida incorporar nela; seja como amigo, seguidor ou membro do seu “círculo”. Essa incorporação se faz de modo automático pela atribuição do *status*. Deste modo, toda vez que esse “amigo” publica alguma mensagem, esta é automaticamente incorporada ao mural alheio por ordem de atualidade. Neste ambiente de colaboração há uma permanente oscilação de um perfil entre a posição de público e autor, gerando um equilíbrio meta-estável entre o próprio e o alheio. Nessa ecologia participativa, o público se transmuta em parceiro e amigo.

Herdada da cultura blogueira, a *timeline* é um modelo de *webpage* que mostra as últimas publicações em cronologia inversa: o mais atual sempre no topo. E une a atualização contínua, típica da narratividade de última hora (*breaking news*), com a participação coletiva *peer-to-peer*. Uma narratividade que é produto, portanto, de um “espaço digital de envolvimento comunitário” (Santaella e Lemos, 2010).

A narrativa colaborativa, ao contrário das narrativas autorais da *homepage*, encontra na *timeline* a sua *interface* padrão. A *timeline* – antes de ser um dispositivo técnico – é uma expressão de uma nova cultura de indiferenciação do consumo e da pro-

dução da informação, cujo traço peculiar é a instantaneidade em fluxo contínuo de uma conversa qualquer. Ela marca o engajamento do sujeito naquilo que escreve e na ação coletiva à qual ele se vincula através de sua conversação. Na concepção radical do *design* da *timeline*, há a extrema dependência da produção colaborativa. Se você não tem amigos, não será lido. Se não é amigo de muitos, não tem acesso àquilo que todo mundo comenta. Portanto, as redes sociais operam dentro de uma esfera pública midiática curiosa: não é o veículo de comunicação que constitui o público, mas o público quem faz o veículo comunicacional. A conversação do público constitui o meio. O DNA das redes sociais é o perfil convertido em autor coletivo interconectado com os outros. Então, nas redes sociais, *a priori*, não há espectador (e se houver será rechaçado como aquele que espia: o *stalker*), mas uma comunidade de parceiros em conversa numa *timeline*, gerando um efeito de sobreposição discursiva no regime da economia de atenção. Sua base é a fala transformada nos “muitos que narram a partir da ocupação do mundo”.

Não é à toa que a *timeline* seja também a interface dos dispositivos associados à comunicação via *streaming*: uma corrente contínua de dados/informação consumidos e transmitidos instantânea e ininterruptamente, através de nossos perfis nas redes e mídias sociais. Na verdade, como cada perfil é uma comunidade de autores, a informação criada termina por traduzir verdadeiras “quantidades sociais”, exprimindo uma amostra das crenças e dos desejos da sociedade em torno de algum tema, alguma *hashtag* ou alguma postagem. Ao indexar suas mensagens sobre o mundo em uma *hashtag*, o perfil de uma rede faz da *tag* um movimento de apresentação da ação política em seu assunto e transforma as mensagens em quantidades intensivas de argumentos de uma controvérsia. A *hashtag* cria um regime de atenção

cujo principal motor reside na capacidade da *tag* ser controversa e inconclusa, porém influente. *Exeunt* a busca transcendente por uma “moral da estória”, típica da narrativa moderna do lide jornalístico; *incipit* a coordenação das lutas nos movimentos sociais, exprimindo-se através das controvérsias de suas conversações. As redes sociais deixam de ser regidas pelas relações entre sujeitos emissores e objetos receptores, para tornarem-se redes de agenciamento coletivo e maquinico de subjetivação. A *timeline* torna-se uma linha do tempo celerada, turbilhonando a subjetivação em rede, ao mesmo tempo em que a *hashtag* faz da ação coletiva dos movimentos sociais uma viva perspectiva da constituição do mundo.

Na década de 90, a utopia digital era a transformação de todas as organizações e indivíduos *online* em portais de notícias, cujo sentido se traduzia em uma inflação de *sites* e *hiperlinks* em um só domínio, no alto custo da compra de gerenciadores customizados de conteúdo e na contratação de mão de obra cara e especializada – modelo este, diga-se de passagem, adotado pelas grandes corporações de mídia e entretenimento da época. A contrapelo, na primeira década do século XXI, a revolução do compartilhamento pós-Napster difundiu a transformação de todos em perfis na Internet – portais sem *gatekeeper* –, criando uma nova economia política da informação. Nela o valor não decorre do controle das massas e do acúmulo e irradiação de conteúdos. O valor vai emergir nesta nova economia da capacidade de conectar perfis a informações, a ações e a outras perfis, liberando-as para compartilhar todo o tipo de conteúdo na rede. No velho paradigma dos portais, só havia valor se os meios de comunicação social escasseassem. No paradigma do compartilhamento *livestream*, ao alimentar a criação de novos perfis, o valor reside na quantidade de interações geradas e na socialização dos conteúdos.

No lugar da busca por “*page views*”, como requer a lógica dos portais, na perspectiva das plataformas *livestream* o valor é cada vez mais calculado através da abrangência atingida por replicações, *replies*, menções, comentários, curtidas e compartilhamentos de conteúdos. Esta abrangência traduz o valor como a potência que consegue alcançar e o quanto pode mobilizar uma comunicação no interior das *timelines*, mundo digital afora. As organizações de mídia mais valorizadas hoje são aquelas que nada produzem de conteúdo, somente possibilitando, com suas plataformas, que um jornal ou o seu respectivo leitor atue, de modo paritário, como criador e reproduzidor de mensagens multimídia. Sem dúvida isso acaba por constituir uma nova hierarquização social, tanto em termos internos ao capital (a hegemonia de empresas como Facebook, Apple, YouTube e Google sobre as indústrias da notícia e do entretenimento), quanto do ponto de vista da relação capital-trabalho (o captura do tempo livre social do trabalho para gerar gratuitamente valor e inovação às corporações de tecnologia).

Contudo, é inegável destacar que, nesse novo cenário de mídia, publicar significa que existem muito mais meios de comunicação social e que o “assunto do momento” não é apenas produto da rotina produtiva das instituições da notícia (imprensa), mas gerado pela mistura de veículos formais, coletivos informais e indivíduos, que fazem provocar a emergência não somente de novas formas de espalhar, de modo colaborativo, as notícias, mas sobretudo de contá-las.

A mesma ideia, publicada em dezenas ou centenas de lugares, pode ter um efeito amplificador que pesa mais do que o veredicto de um pequeno conjunto de mídias profissionais (Shirky, 2008, p. 67).

Conversação, controvérsias e cuidado de si

Mas, seria um absurdo entender o sentido desta transformação em termos de um trabalho do negativo dialético, uma *aufhebung* hegeliana. As revoluções modernas tornaram plausível a hipótese da positividade brotada de uma tripla negação, por seu caráter insurrecional vinculado ao jogo do contraditório subjacente à estrutura da lógica do diálogo. No diálogo, os dois discursos (dois *logos*) se enfrentam a partir da negação subjacente à afirmação identitária, em busca de uma conciliação que apenas a racionalidade pode lhes oferecer como síntese. Há um absoluto que a razão pode atingir se puder compreender o jogo da negação como um desejo de reconhecimento e conciliação. Com a insurreição, a transformação política da sociedade vai assinalar o ponto de inflexão onde o sujeito despertava premido pela miséria e descaso social, tornando possível a versão humorística deste entendimento na lógica do “quanto pior melhor” como lugar da mudança evolutiva. Em termos esquemáticos, o processo pode ser descrito em três passos: primeiro a população sofre muito, depois ela explode como massa insurrecta e, por fim, uma vanguarda inteligente conduz essa explosão de modo a realizar uma transformação evolutiva geradora de uma consciência popular. As dicotomias desta dialética são ancoradas nas contradições do diálogo, mas exprimem o caráter material do trabalho em seu repetitivo e estúpido esforço disciplinar, e não os embaraços da razão para ultrapassar as paixões decorrentes da falta de entendimento.

A conversação em rede deriva da luta como tripla afirmação de mundo, território e população em um movimento de interesse comum. Ao contrário do diálogo, não há na conversação qualquer impulso de catequese ou de conversão. Há uma luta que gira em torno do interesse comum de diferentes parceiros, com mundos, territórios e populações incompatíveis. A conversação pressupõe

combates e resistências. Elas se desenvolvem por tão longo tempo que ao final já não sabemos se ainda estamos em guerra ou se já tratamos da paz. As diferentes comunidades virtuais asseguradas pelos grupos de discussão se reúnem nos movimentos sociais, constituindo o território de uma controvérsia mapeável em rede. A conversação através das controvérsias disputa a primazia em um espaço público. Ela é filha do trabalho imaterial.

O trabalho imaterial, caracterizado por sua mobilidade e precariedade, torna-se dominante nas relações de produção ao mesmo tempo em que a máquina inteligente absorve o trabalho material através de seus novos poderes cognitivos adquiridos. A relação do trabalho imaterial com o capital revela um novo nível de conflito e uma diferente constituição do sujeito, na medida em que ele está investido da produção de subjetividade. A sociedade torna-se fábrica social e a metrópole se converte no chão de fábrica onde o conflito entre capital e trabalho se desenrola.

O trabalho imaterial e seu virtuosismo – elaboração simbólica, projeto, programação, cuidado afetivo ou invenção – desconhecem a dialética e suas dicotomias. Ele não se funda na separação entre teoria e prática, definidora da oposição entre trabalho material e ação política. Antes, o trabalho imaterial se une a um intelecto, tornado público nessa simbiose, gerando a coalizão entre intelecto e trabalho oposta àquela entre intelecto e ação pertencentes à dialética. A conexão entre o intelecto público e a ação política são constituintes de uma esfera pública liberta do Estado ou da religião. Esta nova esfera pública é de fato um território comum constituído pela desterritorialização do Estado do espaço social. O capital funda o domínio privado da propriedade pela desterritorialização do comum. A modulação do compartilhamento e da colaboração como cooperação social é feita pelo trabalho imaterial, trazendo de volta ao comum o privatizado pelo capital.

O trabalhador do imaterial precisa cuidar de si mesmo, a princípio como cuidado com sua empregabilidade e mobilidade. Ele deve investir constantemente em sua imagem, em sua rede de relações e bagagem cultural. A demanda por condições de subjetivação tornou-se um imperativo incontornável no mundo globalizado. Essa exigência se traduz como um cuidado cada vez mais voltado para si mesmo, pois o trabalhador constantemente se vê ameaçado por dívidas, compulsões e moléstias em decorrência das dificuldades impostas ao imperativo de cuidado pela precariedade e mobilidade. Neste movimento de busca de liberdade, envolto nas armadilhas da dominação do capital, a crise e seu debacle abrem a oportunidade para a emergência do cuidado de si mesmo como redescoberta de um mundo próprio e seus interesses. O cuidado de si devolve o tempo da subjetivação ao trabalho como imperativo de ocupação com seus próprios interesses e fundamento da autonomia da produção biopolítica.

Embora as classes tenham se tornado de renda, a multidão só existe na luta e existe porque luta contra o trabalho, o salário e o capital com todas suas singularidades cooperativas. A crescente reivindicação de uma renda universal consolidaria o trabalho da multidão, retirando do capital a base de seu poder exploratório. A conversação em rede e suas controvérsias fazem retornar ao trabalhador e sua luta o tempo privatizado pela exploração do capital. Deixando de serem entretidas pelas informações e diversões das megacorporações, as vidas voltam a ocupar-se de si mesmas e de seus interesses, cuidando de si mesmas nas conversações vivas da comunicação distribuída. Quanto mais a vida cuida de si mesma, mais tempo lhe sobra para ocupar-se de seus interesses e menos tempo há para ser empenhado nas compulsões e moléstias decorrentes do endividamento.

Narrativas, redes sociais e mobilização política

Muitas cidades em volta da Espanha demonstraram força e mobilização contra a crise financeira do país, seus políticos, seus banqueiros e o desemprego acentuado dos jovens a partir do dia 15 de maio de 2011, naquilo que ficou conhecido como o movimento #15M – uma ocupação massiva das ruas e praças das cidades espanholas pelos chamados *Indignados*, que reivindicavam uma democracia mais participativa (Democracia Real YA!) num sistema político marcado pelo bipartidarismo. Desde o momento em que o país mergulhou em recessão em 2008, esses foram os protestos pacíficos mais marcantes e feitos principalmente por jovens, que montaram acampamentos nas principais praças de todo o país.

O #15M se originou após a aprovação da Lei Sinde, em 15 de fevereiro de 2011, que permite que *sites* de *downloads* considerados ilegais sejam tirados do ar pela Justiça espanhola. Contrários à lei, o movimento anti-Sinde catalisou a participação política no país, articulando distintos movimentos de críticas à democracia representativa no país (já que, embora adversários, os políticos de ambos os partidos aprovaram em processo de acordo a lei Sinde, ainda que sabendo-a antipopular). O acordo expunha as relações íntimas entre crise econômica, partidos políticos e a elite financeira espanhola.

E mostraram que, através das redes, para além das vias tradicionais, em um massivo boca a boca digital, você pode convocar muitos, desde pessoas que não representam a ninguém em particular a outras que representam o grupo *nem nem* (nem estuda, nem trabalha), aos profissionais enfadados, passando pelos ativistas de todos os tipo de causa, mas que convergem sobre um inimi-

go comum: os políticos. Sobretudo, do PSOE e do PP (Alcaide, *online*, 17/05/2011).

A partir da *hashtag* #NoLesVote, lançada por blogueiros, em resposta à aprovação da lei, ativistas convocavam a população para votar nulo nas eleições municipais, criando assim uma crise institucional na Espanha. Unidos a esta mobilização promovida na Internet estavam também o movimento *Juventud Sin Futuro* que realizava marchas de protestos contra a crise econômica e o coletivo *Democracia real YA*.

Inspirados pelas manifestações da Primavera Árabe, o #15M se propagou no interior da Internet, mais especificamente em *blogs* de grupos organizadores, no Twitter, no Facebook e em diversos outros *sites*, atraindo cada vez mais jovens e simpatizantes com a mesma ideia de mudança e de implantação definitiva da democracia. No *microblog* Twitter, a mobilização foi intensa (mais de 2 mil *tweets* por minuto), e as informações eram divulgadas e debatidas a partir da criação de *hashtags* como #spanishrevolution, #15M, #acampadesol, #yeswecamp e #democraciarealya.

Graças à participação popular na *web*, as *hashtags* do #15M logo apareceram nos *Trending Topics* do Twitter e ali ficaram por muitos dias, fazendo parte de uma agenda global de informação. Em geral, as *hashtags* convocavam os cidadãos para as manifestações nas praças públicas. Em Madrid, mais de 1 milhão de pessoas se reuniram ao redor da *Puerta del Sol*, o marco zero da cidade. Em Barcelona, na Praça da Catalunha. Não se tratava apenas de uma ocupação provisória. Era um movimento de ocupação permanente do espaço público, por meio de acampamentos nas praças, em que rua e Internet se misturavam – os ativistas pediam constantemente a abertura das redes de acesso

Wi-Fi à Internet por parte da população, para assim poder manter contínuo o fluxo de informação.

A força de mobilização do #15M revela uma dimensão comum dos movimentos políticos articulados pela rede: o papel estratégico dos *nós pobres de conexão* na agitação *online*. O #15M faz parte de um processo social que hospeda um conflito entre dois pensamentos distintos de construção das relações sociais na Internet. Por um lado, o paradigma dos *hubs*. Por outro, o das *autoridades*. O primeiro é extraído da lógica algorítmica, onde o grau de conexão mede a capacidade de influir e de mobilizar a sociedade. Quanto mais conectado se está, mais poder se tem. O segundo paradigma institui a qualidade da informação e a intensidade de interações com diferentes grupos sociais como os elementos determinantes do poder de relevância na rede. O *hub* transmite; a *autoridade* atua.

Experiências como as do #15M demonstram que o poder de comunicação não reside somente naqueles que têm mais audiência e conexões na Internet, mas sobretudo naqueles que acumulam mais interações na rede. Naqueles que, portanto, mais atuam dentro dela. Logo o valor de um nó é calculado em cima de quantos grupos o perfil pode criar e mobilizar na Internet, ao invés de relevar apenas a quantidade de nós que ele traz conectado a si. O poder de comunicação, no interior das redes, se revela como um trabalho permanente de cultivo de conversações, respostas e controvérsias *online*. E a eficiência dos protestos de rua, como o #15M, depende cada vez mais de envolver mais *autoridades* do que *hubs*. Dependem, portanto, daqueles que atuam no e com o dispositivo. Não é à toa que uma das transformações mais relevantes no mundo da *web* será a emergência dos “blogueiros de rua”, que realizam transmissão ao vivo (*streaming*) dos acontecimentos sociais, veiculando-os para os amigos e parceiros.

O “blogueiro de rua” se contrapõe ao modelo capitalizado do *problogger*, preso aos *hits* e assuntos do momento para ampliar suas conexões e audiência na rede (e assim faturar mais em seu projeto de monetização). O “blogueiro de rua” – mesmo sem muitos “seguidores” ou “amigos” – produz conteúdos, ao vivo, para poder coordenar um movimento. No caso do #15M, a multiplicidade de “blogueiros de rua” fez com que os protestos sociais vazassem por todos os lados. Em toda parte, imagens, sons, textos e vídeos registravam a movimentação ou veiculavam o debate de questões sociais em múltiplos canais em tempo real, produzindo mais interações e conversações. O “blogueiro de rua” difundia seus relatos do e no centro da própria situação. Ou como intuiu Levy, analisando a ruptura como a perspectiva de centros de difusão: “De dentro de um universo de informações, onde cada um contribui explorando de forma própria, modificando ou estabilizando (o ciberespaço)”.

Essa atividade militante contínua de ver e difundir fatos em multicanais é reportada por “blogueiros de rua” conectados através da Internet 3G e *wireless*. Eles conseguem, ao se plugar da rua à Internet, fazer com que as lutas locais tornem-se mundiais. A tensão entre ativistas e forças policiais do Estado chegou ao auge no dia 27 de junho, quando as brigadas da polícia forçaram os acampados a sair da praça. Isso repercutiu na Internet, mostrando para todo o mundo a violência dos policiais, abrindo caminho com tiros para o ar, golpes de bastão e canhões de limpeza usados nos manifestantes, que resistiam a sair do local. Esse evento gerou no Twitter a *hashtag* #bensinmiedo (Barcelona sem medo), usada pelas pessoas para enviarem fotos e vídeos denunciando o ocorrido. O embate repressivo não se travou só nas ruas. Nas redes sociais, agentes do Estado atuavam gerando equívocos, informações desencontradas, rumores ou dúvidas. Encontraram-se *hashtags* de protestos com *tweets* mudando a data e a hora da

convocação, falsos *tweets* de perfis com forte credibilidade e RTs forjados por *bots* destacando as visões mais conservadoras.

Na análise da tipologia dos *tweets* mais retuitados, no caso a *#spanishrevolution*, através do site “Topsy.com”¹¹⁸, vimos que as narrativas ativistas multiplicam as *hashtags* como tática para se manter na lista dos assuntos mais comentados do *Trending Topics* do Twitter. No primeiro dia de manifestação, duas *tags* foram bastante utilizadas: *#15M* e *#acampadasol*, com o dia e o local do evento. Outras apareceram conforme os dias se passavam como *#nolesvotes*, *#yeswecamp*, *#democraciarealya*, *#acampadabcn*.

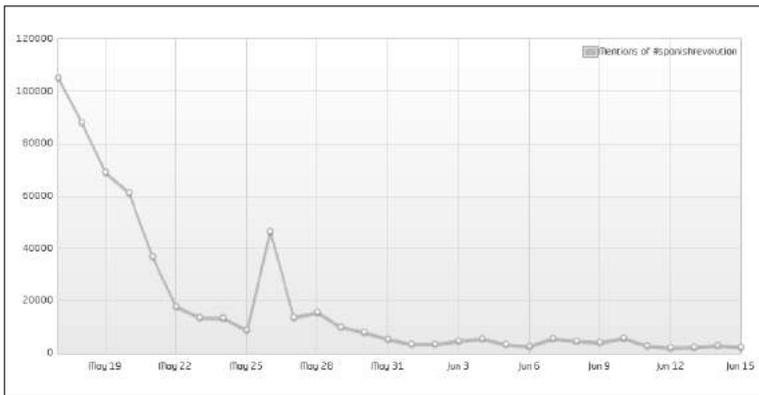


Imagem 1: Gráfico do Topsy mostrando a quantidade de menções no Twitter sobre a *#spanishrevolution*. (Maio 2011)

Mobilização social e comportamento informacional no Twitter

Com a ajuda do Topsy para documentar apenas os *tweets* que continham a *hashtag* *#spanishrevolution*, analisamos os 160 que obtiveram mais republicações durante o 15 de Maio Espanhol (o *#15M*). A partir destas análises, percebemos que a produção

social das mobilizações políticas no Twitter é capaz de gerar quatro grandes grupos de *tweets*: os informativos, os opinativos, os testemunhais e os convocatórios.

Os informativos contêm algum tipo de informação sobre o que está ocorrendo em tempo real nas manifestações (como alarmes e denúncias) ou levam às notícias publicadas sobre os fatos ligados às mobilizações. São criados como forma de noticiar o que ocorre ou vai ocorrer nas manifestações. São muito usados para divulgar os acontecimentos ou para os ativistas coordenarem as ações coletivas.

Os opinativos veiculam opiniões dos perfis participantes ou dos sensibilizados com o acontecimento. Embora os *tweets* opinativos descrevam o que a pessoa quer dizer sobre o protesto, eles são muito importantes para incentivar os outros usuários a publicar o que sentem, produzindo assim novos *tweets*.

Os testemunhais são mensagens criadas por participantes que publicam nas redes sociais as experiências dentro da atividade política. São presenciais, “*tweets* de rua”.

Por último, os convocatórios (ou apelativos), criados por pessoas que convidam as outras para participarem ou ajudarem na luta.

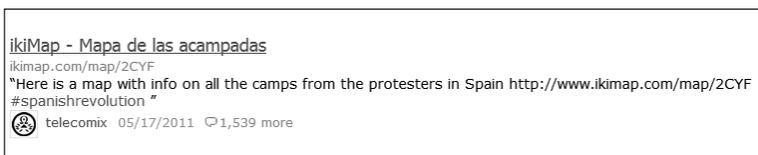
Dentre os assuntos da *#spanishrevolution* incorporados à *web*, houve aqueles que acabaram por se sobressair mais que os outros. No campo do Twitter isso também foi notado pela análise da *tag*, destacando quais *tweets* conseguiram maior número de repostagens, os chamados RTs (*retweets*).

Ao usar o Topsy como mecanismo para “garimpar” tudo o que era relevante (o que era mais retuitado ou o que havia sido espalhado velozmente) no Twitter sobre a *hashtags* *#spanishrevolution*, observamos que grande parte do que era replicado tinha vindo de perfis com um número considerável de seguidores

na rede social. Eram especialistas em política, professores, blogueiros, tuiteiros influentes e empresas ligadas aos meios de comunicação. Em suma, eram contas que apenas compartilhavam notícias sobre a revolução mescladas a seus outros assuntos.

O número de compartilhamentos das informações vindas de tais perfis dependia do momento das manifestações. Em nossa análise, o dia 17 de maio de 2011 foi um dos dias em que as pessoas mais deram RTs sobre a #spanishrevolution, por ser o terceiro dia desde que a manifestação extrapolara a Internet indo para as praças.

A replicação das mensagens várias vezes passou dos 100 retuites. Com o decorrer dos dias e a miscigenação das *tags*, os retuites sobre a #spanishrevolution foram perdendo a força. As mensagens mais retuitadas foram as informacionais, com as notícias sobre as manifestações, como os locais, os horários, a localização da polícia e afins. Outros bem replicados foram os que continham opiniões sobre o evento, pois as pessoas davam “voz” àqueles que compartilhavam dos mesmos pensamentos. O *tweet* informativo mais compartilhado na rede – conforme se vê a seguir – mostra um mapa com a localização exata de todos os acampamentos que faziam parte da #spanishrevolution (*Tweet 1*).



Tweet 1: Mensagem escrita pela conta @telecomix.

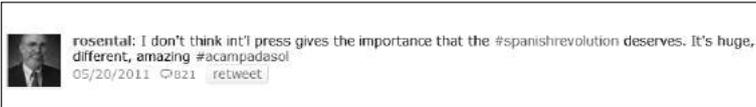
Ele foi escrito pela @telecomix, a conta oficial no Twitter da Agência de Notícias Telecomix, que informa, dentre outras

coisas, sobre a neutralidade da rede e sobre a censura no mundo. Ela possui um total de 6.203 seguidores, o que ajudou a disseminar mais facilmente seu *tweet*, além de ser uma conta confiável. Essa mensagem foi categorizada como sendo de caráter informacional, por estar divulgando um registro de onde estão os acampamentos na Espanha. O que mais chama a atenção neste *tweet* é o *link* do mapa, que foi veiculado mais de 1.500 vezes em outros *tweets*, ajudando assim a alavancar o número de replicações pelas outras pessoas que o espalhavam em seus *tweets*. Outra característica que alavancou o número de RTs foram os perfis que replicaram no início a mensagem e, principalmente, o *link* do mapa. Perfis denominados “influenciadores” nas redes sociais (de acordo com o *site* Topsy) deram um grande passo inicial na divulgação deste conteúdo, ajudando a transmiti-lo.

Por que um *tweet* que mostra os acampamentos ativistas nas praças de todo o mundo vira o principal conteúdo compartilhado pelos narradores do enredo *#spanishrevolution*? Primeiro, porque exprime um pertencimento a uma comunidade de agitação política global, articulada em rede e atuando na afirmação de que a crise econômica mundial não deve ser paga com os recursos públicos e com o corte de direitos sociais. Segundo, porque é um modo de visualizar a desestabilização social gerada pelo próprio movimento em rede na democracia representativa, pois boa parte dos militantes na Espanha se mobilizam contra os agentes privados do sistema financeiro e os políticos que garantiram a salvação financeira dos bancos aumentando a dívida pública e restringindo direitos sociais e econômicos da população.

Analisado como um *tweet* opinativo, o texto escrito por *@rosental* – especialista em novas mídias e jornalismo – mostra a opinião de um jornalista sobre a *#spanishrevolution*, criticando o modo como a mídia espanhola desvalorizava o evento (*Tweet* 2). O perfil *@rosental* possuía, na época, 8.225 seguidores no

Twitter. Seu *tweet* foi retuitado por 821 perfis, 26 dos quais tinham também grande influência na rede social, fazendo repercutir ainda mais sua mensagem.

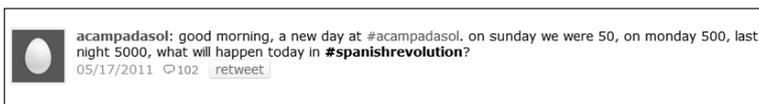


Tweet 2: @rosental opina sobre a pouca importância que a imprensa está dando ao protesto.

A grande quantidade de replicações do *tweet* de @rosental foi motivada por uma dimensão muito presente no interior dos movimentos sociais contemporâneos: a crítica à imprensa tradicional por difundir informações enviesadas, em sua maioria criminalizantes, sobre as manifestações contra o *establishment*. Uma posição conservadora que acaba por impedir que o jornalismo entre nos movimentos, engrossando a necessidade dos ativistas criarem seus próprios veículos para não serem retratados a partir de um olhar ruim que vai associá-los à baderna, à desocupação e à promoção da desordem pública. Estes argumentos proliferam na imprensa quando as mobilizações atingem um grau elevado de críticas ao poder instituído.

Uma das características nos grandes protestos é a emergência do “perfil oficial” de um ato de mobilização. De base anônima ou coletiva, os perfis oficiais ativistas se destinam a publicar convocatórias de encontros, resultados de decisão coletiva, testemunhos de repressão e compartilhamentos de canais de transmissão ao vivo dos protestos. Eles atestam e, ao mesmo tempo, distribuem os registros principais dos acontecimentos. Atuam como coordenadores da mobilização, e não como produtores de reflexão sobre os rumos da manifestação. No caso do #spanish-evolution, o “perfil oficial” @acampadasol foi criado pelos or-

ganizadores das manifestações na Puerta del Sol, em Madri, e articulava as ações de rua através da *hashtag* #acampadasol. Em um ano, o perfil conta com mais de 70.700 *seguidores*. Um dos seus *tweets* mais replicados, durante os protestos de 2011, exibia o número de pessoas que haviam participado dos primeiros dias de manifestação e quantas a mais poderiam esperar para o próximo protesto (*Tweet 3*).



Tweet 3: @acampadasol faz alguns registros da #spanishrevolution.

Identificado como “de registro”, esse *tweet* do @acampadasol foi retuitado por 102 perfis, dos influentes até os de poucos seguidores. Como já dissemos, por vir de um perfil oficial dos organizadores do protesto, esse tipo de *tweet* serve como um carimbo de autenticidade dos fatos, gerando a confiança das pessoas que compartilham o *post* com a chancela do envio de uma notícia verdadeira aos seus seguidores.

Assim, do começo dos protestos à sua realização, as quatro classes de *tweets* se modificam em função dos diferentes momentos dos eventos de mobilização social. Num primeiro momento, prevalece o caráter convocatório, fazendo do nome da manifestação a própria *hashtag*: #15M, #25S, #13O. Essa relação entre data, mês e *tag* acaba por estimular o movimento de rede a se revelar sempre como uma novidade. Cada mobilização convocada abre um novo campo de lutas, podendo incorporar assim mais ciberativistas e atrair um número maior de simpatizantes na Internet. A segunda fase do protesto apela para a da vivência da rua, quando entram em cena os “blogueiros de rua”, que transmitem os acontecimentos e compartilham informação sobre o ato.

Em termos sociológicos, poderíamos apontar que essa é uma nova prática de imprensa, onde a enunciação do fato é muito mais importante que o seu anúncio. Estar dentro do acontecimento se traduz em uma forma discursiva contraposta ao modo atual do jornalismo cobrir distanciado dos protestos sociais. É no embate que os ativistas disputam a repercussão do impacto político dos protestos, ao protagonizar um intenso debate na rede com seus críticos através de *tweets* testemunhais e opinativos. Essa paisagem midiática trazida pelos protestos e articulada através das redes sociais tem como resultado imediato a transformação do “fato de rua” em tendência da mídia, povoando as capas de jornais e os editoriais de TV. A partir daí temos dois modos midiáticos em conflito: o que se associa à lógica do *streaming* e o que é moldado pelas tecnologias da edição ao vivo. Um na rede e o outro na mídia de massa.

Os perfis ocupam o mundo

Após um ano do começo das grandes manifestações convocadas pela Internet na Espanha (com forte influência das rebeliões nos países árabes), várias cidades ao redor do mundo resolveram se manifestar contra a soberania imperial das corporações (sobretudo as financeiras), consideradas como o epicentro dos fatores de crise nos países do Norte. Ativistas globais, articulados através da metáfora da ocupação (*occupy*), passaram a convocar para se acampar nas praças de suas respectivas cidades no dia 12 de maio de 2012. Eles usavam as *hashtags* #12M e #12MGlobal em suas publicações no Twitter para alastrar o acontecimento e, ao mesmo tempo, chamar as populações para se engajar nos protestos de rua das ocupações. Em mais de 30 cidades do mundo, ativistas denunciavam a crise econômica global como provocada pelos banqueiros enquanto organizavam uma luta transversal

contra as políticas de austeridade fiscal em seus países (sobretudo, os europeus). Para eles essas políticas significavam, na prática, cortes de gastos sociais para o Estado assumir as dívidas privadas de bancos e corporações.

Embora o movimento ocorresse em um nível mundial, foi na Espanha que ele alcançou uma duração mais participativa, indo do dia 12 até o dia 15 de maio de 2012 (#12M15M). Um dos fatores que contribuíram para tal repercussão, além da gravidade da crise espanhola, foi o #12M ter sido organizado para relembrar um ano dos acampamentos conhecidos como #spanishrevolution e #15M.

Em várias cidades espanholas, manifestantes saíram às ruas com seus celulares, *tablets* e *notebooks* para lembrarem a todos que a indignação pelos cortes de gastos sociais e a luta por um país mais democrático ainda era a principal pauta a ser defendida. A ideia difundida era a de ocupar as cidades e mostrar aos governantes suas reivindicações, usando a Internet e, mais especificamente, as redes sociais como importantes espaços de comunicação, compartilhamento, difusão de ideias e articulação política. Dessa forma, a *hashtag* #12M, como ficou conhecida no Twitter, funcionou como instrumento de organização e de mobilização através das mensagens publicadas sobre o acontecimento, uma vez que atraía a atenção dos espanhóis para as manifestações nas praças das cidades e gerava um debate sobre os acontecimentos.

O “laboratório espanhol”, com sua permanente atividade de ocupação dos espaços públicos para pressionar o governo a não pagar a dívida dos bancos com recursos públicos (através da economia financeira advinda de cortes nos gastos sociais), estabeleceu um novo tipo de movimento social: o *beta movimento*. Manifestações sociais sem um nome acabado constantemente alterado em função da pauta e data: #15M, #12M, #26S,

#15N. O movimento parecia nunca ter um fim e se confundia com a própria forma rizomática de sua convocação e alastramento na Internet. Ele mostrava sua força utilizando o mecanismo do *hashing* (criador da própria lógica dos sistemas de troca de arquivo P2P) enquanto um modo de “transformar uma grande quantidade de informações em uma pequena quantidade”. Tecnicamente, o *hashing* cria uma “impressão digital” de um arquivo na forma de uma cifra. Assim, o arquivo pode mudar de nome, mas a identidade dele continua intacta, gerando mais confiança na qualidade do arquivo. Esse modo técnico de produção de reputação foi apropriado para a estrutura de convocação, disseminação e ativação dos movimentos das ocupações globais.

Ao nomear os movimentos com uma *hashtag*, os ativistas reúnem uma quantidade enorme de relatos e informações sob uma única palavra (exemplo, #15M). Criam uma “*tag* de ordem” comum, pois vai ganhar significado a partir do aluvião de *tweets*, postagens e publicações feitos pela multidão conectada. Embora sejam todos singulares, eles levam uma assinatura única (a *hashtag*), permitindo ao acontecimento sair debaixo do espaço público das ruas para se colocar sobre o espaço público da atenção midiática. Assim, tal como o #15M de 2011, o movimento #12M em 2012 expressou, com esse nome, a identidade única daquilo que, na realidade, revelava-se como uma multiplicidade de narrativas. Elas se juntam em um enxameamento de dados, em tempo real nas redes sociais, forçando a subversão da sociedade dos metadados das grandes corporações: ao invés de ser o paraíso do monitoramento, esta sociedade se vê transformada em campo de agregação do capital social. Através de sua modificação, vai gerar uma força de produção de atenção e mobilização política contrária às regras próprias de alimentação do mercado no capitalismo cognitivo – sobretudo as regras criadoras de mecanismos para capturar os fluxos dos dados nas

redes, depreendendo destes dados o comportamento do consumo (para ajustar a produção ao *just in time*). Os movimentos baseados em *hashtags* geram a partir dos dados construídos coletivamente uma ação política no seio do monitoramento da Web 2.0. Esta ação revela os padrões de organização da produção e do consumo, ao demonstrar ou criar situações, atos, casos, testemunhos, relatos e denúncias corroedores da reputação e da imagem das corporações. É uma apropriação para si do metadado, uma espécie de *torrent* da resistência, cujo arquivo final gera uma outra realidade ou consciência, dissociada do modo capitalístico do vigilantismo em vigor.

Não há dúvida de que a lógica de rede do movimento apenas estrutura o modo como a mobilização política acontece. O *torrent* é apenas uma metáfora para mostrar como o movimento social é “descarregado” (*download*) pelos perfis para os ativistas obterem os dados de realidade, ao mesmo tempo em que os próprios perfis doam mais dados (*upload*). Esse é um modo de cidadania onde a rua e a Internet se agenciam através da criação de governanças e modelos de organização política para romper a fragmentação social, aprofundada pelo salve-se-quem-puder do *modus operandi* neoliberal.

Para entender melhor a configuração da rede que se formou por ocasião das manifestações na Espanha, analisamos a *hashtag* do movimento #12M – a mais usada pelos ativistas no Twitter. Para podermos catalogar os dados, empregamos o *software* Gephi para monitorá-los e criar um desenho com as principais *autoridades* (nós) que ajudaram a construir a atenção midiática do acontecimento. O Gephi é um programa *open source* de análise de redes sociais da Internet. Ele opera através da criação de gráficos gerados por algoritmos operadores das estatísticas que auxiliam na identificação da qualidade e da quantidade de conexões dos perfis em rede.

Com a ajuda de um *plugin* para o programa que capturava apenas as mensagens retuitadas, o chamado Retweet Monitor, coletou-se aproximadamente 6000 RTs sobre a *hashtag* #12M. Com essas mensagens, tornou-se mais fácil descobrir como a rede se comportava, como estavam dispostas em um grafo os perfis que usavam a *hashtag* e o que eles compartilhavam.

Utilizou-se do *microblog* Twitter por ser a rede mais utilizada e trabalhada pelo público da manifestação 12M na Internet. A escolha de trabalhar com os retuites e não com os *tweets* se deve ao fato de querermos descobrir como as mensagens eram compartilhadas entre os perfis. Um simples RT pode fazer com que uma informação seja ampliada e também ajuda a criar novas conexões, interfere nas já existentes, motiva discussões e ideias diferentes e produz até mesmo uma ação coletiva na rede; como demonstrado nos acontecimentos da #12M.

Para dar profundidade à análise, utilizou-se do *site* de busca em redes sociais Topsy para encontrar os *tweets* mais compartilhados dos *hubs* e de algumas contas do grafo. Com essas ferramentas unidas e uma análise detalhada da rede #12M, pode-se entender quais os diferentes tipos de *hubs* atuantes e como os nós estavam conectados.

Com a análise feita, notou-se a presença de *hubs* que se sobressaíram aos outros na rede, por terem seus *tweets* mais retuitados. Visualizando o gráfico e comparando os vários *tweets*, percebemos três diferentes tipos de agrupamento em rede:

- Os periféricos, onde a maioria das contas que estão mais afastadas do grafo possui boa quantidade de seguidores e, em sua maioria, abordam o que ocorreu na 12M. Entretanto, têm pouquíssimas interações entre si. Divulgam informações, mas não estão ativas no processo de criação das notícias. Estão por fora, apenas mostrando ao público o que ocorria;

- Os intermediários, que faziam o meio termo da rede, pois se conectavam pelo menos em alguma ramificação, com perfis afastados e com os densos da rede. São recheados de perfis que tuitavam sobre as informações referentes às manifestações e outros que acompanhavam tudo por fora, pensando a respeito ou divulgando algo de forma geral. Seus seguidores também transitavam entre os muito ou pouco conectados;
- Os componentes fortemente conectados, que são liderados pelas pessoas ativas da rede, como os próprios ativistas presentes nos locais das manifestações. Há a grande presença de fotos, vídeos e informações importantes para quem estava interessado na 12M. Estavam mais ligadas, com uma rede mais unida e foram dessas redes que saíram os *posts* para os *blogs*, matérias jornalísticas e outros meios. Esses ativistas que lançavam as notícias para o resto da rede, as usavam em comentários.

Cada ponto do grafo significa um nó, ou seja, um perfil do Twitter que era retuitado ou que retuitava algum *post*. O tamanho e a cor de cada nó significam as ligações deles com os perfis (pontos representando nós na rede). As cores definem a direção desses retuites (se foram dados ou recebidos).

Ao analisarmos a intensidade de RTs obtidos por determinado perfil (que em análise de redes direcionadas chama-se “grau de entrada”), tornou-se possível visualizar um gráfico sem a existência de polaridades – uma rede formada por “um bloco só”. Em geral, as redes no Twitter se formam em função de inúmeras controvérsias, que acabam por gerar grupos que possuem opiniões rigidamente opostas. No caso da rede do #12M, as associações demonstram uma interação intensa entre os perfis para promoverem o protesto como um ato público de grandes propor-

ções e alto grau de impacto mundial. Essa associação na forma de bloco único fica mais ressaltada ao adentrarmos em quem foi mais retuitado e no conteúdo que era espalhado.

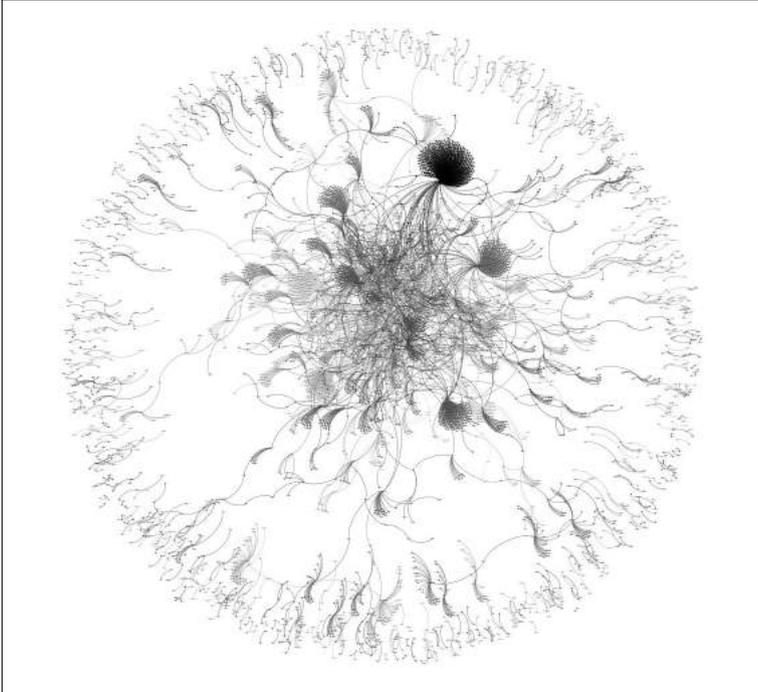


Imagem 1: Grafo da *hashtag* #12M, criado pelo Gephi.

Logo ao visualizar o grafo, percebe-se um grande nó preto com várias linhas saindo dele e indo para outros pontos no desenho. Esse *hub* negro é do político esquerdista Alberto Garzón, dono da conta *@agarzon* no Twitter – a mais retuitada da *hashtag* #12M. Ele ganhou muitos RTs, ao afirmar:

Hay más gente celebrando la victoria del Málaga que en el 12M ayer. Pero ojo, eso no es un problema. Es el síntoma de un problema.

Ao escrever seu *tweet*, quis dizer que a maioria da população estava comemorando a vitória de um time de futebol local (Málaga) ao invés de participar das ocupações.

Outra autoridade notável foi a conta *@GLlamazares* (nó vermelho no grafo), de um outro político chamado Gaspar Llamazares, com um total de 79 mil seguidores. Tornou-se o segundo nó mais retuitado por ter compartilhado duas frases que foram bastante espalhadas na rede social. Na primeira, ele escreveu que o 12M é mais uma forma do povo chamar a atenção para suas indignações recorrentes e que o governo havia ficado calado, considerando a ocupação como uma desordem pública. Sua frase teve 113 retuites:

El 12 M otra nueva demostración de masiva indignación cívica. El gobierno sordo a las demandas y en la idea falsa de desorden público.

Já em seu segundo *post* mais compartilhado, fazia menção a uma frase bem difundida no centro do grafo pelas pessoas mais ativas da manifestação. Ao falar sobre o 12M e o 15M de 2011 – dizendo que o movimento era feito por todos e sem nenhum tipo de liderança – o perfil conseguiu chamar a atenção da população e angariou 84 RTs. Ele se utilizou de um texto bem conhecido entre os manifestantes e de uma observação sobre as pessoas indignadas para criar seus *tweets*. Esta atitude fez com que se tornasse um *hub* muito próximo com a área mais densa e ativa da rede.

“Con gran tristeza de mi corazón os llamo izquierdistas de salón”. “Estamos con el 15M y ayer con el 12M, con todos y sin protagonismo”. Um dos casos mais interessantes visualizados na rede #12M é o do perfil *@pacoeseptico* (nó amarelo no grafo), uma conta com apenas 20 seguidores que conseguiu levar 162

RTs em uma única mensagem. Ele ganhou destaque por mencionar a conta *@acampadasol*, indagando que o #12M não havia sido relatado na imprensa local:

@acampadasol esta madrugada quema de contenedores en Málaga en celebración futbolera, ni mención en prensa local, ¿y si hubiera sido el 12M?!

Ele publicou que os torcedores queimavam lixeiras para comemorar a vitória do Málaga (o que não considerava uma boa atitude) e a imprensa local não noticiava nada, sequer chamava aquilo de vandalismo. Na sequência do *tweet* ele indaga o que os meios de comunicação iriam dizer caso esses mesmos atos fossem feitos nas manifestações da 12M.

Desse modo, *@pacoeseptico* criou uma análise do acontecido no dia e nas manifestações do 12M. Ficou um pouco mais próximo da área densa da rede por ter mencionado uma conta ativista, seguida por perfis também ativistas em sua maioria. Como foi retuitado por esses perfis localizados no centro do grafo, ficou mais próximo deles.

O quarto perfil mais retuitado na rede foi o *@meneame_net* (nó amarelo-escuro no gráfico), um famoso agregador de notícias espanhol. Como vários *tweets* eram de notícias divulgando informações não noticiadas nos meios de comunicação locais, o perfil tornou-se o noticiador oficial das informações sobre a #12M. Em seu total, teve 157 RTs vindos das várias notícias publicadas na rede. Algumas das mais importantes foram sobre uma pessoa que se feriu com um explosivo em Valência e a RTVE (tevé local) não divulgou, uma denúncia contra a tentativa da polícia de impedir a gravação de qualquer ato público pelos manifestantes durante as ocupações, entre outros:

Herido con un explosivo en el 12M de Valencia. En Rtvce dicen que “sin incidentes” <http://t.co/vvqSXzIX>.

Modelo de denuncia contra la Policía por impedir grabar en vía Pública durante manifestaciones 12M <http://menea.me/ygta>.

No momento das manifestações ele divulgava *links* com informações importantes para quem estava ou não na 12M, embora não fossem em tempo real (como fotos ou vídeos, coisas que grande parte dos manifestantes já sabia). Seus *posts* eram voltados mais para as pessoas inseridas nas redes dos perfis com médio volume de RTs.

O quinto perfil a ter mais *tweets* espalhados na rede foi *@EfeZetaSeis* (nó azul no grafo), ao publicar uma tira humorística de um desenhista famoso na Espanha, o Forges. A tirinha narrava, ironicamente, o fato de o governo dar crédito aos mesmos bancos que hipotecavam as dívidas dos cidadãos com eles. Assim, os bancos ficavam com o crédito estatal e as casas hipotecadas.

Grande FORGES. #12m15m #12m #15m #global #país #reload #revolution <http://t.co/Z8esbrun>.

A ilustração retratava uma das diversas situações negativas da Espanha com relação aos bancos e ao governo. Ao vê-la, as pessoas entenderam a mensagem, passando adiante. Por não ter usado apenas a *hashtag* #12M, tendo colocado também várias outras que possuíam destaque (#revolution, #12m15m), mais pessoas acabaram vendo a publicação. Com isso, ele acabou ganhando um total de 123 RTs.

Ao tuitar uma tirinha humorística reflexiva, foi mais re-tuitado pelos perfis mais densamente conectados no grafo. Isso

ocorreu porque os ocupantes do centro do grafo, ativistas em sua maioria, buscavam por informações em tempo real com mais fatos sobre a própria manifestação.

Dois outros perfis tiveram ação destacada pelos usuários do Twitter. A conta *@OccupyLondon* teve 85 RTs. Ela pertence a um perfil da Inglaterra que compartilhava as informações da 12M londrina, mostrando parte da rede internacional participante do *meeting* de protesto contra o 1% (o sistema financeiro capitalista mundial) considerado pelos manifestantes provocador da crise nos países do Norte. O *@OccupyLondon* se inseria na rede #12M, mas estava mais replicado na *hashtag* #12MGlobal, onde se agregavam os *tweets* dos protestos em diferentes partes do mundo.

Outro perfil a se destacar foi o *@democraciareal*, com vários de seus *tweets* compartilhados chamando a atenção dos manifestantes. Por ser uma importante conta ativista no Twitter, desde a época da “*Spanish Revolution*”, seus *posts* passavam informações úteis aos manifestantes mais ativos na 12M (data e hora das manifestações, *links* de *streaming*, debates e retuites sobre o andamento e análise do movimento). A conta influenciava várias outras, como, por exemplo, o perfil *@torbe_* que compartilhou uma foto de uma pessoa mostrando 27 viaturas policiais patrulhando a área do acampamento na Praça do Sol. Com esse *tweet* ele ganhou 77 RTs por ter tido sua foto retuitada pela *@democraciareal*:

27 lecheras desalojan sol a las 5:00 AM #occupy
#ows #12m15m #12mnonosvamos #12m <http://twitpic.com/9kfh13> <http://twitpic.com/9kfhif> via @titorere.

Com o estudo do grafo da *hashtag* #12M, verificamos uma tendência explicadora do modo de associação dos perfis na Internet para fazer espalhar uma causa ativista. Os nós for-

tes mais afastados da rede são classificados como analistas, pois tuitavam questões referentes à 12M com base em uma análise criada e difundida pelos nós centrais ativos na rede. Esses nós constituíam componentes fortemente conectados, cuja principal atividade na rede era a de publicar notícias a respeito do que acontecia nos próprios locais das manifestações. Isto reproduzia a arquitetura da Praça Tahrir, no Egito, onde as barracas brancas, localizadas no centro da praça, abrigavam fundamentalmente os ativistas blogueiros, tuiteiros e tubeiros. A cartografia da associação dos perfis ativistas mostram uma cópia do desenho da Praça Tahrir: no centro os militantes mais conectados com a rua e com a rede.

Como em qualquer manifestação da lei de potência nos gráficos das redes sociais, a lógica da republicação no Twitter para acontecimentos com forte repercussão, faz com que existam poucos perfis capazes de obter um número elevado de RTs, ao mesmo tempo em que exista um outro grupo composto por inúmeros perfis com poucos RTs. “Na lei de potência, quanto maior a classificação, mais extremo o desequilíbrio” (Shirky, 2012, p. 8).

Assim, podemos considerar os *tweets* mais retuitados – os *hits* das manifestações –, no contexto das ações ativistas como a do #15M, reveladores de duas forças. A primeira: o empenho da multidão para registrar situações de perigo na rua, em uma espécie de alerta sobre a atuação das forças policiais contra as manifestações. Configura-se um modo coletivo da população se prevenir contra os atos de violência e, ao mesmo tempo, criar uma “guerra de posições”, ao se desvencilhar de lugares onde a polícia aguardava à espreita. Vale destacar a presença do tuiteiro que não está dentro das manifestações, mas orienta os ativistas com seu olhar do alto da janela, de dentro do carro ou num pequeno café, dando informações sobre aquilo que vê. Ele faz da rua e da atuação virtual um único lugar.

A segunda força multitudinária expressa pelos RTs de maior difusão guarda relação com a crítica – de tom irônico e não panfletário – ao modo como o sistema político se constitui. São *tweets* contrapondo o modo de se fazer do ativismo, através de uma política de ação direta, sem representação e sem protagonismo de liderança, à maneira tradicional de fazer a política dos partidos. Ela se desdobra na própria crítica à estrutura econômica da democracia representativa em sua reprodução estatal de privilégios financeiros às elites econômicas, em detrimento dos direitos sociais de uma parcela considerável da população. Os movimentos associados à *tag occupy* designam essa parcela como sendo os 99% da população do mundo (“nós somos os 99%”).

Ativismo e novas narratividades

Durante o mês de maio de 2011, nos muros da cidade de Vitória/ES, podia-se ler: “Dia 02/06 a cidade vai parar”. Às 8 horas da manhã, do segundo dia de junho, Vitória realmente travou. Um grupo de manifestantes radicais fez uma barricada de pneus queimados em frente ao Palácio do Governo Estadual na avenida que corta o Centro da Cidade. A cena era dura para ser digerida pelo poder, pois a manifestação estava em frente à escadaria da sede do governo estadual. Como nômades, não se sabia quem eram aqueles “estudantes” que não deixavam nada passar. Eles protestavam a favor do passe livre e pela redução da tarifa de ônibus. Até as 13 horas, não se tinha acordo para dar fim ao protesto. E o trânsito, no lado Sul da ilha, continuava do mesmo jeito: imóvel. O governo decidiu agir e mobilizou o Batalhão de Missões Especiais (BME), da Polícia Militar. Este dispersou em segundos os manifestantes, à base de bombas, tiros de bala de borracha e cassetetes. De dentro da manifestação, um dos militantes escrevia no Twitter seu testemunho, enquanto, ao vivo, a TV Record filmava o confronto:

@GustavoDeBiase O BME4 começa a atacar os estudantes com bomba de gás. Casagrande5 mostra mais uma vez sua covardia. #ForaCasagrande #ContraoAumento

@GustavoDeBiase A PM do Casagrande novamente ataca a imprensa, a população e todos que transitam no centro de Vitória neste momento. #ForaCasagrande

@GustavoDeBiase O sindicalista Rangel está deitado no chão para evitar que o CHOQUE avance. Acabam de passar por cima dele chutando o rosto e atirando.

@GustavoDeBiase Agora o BME atira na equipe de reportagem do @BalancoGeralES. Estado de repressão! A ditadura não acabou. #ForaCasagrande Covarde!

Mas, ao contrário do esperado, a violenta dispersão não terminou com a luta, pois a guerra em rede estava apenas começando. Trinta minutos após a ação policial, surgia no Facebook e no Twitter uma convocação estudantil para as 15 horas, em frente à Universidade Federal do Espírito Santo. Seu objetivo era protestar contra o uso desmedido da violência pelo governo estadual. Agora entrava em cena não mais os “radicais”, mas aquele fenômeno típico da rede: “*tamujuntomisturado*”. O Batalhão foi novamente acionado. O tratamento foi ainda pior. As imagens dos policiais jogando bomba de efeito moral dentro da Universidade e as prisões arbitrárias geraram efeito inverso para o “governo de centro-esquerda” do Espírito Santo. Uma enxurrada de fotos, vídeos e testemunhos ao vivo do acontecimento se alastrava no Twitter e nas redes sociais. Mas, desta vez, a comunicação possuía um “corpo social”. Saía de cena o exibicionismo típico das redes sociais para a inflação de visibilidade da política que só a rede hoje é capaz de criar. O *marketing* pessoal dos perfis – com sua chatice de videozinho pra cá e devaneios psicologizantes pra lá – entrava em ocaso para a aurora de todo o tipo de registro in-

formativo nomeado de “cobertura compartilhada” pelos ativistas das redes sociais, através do uso da *hashtag* #ProtestoEmVitoria.

Mesmo reprimidos, os estudantes novamente se organizaram. Eles marcharam rumo à terceira ponte (liga o município de Vitória a Vila Velha, cobrando um alto pedágio dos cidadãos para isso). Lá o confronto foi pior. Os registros enviados para as telas dos computadores eram de assustar pela truculência da violência policial contra a manifestação pacífica dos estudantes. Em troca, a rede revidava com atuação de um exército de “midialivristas” a sustentar a *tag* #protestoemVitoria como o assunto mais tuitado do Brasil. Em poucas horas, a *tag* entrou para o clube seletivo dos *Trending Topics WorldWide*. O assunto atingia o mundo inteiro. A produção da cobertura colaborativa do #ProtestoemVitoria começava a se realizar.

Às 14 horas e 30 minutos, no Facebook, os estudantes convocavam a todos para a “Paralisação na Fernando Ferrari! Manifestação Passe Livre e Contra a Violência”, lugar localizado no lado norte da cidade, em frente ao portão da Universidade Federal do Espírito Santo. A curtição e o compartilhamento do ato tornou-se viral em pouco tempo. Às 15 horas e 30 minutos, cerca de 300 pessoas enfrentavam novamente a BME, num tumulto gerador de prisões de anônimos, bombas no *campus*, cavalaria da Polícia, bloqueio total do trânsito. Uma cena de confronto duríssimo entre policiais e manifestantes. Mas, ao invés do momento matutino, tudo estava agora documentado e transmitido em vídeo via *streaming* de telefones celulares; ou então fotografado e filmado com *cybershots*. Esse material desaguava no YouTube ou Flickr, enviado e comentado no Twitter pelos ativistas na rua e *online*, num acelerado espalhamento de informações pela *web*. As manifestações da manhã tinham cobertura tradicional da imprensa televisiva, pois os jornais na Internet só reproduzem os canais de TV. Mas no período da tarde emergiu

um novo tipo de cobertura colaborativa, feita exclusivamente nas redes sociais, sem qualquer tipo de mediação, edição e filtro da imprensa.

Em geral, podemos identificar dois modos de cobertura colaborativa: a emergente e a programada. A cobertura colaborativa emergente é marcada pela produção de pautas independentes ainda sem presença no noticiário da imprensa. Ela tem um modo de organização de baixo para cima, sem centro de controle. Trata-se de uma cobertura marcada pela forte autonomia de ação dos seus integrantes engajados na viralização ou na diluição do assunto da cobertura. Seu conteúdo é filtrado por diferentes e contraditórios perfis em disputa pelo protagonismo na interpretação dos fatos. Gera um enxameamento de conteúdos feitos pelos participantes presentes no acontecimento ou por replicadores e comentadores na rede, criando a sensação de que o conteúdo é produzido e enviado de diferentes direções. Apresenta uma redundância informativa sustentadora do assunto na agenda cotidiana, mantendo-o resistente às opiniões “troladoras” da cobertura.

A colaborativa programada é a do acontecimento já pautado por perfis com forte capital social nas redes sociais, fazendo-as funcionarem como plataformas de promoção e reforço de suas ideias ou atos. São as coberturas associadas às celebridades, às campanhas políticas, aos eventos aguardados ou às causas movimentadas por grupos. Não se trata de uma cobertura com menor capacidade de irradiação. Ao contrário, elas possuem forte adesão porque o fato ora é demasiadamente conhecido e debatido; ora impulsionado por superperfis, funcionando como *hubs* líderes de opinião na rede. Pode, ainda, em um sentido oposto, serem criados robôs e um exército de *fakes* para multiplicar as informações idênticas e tornar o fato um *hit* constante nas redes sociais.

Existem muitos exemplos de cobertura emergente como o de #protestoEmVitoria nas redes sociais. Eles suscitam questões curiosas: o registro multimídia em tempo real nas redes sociais de eventos cotidianos de larga ou curta abrangência pública é uma atividade de imprensa? Ou, ao contrário, as “coberturas colaborativas” geram novas narrativas, ultrapassando o *modus operandi* da notícia editada ou da transmissão ao vivo praticada diariamente pelos jornalistas profissionais?

Estes primeiros *tweets* do #protestoEmVitoria demonstram como começa cobertura colaborativa emergente. O “alerta” é seu elemento fundador. Em geral, nas redes sociais, ele é replicado ou sua veracidade se torna objeto de conversação até o surgimento de um perfil que o ateste ou o comprove. O alerta faz emergir o comportamento *online* de empilhamento de notícias curtas (*drops* informativos): um fluxo contínuo em alta velocidade de pequenas notas de texto com *hiperlink*. Embora em muitos momentos o noticiário colaborativo verse sobre os fatos – envolvendo celebridades, eventos esportivos e culturais, acidentes ou episódios políticos –, a força da colaboração reside na capacidade de produzir uma agenda informativa sobre aquilo que obteria pouca atenção na mídia ou teria tratamento ideológico e consensual pelos editores.

Imprensa como *hub*, perfis como narradores

Para além de uma visão episódica, comentarista ou exclusivista, a cobertura colaborativa nas redes sociais só se torna um gênero jornalístico quando veicula e mostra em detalhe um fato alternativo ao veiculado diretamente na imprensa. Esta não o pode veicular por motivos ideológicos ou deontológicos (o jornalismo nunca dirá #ForaSarney). A cobertura colaborativa tem uma forma-movimento mais do que uma forma-instituição. Ela é

uma forma de cooperação de multidão com múltiplos pontos de vista e interpretações que exprimem a crítica ou a inovação social. Ela não é uma atividade restrita às redes sociais na Internet como um meio de confinamento, pois ele pode ser usado para repetir bordões e consensos da mídia. A cobertura colaborativa está associada a uma mobilização de grupos consorciados para produzir uma opinião pública que ultrapasse o consenso estabelecido pela imprensa. Ela deve, igualmente, ultrapassar as posições ego-cêntricas e fechadas, típicas do exibicionismo pessoal das redes sociais. Nas redes sociais, a opinião pública não representa um sujeito democrático, ela desenha um território público de conversação onde cada um dos perfis pode intervir politicamente, configurando um campo de conflitos (Negri, Hardt, 2005).

A cobertura colaborativa tem sua genealogia quando determinado acontecimento público é transformado em fato jornalístico pelo trabalho de engajamento coletivo dos perfis nas redes sociais. Estes passam a difundir, ao vivo, via *streaming*, material escrito, fotográfico e audiovisual, amplificando a escala de abrangência em termos de público e de registros. Os materiais difundidos são reunidos na forma de uma *tag*, que funciona como um organizador do grande acervo de notícias, *links* e testemunhos sobre o acontecimento. Toda notícia colaborativa se apresenta, portanto, como metadados centralizados por *tag*, a partir de uma produção descentralizada de conteúdo.

Diferentemente da imprensa, que busca criar o “todo” para dar, assim, uma visão panorâmica dos acontecimentos, a cobertura colaborativa é produzida de modo descentralizado pelos nós da rede e nucleada por uma *tag* que faz jorrar os conteúdos através da *timelines*. Ela faz valer o espontâneo, o instantâneo e o testemunhal, firmando uma agenda informativa tanto nos veículos profissionais da imprensa, quanto na sociedade de perfis *online*.

Nas coberturas colaborativas das redes, os perfis agem como se estivessem dentro do fato, reportando de modo enunciativo os detalhes do acontecimento. Mas seus relatos são permeados por anúncios, denúncias, opiniões e mensagens, que demonstram, como dizem os americanos, uma “*self expression*”.

Os exemplos trazidos revelam como a Internet tem aberto, nos últimos 20 anos, novas práticas de liberdade no terreno da produção de informação. Hoje a capacidade de narrar a história pertence a todos, mesmo que ainda seja um desafio universalizar os serviços de acesso à rede. Um dos casos mais interessantes que ilustra essa “*intelectualização das massas*” ocorreu durante o violento conflito das forças policiais na ocupação do Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro. Lá, um menino de 17 anos, de nome *@rene_silva*, usou seu iPhone, 3G e *laptop*, transmitindo de dentro da favela para o Twitter e Justin TV as denúncias sobre a dilapidação dos moradores pelos policiais do Rio. Quebrava-se com isto a mística incensada pela imprensa do bem encarnado em uniformes do Bope contra o mal habitante das favelas e periferias.

Coordenando o jornal comunitário Voz da Comunidade, Silva viu o público do perfil de sua publicação no Twitter (*@vozdacomunidade*) saltar de algumas centenas para mais de 30 mil acompanhantes em tempo real de seus relatos sobre tiros e apreensões. Ele oferecia as vívidas imagens do Complexo do Alemão com seus vídeos ao vivo filmados da laje de sua casa no meio do fogo cruzado mesclados ao tom jocoso sobre sua súbita celebridade. O ponto de vista alternativo de René reuniu-se ao de milhares de usuários seguidores da *hashtag* #paznorio, exprimindo a desconfiança da população com a narrativa épica de heróis (policiais) e de vilões (traficantes) empreendida pelos meios de comunicação de massa.

Casos como estes – junto aos que vimos neste livro – demonstram que os sujeitos enredados criam cada vez mais conflito com o poder da imprensa, sobretudo com o modo de produzir fato e verdade.

As narrativas compartilhadas na Internet fazem parte de um movimento social que recusa a hierarquização de representantes e representados. Recusa a naturalização do funcionamento do poder. Recusa deixar para a mídia tradicional o poder de dizer o que pertence ou não ao acontecimento. O centralidade do poder funciona nessa separação. Não se trata de desqualificar os saberes dos especialistas e eruditos, e sim de questionar a sua clausura e seu isolamento. A multidão questiona essa divisão, diante de um conhecimento instável, não mais recluso a uma sala de redação, a uma solitária máquina de escrever ou a um laboratório de pesquisa. E quanto mais os sujeitos estão juntos e imersos em um acontecimento de rua, mais intenso e emocional fica o compartilhamento das informações na Internet. A narrativa se multiplica e se alarga nas redes sociais. A conversação se torna mais duradoura povoando uma cartografia de controvérsias. Os novos modos de pensamento e luta (seja qual for a sua dimensão) passarão cada vez mais pelo agenciamento entre a Internet e a rua, pois ambas têm uma qualidade comum: exprimem o barulho da multidão.

Notas

- ¹ A Arpanet é o nome da rede militar que conectou, em 1969, quatro *campi* universitários, para que a comutação de pacotes pudesse acontecer fazendo com que informações sigilosas e estratégicas circulassem, em nano pedaços, nos servidores universitários, de modo que em um dos pontos dessa rede elas fossem reunidas ao mesmo tempo que pudessem estar em lugar nenhum. Sem centro, autônoma e anônima, a Arpanet era o diagrama ideal para proteger a informação do “inimigo vermelho”. Com o tempo, acabou sendo reapropriada pela cooperação universitária, tornando-se uma outra coisa: um modelo radical de comunicação onde todos pudessem, pelo menos em tese, se comunicar com todos. Conta-se que a primeira conexão da Internet bem-sucedida ocorreu em 1969, quando o computador da Califórnia, na Costa Oeste, recebeu do computador da Universidade de Stanford, na Costa Leste, uma mensagem com duas letras: um L e um O. E aí o sistema travou. Naquela época, os primeiros nós da Arpanet foram as universidades americanas de Stanford, Los Angeles, Santa Barbara e Utah.
- ² Depois de 1969, as redes da sociedade civil se tornaram tão maiores que as militares, que a Arpanet foi dividida em duas em 1983. De um lado, uma rede fechada e segura: a rede MilNet, para fins militares. De um outro, a Arpanet-Internet, um *backbone* que hospedava uma rede de redes que comunicava entre si via um protocolo aberto, o TCP-IP. Ambas funcionando numa “arquitetura da resistência”: descentralização, anonimato e autonomia.
- ³ Sobre a noção de sujeito aparelhado, ver COUCHOT, Edmond. A tecnologia na arte – da fotografia à realidade virtual. Porto Alegre: UFRGS, 2003, p. 159.
- ⁴ Antonio Negri vê a Espanha rebelde. Disponível em: <<http://www.outraspalavras.net/2011/06/08/15m-redes-e-assembleias-por-antonio-negri/>>.
- ⁵ Negri (mimeo).
- ⁶ A reportagem está disponível no YouTube em: <http://www.youtube.com/watch?v=i7csNSNVvqE>
- ⁷ “Em 1984, Don Hopkins (um companheiro muito imaginativo) enviou-me uma carta. No envelope, ele tinha escrito várias declarações divertidas, incluindo esta aqui: ‘copyleft – all rights reversed’ [Copyleft – todos os direitos invertidos]. Eu usei a palavra copyleft para denominar o conceito de distribuição que estava desenvolvendo aquele tempo” (Stallman, 1998, p. 17).

- ⁸ Na interpretação tradicional do marxismo, as tecnologias, enquanto meios de produção apropriados pela burguesia através da propriedade privada, são um trabalho “morto” (um trabalho passado) utilizado pela burguesia para explorar o valor do trabalho “vivo” (trabalho presente) da força de trabalho. Neste sentido, elas exprimem o interesse burguês e manifestam seu poder de exploração. Deste modo, a evolução científica e tecnológica seria sempre interpretada como um vetor do interesse burguês de maximizar o ganho exploratório que aumenta o poder do capital em sua relação com o poder do trabalho, constituindo a dialética da força de trabalho e a contradição entre os meios de produção e o trabalho vivo nas relações de produção.
- ⁹ Este ensaio rapidamente tornou-se referência obrigatória no debate sobre a cibercultura. Cf. Benjamin R. Barber (1992), Jihad Vs. McWorld, In: The Atlantic Monthly, Boston: Atlantic Monthly, v. 269, nº 3 (março), p. 53-65. Endereço eletrônico em: <http://www.theatlantic.com/politics/foreign/barberf.htm>.
- ¹⁰ Cf. Benjamin R. Barber (1992), op. cit., p. 53.
- ¹¹ Cf. Benjamin R. Barber (1992), op. cit.
- ¹² Cf. Benjamin R. Barber (1992), op. cit., p. 53.
- ¹³ A literatura sobre estes conceitos é hoje bastante vasta.
- ¹⁴ “Se entendermos uma rede não como um tipo de organização formal, mas como capital social, nós teremos um melhor *insight* sobre o que é de fato a função econômica da rede. A partir desta perspectiva, uma rede é um relacionamento moral de confiança: uma rede é um grupo de agentes individuais que compartilham informalmente normas ou valores para além daqueles necessários para as transações comuns de mercado. As normas e valores compreendidos nessa definição podem se estender da simples norma de reciprocidade partilhada por dois amigos até os sistemas de valores complexos criados pelas organizações religiosas.”
- ¹⁵ “Nossa exploração das estruturas sociais emergentes através dos domínios das experiências e atividades humanas nos conduz para uma ampla conclusão: como um destino histórico, as funções e processos dominantes na era da informação estão cada vez mais organizadas através das redes. As redes constituem a nova morfologia social de nossas sociedades [...] Apesar da forma de rede ter existido nas organizações sociais em outros tempos e lugares, o novo modelo da tecnologia da informação oferece a base material para sua expansão pervasiva através de toda estrutura social.”
- ¹⁶ Topologia de rede em que os membros são vinculados a um nó central e devem passar por ele para se comunicar uns com os outros.

- 17 Topologia de rede em que os membros são vinculados em uma fila e a comunicação deve fluir através de um ator adjacente antes de chegar ao próximo.
- 18 Embora Arquilla e Ronfeldt ressaltem o controle do território na vitória do Go, o que o jogo de fato privilegia é a quantidade de espaços livres no território controlado, algo que faz toda a diferença.
- 19 O miliciano (*minutemen*) é uma figura que tem suas raízes na experiência da Sedição Americana e no uso das milícias como forma de luta contra a dominação imperialista inglesa. Ele é um indivíduo permanentemente pronto para entrar em ação quando o momento exigir, mas age cotidianamente como um homem normal desvinculado da luta política. Os grupos milicianos são ágeis e rápidos.
- 20 Uma rede constitui um “buraco estrutural” ao conectar um ator involuntário em suas operações. Um policial corrompido é uma “ponte” que constitui um “buraco estrutural” entre uma rede criminosa e a instituição policial.
- 21 As “pontes” conectam uma rede a outra rede dando-lhes um funcionamento integrado ou mesmo fundindo-as em uma nova rede.
- 22 “Atalhos” possibilitam atores distantes se conectarem em apenas alguns saltos através de intermediários e são a base de uma “rede de mundo pequeno”.
- 23 Os teóricos do Departamento de Defesa norte-americano gostam de ressaltar o significado de infecção que a afluência (“swarming”) tem em inglês, revelando a boca torta do cachimbo que usam.
- 24 A interpretação dada por Thomas Huxley da teoria da evolução e da seleção das espécies no final do século XIX vai se popularizar nos meios intelectuais e se tornar canônica para o casamento do liberalismo com o darwinismo.
- 25 Sem dúvida o Gnutella solucionou o problema de queda da rede. Como cada *peer* está conectado em mais de um nó, mesmo que um se desligue da rede, haverá outro que a suportará.
- 26 Isso fez com que muitos usuários migrassem para redes P2P semicentralizadas, como Kazaa, Imesh.
- 27 Wikipédia. Verbete P2P, in <http://pt.wikipedia.org/wiki/P2P>
- 28 O Kazaa usava a rede FastTrack. Teve em média 2,5 milhões de usuários conectados por dia. E 100 milhões de usuários cadastrados. O E-donkey chegou a superar, em 2004, o Kazaa em número de usuários: 2,58 milhões conectados por dia.

- ²⁹ O processo de relação entre essas duas camadas (nós normais e supernós) se processa de forma hierárquica. “Nós normais se conectam a um supernó, e supernós se conectam entre si. Um nó normal mantém uma lista de até 200 supernós, enquanto um supernó pode manter uma lista com milhares de endereços de supernós Um nó envia a seu super nó uma lista com a descrição dos arquivos que está disponibilizando. Um nó envia uma busca a seu supernó, que responde diretamente ou então executa busca enviando mensagens aos outros supernós” (Barcellos e Gasparly, *online*)
- ³⁰ Vida Digital. Programas já estão na terceira geração, in http://www.link.estadao.com.br/index.cfm?id_conteudo=3365.
- ³¹ Ou seja, que a cada aumento de carga de tráfego, derivado do aumento do número de usuário, a rede possa equacionar essa demanda crescente de trabalho a partir de um desempenho uniforme para que não haja perdas para o sistema como um todo, como lentidão na busca e transferência de informação.
- ³² Kazaa, StreamCast e Grokster são aplicativos que utilizam a rede Fast-Track.
- ³³ O texto dizia: “Parece que você está oferecendo música protegida por direitos autorais para outras pessoas a partir de seu computador. Quando você infringe a lei, arrisca-se a enfrentar penalidades legais. Há uma maneira simples de evitar este risco: “Não roube música”, seja oferecendo a outros para cópia ou fazendo *download* de um sistema como este. Quando você oferece música por esses serviços, você não está anônimo e pode ser facilmente identificado”
- ³⁴ Uma parte do texto dizia o seguinte: “Se a RIAA quer hackear servidores de serviços de compartilhamento de arquivos, deveria primeiro aprender a assegurar seu próprio *site*...”.
- ³⁵ O E-donkey chegou a ser a aplicação P2P mais utilizada na Internet. Mas, após as medidas judiciais acionadas pela RIAA, o *site* acabou sendo fechado por não suportar os custos advocatícios de um processo de defesa judicial. Atualmente, na url do *site*, há apenas uma mensagem, que foi imposta pela justiça americana: “A rede edonkey2000 não está disponível. Se roubas música ou filmes, está infringindo a lei. Cortes de todo o mundo – incluída a Corte Suprema dos EUA – decidiram que empresas e pessoas podem ser perseguidas por realizar descargas ilegais. Não é anônimo quando descarrega ilegalmente material com direitos de autor. Tua direção IP é xxxx e foi registrada. Respeite a música, realize *downloads* legais” (Edonkey2000, in <http://www.edonkey2000.com/>).

- ³⁶ O termo mula eletrônica deriva da qualidade dessa rede P2P suportar o tráfego de arquivos pesados, como divX (filmes). O termo faz alusão ao Edonkey, rede P2P híbrida que fez sucesso na *web* até ser fechada pela incapacidade de pagar custos advocatícios para levar adiante defesa da acusação de permissão de pirataria *online*. No momento em que essa tese foi escrita, o Emule era o programa mais utilizado para realização de trocas de arquivo no Brasil, contendo cerca de 550 mil usuários/dia.
- ³⁷ O cálculo para isso se relaciona com a quantidade de *bytes* que o usuário transfere diariamente para outro usuário.
- ³⁸ Esse método é denominado de *hashtree*.
- ³⁹ Wikipédia. Verbete Emule, in <http://es.wikipedia.org/wiki/Emule>
- ⁴⁰ A busca no Emule é limitada em 200 resultados. Permite ao usuário buscar arquivos pelas suas características técnicas, como: tamanho máximo ou mínimo, por tipologia (se é imagem vídeo, áudio, texto, etc.), por autor, etc.
- ⁴¹ Outro programa que é *software* livre.
- ⁴² Em redes sem essa funcionalidade, os arquivos geralmente estão concentrados em poucos usuários. Isso acaba gerando uma dependência da rede a uma pequena minoria com maior capacidade de armazenamento, processamento e velocidade de transmissão e transferência de dados.
- ⁴³ O mesmo vale para o Emule, que adotou o sistema do BitTorrent de *upload* em pedaços. Esses pedaços devem totalizar 9500 KB. A partir desse tamanho é que um usuário-cliente pode ser ao mesmo tempo um usuário-servidor, ainda que seu arquivo não tenha sido baixado completamente.
- ⁴⁴ Um *tracker* de BitTorrent é um servidor especial que contém a informação necessária para que os *peers* se conectem com outros *peers* para realizar comunicação entre eles usando o protocolo BitTorrent.
- ⁴⁵ Wikipédia. Verbete BitTorrent, in <http://pt.wikipedia.org/wiki/BitTorrent>
- ⁴⁶ *Torrent* é a extensão que o sistema dá em todo arquivo que nele ingressa. Se um usuário quiser disponibilizar a sua tese de doutorado, a primeira operação será transformá-la em tese.*torrent*. Para isso a operação é muito simples. O usuário vai até o menu, clica em “fazer novo *torrent*”. Uma caixa de diálogo se abre e o usuário anexa arquivo pretendido (no caso tese.doc, por exemplo). Depois, clica em publicar. Pronto, já está criado um arquivo *.torrent*. Depois o usuário faz um *upload* desse arquivo em algum servidor de arquivos *torrent* na Internet, como o Meganova.org.
- ⁴⁷ Wikipédia. Verbete BitTorrent, in <http://es.wikipedia.org/wiki/BitTorrent>.
- ⁴⁸ Sobre a genealogia dos *blogs* e as interfaces com o jornalismo, ver MALINI (2008).

- ⁴⁹ MALINI, Fábio, FROSSARD, Flávia.
- ⁵⁰ Na questão do gênero das notícias, das 188 matérias analisadas do Eu, Repórter, 60% era foto-denúncia, foto-legenda ou galeria de fotos, em segundo lugar com 22% entravam as notícias seguidas de *posts* de *blog* re-direcionados para o canal com 10% do percentual e 8% de reportagens. É interessante perceber o predomínio da fotografia no portal Brasileiro. No Yo, Periodista, há um destaque para as notas com 61% das 122 matérias analisadas, há também a presença de notícias com 32%, reportagens com 5% e vídeos com 2%. Já o americano I Report tem 64% das 86 matérias analisadas como notícia, em segundo lugar com 32% entram os vídeos e por último com 4% as notas (Malini e Frossard, 2008, p. 11).
- ⁵¹ Há um ótimo *blog* que armazena experiência de jornalismo participativo, o Periodismo Cidadano (<http://www.periodismociudadano.com/>)
- ⁵² <Http://www.robotwisdom.com/>
- ⁵³ Machado, Luiz Carlos. Eu blogo, tu blogas. Disponível na Internet: <<http://www.sobresites.com/poesia/forum/viewtopic.php=2422&sid=91e9b843d83d3f99e4e6467aa0b0e302> > acesso em 10/01/2007
- ⁵⁴ Neste momento, em 1997, para ter um *blog*, o autor precisa dominar a linguagem HTML. Portanto, constituía-se em uma atividade de especialista.
- ⁵⁵ A lista está publicada em: <http://www.camworld.com/archives/1997/07/>
- ⁵⁶ Wikipédia. Verbete *Weblog, online*
- ⁵⁷ Idem, *online*
- ⁵⁸ “No mês de julho daquele ano, a empresa Pitas [<http://www.pitas.com>] criou o primeiro *software* grátis, e em agosto o americano Evan Williams, da empresa Pyra Labs, criou ferramenta semelhante, o Blogger, que se transformaria no ícone de um conceito que revolucionaria a criação e postagem de páginas pessoais na Internet” (Oliveira, *online*).
- ⁵⁹ Rebecca Blood, (2002). *Weblogs: história e perspectiva*. Disponível na Internet: <http://www.terreiro.net/artigos/weblogs_history/ > acesso em 10/01/2007
- ⁶⁰ SCHITTINE, Denise. *Blog: comunicação e escrita íntima na Internet*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- ⁶¹ Blood, op cit, *online*
- ⁶² Idem, *online*
- ⁶³ Idem, *online*.
- ⁶⁴ Segundo a Wikipédia (<http://es.wikipedia.org/wiki/Blogroll>), um *blogroll* é uma coleção de *links* de *blogs* que normalmente aparece na parte late-

ral da página. Blogueiros podem definir diferentes critérios para incluir outros *blogs* em seu *blogroll*. Normalmente, a lista é composta de *blogs* que os próprios autores visitam com assiduidade ou às vezes simplesmente de *blogs* de amigos, parentes ou vizinhos. Quanto à procedência da palavra, existem duas possíveis derivações. Os *bloggers* dos EUA sustentam que o termo provém de *logroll*, que está relacionado com o intercâmbio de informação entre diferentes pessoas para obter um objetivo comum. Os blogueiros do Reino Unido relacionam a palavra com *bog roll* (papel higiênico), com base em seu extenso tamanho e na duvidosa qualidade da lista de muitos *blogrolls*.

- ⁶⁵ [Http://www.dailypundit.com/](http://www.dailypundit.com/)
- ⁶⁶ Wikipédia, <http://es.wikipedia.org/wiki/Blogosfera>, página acessada em 07/01/2007
- ⁶⁷ Essa tese é bem-defendida pelo blogueiro e jornalista Juan Cervera em Una teoria general del blog. In: *La blogosfera hispana*, p. 10-19.
- ⁶⁸ Observatório da Imprensa. Websites sobrecarregados. Disponível na Internet: <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos/ter190920019993.htm> Página acessada em 20/07/2005
- ⁶⁹ <http://www.interactivepublishing.net/september/browse.php?time=2001-09-11-11>
- ⁷⁰ Pisani, Francis. A nova onda dos *blogs*. Le Monde Diplomatique. Disponível na Internet: <http://diplo.uol.com.br/2003-08,a720> Página acessada em 20/07/2005
- ⁷¹ No Brasil, o caos nos portais também foi instaurado. Os portais Globo *online*, CNN, Terra e IG demonstraram o baixo investimento para suportar o tráfego e a ansiedade por informação dos leitores. Como bem identificou Raphael Leal, “o iG pagou um mico histórico: decidiu que o dia 11 seria dia das boas notícias, e tiraria da primeira página qualquer menção às más novidades. Teve que abrir mão rapidinho da ideia” (in Observatório da Imprensa. Disponível na Internet: <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos/ter1909200198.htm> Página acessada em 04/04/2006).
- ⁷² Brasil, Antonio. Boa e velha TV supera a Internet. Observatório da Imprensa. Disponível na Internet: <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos/ter190920018.htm> Página acessada em 20/07/2005
- ⁷³ Trata-se de um *blog* coletivo, produzido de forma colaborativa. “O princípio-base do Slashdot, por exemplo, é ‘nada de censura’. Todos podem comentar qualquer artigo do modo que quiserem. A Constituição do Slashdot utiliza apenas três mecanismos para gerir a tensão entre liberdade individual de fazer *posts* de material ofensivo ou irrelevante

e o desejo coletivo de poder encontrar os comentários interessantes. O primeiro é a moderação, cuja função é estabelecer um *rank* de qualidade para os *posts*. O segundo é uma forma de metamoderação, que controla o trabalho dos moderadores impondo escolhas objetivas. O terceiro, por fim, é o *karma*, ou seja, a reputação dos comentadores. Estes três conceitos políticos, embora, simples, permitem ao Slashdot continuar a prestar um serviço útil” (Granieri, 2006, p. 49). A quem interessa, há disponível até hoje o *post* que desencadeou a solidariedade em tempo real no 11 de Setembro: <http://www.interactivepublishing.net/september/detail.php?id=252&singlecall=1>

⁷⁴ Jon Katz. Net: Now Our Most Serious News Medium? Disponível na Internet em: <<http://slashdot.org/features/01/10/05/1643224.shtml>> acesso em 05/01/06

⁷⁵ <Http://www.interactivepublishing.net/september/browse.php?time=2001-09-11-11#>

⁷⁶ Katz, op cit, *online*

⁷⁷ A biblioteca do Congresso americano e os acadêmicos do *Archive Online* construíram um inventário dos *sites* e *blogs* na Internet que narraram o 11 de Setembro para disponibilizar um suntuoso arquivo *online* sobre o atentado. O arquivo contém, além de cerca de 10 mil *blogs*, o material audiovisual, textual e fotográfico obtido com os meios de comunicação de massa que narraram os acontecimentos de setembro de 2001. Ver: <http://lcweb2.loc.gov/cocoon/minerva/html/sept11/sept11-about.html>

⁷⁸ Como as redes de TV e rádio ficaram horas sem parar no ar e a imprensa destinou quase toda a edição ao evento, estima-se que só no dia do atentado as corporações midiáticas perderam cerca de 40 milhões de dólares. Anunciantes também deixaram de lançar novos produtos após o atentado, retomando a publicidade meses depois, quando a memória do atentado foi se diluindo.

⁷⁹ Jane Weaver. A media recession like few other. Reportagem publicada no *site* MSNBC. Disponível na Internet: <http://www.msnbc.msn.com/id/3073246/> Página acessada em 20/07/2005

⁸⁰ A este respeito, é interessante também consultar o testemunho de Raymond narrando sua trajetória para transformar-se de um simples usuário em um ativista da comunidade de *softwares* livres. (Raymond, 2000)

⁸¹ Sobre o poder de propagação e contágio, vale a pena confrontar as posições de Gladwell (Gladwell, 2000) com as de Deleuze-Guattari (Deleuze e Guattari, 1980, p. 284-380).

⁸² Para usar um exemplo recente, basta lembrar a manifestação contra a guerra que o Move On capitaneou em 15 de fevereiro de 2003, levando

milhões de pessoas a protestarem nas principais cidades de todo o mundo contra a decisão americana de invadir o Iraque para depor Sadam Hussein. Eli Pariser, o coordenador internacional do Move On, usou a lei do *hub* para organizar essa manifestação com 120 outros parceiros em apenas um mês.

- ⁸³ Cf. Friedrich Nietzsche, 1989, p. 158. “São as palavras mais silenciosas as que trazem tempestade. Pensamentos que chegam com pés de pomba dirigem o mundo.”
- ⁸⁴ A mídia sob demanda é uma alternativa à mídia de atualidades corporativa que foi criada pelas ONGs para fazer a cobertura de suas manifestações exprimindo os pontos de vista e interesses dos manifestantes. Embora o IMC tenha surgido dentro desse formato, ele rapidamente ultrapassou os seus limites ao se apropriar de modo original das possibilidades abertas pelo sistema hiperídia e radicalizar as possibilidades de governo democrático dos sistemas de edição.
- ⁸⁵ O termo *open-publishing* utilizado pelo IMC está em clara referência ao termo *open-source* utilizado para designar o *software* que tem o código-fonte aberto para que a comunidade de programadores possa examinar ou alterar. Em um outro texto, o IMC justifica a adoção do sistema operacional FreeBSD para integrar a sua rede afirmando que sua criação e desenvolvimento são inteiramente democráticos, um trabalho todo desenvolvido e decidido pelas comunidades que se integram a ele. Para o IMC o DOS/Windows seria ditatorial enquanto que o LINUX seria uma monarquia medieval, pois tem Linus Torvalds como seu monarca e vários nobres aliados como seus desenvolvedores autorizados. O sistema de edição do IMC mantém estreita correlação com o sistema do FreeBSD.
- ⁸⁶ O termo *copyleft* foi criado para contrapor-se ao termo *copyright* que rege o material produzido pela mídia corporativa e regulamenta a propriedade do material pela agência ou veículo garantindo as restrições de reprodução, divulgação e utilização da produção. O *copyleft* permite a livre distribuição e veiculação do material, desde que respeitada sua integridade e citada a fonte produtora e a sua autoria.
- ⁸⁷ Cf. IMC, About Us. Disponível em: <<http://indymedia.org/about.php3>>. Acesso em 05/02/2013.
- ⁸⁸ Palavra inglesa formada pela junção das palavras digital e literati.
- ⁸⁹ Cf. Richard Barbrook e Andy Cameron, 2000.
- ⁹⁰ A este respeito, é fundamental a leitura do trabalho de Ronda e Michael Hauben sobre a história da construção da Internet. Ela mostra como as novas tecnologias da comunicação possuem uma dupla origem fundada nas necessidades estratégicas da máquina militar e nos investimentos de

desejo da política libertária democrática. Elas exprimiam tanto os interesses do departamento de segurança americano – conduzir e articular as forças aliadas em um ambiente caótico de confronto termonuclear –, quanto os interesses da comunidade científica universitária – o desenvolvimento acentrado de projetos científicos por parceiros dispersos geograficamente. Disponível em: <<http://www.columbia.edu/~hauben/netbook>>. Acesso em 05/02/2013.

- ⁹¹ Cf. Pierre Lévy, 1998.
- ⁹² Cf. Howard Rheingold, 1993.
- ⁹³ Cf. Howard Rheingold, 1985.
- ⁹⁴ Cf. Humberto Maturana e Francisco Varela, 1997.
- ⁹⁵ Os grupos de afinidades se formam a partir de afetos comuns entre os membros que possibilite que eles cooperem e trabalhem juntos. O grupo de afinidades decide autonomamente o que ele vai fazer na manifestação (distribuir panfletos, disseminar informes, bloquear entradas, por exemplo.)
- ⁹⁶ O *cluster* reúne diversos grupos de afinidade para processar a realização da manifestação em uma certa área ou zona escolhida pelos grupos. O termo é oriundo da área de informática e designa um modo de ordenar o processamento de um programa por diferentes processadores paralelamente em simultâneo, concorrendo e cooperando entre si.
- ⁹⁷ Os grupos de afinidades elegem seus porta-vozes que realizam a coordenação integrada da manifestação através da realização da reunião de conselhos.
- ⁹⁸ Cf. Starhawk, 2000.
- ⁹⁹ Cf. El Mate, Amauta Collective et al., *online*, 1999. Disponível em: <http://www.voiceoftheturtle.org/library/nar_manifesto.php>. Acesso em 05/02/2013.
- ¹⁰⁰ Cf. Paulo Vaz, 1997.
- ¹⁰¹ Cf. Richard Dawkins, 1989.
- ¹⁰² Cf. Daniel Dennett, 1998.
- ¹⁰³ Cf. Daniel Dennett, 1997.
- ¹⁰⁴ Cf. El Mate, Amauta Collective et al., *online*, 1999. Disponível em: <http://www.voiceoftheturtle.org/library/nar_manifesto.php>. Acesso em 05/02/2013.
- ¹⁰⁵ Para compreender o conceito de vida ativa, ver Hanna Arendt, 1981.
- ¹⁰⁶ Cf. Stephen Bann, 1974.
- ¹⁰⁷ Cf. Voline, 1972.

- ¹⁰⁸ Cf. El Mate, Amauta Collective et al., *online*, 1999. Disponível em: <http://www.voiceoftheturtle.org/library/nar_manifesto.php>. Acesso em 05/02/2013.
- ¹⁰⁹ Trecho retirado de um exemplo de *press release* elaborado pelo IMC como parte de um *kit* de exemplos de documentos para as comunidades ativistas usarem nas suas relações com a mídia corporativa durante a manifestação de 16 de abril de 2000 contra o Banco Mundial.
- ¹¹⁰ Segundo Nietzsche, o atual é um regime de tempo dominado pelas solicitações cotidianas do meio social e pelos interesses individuais presentes na consciência.
- ¹¹¹ O logal contrapõe o poder de conexão dos coletivos locais e a força de disrupção das redes de guerra em rede ao poder de regulação e normalização das redes globais do capital e do Estado.
- ¹¹² Negri e Lazzarato ressaltam as novas potências do trabalho e da subjetividade na sociedade contemporânea. Eles observam que se na época clássica a revolta representava a atitude radical do questionamento e na época da representação ela era representada pela reapropriação, na época comunicacional atual ela se manifesta como potência autônoma e constitutiva dos sujeitos, pois a revolta e a reapropriação precisam se encarnar em um processo de liberação da subjetividade que se forma no próprio interior das máquinas de comunicação, sem o que elas apenas reproporiam, sob novas formas, a velha forma do Estado. A figura do intelectual sofre uma transformação correlata nestas três épocas. No período da política clássica, ele tinha funções epistemológicas com vocações éticas e no período disciplinar ele é levado a se engajar em qualquer direção. Hoje, com o domínio do trabalho imaterial qualitativamente generalizado, o intelectual está no interior do processo de produção fazendo dos jovens estudantes, na medida que representam o trabalho vivo virtual e estão submetidos à intelectualidade de massa, o elemento dinâmico das lutas políticas e transformações sociais. Cf. Antonio Negri e Maurizio Lazzarato, 1991.
- ¹¹³ Cf. DEBORD, G. (1997). *A Sociedade do Espetáculo*, Rio de Janeiro: Contraponto.
- ¹¹⁴ Cf. BRUNO, F. (1997). *Do Sexual ao Virtual*, São Paulo: Unimarco.
- ¹¹⁵ Cf. Jim Desillas, Tim Perrkins e Atau Tanaka, *Collateral Damage in Seattle* In *Nettime Newslist*, 03/12/1999.
- ¹¹⁶ Cf. Jim Desillas, Tim Perrkins e Atau Tanaka, *Collateral Damage in Seattle* In *Nettime Newslist*, 03/12/1999.
- ¹¹⁷ Quando, por ocasião do grande comício do EZLN (Exército Zapatista de Libertação Nacional), após a chegada da marcha Zapatista à capital

do México, perguntaram ao subcomandante Marcos, em uma entrevista, qual seria o seu rosto. Ele respondeu que para conhecer o seu rosto bastava às pessoas se olharem no espelho. Perguntado, também, por que não estava no palanque do comício, Marcos respondeu que ele era apenas um subcomandante da EZLN e não um líder.

¹¹⁸ O Topsy é um motor de busca em tempo real, que pesquisa na *web* o assunto procurado, qualifica o que encontra e classifica esses resultados, tornando mais fácil a busca por *tags*, graças a sua indexação ligeira dos *tweets* do Twitter. O Topsy exhibe os resultados em tempo real para os termos relacionados e artigos, *trending topics*, *links* influenciadores, entre outros. Por consequência da sua integração com o Twitter, o *site* permite saber se um *tweet* foi retuitado e qual a influência que ele teve na rede social e também cria um gráfico dos termos pesquisados, mostrando suas movimentações por um espaço de tempo de até 30 dias.

Referências

- ABRAMSON, J. B., ARTERTON, F. C. e ORREN, G. R. *The Electronic Commonwealth: the impact of new media technologies on democratic politics*. Nova Iorque, Basic Books, 1998.
- ADAMIC, Lada; BUYOKKOKTEN, Orkut; ADAR, Eytan. A social network caught in the web. *First Monday*, v. 8, n. 6. jun. 2003.
- AMARAL, Márcio Tavares (Org.). *Contemporaneidade e novas tecnologias*. Rio de Janeiro: IDEA / Sette Letras, 1996.
- _____. *O Homem sem Fundamentos*. Rio de Janeiro: UFRJ, .
- ANDERSON, Chris. *A cauda longa: do mercado de massa para o mercado de nicho*. Rio de Janeiro: Campus, 2006.
- ANTOUN, Henrique. Web 2.0 e o Futuro da Sociedade Ciber-cultural. *Lugar Comum – Estudos de Mídia, Cultura e Democracia*, v. 14, n. 27, 2009a, p. 235-245.
- _____. A Produção dos Sujeitos: A tensão entre cidadania e alienação – a mídia e a reprodução social. In: VERONA, Humberto Cota et al. (orgs.). *Mídia e Psicologia: Produção de subjetividade e coletividade*. Brasília, DF: Conselho Federal de Psicologia, 2009b, p. 79-88.
- _____. De Uma Teia à Outra: A explosão do comum e o surgimento da vigilância participativa. In: ANTOUN, Henrique (org.) *Web 2.0: Participação e vigilância na era da comunicação distribuída*. Rio de Janeiro: Mauad, 2008, p. 11-28.
- _____. Cooperação, colaboração e mercado na cibercultura. *e-Compós*. Brasília, v. 7. Dezembro. 2006. Disponível em: <<http://www.compos.org.br/seer/index.php/e-compos/article/viewFile/109/108>> . Acesso: 04/08/2008.
- _____. O Poder da Comunicação e o Jogo das Parcerias na Cibercultura. *Revista Fronteira*, São Leopoldo/RS, vol. VI, n. 2, 2004a, p. 67-86.
- _____. Democracia, Multidão e Guerra no Ciberespaço. In: PARENTE, André (org.). *Tramas da Rede: Novas dimensões filosóficas, estéticas e políticas da comunicação*. Porto Alegre: Sulina, 2004b, p. 209-237.
- _____. A Multidão e o Futuro da Democracia na Cibercultura. In Vera FRANÇA, Maria Helena WEBER, Raquel PAIVA e Liv SOVIK (orgs.), *Livro do XI Compós: estudos de comunicação, ensaios de complexidade*. Porto Alegre: Sulina, 2003, p. 165-192.

_____. Jornalismo e ativismo na hipermedia: em que se pode reconhecer a nova mídia. *Revista Famecos*, Porto Alegre/RS, n. 16, 2001, p. 135-147.

_____. Nas teias da globalização. *Veredas*. Rio de Janeiro: Centro Cultural Banco do Brasil, ano 3, n. 25, p. 18-19, 1998.

ANTOUN, Henrique; LEMOS, Ana Carla e PECINI, André Custódio. Código e luta por autonomia na comunicação em rede. In: FREIRE FILHO, João e HERSCHMANN, Micael (orgs.), *Novos rumos da cultura da mídia: indústrias, produtos, audiências*. Rio de Janeiro: Mauad, 2007, p. 263-290.

ANTOUN, Henrique e MALINI, Fábio. Ontologia da Liberdade na Rede: a guerra das narrativas na internet e a luta social na democracia. *Revista da Famecos*, Porto Alegre/RS, v. 17, n. 3, 2010, p. 286-294.

ANTOUN, Henrique e PECINI, André Custódio. A web e a parceria: projetos colaborativos e o problema da mediação na internet. *InTexto*, n. 16, 2007. Disponível em: <<http://www.intexto.ufrgs.br/intexto16.html>>. Acesso: 04/08/2008.

ARMOND, P. Black Flag Over Seattle. *Albion Monitor*, n. 72, 2000. Disponível em: <<http://www.albionmonitor.com/seattlewto/index.html>>.

_____. Netwar in the Emerald City: WTO protest strategy and tactics. In: ARQUILLA, John; RONFELDT, David. (Ed.). *Networks and netwars: the future of terror, crime and militancy*. Santa Mônica: RAND, 2001. Disponível em: <http://www.rand.org/pubs/monograph_reports/MR1382/MR1382.ch7.pdf>. Acesso em: 15 maio 2006.

ARQUILLA, John; RONFELDT, David. Cyberwar is coming. *Comparative Strategy*, ano 2, n. 12, p. 141-165, 1993. Disponível em: <<http://www.well.com:70/0/Military/cyberwar>>. Acesso em: 15 maio 2006.

_____. *The advent of netwar*. Santa Monica: RAND, 1996. Disponível em: <<http://www.rand.org/publications/MR/MR789/>>. Acesso em: 15 maio 2006.

_____. *Swarming and the future of conflict*. Santa Mônica: RAND, 2000. Disponível em: <http://www.rand.org/pubs/monograph_reports/2005/RAND_DB311.pdf>. Acesso em: 15 maio 2006.

_____. *The Emergence of Noopolitik: toward an American information strategy*. Santa Monica: RAND, 1999. Disponível em: <<http://www.rand.org/publications/MR/MR1033>>. Acesso em: 15 de maio de 2006.

_____. What next for networks and netwars? In: ----- (Ed.). *Networks and netwars: the future of terror, crime and militancy*. Santa Monica: RAND,

2001a. Disponível em: <http://www.rand.org/pubs/monograph_reports/MR1382/MR1382.ch10.pdf>. Acesso em: 15 maio 2006.

_____. Networks, netwars and the fight for the future. *First Monday*, Chicago, University of Illinois, ano 6, n. 10, out. 2001b. Disponível em: <http://www.firstmonday.org/issues/issue6_10/ronfeldt/index.html>. Acesso em: 15 maio 2006.

ARQUILLA, John; RONFELDT, David. (Ed.). *In Athena's camp: preparing for conflict in the information age*. Santa Mônica: RAND, 1997. Disponível em: <http://www.rand.org/pubs/monograph_reports/MR880>. Acesso em: 15 maio 2006.

_____. *Networks and netwars: the future of terror, crime and militancy*. Santa Monica: RAND, 2001. Disponível em: <<http://www.rand.org/publications/MR/MR1382/>>. Acesso em: 15 maio 2006.

ARQUILLA, John, RONFELDT, David, FULLER, G. E. e FULLER, M. F. *The Zapatista "Social Netwar" in Mexico*. Santa Monica: RAND, 1998. Disponível em: <<http://www.rand.org/publications/MR/MR994>>.

AUBENQUE, Pierre. *Le problème de l'être chez Aristote*. Paris: Vrin, 1974.

AXELROD, Robert. *The Evolution of Cooperation*. Nova Iorque: Basic Books, 1985.

BARABÁSI, A-L. *Linked: the new science of networks*. Cambridge: Perseus, 2002.

BARBER, Benjamin. Jihad vs. McWorld. *The Atlantic Monthly*, Boston: Atlantic Monthly, v. 269, n. 3, p. 53-65, mar. 1992. Disponível em: <<http://www.theatlantic.com/politics/foreign/barberf.htm>>. Acesso em: 15 maio 2006.

_____. *Jihad versus McWorld: how globalism and tribalism are reshaping the world*. Nova Iorque: Times Books, 1995.

BARBROOK, Richard. A regulamentação da liberdade: liberdade de expressão, liberdade de comércio e liberdade de dívida na rede. In: COCCO, Giuseppe et al. *Capitalismo Cognitivo*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

BARBROOK, Richard; CAMERON, Andy. *The californian ideology*. Londres: Hypermedia Research Center, 1995. Disponível em: <<http://www.hrc.wmin.ac.uk/theory-californianideology.html>>. Acesso em: 15 maio 2006.

BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: as consequências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

- BAUWENS, Michel. The Political Economy of Peer Production. In: *1000 Days of Theory*, n. 26, 2005. Disponível na Internet: <<http://www.ctheory.net/articles.aspx?id=499>>, acesso 12/01/2005
- BEAM, Louis. Leaderless resistance. *The Seditonist*, USA, n. 12, fev. 1992. Disponível em: <<http://www.louisbeam.com/leaderless.htm>>. Acesso em: 15 maio 2006.
- BENKLER, Yochai. *The wealth of networks: how social production transforms markets and freedom*. Nova Iorque: Yale University Press, 2006.
- BERARDI, F. *Cyberpunk e mutazione*. Genova: Costa e Nolan, 1994.
- BERNERS-LEE, Tim e CAILLIAU, R. World Wide Web: proposal for a hyper text project. In: *World Wide Web Consortium*. Cambridge: Massachusetts Institute of Technology, 1990.
- BIMBER, Bruce e DAVIS, Richard. *Campaigning Online: the internet in U.S. elections*. Nova Iorque: Oxford University Press, 2003.
- BLONDEAU, Olivier. Génesis y subversión del capitalismo informacional. In: Blondeau, Olivier et al. *Capitalismo Cognitivo, propiedad intelectual y creación coletiva*. Madrid: 2004, p. 14.
- BOLTER, David Jay e GRUSIN, Richard. *Remediation: understanding new media*. Cambridge: MIT Press, 1999.
- BRUNO, F. Monitoramento, classificação e controle nos dispositivos de vigilância digital. *Revista Famecos: mídia, cultura e tecnologia*, Porto Alegre/RS, v. 36, n. 2, 2008, p. 10-16.
- _____. Dispositivos de vigilância no ciberespaço: duplos digitais e identidades simuladas. *Revista Fronteiras: Estudos Midiáticos*, São Leopoldo/RS, vol. 8, n. 2, 2006, p. 152-159.
- _____. *Do Sexual ao Virtual*. São Paulo: Unimarco, 1997.
- BURNETT, G. Information exchange in virtual communities: a typology. *Information Research*, ano 5, n. 4, 2000. Disponível em: <http://informationr.net/ir/5-4/paper82.html>.
- BURNS, T. e STALKER, G. M. *The Management of Innovation*. Londres: Travistock, 1961.
- BURT, Ronald S. *Structural holes: the social structure of competition*. Cambridge: Harvard University Press, 1992.
- CANETTI, E. *Massa e Poder*. Brasília: UNB, 1986.
- CANGUILHEM, G. *La Connaissance de la Vie*. Paris: P.U.F., 1952.

- CAPRA, Frank. *The Web of life*. Nova Iorque: Anchor Books, 1996.
- CASTELLS, Manuel. *Communication Power*. Nova Iorque: Oxford University Press, 2009.
- _____. *A Sociedade em Rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- _____. *The rise of the network society*. Malden: Blackwell, 1996.
- CLEAVER, Harry. The Chiapas uprising and the future of class struggle in the new world order. *Common Sense*, Edinburgh, n. 15, p. 5-17, abr. 1994. Disponível em: <<http://www.eco.utexas.edu/~hmcleave/chiapasuprising.html>>. Acesso em: 15 maio 2006.
- _____. The Zapatistas and the electronic fabric of struggle. In: HOLLOWAY, John; PELAEZ, Elofna. (Org.). *Zapatista! Reinventing revolution in Mexico*. Sterling: Pluto Press, 1995. p. 81-103. Disponível em: <<http://www.eco.utexas.edu/~hmcleave/zaps.html>>. Acesso em: 15 maio 2006.
- _____. The Zapatista effect: the internet and the rise of an alternative political fabric. *Journal of International Affairs*, Nova Iorque, Columbia University, v. 51, n. 2, p. 621-640, 1998. Disponível em: <<http://www.eco.utexas.edu/~hmcleave/zapeffect.html>>. Acesso em: 15 maio 2006.
- _____. *Computer-linked social movements and global threat to capitalism*. Texas: Texas University, 1999. Disponível em: <<http://www.eco.utexas.edu/~hmcleave/polnet.html>>. Acesso em: 15 maio 2006.
- COLE, Jeffrey. e SUMAN, Michael. (orgs.). *The UCLA Internet Report: Surveying the digital future*. Los Angeles: University of California, 2000.
- COUCHOT, Edmond. *Reinventar o tempo na era do digital*. Disponível na Internet: <<www.utp.br/interin/artigos/artigo_tematico_1.pdf>>. Acesso em 01/07/2008.
- DAWKINS, Richard. *O gene egoísta*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1989.
- DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo: comentários sobre a sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- DELEUZE, Gilles. *Conversações*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.
- _____. *A Dobra: Leibniz e o barroco*. São Paulo: Papirus, 1991.
- _____. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 1988
- _____. *Proust e os signos*. Rio de Janeiro: Forense, 1987.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. *Mille plateaux*. Paris: Minuit, 1980.

DENNETT, D. C. *Tipos de Mentis*. Rumos a uma compreensão da consciência. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

_____. *A Perigosa Ideia de Darwin: a evolução e os significados da vida*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

DERTOUZOS, Michael L. *What will be: how the new world of information will change our lives*. São Francisco: Harper Collins, 1997.

DORIA, Francisco A. e DORIA, Pedro. *Comunicação: dos fundamentos à internet*. Rio de Janeiro: Revan, 1999.

DYER-WITHEFORD, Nick. *Cyber-Marx: cycles and circuits of struggle in high-technology capitalism*. Chicago: University of Illinois, 1999.

ENGELBART, Douglas. C. A Conceptual Framework for the Augmentation of Man's Intellect. In D. W. HOWERTON e D. C. WEEKS (eds.), *Vistas in Information Handling*, Washington: Spartan, 1963, p. 1-29.

EVANS, Fred. Cyberspace and the concept of democracy. *First Monday*, Chicago, University of Illinois, ano 5, n. 10, 2000. Disponível em: <http://www.firstmonday.org/issues/issue5_10/evans/index.html>. Acesso em 15 maio 2006.

EVANS, P. B. e WURSTER, T. S. Strategy and the New Economics of Information. In J. MAGRETTA (ed.), *Managing in the New Economy*; Boston, Harvard Business School, 1997, p. 3-24.

FERNBACK, Jan; THOMPSON, Brad. *Virtual communities: abort, retry, failure?* São Francisco: Rheingold, 1995. Disponível em: <<http://www.rheingold.com/texts/techpolitix/VCCivil.html>>. Acesso em: 15 maio 2006.

FLORINI, A. M. (ed.). *The Third Force: the rise of transnational civil society*. Washington: Carnegie Endowment for International Peace, 2000.

FOUCAULT, Michel. *A Coragem da Verdade*. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

_____. *O Governo de Si e dos Outros*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

_____. *A Hermenêutica do Sujeito*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

_____. *O Nascimento da Biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

_____. *Segurança, Território, População*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. *Em Defesa da Sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_____. *A Vontade de Saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1977a.

_____. *Vigiar e Punir*. Rio de Janeiro: Vozes, 1977.

_____. *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

FRAUENFELDER, M. Outsmarting the Tragedy of the Commons. In *The Feature*. US: Nokia, 2002. Disponível em: <http://www.thefeature.com/article?articleid=15578>.

FREEMAN Linton C. Visualizing social networks. *Journal of Social Structure*, v. 1, n. 1, 4 fev. 2000. Disponível em: <http://www.cmu.edu/joss/content/articles/volume1/Freeman.html>>. Acesso em: 15 maio 2006.

FUKUYAMA, Francis. *Trust: human nature and the reconstitution of social order*. Nova Iorque: Free Press, 1999.

FUMERO, Antonio. Un tutorial sobre blogs. El abece del universo blog. *Revista Telos*. Disponível em: <http://www.campusred.net/telos/articulocaderno.asp?idarticulo=1&rev=65>>. Acesso em 15/2/2011.

GALLOWAY, Alex. *Protocol: how control exists after decentralization*. Cambridge: MIT Press, 2004.

GALVÃO, Alexander Patez; SILVA, Gerardo e COCCO, Giuseppe. *Capitalismo Cognitivo: trabalho, redes e inovação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

GARFINKEL, S. 2000. *Database Nation: the death of privacy in the 21st century*. Sebastopol: O'Reilly.

GERLACH, Luther P. Protest movement and the construction of risk. In JOHNSON, Branden B.; COVELLO, Vincent T. (Ed.). *The social and cultural construction of risk: essays on risk selection and perception*. Boston: D. Reidel, 1987. p. 103-145.

GILLIES, J. e CAILLIAU, R. *How the web was born*. Nova Iorque: Oxford University, 2000.

GILLMOR, Dan. *Nós, os media*. Lisboa: Editorial Presença, 2005.

GLADWELL, M. *The Tipping Point: how little things can make a big difference*. Boston: Little, Brown and Company, 2000.

GLEICK, J. *Faster*. Nova Iorque: Pantheon Books, 1999.

GOFFMAN, E. *The Presentation of Self in Everidday Life*. Garden City: Doubleday, 1959.

GOLDSMITH, Jack e WU, Tim. *Who Controls The Internet? Illusions of a borderless world*. Nova Iorque: Oxford University Press, 2006.

- GOMES, L. F. *Cinema nacional: caminhos percorridos*. São Paulo: USP, 2007.
- GRAEBER, Daniel. The New Anarchists. *New Left Review*, ano 3, n. 13, 2002, p. 61-73. Disponível em: <http://www.newleftreview.net/NLR24704.shtml>
- HABERMAS, Jurgen. *Mudança estrutural na esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1986.
- HARDIN, G. The Tragedy of the Commons. *Science*, n. 162, 1968, p. 1243-1248. Disponível em: <http://dieoff.com/page95.htm>.
- HAUBEN, Michael; HAUBEN, Ronda. *Netizens: on the history and impact of Usenet and Internet*. Los Alamitos: IEEE Computer Society Press, 1997. Disponível em: <http://www.columbia.edu/~hauben/netbook>>. Acesso em: 15 maio 2006.
- HIMANEM, Pekka. *The hacker ethic and the spirit of the information age*. Nova Iorque: Random House, 2001.
- HOBBES, Thomas. *Leviathan*. Nova Iorque: W. W. Norton, 1997.
- HUXLEY, T. H. The Struggle for Existence in Human Society. In: *Evolution and Ethics and Other Essays*, McLean: Indypublish.Com, 2003.
- ISENBERG, David. The pitfalls of U.S. Covert Operations. *Policy Analysis*, Washington: Cato Institute, n. 118, 7 abr. 1989. Disponível em: <http://www.cato.org/pubs/pas/PA118.HTM>>. Acesso em 15 maio 2006.
- JAMESON, Fredric. *A cultura do dinheiro: ensaios sobre a globalização*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- JARVIS, Jeff. *O que a Google faria?* São Paulo: Manole, 2010.
- JENKINS, Henry. *Fans, Bloggers, and Gamers: Media Consumers in a Digital Age*. New York: New York University Press, 2006.
- JOHNSON, Branden B.; COVELLO, Vincent T. (Ed.). *The social and cultural construction of risk: essays on risk selection and perception*. Boston: D. Reidel, 1987.
- JOHNSON, Steven. *Cultura da interface: como o computador transforma nossa maneira de criar e comunicar*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2001.
- JONES, Q. Virtual Communities, Virtual Settlements & Cyber-Archaeology: a theoretical outline. *Journal of Computer-Mediated Communication*, ano 3, n. 3, 1997. Disponível em: <http://www.ascusc.org/jcmc/vol3/issue3/jones.html>>.

KAMARCK, Elaine Ciulla e NYE JR., Joseph S. (eds.). *Governance.com: democracy in the information age*. Washington, DC: Brookings Institution Press, 2002.

KAN, Gene. Gnutella. In: MINAR, N.; HEDLUND, M. Uma rede de pontos. ORAM, A (org). *Peer-To-Peer – o poder transformador das redes ponto a ponto*. São Paulo: editora Berkeley, 2001.

KATZ, J. E. e ASPDEN, P. *Cyberspace and Social Community Development: Internet use and its community integration correlates*. Nova Iorque: Center for Research on Information Society, 1997. Disponível em: <<http://www.nicoladoering.de/Hogrefe/katz2.htm>>. Acesso em 04/08/2008.

KEEN, Andrew. *The cult of the amateur: how todays internet is killing our culture*. New York: Currency Book, 2007.

KEHOE, B. P. *Zen e a Arte da Internet*. Rio de Janeiro: Campus, 1994.

KELLY, Kevin. *Out of control: the rise of neo-biological civilization*. Nova Iorque: Addison-Wesley, 1994. Disponível em: <<http://www.kk.org/outofcontrol/contents.php>>. Acesso em: 15 maio 2006.

KERCKHOVE, Derrick. *Connected intelligence*. Toronto: Somerville House, 1997

KIRSNER, S. The Legend of Bob Metcalfe. *Wired*, ano 6, n. 11, 1998. Disponível em: <http://www.wired.com/wired/archive/6.11/metcalfe.html>.

KOLLOCK, Peter. Social Dilemmas: The Anatomy of Cooperation. *Annual Review of Sociology*, n. 24, 1998, p. 183-214. Disponível em: <<http://www.connectedaction.net/wp-content/uploads/2009/09/1998-Kollock-Annual-Review-of-Sociology-Social-Dilemmas.pdf>>. Acesso em 15/02/2011.

KOLLOCK, Peter. e SMITH, Marc. Managing the Virtual Commons: cooperation and conflict in computer communities. In S. HERRING, (ed.), *Computer-Mediated Communication*, Amsterdam: John Benjamins, 1996, p. 109-128. Disponível em: <http://netscan.sscnet.ucla.edu/csoc/papers/virtcomm/vcommons.htm>.

KOPP, Carlo. Information Warfare: A Fundamental Paradigm of Infowar. *Systems: Enterprise Computing Monthly*, Fev.-Mar. 2000, p. 46-55. Disponível em: <<http://www.ausairpower.net/OSR-0200.html>>. Acesso: 04/08/2008.

KORTEN, D. C., PERLAS, N. e SHIVA, V. *Global Civil Society: the path ahead*. Pasig City: Center for Alternative Development Initiatives, 2002.

KRAUT, R., LUNDMARK, V., PATTERSON, M., KIESLER, S., MUKOPADHYAY, T. e SCHERLIS, W. Internet Paradox: a social technology that reduces social involvement and psychological well-being? *American Psychologist*, ano 53, n. 9, 1998, p. 1017-1031. Disponível em: <http://www.apa.org/journals/amp/amp5391017.html>.

KROPOTKIN, P. *Mutual Aid: a factor of evolution*. Montreal: Black Rose, 1989.

LA PORTE, Todd R. (Ed.). *Organized social complexity: challenge to politics and policy*. Princeton: Princeton University Press, 1975.

LATOUR B. *Jamais fomos modernos*. Ensaio de antropologia simétrica. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

LAZZARATO, Maurizio; NEGRI, Antonio. *Trabalho imaterial: formas de vida e produção de subjetividade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LE GLATIN, Marc. *Internet: un sième dans la culture*. Paris: Editions de l'Attribut, 2007.

LE MOS, Ronaldo. *Direito, tecnologia e cultura*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

_____. Prefácio à edição brasileira. In: LESSIG, Lawrence. *Cultura Livre*. São Paulo: Editora Francis, p. 18.

LESSIG, Lawrence. *Cultura Livre – como a grande mídia usa a tecnologia e a lei para bloquear a cultura e controlar a criatividade*. São Paulo: Editora Francis, 2005.

_____. *The Future of Ideas: the fate of the commons in a connected world*. Nova Iorque: Random House, 2001.

_____. *Code and other laws of cyberspace*. Nova Iorque: Perseus, 1999.

LEVINE, Rick; LOCKE, Christopher; SEARLS, Doc e WEINBERGER, David. *The Cluetrain Manifesto: the end of business as usual*. Cambridge: Perseus, 2000.

LÉVY, Pierre. *As Tecnologias da Inteligência*. O futuro do pensamento na era da informática. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.

_____. *A Inteligência Coletiva*. Por uma antropologia do ciberespaço. São Paulo: Loyola, 1998.

_____. *O que é o virtual?* Rio de Janeiro: Editora 34, 1996.

LOCKE, John. *Two Treatises of Government*. Nova Iorque: Prentice-Hall, 1952.

MALINI, Fábio. O valor no capitalismo cognitivo e a cultura hacker. *Liinc em Revista*, Rio de Janeiro/RJ, vol. 5, n. 2, 2009, 191-205.

_____. Por uma Genealogia da Blogosfera: considerações históricas (1997 a 2001). *Revista Lugar Comum* (UFRJ), v. 21-22, p. 102-125, 2008.

_____. Modelos de colaboração nos meios sociais da internet: uma análise a partir dos portais de jornalismo participativo. In: ANTOUN, Henrique (org.). *Web 2.0: participação e vigilância na era da comunicação distribuída*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008, p. 83-100.

_____. *O Comunismo da Atenção: liberdade, colaboração e subsunção na era do capitalismo cognitivo*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: ECO-UFRJ, 2007.

_____. *A fuga dos meios – a constituição das novas lutas sociais nas redes virtuais de comunicação*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: IBICT/CNPq – ECO-UFRJ, 2002.

MALINI, Fábio e FROSSARD, Flávia. Mídias Cidadãs: Um estudo comparativo da produção colaborativa dentro dos jornais *online* O Globo, El País e CNN. Natal: Anais do Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2008.

MANOVICH, Lev. Quem é o autor? Sampleamento, remixagem, código aberto. In: Brasil, André et al. *Cultura em fluxo: novas mediações em rede*. Belo Horizonte: Editora PUC-Minas, 2004.

MARAZZI, Christian. A crise da new economy e o trabalho das multidões. In: COCCO, Giuseppe; HOPSTEIN, Graciela. *As multidões e o império*. Rio de Janeiro, DP&A, 2002.

MARCOS, Sub-Comandante. La quatrième guerre mondiale a commencé. *Le Monde Diplomatique*, ago. 1997, p. 1 e p. 4-5. Disponível em: <<http://www.monde-diplomatique.fr/1997/08/MARCOS/8976.html>>. Acesso em: 15 maio 2006.

MARRERO, Carmelo Ruiz. La privatización de la guerra. *Rebelión*, 20 dez. 2001. Disponível em: <<http://www.rebelion.org/internacional/ruiz201201.htm>>. Acesso em: 15 maio 2006.

MARTINS, Beatriz Cintra. *Cooperação e controle na rede: um estudo de caso do website Slashdot.org*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Escola de Comunicação, 2006. Disponível em: <http://www.pos.eco.ufrj.br/publicacoes/mestrado/dissertacoes_2006.html>. Acesso: 04/08/2008.

MARX, Karl. *Grundrisse*: manuscritos econômicos de 1857-1858; esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

_____. Para a crítica da economia política. In: *Marx*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

_____. O Processo de Produção do Capital. In: Karl MARX, *O Capital*: crítica da economia política. São Paulo: Nova Cultural, 1988, p. 142-164.

MATURANA, Humberto; VARELA, Francisco. *De máquinas e seres vivos*: autopoiese – a organização do vivo. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

MCLUHAN, Marshall. Os meios de comunicação como extensões do homem. São Paulo: Cultrix, 1969.

MINAR, N. e HEDLUND, M. A Network of Peers: peer-to-peer model through the history of the Internet. In: A. ORAM (ed.), *Peer-to-Peer*: harnessing the power of disruptive technologies. Sebastopol: O’Reilly, 2001, p. 3-20. Disponível em: <<http://www.oreilly.com/catalog/peer2peer/chapter/ch01.html>>.

MUELLER, Milton L. *Ruling the root*: Internet governance and the taming of cyberspace. Cambridge, MA: MIT Press, 2004.

MURRAY, J. H. *Hamlet on the holodeck*. New York: Free Press, 1997.

NIETZSCHE, Friedrich. *Genealogia da moral*: um escrito polêmico. São Paulo: Brasiliense, 1987.

NEGRI, Antonio. *O Poder Constituinte* – ensaio sobre as alternativas da modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

_____. Pour une definition ontologique de la multitude. *Multitudes*, n. 9, 2002a. Disponível em: <http://multitudes.samizdat.net/article.php3?id_article=29>.

_____. *Marx Beyond Marx*: lessons on the Gründrisse. São Francisco: Autonomedia, 1989.

NEGRI, Antonio; HARTD, Michael. *Commonwealth*. Cambridge, MA: The Belknap Press, 2009.

_____. *Multidão*: Guerra e democracia na era do Império. Rio de Janeiro: Record, 2005.

_____. *Império*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

NIETZSCHE, Friedrich. *A Genealogia da Moral*: um Escrito Polêmico. São Paulo: Brasiliense, 1987.

NOHRIA, N. e ECCLES, R. G. (eds.). *Networks and Organizations: structure, form and action*. Boston, Harvard Business School, 1992.

PAGELS, Heinz R. *The dreams of reason: the computer and the rise of the sciences of complexity*. Nova Iorque: Bantam Books, 1989.

POSTER, Mark. *The second media age*. Cambridge: Polity Press, 1995.

PRETTO, Nelson de Luca e SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. *Além das Redes de Colaboração: internet, diversidade cultural e tecnologias do poder*. Salvador: EDUFBA, 2008.

PUTNAM, Robert David. The strange disappearance of civic America. *The American Prospect*, Boston: American Prospect, v. 7, n. 24, 1996, p. 34-48. Disponível em: <<http://www.prospect.org/print/V7/24/putnam-r.html>>. Acesso em 15 maio 2006.

RAMONET, Ignacio. *La tyrannie de la communication*. Paris: Galilée, 1999.

RAYMOND, Erick S. The cathedral and the bazaar. *First Monday*, Chicago, University of Illinois, ano 3, n. 3, 1998. Disponível em: <http://www.firstmonday.org/issues/issue3_3/raymond/index.html>. Acesso em: 15 maio 2006.

RAYMOND, Erick S. et al. *The cathedral & the bazaar*. Londres: O'Reilly, 2000.

RECUERO, Raquel. *Redes Sociais na Internet*. Porto Alegre: Sulina, 2009.

REED, David. P. Digital Strategy: Weapons of Math Destruction. *Context Magazine*, ano 2, n. 1, 1999. Disponível em <http://www.contextmag.com/archives/199903/DigitalStrategy.asp>.

_____. That Sneaky Exponential – Beyond Metcalfe’s Law to the Power of Community Building. *Context Magazine*, ano 2, n. 1, 1999a. Disponível em <http://www.contextmag.com/archives/199903/DigitalStrategyReedsLaw.asp>.

RHEINGOLD, Howard. *Tools for thought*. Nova Iorque: Simon & Schuster, 1985. Disponível em: <<http://www.rheingold.com/texts/tft>>. Acesso em: 15 maio 2006.

_____. Electronic Democracy. *Whole Earth Review*, n. 71, 1991, p. 4-13.

_____. *The virtual community: homesteading on the electronic frontier*. Nova Iorque: Harper Collins, 1993. Disponível em: <<http://www.rheingold.com/vc/book>>. Aesso em: 15 maio 2006.

_____. The new interactivism: a manifesto for the information age. *Voxcap Club Rheingold*, Nova Iorque: Voxcap Club, 1999. Disponível em: <<http://www.voxcap.com/anon/c8368/cover.dhtml>>. Acesso em: 15 maio 2006.

- _____. *Smart Mobs: the next social revolution*. Cambridge: Perseus, 2002.
- RONFELDT, David. Cyberocracy is coming. *Information Society*, Indiana: Taylor & Francis, v. 8, n. 4, p. 243-296. Disponível em: <http://www.well.com:70/0/whole_systems/cyberocracy>. Acesso em: 15 maio 2006.
- RUSHKOFF, Douglas. *Coercion: why we listen to what “they” say*. Nova Iorque: Riverhead Books, 1999.
- _____. *Playing the future*. Nova Iorque: Harper Collins, 1996.
- SALTZER, J. H., REED, David. P. e CLARK, D. D. 1984. End-to-end arguments in system design. *ACM Transactions on Computer Systems*, ano 2, n. 4, 1984, p. 277-288. Disponível em: <<http://www.reed.com/Papers/EndtoEnd.html>>.
- _____. Comment on Active Networking and End-to-end Arguments. *IEEE Communications Magazine*, ano 12, n. 3, 1998, p. 69-71. Disponível em: <http://web.mit.edu/Saltzer/www/publications/endtoend/ANe2ecomment.html>.
- SANTOS, Maurício. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SCHWARTAU, W. *Information Warfare*. Nova Iorque: Thunder’s Mouth, 1995.
- SERRES, Michel. *Hermes IV: la distribution*. Paris: Minuit, 1977.
- _____. *Atlas*. Paris: Julliard, 1994.
- _____. *La philosophie de Leibniz et ses modèles mathématiques*. Paris: P.U.F., 1968.
- SHAPIRO, Andrew. *The Control Revolution*. Nova Iorque: Public Affair, 1999.
- SHIRKY, Clay. *A Cultura da participação: criatividade e generosidade no mundo conectado*. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.
- _____. *Eles vêm aí: o poder de organizar sem organizações*. Lisboa: Editora Actual, 2010.
- SIBILIA, Paula. *O Show do Eu: a intimidade como espetáculo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.
- SODRÉ, M. *O Social Irrradiado*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990.
- _____. *O Monopólio da Fala*. Rio de Janeiro: Vozes, 1974.

SMITH, Marc A. Some Social Implications of Ubiquitous Wireless Networks. *Mobile Computing and Communications Review*, ano 4, n. 2, 2000, p. 25-36. Disponível em: <http://www.research.microsoft.com/~masmith/Social Implications of Ubiquitous Wireless Networks – Final.doc>.

STARHAWK. Como bloqueamos a OMC. *Lugar comum: estudos de mídia, cultura e democracia*, Rio de Janeiro, NEPCOM, n. 11, p. 9-14, 2000.

STONE, Allucquère Rosanne. *The war between desire and technology at the Close of the Mechanical Age*. Cambridge: MIT Press, 1995.

STROGATZ, Steven. Exploring complex networks. *Nature*, v. 410, p. 268-276, 8 mar. 2001. Disponível em: <<http://www.nature.com/nature/journal/v410/n6825/pdf/410268a0.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2006.

TERRANOVA, Tiziana. *Network Culture: Politics for the Information Age*. Londres: Pluto Press, 2004.

TORVALDS, Linus. *Just for fun*. Nova Iorque: Harper, 2001.

TRIPPI, Joe. *The Revolution Will Not Be Televised: democracy, the internet, and the overthrow of everything*. Nova Iorque: Harper Collins, 2004.

TURKLE, Sherry. *Life on the screen: identity in the age of the Internet*. Nova Iorque: Simon & Schuster, 1995.

VAIDHYANATHAN, S. The new information ecosystem: cultures of anarchy and closure. In: *P2P: the new information war?* London: Open Democracy, 2003. Disponível em: <<http://opendemocracy.net/debates/article-8-101-1319.jsp>>.

VARELA, Juan. *Blogs: Revolucionando os Meios de Comunicação*. Thompson, 2006.

VAZ, Paulo. *O inconsciente artificial*. São Paulo: Unimarco, 1997.

_____. Globalização e experiência de tempo. In: MENEZES, Philadelpho (Org.). *Signos plurais: mídia, arte e cotidiano na globalização*. São Paulo: Experimento, 1997, p. 99-115.

_____. Agentes na rede. *Lugar comum: estudos de mídia, cultura e democracia*, Rio de Janeiro: NEPCOM, n. 7, p. 115-132, 1999. Disponível em: <http://www.comunica.unisinos.br/tics/textos/1999/1999_pv.pdf>. Acesso em: 15 maio 2006.

VIRILIO, Paul. *La bombe informatique*. Paris: Galilée, 1998.

WEISSBERG, Jean-Louis. Entre produção e recepção: hipermediação, uma mutação dos saberes simbólicos. In: COCCO, Giuseppe et al. *Capitalismo Cognitivo*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

WERTHEIM, M. *The pearly gates of cyberspace*. New York: Norton, 1999.

WHINE, M. Cyberspace: a new medium for communication, command and control by extremists. In: *Studies in Conflict and Terrorism*, Santa Monica: RAND, 1999. Disponível em: <<http://www.ict.org.il/articles/articleid=76>>.

WRAY, Stefan. Electronic civil disobedience and the World Wide Web of hacktivism. *Switch*, San Jose, CADRE Laboratory for New Media, n. 10, 1998. Disponível em: <<http://switch.sjsu.edu/web/v4n2/stefan>>. Acesso em: 15 maio 2006.



Este livro foi confeccionado especialmente
para a Editora Meridional Ltda., em Times New Roman,
e impresso na Gráfica Pallotti.